

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

ELESANDRA DA SILVA PAIM

**TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL: CATEGORIA ANALÍTICA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I**

CAMPO MOURÃO - PR

2023

ELESANDRA DA SILVA PAIM

**TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL: CATEGORIA ANALÍTICA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador(a): Prof.^a Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Paim, Elesandra da Silva
Território multidimensional: categoria analítica e prática no âmbito da política pública de assistência social em municípios de pequeno porte I / Elesandra da Silva Paim. -- Campo Mourão-PR, 2023.
234 f.

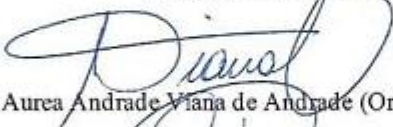
Orientador: Aurea Andrade Viana de Andrade.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.


1. Território multidimensional. 2. Política pública. 3. Assistência social. 4. Gestão. I - Andrade, Aurea Andrade Viana de (orient). II - Título.


ELESANDRA DA SILVA PAIM

**TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL: CATEGORIA ANALÍTICA E PRÁTICA NO
ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MUNICÍPIOS
DE PEQUENO PORTE I**

BANCA EXAMINADORA


Profª Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade (Orientadora) - Unespar, Campo Mourão


Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa - Unespar, Campo Mourão


Profª Dra. Sandra Maria Scheffer - UEPG, Ponta Grossa

Data de Aprovação

26/09/2023

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

In memoriam

À minha Mãe Iolanda mulher forte e destemida que teve sua infância roubada, necessitando trabalhar aos 07 anos de idade na roça e aos 09 era babá. Constituiu-se lutadora, persistente, dedicada, protetora, mãe solo, analfabeta, batalhadora, que viveu e enfrentou vulnerabilidades e riscos sociais e criou seus filhos. E, mesmo diante de todas as privações e adversidades do seu cotidiano, rompeu com o ciclo do analfabetismo oportunizando-me (com os recursos escassos que possuía) estudar e obter a graduação em Serviço Social e assim no decorrer de minha trajetória de vida cursei o Mestrado!

“Nunca deixarei de amá-la. Até que as estrelas se apaguem e os mundos desapareçam. Até que os planetas colidam e os sóis murchem. Até que a lua se apague e todos os mares e rios sequem. Até que eu envelheça e minha memória se esvaia. Até que eu não seja mais capaz de dizer seu nome. Até que meu coração bata pela última vez. Só então, pode ser que eu pare. Pode ser” (Ariano Suassuna).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por conceder-me todos os meios materiais e espirituais para cursar o Mestrado, permitindo-me enfrentar os desafios, amparando-me em minhas fragilidades e fortalecendo-me em meus propósitos e projetos de vida.

À minha família que amo além do infinito, meu irmão, meus sobrinhos e sobrinhos netos. Dedico também a vocês esta pesquisa. Obrigada pela existência em minha vida, por me incentivarem, apoiarem e estarem ao meu lado sempre, em sentimento de amor e cuidado.

Ao meu esposo Marcos Vinicius Teixeira Paim por sua generosidade, incentivo, compreensão, apoio, carinho, dedicação. Você esteve sempre ao meu lado, foi perseverante e me concedeu todos os meios para que eu pudesse cursar o mestrado, desde o apoio material, financeiro, à amorosidade e cuidado, que são incondicionais. Eterna admiração e gratidão!

Ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *Campus* Campo Mourão, sendo este fundamentado e estando sob a diretriz da intersetorialidade permitiu-me olhar de forma ampliada e significativa para as questões de ordem social, econômica, política, cultural e natural presentes no mundo contemporâneo.

O agradecimento à UNESPAR refere-se a todos/as os/as Professores/as e aos demais servidores públicos que constituem o quadro funcional desta renomada instituição, profissionais que atuam em todas as áreas: administrativa, serviços gerais, tecnologia de informação, secretarias, enfim, à toda comunidade universitária.

Aos/as Professores/as do PPGSeD que nos acolheram, apoiaram, compartilharam seus conhecimentos e experiências de vida e profissão, conduzindo-nos à conclusão do Mestrado.

Em especial à Professora Aurea Andrade Viana de Andrade, minha querida Orientadora que esteve comigo durante todo o processo. Obrigada por acreditar em meu projeto de pesquisa, por sua paciência e palavras/atitudes de incentivo, amizade, carinho, acolhimento. Uma mulher admirável e detentora de humildade, generosidade, gentileza e muito saber, “receita infalível” dos grandes estudiosos e pesquisadores.

Aos Professores Fábio Rodrigues da Costa e Sandra Maria Scheffer pelos quais sinto admiração e gratidão pelo conhecimento e vivência agregados em suas respectivas áreas do saber e que, de forma muito respeitosa e significativa, contribuíram para o desenvolvimento, aprimoramento e conclusão de minha pesquisa.

Aos/as amigos/as do PPGSeD, cada um em sua respectiva área do conhecimento, foram extremamente importantes para a minha trajetória e aprimoramento pessoal, estudantil e profissional. E que bom que a vida permitiu nosso encontro e que pudemos compartilhar momentos de estudos, diálogos, trabalhos em grupo, dificuldades, desafios e, nos momentos que pensávamos em desistir, um apoiava o outro. E, também teve muitas risadas, cafés, memes, almoços, viagens.

Registro aqui minha eterna gratidão à minha amiga Adriane Mendes Dantas, ao João seu esposo e à Lais Vitória sua filhinha. Sem sombra de dúvidas, digo que esta é a família que Deus me apresentou e presenteou em Campo Mourão. Me acolheram, me receberam em seu lar, compartilharam o alimento, carinho e cuidado comigo. Vocês estão e sempre estarão em um lugar muito especial da minha vida, do meu coração e da minha história do Mestrado, amo vocês.

À Laine Oliveira, minha Psicóloga, que foi essencial para meu direcionamento ao Mestrado. Quando, no decorrer das sessões de terapia, ao falarmos sobre sonhos, desafios, estudos e da busca de outros sentidos para minha vida - em um momento difícil - me desafiou a enfrentar meus medos e angústias apoiando-me na minha decisão de participar do processo seletivo. E me acompanhou, me ouviu, me fortaleceu em toda a trajetória, vivenciando as dificuldades e alegrias dessa conquista.

À minha amiga querida Aline Hrysyk que gentilmente e prontamente desenvolveu as ferramentas digitais para o processo de coleta dos dados da pesquisa empírica. Aline, tenho um carinho e respeito enorme por você, pela pessoa humilde, batalhadora e dedicada que você é. Muito obrigada pela sua generosidade e por contribuir de forma decisiva com a pesquisa.

Aos/as meus/minhas amigos/as com os quais compartilho meu cotidiano de trabalho e que me acompanharam/contribuíram em minha trajetória no Mestrado! Muito obrigada Pricila Basso, Marcele Xavier, Marcos Sobreira, Noeli Candeu, Cristiane Mazzo e Marcos Paim.

À minha amiga irmã Cristiane Mazzo por nossos diálogos e por todas as contribuições que você fez para a construção e formatação dessa pesquisa. Obrigada por estar ao meu lado durante essa trajetória, me incentivar, rir e chorar comigo, não medindo esforços para me apoiar. Te admiro muito e agradeço a Deus por nossa irmandade.

Minha gratidão aos/as participantes da pesquisa: Famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos Municípios de Arapuã, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí, aos/as Técnicos/as, Coordenadores e equipes de apoio dos CRAS que possibilitaram e mediaram os encontros com as famílias.

Aos/as Técnicos/as e Coordenadores dos CRAS que participaram da pesquisa respondendo aos questionários e aos/as Gestores/as, dos Municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, que autorizaram/participaram da pesquisa no âmbito da gestão da Política Pública de Assistência Social.

Aos/as participantes, meu reconhecimento, respeito e gratidão por compartilharem comigo seus saberes, histórias de vida, desafios, sonhos, bem como as vulnerabilidades/riscos sociais e as potencialidades presentes nos territórios. As participações foram decisivas, relevantes e expressivas para a construção da pesquisa empírica e para o estabelecimento das categorias de análise.

Escrever uma dissertação – vou apropriar-me aqui de uma expressão de Claude Raffestin (1993) – é uma operação solitária, mas que pressupõe de uma rede de múltiplas amizades, solidariedades e amorosidades, e que privilégio o meu encontrar ao longo do caminho todos vocês que deram sentido e significado a tudo isso que vivi.

O pensamento é como águia que só alça voo nos espaços vazios do desconhecido. Pensar é voar sobre o que não se sabe. Não existe nada mais fatal para o pensamento que o ensino das respostas certas. Para isso existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido.

(Rubem Alves)

PAIM, Elesandra da Silva. **Território multidimensional: categoria analítica e prática no âmbito da Política Pública de Assistência Social em Municípios de Pequeno Porte I.** 234f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMO

O tema desta dissertação versou sobre a categoria território multidimensional com ênfase na Política Pública de Assistência Social (PPAS) e sua intersecção com a gestão e a execução dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica, através do diagnóstico socioterritorial, articulação setorial e intersetorial. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar as concepções de território que permeiam a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais voltados à Proteção Social, em Municípios de Pequeno Porte I. Visando atingir este objetivo desenvolvemos uma pesquisa descritiva e qualitativa com aporte teórico metodológico centrado no materialismo histórico dialético. Neste estudo reiteramos o território enquanto lugar de relações sociais, correlações de forças, conexões e redes, categoria analítica e prática, eixo estruturante e basilar das políticas públicas. Posto isto, o consideramos multidimensional e multiescalar, sendo imprescindível o (re)conhecimento e análise das vulnerabilidades, riscos sociais e potencialidades presentes nos territórios. No decorrer desta pesquisa, contemplamos as questões problemáticas que envolvem o território, a gestão das políticas públicas e a execução dos serviços na lógica da proteção social e, da garantia de direitos. Consideramos também, a gestão territorial voltada ao aprimoramento dos serviços socioassistenciais em prol da prevenção e superação das vulnerabilidades e riscos sociais, vivenciados pelas famílias acompanhadas pela Política Pública de Assistência Social. Este estudo foi composto pelas seguintes etapas: 1) apresentação de abordagens e concepções do conceito de território, concepção de território no escopo das políticas públicas mais especificamente da política de assistência social, 2) caracterização/recorte territorial referente ao *locus* da pesquisa, considerando os Municípios de Pequeno Porte I pertencentes à área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), 3) aplicação de questionários aos/as Secretários/as da Política Municipal de Assistência Social, Técnicos/as da equipe de referência/Coordenadores/as dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, Famílias acompanhadas pela unidade pública estatal mencionada. Os achados da pesquisa empírica, associados às análises e reflexões evidenciaram que as concepções mais recorrentes de território presentes para os grupos participantes da pesquisa contemplam as dimensões: social, político-administrativa e areal, concluindo que a categoria território não é concebida em uma perspectiva multidimensional. O território, também está atrelado ao local onde estão disponibilizados e ofertados os serviços públicos. Embora demonstrem o entendimento quanto a importância desta categoria e concordem que trata-se de um dos eixos basilares para a PPAS, ainda são rarefeitas as proposições sistematizadas e apropriação de informações e indicadores voltados à construção de diagnósticos socioterritoriais, que embasem o planejamento, gestão e execução dos serviços socioassistenciais. No decorrer das análises, as categorias intersetorialidade, ruralidade e identidade, demonstraram-se fundamentais no ciclo das políticas públicas, com ênfase na PPAS, enquanto diretrizes para os processos de gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios em prol da defesa e garantia de direitos e da efetiva e concreta proteção social.

Palavras-chave: Território multidimensional, Políticas Públicas, Assistência Social, Gestão.

PAIM, Elesandra da Silva. **Territorio multidimensional: categoría analítica y práctica en el ámbito de la Política Pública de la Asistencia Social en Municipios de Pequeño Porte I** 234f. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo, Universidad Estadual de Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMEN

El tema de esta disertación expone acerca de la categoría territorial multidimensional con énfasis en la Política Pública de la Asistencia Social (PPAS) y su intersección con la gestión y la ejecución de los servicios socio asistenciales en el ámbito de la Protección Social Básica, a través del diagnóstico socio territorial, y la articulación sectorial e intersectorial. El objetivo general de esta investigación fue identificar los conceptos de territorio que atraviesan la gestión, la oferta y la ejecución de los servicios socio asistenciales relacionados a la Protección Social, en Municipios de Pequeño Porte I. Para lograr este objetivo se desarrolló una investigación descriptiva y cualitativa con contribución metodológica teórica centrada en el materialismo histórico dialéctico. En este estudio reiteramos el territorio como lugar de las relaciones sociales, correlaciones de fuerzas, conexiones y redes, categoría analítica y práctica, estructurante y eje básico de las políticas públicas. Dicho esto, lo consideramos multidimensional y multiescalar, siendo esencial el (re)conocimiento y análisis de las vulnerabilidades, riesgos sociales y potencialidades presentes en los territorios. En el curso de esta investigación, contemplamos las cuestiones problemáticas que involucran el territorio, la gestión de las políticas públicas y la ejecución de servicios en la lógica de la protección social y la garantía de los derechos. También consideramos la gestión territorial dirigida a la mejora de los servicios de asistencia social a favor de la prevención y superación de vulnerabilidades y riesgos sociales, vivenciados por las familias acompañadas por la Política Pública de Asistencia Social. Este estudio fue compuesto por las siguientes etapas: 1) presentación de enfoques y concepciones del concepto de territorio, concepción del territorio en el ámbito de las políticas públicas más específicamente de la política de asistencia social, 2) caracterización/recorte territorial referido al *locus* de la investigación considerando los Municipios de Pequeño Porte I que pertenecen al área cubierta por la Oficina Regional de Ivaiporã de la Secretaria de Estado de Justicia, Familia y Trabajo (SEJUF), 3) aplicación de cuestionarios a los/las Secretarios/as de la política Municipal de Asistencia Social, Técnicos/as del equipo de referencia/Coordinadores/as de los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) y, Familias acompañadas por la unidad pública estatal mencionada. Los hallazgos de la investigación empírica, asociados a los análisis y reflexiones, evidenciaron que las concepciones de territorio más recurrentes presentes para los grupos participantes en la investigación incluyen las dimensiones: social, político-administrativa y areal, concluyendo que la categoría territorio no es concebida en una perspectiva multidimensional. El territorio también está vinculado al lugar donde se encuentran disponibles y ofrecidos los servicios públicos. Si bien demuestran comprender la importancia de esta categoría y coinciden en que es uno de los ejes básicos para el PPAS, se plantean propuestas sistematizadas y apropiación de información e indicadores encaminados a la construcción de diagnósticos socioterritoriales, que sustenten la planificación, gestión y ejecución de los servicios de asistencia social. Durante los análisis, las categorías de intersectorialidad, ruralidad e identidad resultaron fundamentales en el ciclo de las políticas públicas, con énfasis en la PPAS, como directrices para los procesos de gestión y ejecución de servicios, programas, proyectos y prestaciones a favor de la defensa y garantía de derechos y protección social efectiva y concreta.

Palabras clave: Territorio multidimensional, Políticas Públicas, Asistencia Social, Gestión.

PAIM, Elesandra da Silva. **Multidimensional territory: analytical category and practice in the context, Public Social Assistance Policy in small sized Municipalities I.** 234f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2023.

ABSTRACT

The theme of this dissertation has been focused on the multidimensional territory category with an emphasis on the Public Social Assistance Policy (PSAP) and its intersection with the management and implementation of social assistance services within the scope of Basic Social Protection and it has been achieved through socioterritorial diagnosis, sectoral and intersectoral coordination. The overall objective of this research was identifying the conceptions of territory that permeates the management, provision, and implementation of social assistance services aimed at Social Protection in Small-Sized Municipalities I. In order to achieve this objective, a descriptive and qualitative research has been conducted, guided by a theoretical and methodological framework rooted in dialectical historical materialism. In this study, we reiterated the territory as a place of social relations, dynamics power, connections and networking, an analytical and practical category, a foundational axis of public policies. Given this, we have considered it multidimensional and multiscale, necessitating the (re)recognition and analysis of vulnerabilities, social risks, and potentialities present are essential. Throughout the process, an attempt was made to address the following questions: does the management, implementation, and provision of social assistance services, programs, and benefits in the logic of social protection and guarantee of rights? Based on territorial management, is it possible to improve the offer of social assistance services in order to prevent and overcome vulnerabilities and social risks, experienced by families accompanied by the Public Social Assistance Policy? In response to these inquiries, the following steps were carried out: 1) a study on the approaches and conceptions of the territory concept, particularly in the context of public policies, especially the social assistance policy, 2) territorial characterization/focus related to the research location, considering Small-Sized Municipalities I within the jurisdiction of the Regional Office of Ivaiporã of the Department of Justice, Family, and Labor (SEJUF), 3) administration of questionnaires to Municipal Social Assistance Policy Secretaries, Technicians staff of the reference team/Coordinators of the Social Assistance Reference Centers (CRAS), and families accompanied by the aforementioned public state unit. The findings of empirical research, along with the analyses and reflections, have shown that the most recurrent conceptions of territory held by the participating groups in the study encompass the dimensions: social, political-administrative, and geographical. It concludes that the category of territory is not conceived in a multidimensional perspective. Territory is also linked to the location where public services are provided and offered. Although they demonstrate an understanding of the importance of this category and agree that it is one of the fundamental pillars for the Social Assistance Public Policies (PPAS), there is still a lack of systematic propositions and the appropriation of information and indicators aimed at building socio-territorial diagnostics that underpin the planning, management, and execution of social assistance services. Throughout the analyses, the categories of intersectorality, rurality, and identity have proven to be fundamental in the cycle of public policies, with an emphasis on the PPAS, as guidelines for the management and execution processes of services, programs, projects, and benefits in support of the defense and guarantee of rights and effective and concrete social protection.

Keywords: Multidimensional territory, Public Policies, Social Assistance, Management.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ciclo da abordagem territorial.....	28
Figura 2 - Fluxo referente ao processo de formulação e acompanhamento das ações governamentais.....	67
Figura 3 - Municípios que compreendem a área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã.....	91
Figura 4 - Grau de escolaridade dos/as Secretários/as da PMAS.....	121
Figura 5 - Faixa etária dos/as Secretários/as da PMAS.....	123
Figura 6 - Tempo de atuação enquanto Secretário/a nível municipal.....	123
Figura 7 - Grau de escolaridade dos/as Técnicos/as e Coordenadores/as da PMAS.....	135
Figura 8 - Situação atual em relação ao diagnóstico socioterritorial.....	147
Figura 9 - Percentual de Famílias participantes por Município.....	152
Figura 10 - Grau de escolaridade dos participantes (Grupo C).....	152
Figura 11 - Faixa etária dos participantes (Grupo C).....	153
Figura 12 - Acesso/atendimento nos serviços públicos.....	161
Figura 13 - Você possui informações e orientações sobre as políticas públicas.....	164
Figura 14 - Há articulação intersetorial da PPAS com as demais políticas públicas nos territórios.....	188
Figura 15 - Quais as políticas públicas que atuam de forma integrada nos territórios.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de unidades Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Municípios PPI pertencentes à área de abrangência do Escritório Regional Ivaiporã – SEJUF.....	94
Tabela 2 - Perfil renda famílias cadastradas no Cadastro Único.....	98
Tabela 3 - Total de famílias em acompanhamento no CRAS – junho 2022.....	99
Tabela 4 - Municípios, ano de criação, respectiva região geográfica e turística do Estado do Paraná.....	101
Tabela 5 - Municípios, área territorial, estimativa da população urbana/rural.....	109
Tabela 6 - Número de equipamentos culturais existentes por município - referência 2021.....	118
Tabela 7 - Dificuldades e fragilidades identificadas pelas famílias nos territórios..	155
Tabela 8 - Melhorias a serem implantadas segundo a opinião das famílias.....	157
Tabela 9 - Aspectos positivos identificados pelas famílias no território.....	162
Tabela 10 - Dificuldades/mudanças vivenciadas pelas famílias no contexto pandêmico.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Definições de Políticas Públicas.....	50
Quadro 2 Elementos principais que constituem as Políticas Públicas.....	50
Quadro 3 Síntese descritiva da tipologia das Políticas Públicas.....	52
Quadro 4 Definição das Políticas Públicas conforme o alcance de suas ações.....	53
Quadro 5 Apontamentos crítico-reflexivos em relação à concepção de território em Políticas Públicas.....	63
Quadro 6 Objetivos da Assistência Social.....	73
Quadro 7 Princípios que regem a Assistência Social.....	74
Quadro 8 Diretrizes da organização da Assistência Social.....	74
Quadro 9 Descrição dos serviços/programas ofertados no âmbito da Proteção Social Básica.....	93
Quadro 10 Fases do processo da técnica de análise de conteúdo.....	100
Quadro 11 Aspectos referentes à história dos Municípios.....	103
Quadro 12 Atividades econômicas desenvolvidas nos Municípios.....	111
Quadro 13 Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) – 2020.....	114
Quadro 14 Pontos turísticos identificados no território.....	116
Quadro 15 As dimensões de território identificadas a partir das concepções descritas.....	124
Quadro 16 Vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B.....	127
Quadro 17 Serviços públicos, programas e projetos ausentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B.....	129
Quadro 18 A relação entre território, gestão, oferta e execução dos serviços e a proteção social.....	134
Quadro 19 As dimensões de território identificadas a partir das concepções descritas.....	135
Quadro 20 Respostas afirmativas no que se refere à proteção social, mediante a gestão e execução de serviços socioassistenciais a partir do território.....	139
Quadro 21 Dificuldades e fragilidades identificadas no âmbito da gestão e execução.....	141

Quadro 22 Potencialidades presentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B.....	149
Quadro 23 Demandas apontadas pelas famílias em relação às políticas públicas.....	158
Quadro 24 Estratégias adotadas nos processos de gestão da PPAS e execução dos serviços no contexto da pandemia SARS COVID – 19.....	168
Quadro 25 Vulnerabilidades, violações de direitos e riscos sociais agravados pela pandemia SARS COVID – 19.....	171
Quadro 26 Registros das famílias em relação às vivências durante a pandemia COVID 19.....	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEP	Comitê de Ética Unespar
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Serviço de Referência Especializado de Assistência Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPDM	Índice IPARDES de Desempenho Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOPS SUAS	Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos – Sistema Único de Assistência Social
NOB RH SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PMAS	Política Municipal de Assistência Social
PPAS	Política Pública de Assistência Social
PPI	Pequeno Porte I
PP	Política Pública
PPs	Políticas Públicas
PR	Paraná
PSB	Proteção Social Básica

SARS COVID – 19	Coronavirus Disease infecção respiratória provocada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-20)
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEJUF	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
PPGSeD	Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL: CATEGORIA ANALÍTICA E PRÁTICA E SUA INTERSECÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
2.1 A construção da pesquisa sob o viés da interdisciplinaridade.....	27
2.2 Concepções e abordagens construídas historicamente sobre o conceito de território.....	32
2.3 O território na agenda das políticas públicas.....	48
2.3.1 Território: eixo estruturante e estratégico no âmbito da Política Pública de Assistência Social.....	70
3 A DESCRIÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL.....	85
3.1 O caminho metodológico percorrido na construção da pesquisa.....	85
3.2 Recorte territorial: Municípios de Pequeno Porte I pertencentes à área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã – SEJUF.....	101
4 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ABORDAGEM TERRITORIAL VOLTADA À PROTEÇÃO SOCIAL.....	121
4.1 O conceito de território que norteia a atuação dos/as Secretários/as na gestão da Política Pública de Assistência Social e, dos/as Técnicos/as e Coordenadores/as que atuam nos CRAS.....	124
4.1.2 Fragilidades e potencialidades na gestão territorial, no que tange à gestão da PMAS e execução/oferta dos serviços socioassistenciais nos territórios.....	141
4.1.3 O (re)conhecimento do território a partir do “olhar” das famílias acompanhadas pelos/as técnicos/as da equipe de referência dos CRAS.....	151
4.2 O impacto da pandemia SARS COVID-19 na gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais no âmbito da política de assistência social.....	165
4.3 Intersetorialidade, ruralidade e identidade: categorias empíricas que	

emergiram a partir do processo de coleta e análise dos dados.....	178
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	206
APÊNDICES.....	222

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação versou sobre a categoria território multidimensional com ênfase na Política Pública de Assistência Social (PPAS) e, sua intersecção com a gestão e a execução dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica através do diagnóstico socioterritorial, articulação setorial e intersetorial.

O interesse em dedicar-me a este tema é fruto de processos reflexivos e vivência profissional enquanto Assistente Social na Política Pública de Saúde e Assistência Social, suscitando-me o desejo em aprofundar e aprimorar os conhecimentos no que diz respeito ao território e à gestão territorial.

Realizando a retrospectiva histórica referente à formação e atuação profissional, graduei-me na área de Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Paraná, sendo que no início da carreira de Assistente Social atuei no âmbito da saúde privada em uma Cooperativa Médica no Município de Ponta Grossa - Paraná (PR). Posteriormente trabalhei na área industrial em um frigorífico situado no Município de Carambeí (PR), especificamente na área de Recursos Humanos, Benefícios e Clima Organizacional.

Em 2009 (dois mil e nove) realizei concurso público para o Cargo de Agente Profissional função Assistente Social, sendo este certame promovido pela Secretaria Estadual da Administração e da Previdência do Paraná (SEAP).

No período que corresponde março 2014 a novembro 2014 atuei enquanto residente técnica na função Assistente Social, em equipe multidisciplinar na residência profissional em saúde do idoso. Residência ofertada pelo Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (Wallace Thadeu de Mello e Silva) localizado no Município de Ponta Grossa, no qual trabalhei diretamente com a política pública de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) em unidade hospitalar e unidade básica de saúde.

No ano de 2015 (dois mil e quinze) fui convocada no concurso público mencionado e, passei a desenvolver minhas atividades profissionais enquanto servidora pública estadual lotada na Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) no Escritório Regional de Ponta Grossa.

Em 2020 (dois mil e vinte) por questões de ordem familiar passei a residir no Município de Ivaiporã, sendo realocada para o quadro funcional do Escritório Regional de Ivaiporã - Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Cabe aqui um adendo, no sentido de que a Secretaria anteriormente denominada SEDS passou por alteração de sua

nomenclatura denominando-se Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), mediante a Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019.

Nesta regional deparei-me com Municípios Pequeno Porte I¹ (PPI) que apresentavam uma realidade distinta da que até então teria vivenciado. Com desafios, diversidades e demandas específicas instigando-me a conhecer, entender e refletir sobre a execução e gestão da PPAS nestes municípios.

Acrescento a esta questão, o fato de que o Estado do Paraná conta com 399 (trezentos e noventa e nove) municípios e destes, 308 (trezentos e oito) possuem até 20.000 (vinte mil) habitantes, ou seja, 77% dos municípios paranaenses caracterizam-se enquanto PPI. Outro dado, dos 308 municípios PPI, 98 (noventa e oito) contam com uma população de até 5.000 (cinco mil) habitantes, conforme a Agência Estadual de Notícias (2022).

Ainda em relação ao porte populacional segundo informações disponíveis na Rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social) com base no censo IBGE 2010, dos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros, 3.919 (três mil novecentos e dezenove) são caracterizados enquanto PPI e 1.043 (mil e quarenta e três) Pequeno Porte II - PPII (20.001 a 50.000 habitantes). Ou seja, 70% das cidades brasileiras possuem até 20.000 (vinte mil) habitantes, representando estatisticamente uma parcela considerável da população brasileira.

Vieira, Roma e Miyazaki (2007) defendem a importância de conhecermos os processos dinâmicos das cidades pequenas. Referem que se trata de uma tarefa fundamental em perspectivas de análise que considerem os processos de urbanização, urbanização excludente e do acirramento das desigualdades socioespaciais. Pois no Brasil os municípios pequenos representam estatisticamente uma parcela considerável, no entanto segundo estes estudiosos, são deixados de lado pelos pesquisadores.

Pontuam que as pesquisas realizadas com foco nos municípios pequenos são pouco expressivas na realidade brasileira. Citam que os estudos voltam-se mais para cidades médias, grandes e metrópoles nas quais os problemas e desafios são mais intensos, no entanto nos municípios menores ocorrem as mesmas dinâmicas, em menor escala e com suas especificidades e desafios (VIEIRA, ROMA e MIYAZAKI, 2007).

Corroborando com este pensamento e considerando os indicadores descritos (número total de municípios de pequeno porte no Brasil e no Estado do Paraná) justificamos a

¹ Classificação por porte populacional segundo a política nacional de assistência social (BRASIL, 2004): Municípios Pequeno Porte I até 20.000 (vinte mil) habitantes, Pequeno Porte II (20.001 habitantes até 50.000), Médio Porte (50.001 habitantes até 100.000), Grande Porte (100.001 habitantes até 900.000) e Metrópole superior a 900.000 mil habitantes.

importância em direcionarmos estudos e desenvolvermos pesquisas no âmbito das políticas públicas, que tragam em seu bojo a categoria território, voltadas para a especificidade e realidade dos municípios de PPI. Oportunizando possibilidades para pensar, repensar, aprimorar as políticas públicas e a gestão pública através destes estudos, pesquisas, diagnósticos e planos de desenvolvimento socioterritorial e intersetorial.

No ano de 2021 ingressei no curso de Mestrado Interdisciplinar no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD, sendo um dos desafios pensar/alçar voo para além de nossa área de formação (Serviço Social) e da política pública à qual represento, sob a premissa de que a compreensão da realidade “[...] se dá a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas na tentativa de superar abordagens [...] setoriais” (DALLABRIDA, 2021, p. 45).

A partir do curso das disciplinas do Mestrado, das leituras ampliadas, dos diálogos e reflexões com os/as Professores/as e a Orientadora, do rico convívio e trocas de saberes com os colegas da turma (considerando que estes representam diversas áreas do conhecimento) o conceito de território revelou-se fundamental, complexo e interdisciplinar.

Assim as trajetórias acadêmica e profissional contribuíram como menciona Minayo (2002) para a cartografia da escolha, pois através dos caminhos percorridos (principalmente atuando no âmbito de políticas públicas) “veio à tona” o desejo e a intenção em ampliar os conhecimentos acerca do conceito território, uma vez que este se delineava enquanto eixo estruturante e basilar para as políticas públicas.

Partimos do seguinte pressuposto, no âmbito da política pública de assistência social o território é considerado enquanto base de organização do sistema, onde os serviços socioassistenciais devem ser planejados territorialmente e estarem próximos aos cidadãos (BRASIL, 2004).

No entanto, para além do conceito território atrelado à lógica da gestão, da localização geográfica das unidades públicas estatais, da oferta e execução dos serviços socioassistenciais ele também é concebido enquanto “[...] espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos aos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2004, p. 54).

E, considerando que as fronteiras conceituais estabelecidas pelas diversas áreas do conhecimento tornaram-se permeáveis, mediante a necessidade de ultrapassá-las conjugando um amplo leque de saberes, contribuições e competências voltadas ao entendimento e atuação

frente aos problemas desafiadores e complexos do mundo contemporâneo (RAYNAUT, 2014).

Buscamos o referencial teórico-conceitual e atemporal de Claude Raffestin, Marcos Saquet, Rogério Haesbaert e Milton Santos os quais vivenciando determinado contexto social, histórico, político e a partir de suas visões de homem e mundo trouxeram significativas contribuições no que tange às concepções e abordagens territoriais, auxiliando-nos a compreender o território enquanto categoria multidimensional.

Para Saquet (2007, p. 13) o território é um conceito complexo, “[...] substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. Neste sentido instigou-me elaborar a pesquisa considerando o território em suas múltiplas dimensões sobre o olhar da interdisciplinaridade, com foco nas políticas públicas e especificamente na política de assistência social, identificando e analisando as fragilidades e potencialidades (KOGA e NAKANO, 2005) da gestão territorial.

Neste contexto emergiram as seguintes problemáticas: a partir do território realiza-se a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios na lógica da proteção social e garantia de direitos? A partir da gestão territorial é possível, aprimorar a oferta dos serviços socioassistenciais em prol da prevenção e superação das vulnerabilidades e risco social vivenciados pelas famílias acompanhadas pela Política Pública de Assistência Social?

Posto isto, tornou-se imprescindível debater sobre a compreensão do território e como este é problematizado, como se dá o exercício da gestão territorial a partir da política de assistência social, nas ações de diagnóstico socioterritorial e articulação setorial e intersetorial nos territórios referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos Municípios de PPI.

Instigou-me identificar se a presença estatal materializada a partir de suas unidades públicas no território concretiza-se apenas no sentido da proximidade, do acesso aos serviços socioassistenciais no escopo da política pública de assistência social ou, o território é pensado e concebido a partir de suas diversas dimensões. Com suas singularidades, riscos, desigualdades, espaço contraditório e complexo, que pode ser potencializado enquanto instrumento social conforme defende Pizzio e Silva (2016).

Coube questionarmos como (ou se) a partir do território realiza-se a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios na lógica da proteção social e garantia de direitos, partindo do pressuposto de que o território é o lugar das relações sociais, conexões e redes, enquanto eixo basilar no escopo das políticas públicas.

Entendemos que é imprescindível (re)conhecê-lo enquanto lugar estratégico na base da organização do sistema social, econômico, cultural e político, em prol da oferta e fortalecimento da proteção social nos territórios. Salientamos quanto à importância em conhecer e analisar o território e quais impactos com base nas análises realizadas poderão ser gerados. Buscando atuar de maneira preventiva em relação aos riscos e vulnerabilidades, tendo enquanto diretriz o planejamento estratégico.

Em complemento, ao considerarmos o território sob o viés da interdisciplinaridade a qual nos permite uma visão ampliada e abrangente para além da dimensão areal, englobando as dimensões: econômica, política, social, cultural e natural, nossa pesquisa buscou conhecimentos nas áreas da Geografia, Serviço Social, Economia, Sociologia e História.

Na abordagem interdisciplinar o território configura-se enquanto uma categoria central, estudá-lo é entendê-lo e apreendê-lo em uma perspectiva ampliada enquanto espaço de poder, relações e interações sociais, fonte de matéria, produção social, abrigo e redes (ABREU; CURY, 2017). Este deve ser pensado a partir de suas articulações, conexões e interações em um dado contexto histórico, onde a vida se expressa concretamente (PIZZIO; SILVA, 2016).

Partimos do pressuposto que, a partir da concepção do território multidimensional e multiescalar seria possível contribuir para a formulação, gestão e implementação de políticas públicas mais efetivas, inclusivas, articuladas, globais, igualitárias, equitativas, emancipatórias e justas. Buscando romper com práticas fragmentadas, descontínuas, ações desconectadas da realidade com foco no caráter compensatório, com a responsabilização dos indivíduos e justaposição de ações, sem considerar o território com suas particularidades e especificidades.

No decorrer deste estudo mencionamos os impactos causados pela Pandemia SARS COVID 19, “[...] Coronavirus Disease infecção respiratória provocada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 SARS-CoV-2” (PEREIRA, 2020, p. 3) nos territórios, com ênfase na gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais, considerando a necessidade do cumprimento das medidas legais de segurança sanitária, determinadas através de atos oficiais dos entes federativos a nível federal, estadual e municipal.

E diante deste contexto, quais foram às estratégias de ação adotadas pela Política Municipal de Assistência Social (PMAS) no sentido de assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia. Uma vez que este contexto exigia, a adoção de medidas e procedimentos que propiciassem a reorganização das unidades e serviços socioassistenciais, do atendimento e das equipes no sentido de

assegurar a aderência e o cumprimento às recomendações e normativas sanitárias (BRASIL, 2020, p. 2).

Com base nas questões problemáticas que possibilitaram um diálogo entre nosso olhar enquanto pesquisadora e a realidade a ser estudada, definiu-se enquanto objetivo geral desta pesquisa: identificar as concepções de território que permeiam a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais voltados à Proteção Social, em Municípios de Pequeno Porte I.

A partir deste objetivo geral desdobraram-se os objetivos específicos os quais consistiram em: a) verificar no âmbito das políticas públicas com foco na política de assistência social, qual a concepção e abordagem do território; b) averiguar junto às famílias acompanhadas no CRAS quais fragilidades e potencialidades identificam no território; c) identificar junto aos/as Técnicos/as ou Coordenadores/as dos CRAS quanto às fragilidades e potencialidades da gestão territorial; d) descrever como se concretiza a atuação da Política Municipal de Assistência Social no território na perspectiva do trabalho intersetorial, e) mencionar quais os impactos da pandemia da SARS - COVID 19 na gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais no território.

Elencados os objetivos desenvolvemos uma pesquisa descritiva pois estabelecemos relações entre o território e as políticas públicas e qualitativa, na qual trabalhamos as informações buscando seus significados e conexões, sendo o aporte teórico metodológico centrado no materialismo histórico dialético.

Este aporte nos possibilita uma abordagem conectada ao interesse humano crítico emancipador, à transformação da realidade e libertação dos sujeitos das diversas formas de dominação e enganação, concebendo-os enquanto ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais. Metodologicamente nos permite explicitar as contradições e diagnosticar os bloqueios e possibilidades de superação destes (DALLABRIDA, 2021).

Diante dos elementos expostos, esta dissertação está estruturada em 05 (cinco) seções. Na seção 1- Introdução apresentamos a temática central da dissertação e o “lugar de fala” da pesquisadora contemplando uma síntese da trajetória estudantil e profissional. Na sequência citamos brevemente o território enquanto conceito multidimensional e situamos a presença da interdisciplinaridade na pesquisa. Apresentamos também os objetivos geral e específicos e de forma sucinta a metodologia adotada, a qual será apresentada de forma detalhada na seção 3.

A seção 2 sob o título Território multidimensional: categoria analítica e prática e sua intersecção com as políticas públicas, iniciamos abordando a pesquisa sob o viés da interdisciplinaridade e delineamos as abordagens conceituais construídas historicamente sobre

o território. A seguir identificamos as concepções que perpassam o entendimento e análise do território no escopo das políticas públicas, partindo do pressuposto que se trata de uma categoria analítica e prática, sendo considerado um dos eixos basilares no âmbito da PPAS.

Na seção 3 - Descrição do processo metodológico e caracterização do recorte territorial - discorremos sobre o caminho metodológico percorrido na pesquisa empírica. Descrevemos o recorte territorial adotado no que se refere ao *locus* da pesquisa, contemplando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais dos Municípios de PPI pertencentes à área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã da SEJUF.

Esta área é composta por 19 (dezenove) Municípios sendo que deste total, 18 (dezoito) caracterizam-se enquanto PPI (foco desta pesquisa) os quais são: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. E, 01 (um) pequeno porte II qual seria o Município de Ivaiporã.

Em relação à pesquisa empírica, esta realizou-se entre os meses de maio e junho de 2022 junto aos/às Secretários/as Municipais da Política de Assistência Social, Técnicos/as de Referência e/ou Coordenadores/as dos CRAS e Famílias acompanhadas pela unidade pública estatal mencionada.

Para a definição quanto ao número de famílias acompanhadas pela equipe técnica dos CRAS que participaram da pesquisa, utilizamos critérios atrelados à amostragem e, a base de dados do Cadastro Único² e do relatório mensal de atendimentos (RMA) dos CRAS, ambos referentes ao mês de julho/2022.

Na seção 4 descrevemos a concepção de território adotada pelos/as Secretários/as da Política de Assistência Social na gestão municipal e dos/as Técnicos/as que atuam na equipe de referência/Coordenadores/as das unidades públicas estatais CRAS. E demonstramos o (re)conhecimento do território, suas fragilidades e potencialidades a partir do “olhar” das famílias acompanhadas nos CRAS.

Em complemento, procuramos identificar as fragilidades e potencialidades da gestão territorial no âmbito da Proteção Social Básica em Municípios PPI e, buscamos mencionar os

² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo o conhecimento acerca da realidade socioeconômica das famílias cadastradas. Nele são registradas informações como: características do domicílio, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Para o programa cadastro único, famílias em situação de extrema pobreza referem-se àquelas cuja renda mensal *per capita* é até R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

impactos da pandemia SARS – COVID 19 no que tange à gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios nos territórios.

Recorremos à análise de conteúdo enquanto técnica/forma de tratamento e análise dos dados na pesquisa qualitativa. E também discorremos sobre as categorias empíricas intersetorialidade, ruralidade e identidade presentes na abordagem territorial, que emergiram a partir da coleta dos dados.

Posteriormente na seção 5 apresentamos as considerações possíveis no presente momento e delineamos estratégias de ação sendo uma destas, a proposta voltada à construção do diagnóstico socioterritorial no âmbito da PMAS em uma perspectiva interdisciplinar, intersetorial, participativa, horizontal, dialógica e coletiva.

2 TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL: CATEGORIA ANALÍTICA E PRÁTICA E SUA INTERSECÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses: tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; têm um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade – continuidade – descontinuidade, num único movimento); o novo contém pois o velho e este aquele (SAQUET, 2007, p. 13).

Nesta seção apresentamos a pesquisa sob o viés da interdisciplinaridade e delineamos as abordagens conceituais construídas historicamente sobre o território. Na sequência mencionamos as concepções que perpassam o entendimento e análise do território no âmbito das políticas públicas com ênfase na PPAS. Nesta pesquisa concebemos o território enquanto categoria multidimensional analítica e prática, sendo considerado um dos eixos basilares das políticas públicas e partimos do pressuposto que se trata de uma temática interdisciplinar.

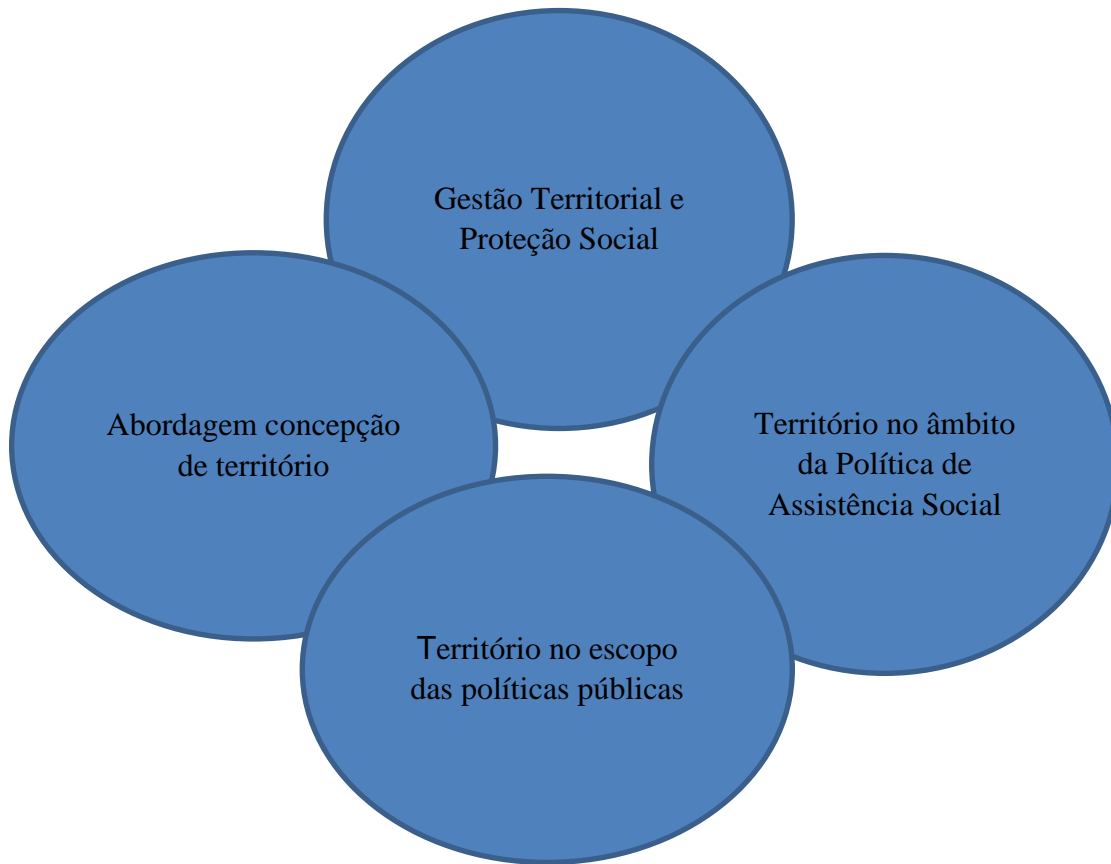
2.1 A construção da pesquisa sob o viés da interdisciplinaridade

Para que pudéssemos abordar a gestão territorial no âmbito da PPAS fez-se necessário buscarmos qual o conceito de território presente na perspectiva analítica e prática para além do escopo da política de assistência social.

Cabe aqui mencionarmos que apresentaremos um breve resgate histórico de cunho exploratório em relação ao conceito de território. Para tal, buscamos amparo e referência teórico-conceitual em Claude Raffestin, Marcos Saquet, Rogério Haesbaert e Milton Santos, considerando que estes pesquisadores/estudiosos apresentam o conceito na perspectiva multidimensional, processual e multiescalar.

O estudo realizado quanto às abordagens e concepções de território contribuiu para que pudéssemos ampliar nosso conhecimento sobre o tema, subsidiando as discussões delineadas no escopo das políticas públicas, especificamente no âmbito da PPAS, apreendendo o conceito sob o viés multidimensional.

Com base nas leituras e reflexões passamos a pensar em direção ao seguinte movimento, que expressamos na figura 1 abaixo:

Figura 1- Ciclo da abordagem territorial

Fonte: Pesquisa, 2022 - Org. Paim, E. da S.,

A partir desta representação, o desafio que enfrentamos nas trilhas do conhecimento e da construção desta pesquisa fora: como áreas distintas do conhecimento - embora ciente da articulação, relação e complementaridade - poderiam se entrelaçar, interagir, conectar nosso objeto de estudo? uma vez que este contempla as dimensões: Território, Políticas Públicas, Assistência Social e Gestão.

Considerando que nossa temática não se limita a um único recorte disciplinar e não se encaixa em domínios e categorias estanques, mas sim no entrelaçamento e conexão com diversas áreas do conhecimento. E, entendendo que cada disciplina por si só, não detém ferramental teórico-analítico e metodológico para explicar e compreender os fenômenos complexos cujas causalidades são cruzadas e interdependentes, extrapolando assim os muros disciplinares (IPEA, 2010, p. 139).

Logo fez-se presente nesta pesquisa a abordagem interdisciplinar com enfoque nas áreas de Geografia, Serviço Social, Sociologia, Economia e História, permitindo que o objeto de pesquisa pudesse ser desvelado a partir de suas múltiplas dimensões. Assim, foi a partir do

intercâmbio entre diferentes áreas de conhecimento, de seus campos teórico-analíticos e críticos que buscamos a intersecção dos temas território e políticas públicas.

Nos estudos sobre interdisciplinaridade observa-se que não há uma definição consensual/global/unívoca/padronizada, há diversidade de concepções, no entanto identificam-se pontos de convergência. De forma recorrente menciona-se que atravessamos um momento de (re)construção na forma de pensar e entender o mundo material no qual vivemos e nos relacionamos, sendo que este movimento prescinde e requer novos paradigmas, projetos, pensamentos, conhecimentos, metodologias, tornando permeáveis as distintas áreas do conhecimento, da ciência, das disciplinas e da pesquisa (RAYNAUT, 2014).

Outra questão apontada refere-se à necessidade de entender, compreender e resolver os problemas contemporâneos cada vez mais complexos presentes na materialidade do momento histórico (BIANCHETTI e JANTSCH, 1993). Neste processo torna-se inviável e limitado que uma única área do conhecimento e/ou disciplina encontre todas as respostas, sendo imprescindível uma abordagem integrada e cooperativa na resolução dos problemas. Para Raynaut (2014, p. 2) diante da complexidade da realidade contemporânea “[...] torna-se cada vez mais evidente que as dimensões humanas e materiais dos problemas aos quais a ciência enfrenta estão estreitamente intrincadas [...]”.

Najomanovich (2008) ao escrever sobre “*el cambio del conocimiento*” apresenta a seguinte questão, a qual vem ao encontro dos aspectos acima pontuados:

Los nuevos escenarios contemporâneos que están emergiendo nos permiten pasar de una concepción [...] aislada del ser (tanto a nivel epistemológico como ontológico) hacia una perspectiva em red: interactiva, dinámica y multidimensional. Se trata de un movimiento capaz de dar cuenta del saber y del mundo [...] capaces de producir y crear em y a través de interacciones transformadoras (NAJOMANOVICH, 2008, p. 152).

Posto isto, corroboramos com a definição proposta por Domingues (2012) - embora o autor pontue que se trata de uma definição provisória sujeita a revisão porque acredita que o mundo não cabe em uma frase ou conceito – a interdisciplinaridade enquanto forma de organizar, produzir e difundir o conhecimento, consiste na cooperação das disciplinas e sua natureza é integrativa. Visa a integração dos conceitos, terminologias, métodos repercutindo na organização do ensino e pesquisa, na articulação de diversas áreas do conhecimento em torno de um objeto de estudo, em uma dinâmica de saberes integrados.

A interdisciplinaridade constrói-se de forma processual e metódica e, neste ponto salientamos sobre a aproximação e complementaridade entre as disciplinas e áreas do

conhecimento, pois os desafios que se impõem não podem ser identificados e problematizados apenas com um olhar único (RAYNAUT, 2014). Em nossa acepção seria como tomarmos por referência a imagem de vários feixes de luz a iluminar um objeto, o qual observado sob pontos e olhares distintos revelasse em cada ângulo, percepções diversas e complementares.

Tavares e Fazenda³ (2014) corroboram com Raynaut referindo que a interdisciplinaridade é uma exigência do mundo contemporâneo, globalizado e auxilia na compreensão dos problemas e das transformações contínuas, buscando dar sentido, trabalhando em conjunto para que novos caminhos sejam traçados. Tratando-se de um caminho heterogêneo, sendo seus pressupostos o diálogo crítico, reflexivo e respeitoso e o comprometimento do pesquisador na busca pelo conhecimento.

Isto posto, concebemos que a pesquisa interdisciplinar nos permitiu aproximarmos do objeto de estudo na perspectiva da totalidade, buscando respostas aos nossos questionamentos para além da área de Serviço Social e da Política Pública de Assistência Social. Nesse processo concluímos também, que a escolha e adoção de uma postura e atitude interdisciplinar do pesquisador, também é uma escolha política no sentido da intervenção, da prática, da transformação daquele território e da vida dos sujeitos que ali produzem e reproduzem suas histórias cotidianamente. Reitera-se que:

A atitude interdisciplinar propõe a perspectiva do uno e do múltiplo, atenta para as várias possibilidades trazidas pelas disciplinas e pelos sujeitos, tendo consciência das intersubjetividades envolvidas, fazendo delas não a fraqueza, mas a força, na construção de um saber inovador (BRANDÃO, 2015, p. 54).

Agregamos a esta citação, o pensamento da admirável Ivani Fazenda (2008) quando define que a interdisciplinaridade é concebida enquanto atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, onde as disciplinas interagem no âmbito do conhecimento, do ensino da metodologia e da pesquisa:

[...] é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, da abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. [...] A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose [...] (FAZENDA, 2008, p. 162).

³ Ivani Fazenda: Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo é considerada uma das mais importantes pesquisadoras nas questões relativas à interdisciplinaridade no Brasil.

Nessa direção trazemos a contribuição de Tavares (2008, p.14) quando esta reitera que as “[...] ações construídas com base na troca fortalecem o pesquisador interdisciplinar e abrem o caminho da busca conjunta de transformações significativas na medida em que propõem inovações em suas práticas”.

Moraes *et al* (2017) menciona que a interdisciplinaridade traz em seu núcleo um viés integrativo, interativo permitindo visualizar um conjunto de ações que se interligam, de caráter totalizante buscando romper com conhecimento e práticas fragmentadas. No entanto, a autora alerta que não se trata de um modelo pronto, acabado, homogêneo, imposto, uma vez que a interdisciplinaridade considera as especificidades, os limites, potencialidades de cada área do saber, visando um trabalho colaborativo e dinâmico, sem perder de vista o que a autora citada denomina de essência de cada área.

Os pesquisadores Bovo e Maciel (2020), no livro sob o título *Os fios que tecem a teia: Interdisciplinaridade, diálogos e Pesquisas* ao abordarem o conceito de interdisciplinaridade, referem que o olhar (interdisciplinar) permite uma janela rica de possibilidades. Reforçam a ligação e interdependência entre as áreas e campos do saber, ou seja, a integração dos saberes em uma perspectiva inclusiva, com o cuidado de não “[...] tomar este conceito como determinante e solucionador de todos os problemas científicos que existem” (BOVO e MACIEL, 2020, p. 6).

Para Japiassu⁴ (1994) a interdisciplinaridade enquanto prática específica em vista aos problemas concretos, pode ser construída a partir de diferentes pontos de vista, desde a comunicação das ideias, integração dos conceitos, da epistemologia, dos procedimentos e dos dados e da organização da pesquisa. Visando a solução de problemas em sua globalidade completa, em seu contexto concreto e social, partindo das questões postas na existência cotidiana.

Diante dos aspectos apresentados nesta subseção procuramos descrever elementos que perpassam à interdisciplinaridade e as pesquisas conduzidas sob este viés. Sem a pretensão de aprofundarmos este conceito e sim, com o objetivo de reforçar que os temas contextualizadores desta pesquisa - território, as políticas públicas e gestão territorial - demandam observar as interações existentes e possíveis entre as áreas do conhecimento e,

⁴ As discussões acerca do ensino interdisciplinar trazem enquanto importante referencial teórico de Hilton Japiassu, Pós Doutor em Filosofia, Professor de Pós Graduação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da PUC-Rio (1975 a 1985) e, desde 1978, Professor Adjunto de Epistemologia e História das Ciências no Departamento de Filosofia da UFRJ. Faleceu no ano de 2015. Na obra *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber* (1976), sendo considerada uma das primeiras produções sobre interdisciplinaridade no Brasil.

contemplam discussões a partir das “[...] várias faces do conhecimento” (ABREU; CURY, 2017, p. 1).

Na sequência desta subseção, apresentamos um breve resgate histórico sobre o conceito de território, para que possamos partir para a abordagem dos temas contextualizadores, políticas públicas e gestão territorial.

2.2 Concepções e abordagens construídas historicamente sobre o conceito de território

Nos estudos e leituras realizadas sobre o conceito de território este emergiu enquanto fundamental na ciência geográfica. Observamos que no decorrer da história, este conceito passou por um processo de transformação, de uma visão areal e focalizada para uma visão multidimensional e ampliada, agregando no decorrer do tempo, outras dimensões de análise para além da política.

Primeiramente consultamos a etimologia da palavra território que vem do latim sendo definida no Dicionário Houaiss enquanto:

Grande extensão de terra 2. área de município, distrito, estado, país etc. 3 área de uma jurisdição 4. a própria jurisdição 5. no Brasil e nos E.U.A., região que, não constituindo um estado, é administrada pela União 6. extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos e também a faixa do mar exterior que lhe banha as costas e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território 7. eco área que um animal ou grupo de animais ocupa, e que é defendida contra a invasão de outros indivíduos da mesma espécie, lat. *territorium*, ii 'grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição' sin/var ver sinonímia de terra. (HOUAISS, 1999, p. s/n)

Com base na etimologia e no significado da palavra observamos que ao buscarmos o conceito na fonte de pesquisa acima mencionada, este se apresenta atrelado à área, base geográfica, área delimitada, extensão de terra, Estado e o poder que este exerce no e sob o território na perspectiva político-administrativa. Além da definição de território natural e ecológico habitado por espécies animais, revelando assim sua complexidade.

Neste processo, através das leituras realizadas verificamos que para a ciência - aqui citando a ciência geográfica - o território constituiu-se e moldou-se ao longo do tempo, enquanto uma das categorias centrais para esta área do conhecimento.

É oportuno ressaltar que o objetivo neste momento é realizar uma breve explanação conceitual, sem a pretensão de construir um quadro global de definições, mas apresentar elementos centrais sobre o conceito de território em sua historicidade, contemplando algumas discussões contemporâneas.

Durante este percurso buscamos identificar quais as caracterizações de território a partir das dimensões política, econômica, social, cultural e natural e, percebemos que o conceito ao longo do tempo contemplou e agregou conhecimentos de outras áreas tais como a sociologia, antropologia, economia, filosofia (FUINI, 2017).

Mencionaremos inicialmente que para Gottmann (apud SAQUET, 2007, p. 27) “[...] a ideia de território já existia e era debatido no século 15, ligada a questões políticas da época: dominação de uma determinada área de terras [...] sendo que a partir do século XVI intensificam-se doutrinas políticas sobre a soberania do estado”.

Nos séculos XVII e XVIII o território passa a ser concebido para além de abrigo, mas também receptor de investimentos econômicos enquanto área “[...] controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio” (MACHIAVELLI apud SAQUET, 2007, p. 28). Ao mencionarmos o século XVIII diante dos processos de conquistas e comando das áreas e territórios, a formulação que se fará presente refere-se à dominação de homens por outros homens, neste período formam-se os Estados-nação, com o colonialismo e imperialismo (SAQUET, 2007).

Cabe aqui mencionar que os Estados-nação ou propriamente dito países, surgiram no fim do século XVIII início do século XIX, visando a constituição e controle dos espaços territoriais, em torno das monarquias absolutas que surgem após a revolução comercial, com a emergência da burguesia (PEREIRA, 2017).

Em complemento citamos a tríade da sociedade moderna: nação-estado e território na qual a:

[...] sociedade política territorial soberana, formada por **uma nação, um estado e um território**, é a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e aos impérios antigos.” (PEREIRA, 2017, p. 157, grifo nosso).

Saquet (2007) menciona que neste período (século XVIII) outros fatos históricos potencializaram novos significados para os territórios, tais como: novas práticas de dominação e apropriação territorial, as revoluções francesa e americana, a definitiva ligação

entre a soberania territorial e a população nacional, o reforço de um sistema unificado de mercado estabelecido sobre a base do território nacional e integrado ao sistema internacional.

O pesquisador relata que, além dos progressos tecnológicos, o desenvolvimento de meios de comunicação e invenções beligerantes trouxeram novos significados para os territórios com suas fronteiras, relacionados política e geograficamente a nível internacional. Fatos estes que se acentuaram a partir do século XIX e tornaram-se centrais no século XX. Especialmente no século XIX na Alemanha conjugam-se condições para o fortalecimento da geografia moderna atrelada aos interesses e poder do Estado e às aspirações da classe burguesa (SAQUET, 2007).

Neste contexto Friedrich Ratzel, nascido na Alemanha (1844-1904) e considerado um pensador multifacetado (zoólogo, naturalista, jornalista, geógrafo, etnógrafo e historiador), empenhou-se nos estudos e investigações sobre o aparelho estatal e os processos político-sociais incorporados a diferentes circunstâncias ambientais. Historicamente conservou um lugar eminente na história da geografia alemã e da história geral da geografia estudando os fatos humanos, a denominada antropogeografia/geografia humana (SOUZA, 2015).

Ratzel vivenciou a conjuntura da segunda metade do século XIX, nesta época o fazer científico estava diretamente atrelado ao método positivista das ciências naturais. Assim, ao realizar um estudo sobre humanidades Ratzel como positivista utiliza-se de metáforas entre a sociedade humana e, o mundo orgânico como uma forma de assegurar uma espécie de chancela científica para seus trabalhos (ANTUNES, 2021).

Apropriando-se de procedimentos e conceitos das ciências naturais, como por exemplo da biologia, apresentou uma concepção naturalista de território como um ambiente onde há interações de um grupo com uma área num sentido locacional. Traz uma abordagem geográfica e política, onde o território é compreendido enquanto área e recursos naturais e, o estado caracteriza-se enquanto a principal forma de poder e controle, fundamentando sua análise em pressupostos positivistas (SAQUET, 2007).

Em suas obras, Ratzel aponta a relação povo e território em uma perspectiva naturalizada, ligando-os ao estado-nação. Embora descreva algumas relações conflitantes, sinalizando para outros elementos além da geopolítica tais como cultura e economia, sua proposta teórico-metodológica não supera a visão naturalista de território (SAQUET, 2007).

Questão esta reafirmada em Raffestin (1993), o qual expôs que Ratzel buscou nas ciências naturais, etnografia, sociologia e história, um ponto de convergência entre o pensamento naturalista e o sociológico, concentrando estudos sobre conceitos espaciais. Partindo do pressuposto que existia uma estreita ligação entre solo e estado e, que o elemento

fundador e formador do Estado foi “[...] o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 13).

Em sua concepção geográfica e política Ratzel coloca o Estado como se este fosse o único núcleo de poder, como se o poder concentra-se todo nele e existisse somente este, assim o poder estatal era uma categoria superior a todas as outras. Neste aspecto Raffestin faz um contraponto referindo que se considerarmos o estado enquanto único poder, teremos à disposição apenas um nível de análise espacial, o que este pesquisador defende não ser aceitável pois “[...] existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias locais e regionais [...]” em uma perspectiva de análise multidimensional do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Justificamos as pontuações acima citadas pois, embora a temática refere-se ao território compreendemos que não há possibilidade de uma abordagem desvinculada da categoria Estado, conforme menciona Raffestin (1993, p. 23) definindo que “[...] quando uma população instalada num território exerce a própria soberania, três sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade”.

No entanto, é importante pontuar que a concepção de território ratzeliana, colocou-o em centralidade no discurso geográfico moderno, embora o território fosse concebido como o corpo do estado. Às vezes confundido com solo e recursos naturais e este corpo alvo de domínio, proteção e expansão, condicionava-se ao estado-nação e a força deste último, dependia do controle que fazia sobre os territórios (FUINI, 2017).

Em relação ao tempo histórico e as concepções de território Saquet (2007) refere que até 1950 ainda predominava o positivismo e neopositivismo e, que somente a partir de 1950 a concepção passou por mudanças, no entanto ainda predominavam abordagens descritivas, classificatórias e acríicas.

Em seu livro *Abordagens e Concepções de Território*, Saquet (2007) apresenta um detalhado e rico estudo sobre a literatura referente ao território buscando compreender as diferentes perspectivas deste conceito em relação às produções teórico-metodológicas da França, Itália, Estados Unidos e Brasil, com destaque para a Itália e Brasil.

E identifica no período de 1950-60, 04 (quatro) tendências no que se refere às abordagens e conceitos de território sendo estas: 1) centrada na discussão teórica metodológica, 2) pautada na dimensão geopolítica de estado, 3) pautada na explicação do desenvolvimento territorial/reestruturação do capital e dos movimentos sociais e 4) semiológica.

Na década de 1960 Saquet (2007) menciona as pesquisas de Jean Gottmann em que o território é compreendido como lugar de proteção, segurança/oportunidade e resultado da ação do homem em sociedade e, de Piero Innocenti cujo entendimento versa sobre o território enquanto região funcional simples e complexa.

Destaca também os estudos de Giuseppe Dematteis o qual tece uma abordagem relacional, considerando as interações territoriais entre diferentes lugares e pessoas, compreendendo o conceito (território) como área e produto social/econômico e político, lugar de vida e relações, abordando as interações culturais e econômicas entre os indivíduos e as tramas na construção histórica do território.

Aponta que na década de 1970, há uma retomada do conceito de território de reemergência, redescoberta conquistando centralidade em vários estudos da geografia, sociologia e em outras ciências. Este conceito passa a ser compreendido enquanto fator social, político e relacional contrapondo-se à concepção de fator natural.

Esse movimento é acompanhado por mudanças na produção do conhecimento - como a produção e renovação do conhecimento - e, não está descolado das transformações no contexto social, econômico, político e dos processos de degradação ambiental, expansão urbana, conflitos operários, da luta dos trabalhadores na Itália e do agravamento das desigualdades sociais (SAQUET, 2007).

Diante deste cenário surgem distintas abordagens no que se refere ao território, sendo este novamente colocado em debate, valorizando os aspectos históricos e sociais inerentes ao processo de ocupação e produção de determinadas áreas do espaço (FUINI, 2014).

Emergem novos elementos para a reflexão a partir de atitudes anti positivistas, em direção às obras que buscavam explicações coerentes com este novo contexto socioespacial e suas complexidades. Procurava-se romper com abordagens pragmáticas, meramente quantitativas e descritivas, tentava-se “[...] superar a geografia enquanto ciência das paisagens, dos meios naturais, das formas de diferenciação espacial” (SAQUET, 2007, p. 37).

Criam-se novos caminhos com o intuito de construir um conhecimento que propiciasse uma compreensão mais coerente de mundo, pautada em uma abordagem territorial que contemplasse as características da vida dos indivíduos e da dinâmica social na constituição dos territórios. Abordagens que explicassem a dominação social, a expansão do poder do estado-nação, a reprodução do capital e o desenvolvimento regional desigual (SAQUET, 2007).

Aqui cabe mencionar a influência neste contexto de retomada do território - a partir da teoria de Karl Marx - enquanto *lócus* da reprodução das relações de produção e forças

produtivas, produto socialmente organizado e condição para valorização do capital, destacando-se a utilização de princípios do materialismo histórico dialético. Considerando assim que existia “[...] uma interação dialética entre sociedade, natureza e território [...] entendido como produto das relações historicamente determinadas, nas quais há exploração e expropriação do trabalho direto, onde as relações capital-trabalho constroem e organizam o território” (QUAINI apud SAQUET, 2007, p. 43-70):

O território conforme argumentação de Dematteis (1970), é compreendido como construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais que variam do local para o planetário), com características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre pessoas, produção e circulação...) e verticais (clima, tipos de cultura, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais (...)) que podem ser apreendidas com uma abordagem histórico-crítica (SAQUET, 2007, p. 57).

A partir dos estudos e análises correspondentes ao período de 1950-1980 aponta-se que neste movimento histórico e processual sucederam-se e coexistiram em determinados momentos abordagens econômicas buscando a compreensão do território a partir das relações e forças produtivas, das dimensões geopolíticas e político-culturais:

[...] passa-se de estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais, para abordagens relacionais processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim o movimento histórico e multiescalar (SAQUET, 2007, p. 17).

Na década de 1980 Claude Raffestin considerado um expoente da renovação do conceito de território - presente no Brasil, Itália e outros países - pauta seus estudos a partir do conceito de poder, enfatizando as dimensões política e econômica, no uso do espaço e da efetivação da territorialidade e da utilização dos recursos naturais (seu uso e transformação) presentes no território, enquanto instrumentos de poder.

Na obra intitulada *Por uma geografia do poder* Raffestin (1993) apresenta uma importante categoria de análise - o poder - definindo que não é uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda a produção no espaço e no tempo, sendo parte intrínseca de toda relação. E, que a partir deste (poder) seria possível compreender os processos que determinam a forma das relações.

Cabe ressaltar que na concepção de Raffestin o poder torna-se uma categoria vital para os estudos territoriais, uma vez que, este é parte inerente de toda relação e se manifesta por e através dos aparelhos presentes nos territórios, que exercem controle sobre a população e dominam os recursos.

A terceira parte da obra citada apresenta o conceito de território e, sua compreensão quanto ao espaço e o território, referindo que não são termos equivalentes, sendo o primeiro anterior ao segundo.

O território se formaria a partir do espaço e, é resultado de uma ação conduzida por um ator que territorializa um espaço. Assim, na visão deste pesquisador o território é: o espaço que se tornou território a partir da ação de um ator. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando às condições e necessidades da comunidade ou da sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Com base nestas considerações, define que o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, produto dos atores sociais e que são esses atores que o produzem. No território se manifestariam todas as espécies de poder, que se traduzem em malhas, redes e centralidades.

Em relação ao poder mencionamos também Souza (2013), o qual em sua obra *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial* nos ensina que o território está diretamente ligado ao poder, sendo fundamental analisá-lo para além do substrato material englobando as dimensões econômica, cultural e política. Conceber o território no âmbito das relações de poder que se estabelecem.

Outro conceito apresentado refere-se à territorialidade enquanto “[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160), sendo esta territorialidade dinâmica e constituída a partir das relações mediatizadas, onde cada sistema produz sua própria territorialidade. Reforça-se assim a importância em conhecer a territorialidade constituída nos territórios, a partir da apreensão das relações reais em determinado contexto social, histórico e temporal.

Raffestin (1993) inseriu também alguns conceitos específicos na formação do território combinando malhas (que seriam as projeções de limites, expressando a área em que os poderes são exercidos), os nós (expressam os locais de poder e representam a localização dos atores) e redes (são “linhas” que ligam os territórios e também os atores destes territórios).

Outra contribuição de Raffestin (1993) denomina-se processo TDR, o qual se constitui principalmente a partir de fatores econômicos: T = territorialização, D = Desterritorialização e

R = Reterritorialização e que estes movimentos e fenômenos constroem, transformam e modificam os territórios na relação espaço-tempo.

Por isso faz-se necessário compreender a história numa relação dialética, envolvendo o tempo histórico e das coexistências, no qual cada objeto e sujeito têm um tempo (passado, presente e futuro) que coexistem no espaço e no território, sendo este último produto socioespacial de relações econômicas, políticas e culturais, ligadas por redes (ABRÃO, 2010).

Referindo-se ao contexto brasileiro e o conceito de território, identificou-se a partir das leituras realizadas que este não foi central para a ciência geográfica no período entre 1960-1980 estando mais centrada no conceito de espaço, atrelado ao estado-nação e, às dimensões político-jurídicas do território em sua evolução histórica através das formações sociais e espaciais.

Historicamente o território consagrou-se em relação ao uso da terra, ganhando com o passar do tempo um sentido de domínio político e exercício de poder em uma determinada dimensão jurisdicional e delimitada espacialmente, acoplado aos conceitos de país e nação. As representações sobre o território foram marcadas pela compreensão da natureza física e climática (FUINI, 2014).

Na década de 1960 Manuel Correia de Andrade destacou-se através de suas obras, no cenário nacional e internacional. Para este, a região é o conceito principal, no entanto evidenciava aspectos relacionados ao uso da terra, da ocupação e das relações de trabalho (com foco no nordeste brasileiro) enfatizando o recorte regional numa abordagem histórica, econômica, areal, descritiva e crítica. Para o geógrafo, o processo histórico é considerado um elemento explicativo indispensável (SAQUET, 2011).

O conceito de território ganha centralidade para Andrade e este autor apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento regional desigual, atreladas às características econômicas, políticas, culturais e naturais de determinada área, utilizando o termo mosaico regional ao referir-se às regiões do Brasil. O território para o pesquisador aparece como uma parcela, porção do espaço, recorte espacial (SAQUET, 2006).

Na sequência reportamos uma importante abordagem de cunho territorial e materialista que influenciou de sobremaneira as questões territoriais. Citamos Milton Santos (1926 -2001) com influência amplamente conhecida nacional e internacionalmente, considerado por HAESBAERT (2018, p. 271) “[...] um pesquisador único, pela riqueza de sua trajetória acadêmica”:

Milton Santos, cientista social brasileiro, ganhou projeção internacional como geógrafo, afirmando sua posição terceiro-mundista com uma obra que, de certa forma, revisa a de seus mestres e amigos franceses sem, no entanto, contrariar seu próprio entendimento de mundo. Sempre manteve um diálogo aberto com os demais campos do conhecimento. A amplitude do seu pensamento, muito próximo à filosofia, faz de Milton Santos um dos maiores pensadores do século XX (SILVA, 2013, p. 11).

Saquet (2007) refere que Milton Santos elabora uma argumentação pautada em processos sociais reconhecendo a natureza como um elemento do território em uma abordagem econômico-material para além da concepção areal, enaltecendo assim o uso do território e o controle social. O território significava objetos, ações, constituição de redes e poderia ser compreendido enquanto sinônimo de espaço geográfico.

O conceito de espaço ganha centralidade em sua obra e o território surge enquanto conceito secundário, embora sempre presente, assim como demais conceitos: região, paisagem, rede e lugar (FARIA, 2010). No entanto, com o passar do tempo de forma gradativa, o conceito de território vai se destacando, com a aproximação dos conceitos espaço e território culminando no que Milton Santos denomina território usado.

A proposta conceitual baseada no uso do território ou território usado, só vai aparecer na década de 1990. Isso em um momento em que as perspectivas baseadas na teoria dos sistemas e na fenomenologia estão arraigadas em sua obra. É reconhecida a influência marxista de inspiração estruturalista na geografia de Milton Santos. Razão pela qual o território vai aparecer quase sempre associado ao limite político do Estado. Isso é bastante evidenciado em suas obras publicadas entre 1970 e 1990 (FARIA, 2010, p. 297).

Santos *et al* (1998) na obra *Território Globalização e Fragmentação* faz considerações referentes ao que denomina o retorno do território focando o contexto da globalização e diante deste menciona a geografia das desigualdades, produzidas pelo sistema-mundo, impondo a necessidade de abordar o território expressando o conflito entre o global e o local e reconhecendo novos recortes.

Na obra citada, busca relacionar e refletir sobre os conceitos território - globalização - fragmentação pontuando que:

[...] a busca de um entendimento do território atual significa, em outros aspectos, a produção de um imaginário que se torna globalizante [...] a elaboração de concepções filosóficas e empíricas em relação à apropriação social do território e a necessidade de incluir o tempo nas análises da modernidade identificando assim interesses, grupos e correntes intelectuais nos processos de transformação [...] (SANTOS *et al*, 1998, p. 13).

Quando menciona o retorno do território não é mais como território exclusivo do Estado-nação, mas um território transnacionalizado (do global e local), das horizontalidades e verticalidades, um território pós-moderno ou território usado (FUINI, 2016).

Território usado para Milton Santos significava substantivado por uma trama de relações sociais e transescalares, usado como recurso pelos atores hegemônicos e abrigo para os hegemônizados, destacando a dimensão econômica e material do território de maneira relacional (SAQUET, 2007).

Nas décadas de 1970-80 predominam as dimensões econômica, política e a utilização do território pelo povo criando o espaço. O território antecede o espaço, assim o conceito em sua elaboração teórica e metodológica representa um dado fixo, delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem os atores sociais (SAQUET; SILVA, 2008).

Já na década de 90 diante de mudanças científicas, técnicas e tecnológicas, o território ganha na obra de Milton Santos mais atenção e amplitude, com destaque para as redes, o lugar e o meio informacional. Ressalta-se sua busca incansável por abordagens e concepções que permitissem compreender as transformações do real sendo “[...] uma das principais virtudes e características do professor, pesquisador e cidadão Milton Santos [...]” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 241).

No contexto internacional a partir dos anos 1990 as discussões referentes ao território articulam-se ao desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental, tentando conectar conhecimentos e experiências interdisciplinares, aqui mencionando estudos e projetos de desenvolvimento territorial na França e Itália. Os estudos destacam o território como um ator central do desenvolvimento, principalmente do desenvolvimento local (ANDRADE; SERRA, 2017).

Enfatizam-se estudos e pesquisas voltadas à compreensão do território como movimento, relação de multiescalaridade, relações econômicas, políticas e identitárias da vida cotidiana, das desigualdades sociais, do desenvolvimento econômico e regional relacionado/condicionado por fatores econômicos, políticos e sociais constituídos historicamente (SAQUET, 2007). Nesse contexto o autor faz uma reflexão sobre as abordagens do conceito território, salientando que:

[...] as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no real, ou seja a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N), sobre aspectos inerentes à base filosófica de cada abordagem [...] dos tempos históricos [...]

da relação espaço-tempo [...] da constituição de redes de comunicação e circulação [...] das relações de poder e da própria identidade [...] (SAQUET, 2007, p. 19).

Nos anos 2000 destacam-se os pesquisadores/estudiosos citados inicialmente nesta pesquisa, Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert da Costa em relação aos quais faremos uma sucinta abordagem.

Explanam sobre diferentes aspectos relativos ao conceito de território a partir de estudos amplos, importantes e significativos para a literatura nacional e internacional. Leituras que se destacam no contexto histórico no que se refere aos estudos territoriais (FUINI, 2014).

Saquet (2007) elabora a abordagem territorial reconhecendo os sujeitos, os lugares, ligados/unidos pelas relações referindo-se à complexidade das tramas na vida cotidiana. Concebe o território a partir de sua (i)materialidade histórica, relacional e multiescalar e, menciona que a natureza está presente na construção histórica do território e da identidade, entendida enquanto um código local, material e cognitivo, produto social, formada por ritos, religião, monumentos, mitos e pelos atos dos atores sociais.

Na visão do pesquisador, o território é produto e condição social e tem conteúdo dinâmico e ativo. Constrói uma abordagem ampla considerando a cultura, os processos históricos e multiescalares, a relação simultânea entre a economia, política, cultura, natureza e a relação entre a territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Enfatiza a importância de uma abordagem (i)material do território e das territorialidades reconhecendo o movimento histórico, relacional, material e ideário “[...] como uno e múltiplo no intuito de subsidiar propostas e ações em prol do desenvolvimento com mais justiça social “[...] isso requer uma concepção a mais completa possível do território e das territorialidades [...]” (SAQUET, 2007, p. 155).

Em sua obra *Abordagens e concepções de território* Saquet (2007) demonstra a preocupação em reiterar que o Brasil é um país com diversidades e especificidades, assim requer cuidado no sentido de compreendê-lo. Reitera que o território é processual, multiescalar, multitemporal, processual e relacional, multidimensional contemplando às dimensões econômica, política, cultural e natural (natureza exterior ao homem).

Defende a abordagem territorial para além da compreensão do território e das territorialidades, voltada à construção de uma sociedade mais justa, valorizando os saberes locais e valorizando o patrimônio cultural de cada território.

Em relação ao pesquisador Rogério Haesbaert da Costa, este trouxe (traz) em sua carreira acadêmica e em suas obras uma preocupação central com a categoria território e seus

desdobramentos contemporâneos, abordando os processos de desterritorialização e as multi e transterritorialidades (FUINI, 2017).

O autor promove uma concepção integradora e não funcional ou tecnicista de território, reconhecendo-o em sua multiplicidade de feições com as quais o poder é acionado e produzido através dos diferentes sujeitos sociais. Enfatiza o caráter múltiplo do território e a importância de se transitar entre sua condição enquanto categoria de análise, de prática e normativa (HAESBAERT, 2018). Salienta quanto ao reconhecimento da importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade (HAESBAERT, 2005).

Também aborda em seus estudos e pesquisas o processo de dominação (social, econômico, político e cultural) e apropriação na construção dos territórios, buscando conciliar os aspectos objetivos e subjetivos. Posteriormente incorpora a dimensão natural, considerada enquanto base e materialidade do espaço, indicando uma abordagem múltipla e (i)material, econômica, política e cultural do território (SAQUET, 2007).

Importante contribuição apresentada por Haesbaert refere-se ao reconhecimento do movimento no território, quando considera que o processo de produção do espaço envolve desterritorialização e reterritorialização, sendo que estes processos promovem a multiterritorialidade definida enquanto múltiplas relações vividas entre os indivíduos e grupos sociais que interagem em distintas escalas no território.

Explícita ou implicitamente, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de desterritorialização. Se entendermos território no sentido amplo em que aparece associado aos processos de dominação ou apropriação do espaço, reelaborando os termos de Lefebvre (1984) para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou descontrole, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de natureza predominantemente econômica, política e/ou cultural. (HAESBAERT e RAMOS, 2004, p. 25).

Haesbaert (2005) esclarece seu entendimento em relação ao território ao tecer a seguinte concepção:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“posse”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo

mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. O território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Portanto para este pesquisador todo território é:

[...] ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Após esta breve síntese as discussões são direcionadas ao período 2000/2010. Em relação a este período, os pesquisadores Andrade e Serra (2017, p. 574) reportam que no contexto internacional “[...] os geógrafos da Escola de Turim se destacaram [...] sobre concepções de cooperação descentralizada entre universidades e organizações não governamentais [...]”, buscando abordagens teórico-metodológicas articuladas ao território e voltadas ao desenvolvimento territorial.

Nesta vertente:

O território assume uma centralidade, porém sua abordagem é muito complexa, uma vez que se trata de um conceito e uma categoria de análise geográfica, o que nos obriga à compreensão dos pressupostos teóricos de desenvolvimento, como processo econômico, político e social que reflete na vida da população. Assim trata-se de relação dialética território/desenvolvimento (ANDRADE; SERRA, 2017, p. 574).

No estudo realizado identificamos que as perspectivas atuais versam sobre abordagens voltadas à análise territorial do desenvolvimento, em que o território é “[...] ao mesmo tempo, ator, recurso e quadro institucional e de governança para processos local e regional [...]” (FUINI, 2016, p. 235), ou seja, a ênfase se dá no desenvolvimento das localidades em processos de mudança social que partem de ações coletivas de agentes e instituições (FUINI, 2014).

No que se refere ao desenvolvimento territorial, Dallabrida (2021) menciona que os estudos e abordagens territoriais ampliaram seus aportes às diferentes ciências, buscando identificar pressupostos teórico-metodológicos que possibilitem reconhecer e analisar os contextos (social, econômico, cultural, ambiental, político, geográfico) oportunizando a busca,

identificação e implantação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento territorial. Visando apreender e entender a realidade que está à nossa frente, a partir da perspectiva do território (DALLABRIDA, 2023).

Para este pesquisador, na abordagem territorial do desenvolvimento o território é concebido enquanto realidade complexa e integrada contemplando as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Não se reduz a uma entidade jurídica, nem a ideia de lugar enraizado, não é um receptáculo neutro pois nele agem/interagem indivíduos, coletividades, empresas, os quais atuam nos processos socioeconômicos e culturais (DALLABRIDA, 2021).

Complementa que em sua concepção, o desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos ativos (materiais e imateriais e específicos), com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da sua população (DALLABRIDA, 2023).

Sob este prisma os atores sociais atuam em determinado espaço e procuram identificar e resolver problemas comuns, considerando que o território é um campo de disputa de poder, aqui se salienta o poder territorial via ação coletiva em busca de ações convergentes. Ações voltadas à melhoria das condições de vida, a partir do planejamento e implantação de ações e projetos com foco no desenvolvimento local e territorial. Buscando superar práticas setoriais e/ou unilaterais, fragmentadas, portanto:

[...] o desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre os atores, cujos interesses são diversos, na busca de pontos de convergência, pactuando decisões, de tal forma que todos se beneficiem [...] o desenvolvimento é sempre territorializado, além de contextualizado historicamente, precisando atender à pluralidade de interesses presentes no território, compreendendo integradamente suas múltiplas dimensões [...] (DALLABRIDA, 2021, p. 53).

Outra perspectiva, reportando-se à América Latina refere-se às abordagens territoriais “[...] autonomistas, emancipatórias, de busca de resistências e soberanias dos movimentos sociais pela construção de gestões democráticas nos territórios [...]” (FUINI, 2016, p. 235). Pautadas na perspectiva da organização coletiva nos territórios englobando os movimentos e organizações da classe trabalhadora e dos grupos sociais marginalizados e excluídos:

Alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam [...] A

transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2015, p. 30).

Neste cenário Gennari e Lencionni (2018) no prefácio do livro *Políticas Públicas e territórios: onze estudos latino-americanos* mencionam que na epistemologia latino-americana o território aglutina as noções de espaço, comando e poder, permitindo assim entender como os diversos atores (multiescalares) entram em colaboração e em disputas por reivindicações sobre o espaço ocasionando uma constante reconfiguração deste.

Em complemento Haesbaert (2018) ressalta que para o entendimento da categoria território na América Latina é necessário problematizar as condições histórico-geográficas presentes, as quais o caracterizaram/constituíram:

[...] não apenas como categoria de análise, ferramenta intelectual acionada para compreender a realidade (como no caso da obra do geógrafo Milton Santos), mas também como instrumento político, dispositivo estratégico tanto na afirmação hegemônica de inúmeras políticas públicas quanto na resistência de vários grupos sociais subalternos em suas lutas por território (HAESBAERT, 2018, p. 267).

As questões acima pontuadas denotam a abordagem voltada aos processos autônomos, emancipatórios, de busca de resistências, lutas e soberanias dos movimentos sociais/socioterritoriais pela construção de gestões democráticas, considerando as dimensões espacial, econômica, simbólica e cultural dos territórios latino-americanos:

Uma das grandes contribuições da leitura latino-americana sobre o território se deve ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava o geógrafo Milton Santos, do “uso” do território – mas que se estende bem além do simples “valor de uso”, compreendendo também um expressivo valor simbólico (para não falar do emocional e mesmo do espiritual). Como já foi visto, ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território, a partir da ação dos grupos hegemônicos, na América Latina ele é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (HAESBAERT, 2021, p. 161).

Ao apresentarmos as concepções quanto ao conceito de território finalizamos esta subseção e, a partir dos estudos realizados reiteramos à concepção apresentada por Fuini

(2017) quando este afirma que o território não apenas se define, mas se compreende à luz de processos históricos, econômicos, políticos e socioespaciais, por conta disso o conceito constrói-se a partir de diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas.

Salientamos que o fio condutor desta pesquisa volta-se ao território na perspectiva de conceito multidimensional, processual e multiescalar. Buscamos assim uma caracterização conceitual integradora, partindo do pressuposto que o território engloba, articula, entrelaça e integra as dimensões política, econômica, social, cultural e natural, onde se fazem presentes relações de poder. O território é multiescalar, híbrido e apresenta relações e conexões em rede, estando assim indissociável da prática dos grupos sociais (FUINI, 2017).

Com isso acreditamos que entender o território não é apenas estudá-lo/concebê-lo de forma unidimensional e areal e, sim exige a compreensão das relações sociais e dos padrões de civilização adotados em nossa contemporaneidade histórica (DINIZ, 2012).

Essencialmente, um dos desafios e dilemas que estão postos refere-se à quais estratégias e ações podem ser promovidas e adotadas diante deste cenário, que possibilitem, contribuam para desenvolver e potencializar os recursos materiais e (i)materiais disponíveis nos territórios, em um mundo que tem “[...] como única força a acumulação capitalista e, como resultados a redução da biodiversidade, alteração da biosfera, a degradação da natureza, a guerra e o aumento das desigualdades” (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007, p. 10).

Dilema este também apontado por Haesbaert:

Não há como ignorar o fato de que estamos inseridos em uma crise de proporções mais até do que civilizatórias, planetárias, tanto a que envolve a mercantilização desenfreada e as enormes desigualdades via ascensão das bolhas do capital especulativo, quanto a que se refere ao caos ecológico revelado sobretudo pelo aquecimento global. Paradoxalmente se junta a elas a ascensão de um ideário político e moral extremamente retrógrado, negacionista e conservador que se alimenta do desprezo por essas evidências como forma, muitas vezes, de evitar o próprio envolvimento e a responsabilidade na sua produção e, assim também, consequentemente, na resolução dos problemas (HAESBAERT, 2021, p. 26).

Após apresentarmos esta breve contextualização histórica, passaremos à subseção 2.3 na qual serão abordados aspectos referentes ao conceito de território no escopo das políticas públicas.

2.3 O território na agenda das políticas públicas

Nosso percurso investigativo demandou que identificássemos a relação que se estabelece entre território e política pública (PP) no campo conceitual e interventivo. Uma das diretrizes deste estudo versa sobre o território enquanto um dos elementos centrais e referenciais no processo de formulação, implantação, implementação e monitoramento das políticas públicas (PPs). Nesse sentido entendemos que estas poderão tornar-se mais efetivas, inclusivas e assertivas se a dimensão territorial for considerada em todo o processo.

Cabe mencionar que existem inúmeros estudos e pesquisas referentes às políticas públicas, com diversas formas de abordagem considerando referenciais teórico-conceituais distintos, a diversidade e especificidades das políticas públicas e também a complexidade do contexto social-econômico-político na sociedade em que vivemos. Obstante nesta subseção buscaremos apresentar a temática trazendo alguns elementos essenciais que a constituem: o que são políticas públicas, tipologia e ciclo da política pública.

Na subseção 2.3 o foco é o conceito de território presente no âmbito das políticas públicas, considerando este objetivo específico não apresentaremos um estudo detalhado sobre PPs. Em um primeiro momento trataremos conceitos, também a descrição quanto à tipologia e as fases que compreendem o ciclo das PPs. Posteriormente abordaremos a intersecção PPs e território - no âmbito geral sem especificarmos determinada PP – trazendo à tona possíveis análises da relação que se estabelece. E finalizamos com a subseção 2.3.1 tratando especificamente da PPAS.

Inicialmente, citamos Chies (2017) que ao apresentar o debate sobre PPs pontua que esta ganhou notoriedade nas últimas décadas em diversas áreas do conhecimento, diante da complexidade do mundo moderno:

[...] especialmente no que diz respeito às desigualdades socioeconômicas, demandam planejamento em projetos e ações nos mais variados segmentos da sociedade, com vistas a ampliar o acesso a serviços, fomentar o desenvolvimento humano, melhorando as condições de vida das pessoas (CHIES, 2017, p. 20).

Em complemento Dias e Matos (2015) pontuam que na abordagem do objeto PPs deve ser considerado que a política seria o conceito mais amplo relacionado ao poder de modo geral e, que políticas públicas correspondem a situações específicas de como solucionar assuntos políticos.

Os autores acima citados consideram as PPs enquanto área do conhecimento contida nas Ciências Sociais, que passou a adquirir autonomia e status científico a partir do século XX na Europa e Estados Unidos. Os estudos tinham por objetivo identificar e analisar o papel do Estado e das organizações na produção das políticas públicas.

Souza (2006) menciona que nos Estados Unidos e no Brasil a ênfase se deu em relação à ação dos governos, sendo que no Brasil nos anos de 1970-80 iniciaram-se de forma mais efetiva os estudos sobre PPs. A autora relata que:

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 20).

Cabe ressaltar que a PP caracteriza-se enquanto um conceito interdisciplinar pois engloba conhecimentos e saberes de diversas áreas das ciências sociais, econômicas, políticas e da administração pública, tendo como objetivo central o estudo do processo decisório governamental (DIAS e MATOS, 2015). E, estão diretamente atreladas e vinculadas aos fatores históricos, econômicos, políticos e sociais.

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 26).

Souza (2006) reitera o conceito de Política Pública na perspectiva do campo do conhecimento:

[...] que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Com base nos apontamentos realizados apresentamos definições de PPs a partir da leitura do livro Políticas públicas, propósitos e processos (DIAS; MATOS, 2015) que de certa forma demonstram a complexidade teórico-conceitual:

Quadro 1 - Definições de Políticas Públicas

Descritivo	Definição
Conjunto	de princípios, linhas e ações que garantem e permitem a gestão e solução do Estado nos problemas nacionais.
Ações empreendidas pelos governos	que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo enquanto objetivo a melhoria da qualidade de vida e dignidade humana
Resultado da atividade política	e requerem ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados.
Gestão das demandas	e problemas coletivos, através de metodologias que identifiquem prioridades, aplicação de investimentos e planejamento para atingir objetivos e metas.
Programa de ação de um governo	pode ser executada pelos órgãos governamentais ou outras organizações que estabelecem parceria com o poder público (Governo).
Ações governamentais	dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas.
Resultado de processo decisório	do Governo com participação da sociedade civil onde são estabelecidos meios, agentes, recursos e metas para atingir os objetivos.
Meio	de concretizar os direitos codificados em lei.

Fonte: DIAS e MATOS (2015) - Org. Paim, E. da S., 2022

Souza (2006) traz uma interessante discussão acerca dos elementos principais que constituem as PPs, sendo estes:

Quadro 2 - Elementos principais que constituem as Políticas Públicas

A PP permite	distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato ele faz.
A PP envolve	vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais também são importantes.
A PP é abrangente	é uma ação intencional, com objetivos e metas alcançadas.
A PP é uma política de longo prazo	embora tenha impactos no curto prazo.
A PP envolve processos subsequentes	Após sua decisão e proposição, ou seja, implica também, implementação, execução e avaliação.

Fonte: SOUZA (2006, p. 37) - Org. Paim, E. da S., 2022

Ao observarmos os quadros 1 e 2 percebemos que a PP contém em si a síntese de um processo, ou seja, ela engloba determinada demanda ou demandas, envolve interesses convergentes e/ou distintos, gestores que “planejam, desenham e implementam” as políticas, possuindo intencionalidades e justificativas. As ações são mediadas por instrumentos e,

utiliza-se o aparato governamental e/ou não governamental para dar concretude aos objetivos, através de programas, serviços, projetos e benefícios. Gerando resultados a partir das ações realizadas, resultados estes que podem ou não atingir os objetivos iniciais propostos.

Ainda em relação à abordagem conceitual, para Chies (2017) as PPs podem ser compreendidas como:

[...] o conjunto de ações governamentais e do poder público em geral, que visam intervir em algum setor e/ou em alguma situação específica, a fim de: contribuir com a resolução de problemas enfrentados pela população ou por determinado grupo; estimular setores da economia; subsidiar atividades de relevância à população; criar infraestrutura e proporcionar a manutenção das entidades que atendem aos diversos segmentos sociais; promover a inclusão social de grupos diversos, entre outros objetivos (CHIES, 2017, p. 52).

Rua (2009) define PP no sentido de sua dimensão ou como diria sua destinação:

[...] as políticas públicas são públicas e não privadas, ou apenas coletivas. A sua dimensão “pública” é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 2009, p. 20).

Andrade (2019) traz aspectos atrelados às relações de poder dos entes públicos e privados pois concebe que as políticas públicas traduzem-se em conjuntos de ações, programas e decisões do poder público, com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados, visando assegurar ou promover determinado direito social, assegurado constitucionalmente.

Ainda sobre a definição de PPs, apresentamos Souza que ao mencionar H. Laswell (1936) aponta que a definição mais conhecida continua sendo “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 25).

O que nos remete a uma análise no campo da objetividade, ou seja, qual a finalidade das ações desenvolvidas e o impacto ou resultado que serão gerados a partir da implantação desta política e, às quais demandas atenderá.

Neste processo identifica-se outro elemento importante qual seria: PPs envolvem um processo denominado ciclo da PP, que se caracteriza enquanto estágios (ou fases) e constituem um processo dinâmico constituído da seguinte forma: definição de agenda,

identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção das opções e avaliação (SOUZA, 2006).

Raeder (2014) descreve este processo mencionando outras fases no que tange as PPs, sendo (1) percepção e definição de problemas, (2) formação da agenda, (3) formulação de programas e projetos, (4) implementação das políticas delineadas e (5) monitoramento e avaliação das ações planejadas. O autor pontua que se trata de uma ferramenta analítica.

Em nosso entendimento essas fases não devem constituir-se em mero cumprimento de etapas rígidas e esvaziadas de análise e reflexão, sob a ótica de “apenas etapas a serem cumpridas” e, sim um processo dinâmico, integrado e articulado. Trata-se de um processo, que não é (não deve ser) estanque, rígido, fixo, concebendo que as etapas se inter-relacionam, complementam estão em constante movimento pois se encontram e são determinadas por um determinado contexto histórico, social, econômico e político.

Interessante pontuar que Dias e Matos (2015) referem a partir de definições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que determinados elementos devem estar presentes nas PPs contribuindo assim para a efetividade de todo o ciclo. São eles: a estabilidade, adaptabilidade, coerência e coordenação, qualidade da implementação e aplicação efetiva, consideração do interesse público e eficiência.

Gostaríamos de pontuar que não apresentaremos um estudo detalhado das fases que compreendem o ciclo, pois não caracteriza nosso objetivo central. Para um estudo aprofundado indicamos os livros de Leonardo Secchi sob o título “Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”; “Ciclo de políticas públicas: uma abordagem integrada dos modelos para análise de políticas públicas” de Savio Raeder e “Políticas Públicas” da autora Maria das Graças Rua, mencionados nas referências bibliográficas desta pesquisa.

Na sequência apresentamos quadros descritivos com o objetivo de agregar elementos centrais dos conceitos referentes à tipologia e grupo(s) a que se destinam às PPs.

Quadro 3 - Síntese descritiva da tipologia das Políticas Públicas

Tipologia/Categorias	Definição
Distributivas	políticas que estabelecem benefícios concentrados para um grupo beneficiário específico (grupos de pessoas, categorias sociais, habitantes de certas regiões, etc.), com custos difusos para toda sociedade. Como os custos são divididos por todos os contribuintes, essas políticas se desenvolvem em arenas menos conflituosas, predominando a barganha entre os atores envolvidos no processo decisório.
Regulatórias	políticas que estabelecem padrões de comportamento das pessoas e

	de qualidade dos produtos e serviços, impondo condições, interdições e/ou obrigаторiedades. Seu desenvolvimento é marcado por uma dinâmica pluralista, isto é, os resultados da política serão proporcionais à relação de forças entre os atores envolvidos e os interesses da sociedade, com ganhos e perdas relativos ou sistêmicos
Redistributivas	políticas que também estabelecem benefícios concentrados para grupos específicos de atores, porém mediante custos concentrados sobre outros grupos de atores. Este tipo de relação, em que, para um ator ganhar, outro deva perder (chamado ainda de jogo de soma zero), condiciona arenas muito conflituosas, nas quais ocorre a contraposição de interesses claramente antagônicos.
Constitutivas ou meta políticas	estabelecem as estruturas da disputa política onde ocorre a elaboração das políticas públicas. São elas que dão forma à dinâmica política presente nas arenas políticas. Por isso, possuem a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente, podendo provocar conflitos entre os atores diretamente envolvidos.
Afirmativas	ações afirmativas são medidas tem por objetivo reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos de grupos específicos. Elas partem do reconhecimento de que alguns grupos sociais – tais como os negros, os indígenas e as mulheres – foram historicamente privados de seus direitos, resultando em uma condição de desigualdade (social, econômica, política ou cultural) acumulada que tende a se perpetuar.
Compensatórias	todo tipo de ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social. O conceito aplica-se a sociedades historicamente determinadas e refere-se às opções de políticas sociais de seus governos. Essas políticas têm incluído programas de assistência e de transferência de renda, além daquelas referidas à educação gratuita, à previdência e à seguridade social.

Fonte: CHIES (2017) - Org. Paim, E. da S., 2022

Quadro 4- Definição das Políticas Públicas conforme o alcance de suas ações

Focalizadas	Aquelas que se destinam a um grupo específico ou condição específica, destinada a determinado grupo em função do nível de necessidade, pobreza ou risco.
Universalistas	Destinam-se a todos indistintamente, sem se referir a um determinado/específico grupo.

Fonte: DIAS; MATOS (2014) - Org. Paim, E. da S., 2022

Em relação aos quadros 3 e 4, refletimos que definir as políticas a partir de determinada tipologia traz possibilidades descritivas e analíticas, no entanto entendemos que as políticas muitas vezes trazem em seu bojo mais de uma tipologia, ou seja, podem ser caracterizadas, por exemplo, enquanto compensatória e redistributiva. Não se tratando em nosso entendimento de “um simples e puro enquadramento” nesta ou naquela tipologia e sim, estas definições demandam de estudos, análises e reflexões quanto ao ciclo daquela política específica ou, a que ela se propõe em uma determinada conjuntura.

Assim identificamos a partir das leituras realizadas, concepções que definem a política pública a partir do enfrentamento de uma demanda específica ou problema gerando uma ação voltada a solucioná-los, utilizando metodologias, aplicando recursos e definindo o planejamento a ser adotado para atingir os objetivos e metas propostas.

De forma sucinta observa-se que a PP é “desenhada” para resolver um problema e atender interesses de grupos diversos. Diante deste problema tomam-se decisões e implementam-se ações. Assim observa-se que as PPs e seus instrumentos, a grosso modo, constituem uma maneira do Estado atuar nos territórios.

Rua (2009) faz um breve descritivo de quais seriam essas demandas, entendendo que a política compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica dos conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos:

As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc. Podem ser, ainda, demandas de participação no sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos, acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, etc. Ou ainda, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados, etc. (RUA, 2009, p. 31-32).

Demandas estas formuladas pelos agentes ligados e não ligados à administração pública (empresários, sindicatos, imprensa, centros de pesquisa, cidadãos) e neste processo se estabelecem articulações, reivindicações, conexões e movimentos (LINDO, 2011). Também correlações de forças para que as demandas sejam agregadas e contempladas na agenda das PPs, onde o território constitui-se enquanto terreno.

Salientamos que nesta dinâmica torna-se imprescindível identificar e considerar o papel e atribuições dos indivíduos, os arranjos políticos estabelecidos, as tramas do poder, a presença estatal, os grupos e instituições envolvidas no processo decisório e interventivo das PPs. Bem como a disponibilidade de recursos físicos, humanos e financeiros que são primordiais para o planejamento e execução das ações propostas.

Em complemento, Fernandes (2015) analisando o processo de elaboração de PPs entende que estas resultam da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que, em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento. A influência de instituições e

organizações da sociedade determinam os rumos das políticas dos governos e das políticas de Estado.

Lindo (2011) reflete que as PPs devem ser apreendidas no contexto histórico-político-social-cultural em que são gestadas e, entendidas em relação à lógica do Estado que as executam de acordo com os interesses de grupos e classes sociais. Neste contexto são estabelecidas relações complexas, relações de poder e embates entre os diversos interesses, sendo uma das funções do estado promover o “bem estar” da sociedade, atuando e desenvolvendo ações em diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, trabalho e renda, planejamento urbano.

No entanto, parte da análise que a PP constituiu-se também enquanto “[...] meio do Estado intervir em questões sociais expressas pelo conjunto de desigualdades (re)produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e conseqüentemente pelas relações sociais” (LINDO, 2011, p. 61).

Neste conceito destaca-se a visão da PP enquanto estratégia para atendimento de demandas, “apaziguamento social” e (re)distribuição dos bens e recursos socialmente produzidos, visando a diminuição das desigualdades sociais. A partir do planejamento e de ações do poder público, baseadas em arcabouço legal-jurídico, normas e processos político-administrativos, ciclos/fases de PPs, definem-se leis, programas, cofinanciamentos via recursos públicos, sendo uma das diretrizes das ações implantadas: “a garantia de direitos”.

Considerando a abordagem teórica metodológica baseada nos preceitos do materialismo histórico dialético, não poderíamos deixar de mencionar este contraditório, ou seja, o fato de que PPs principalmente as políticas compensatórias (vide Quadro 3), são acionadas e implantadas enquanto “[...] estratégias políticas e econômicas do sistema capitalista, para legitimação do capital [...]” (SILVA, 2020, p. 80).

Para SILVA (2020), sob a “cortina” da garantia de direitos, redistribuição de riquezas e cidadania, está “camuflada” toda a lógica de produção, reprodução e acumulação capitalista. Assim implantam-se ações parcas e compensatórias diante das reais demandas da população.

Kono *et al* (2017) denomina de duplo paradoxo, ou seja, de um lado as políticas públicas inscrevem-se no marco regulatório e jurídico das garantias constitucionais onde o Estado é responsável por reconhecer e garantir direitos. Por outro lado, as políticas estão inseridas em um cenário de ajustes à ordem capitalista, sendo um dos principais argumentos neoliberais a redução de gastos públicos no âmbito das políticas, especialmente no campo das políticas sociais.

Neste primeiro momento as discussões referentes à subseção 2.3, versaram sobre aspectos inerentes às PPs (conceitos, tipologias, ciclo e demandas) pois entendemos que estes elementos são constituintes do objeto de estudo e nos auxiliam nos apontamentos e análises.

Ao procedermos as leituras referentes ao ciclo de PPs e de cada elemento que deveria estar presente no processo em prol da efetividade destas, não identificamos a palavra território contemplada nos descritivos e, promulgamos da concepção que este (território) deveria/deve ocupar centralidade relacional, ou seja, ele deve estar presente (ser considerado) em todo o ciclo.

Neste sentido merece destaque a abordagem de Lima e Ascenzi (2018) quando estes autores pontuam que para delimitar a causa dos problemas é necessário compreender suas dinâmicas e, que a formulação de propostas deve considerar fatores que geraram o problema, as arenas políticas, grupos que serão atendidos, interesses envolvidos, correlações de forças, capacidades institucionais, políticas públicas já existentes e que atuam naquela área. E, também os aspectos territoriais e demográficos presentes, concebendo o território enquanto aspecto importante a ser considerado no diagnóstico.

Reiteramos a intencionalidade em compreendermos como o conceito de território se insere e qual a abordagem presente na agenda das políticas públicas, como se concretiza (ou não) esse processo de entrelaçamento/intersecção.

A discussão apresentada nesta subseção 2.3 versa sobre PPs, contudo não realizaremos o resgate histórico destas no Brasil, considerando que o foco neste momento é apresentar elementos atrelados à categoria território. Dito isso, as discussões em relação ao contexto brasileiro contemplaram o recorte temporal referindo-se à década de 1980.

Iniciamos com Farah (2016) descrevendo que no cenário brasileiro nos anos 1980 o regime de PPs sofreu uma alteração profunda com a criação, a partir da Constituição Federal (CF) promulgada em 1988, de mecanismos de participação da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas.

O marco temporal refere-se à promulgação da CF, na qual os direitos sociais foram elencados no rol de direitos fundamentais, nesse sentido, podemos mencionar o direito ao trabalho, à previdência social, saúde, assistência social, educação, lazer, segurança pública e habitação.

Direitos estes contemplados no “desenho” das PPs, que não deixam de ser consideradas fruto de determinada conjuntura econômica, política e social vivenciada pelo País, buscando responder às demandas presentes no momento histórico do estado brasileiro.

Assim, no processo de redemocratização do País, os movimentos buscaram articular-se em prol da garantia de direitos enquanto dever do estado através de PPs (LINDO, 2011).

Salienta-se que neste período (década de 1980) os movimentos sociais, sindicatos e movimentos eclesiais de base influenciaram e foram decisivos no processo de elaboração de PPs. Diante destes fatos promulga-se que a CF inovou/inaugurou uma nova institucionalidade, a qual seria assegurar a presença e participação dos atores sociais nas fases inerentes ao ciclo de PPs desde a sua formulação até o monitoramento e avaliação. Questão esta, contemplada por Bueno (2009):

Essa participação social na construção e efetivação de uma política pública é defendida por entender-se que os processos das políticas públicas conjugam um conjunto de momentos não-lineares, articulados e interdependentes, formados pela constituição do problema. Formulação de alternativas de política, adoção da política e implementação ou execução de política ou programa. Nessa ambiência, alguns sujeitos precisam ser identificados no jogo construtivo das políticas públicas, sendo eles: os grupos de pressão, movimentos sociais [...] (BUENO, 2009, p. 9).

Outro elemento a ser ressaltado refere-se à descentralização, transformação que refletiu no âmbito das PPs, na qual a partir da CF descentralizou-se a execução de uma série de PPs para os estados e municípios. Concebendo o município como ente federativo e transferindo a ele atribuições e competências, com a transferência de recursos para esse nível de governo mediante ampla autoridade legislativa à União que, acaba exercendo influência significativa em relação às PPs dos governos estaduais e municipais (FARAH, 2016).

Anterior a breve explanação no que se refere à descentralização - considerando que esta é mencionada como uma questão chave quando se realiza a abordagem de Pps - importante citarmos, mesmo que de forma introdutória, o conceito de federalismo.

Pois de acordo com Miranda (2012) nos países que adotaram o federalismo⁵ como formato de organização político-administrativa a descentralização foi instituída e chamada a

⁵ Nos dias atuais, o federalismo está muito mais ligado à ideia de preservação de valores liberais e democráticos do que propriamente a um ideário político visto enquanto modelo organizacional administrativo a ser seguido no nível gerencial dos Estados. Neste sentido, a ideia de Estado-nação volta à baila, principalmente após o retorno da democracia e a relativa estabilidade econômica dos países latino-americanos, ocorridos na década de 1990. Como se sabe, nessa época boa parte dos países passou pela transição de ditaduras militares para a democracia buscando, com base em um leque de opções, o melhor modelo político a ser seguido, principalmente no quadro em que se elaboravam novas constituições. O federalismo representa um conjunto de definições cuja sua matriz teórica repousa, de forma geral, nas conceituações fundadas a partir dos teóricos políticos contemporâneos. Alguns sistemas políticos federais baseiam-se em teorias políticas e sociais do federalismo. O federalismo também é concebido enquanto fenômeno histórico, no plano da história das ideias políticas e como proposta político constitucional do que como um modelo sistemático de organização político-administrativa. Pensar o federalismo como uma garantia constitucional é um dos grandes ideários utilizados pelos países que expressam

contribuir no campo das PPs. No Brasil após a implantação desse processo, o Governo Federal tornou-se responsável por investimentos de grande porte, passando para os Estados a responsabilidade de gerir gastos.

O federalismo é a forma em que se dá a organização do Estado em que os entes federados possuem autonomia administrativa, política, tributária e financeira e, aliam-se através de um pacto federativo a um governo central, sob o princípio da pactuação territorializada do poder, possibilitando o exercício deste em grandes territórios. Geralmente em territórios com grandes extensões e diversidades culturais, econômicas e sociais mediante a divisão administrativa dos governos em unidades, tais como estados, municípios, distritos (GADELHA, 2017).

O respectivo modo de organização político administrativa pressupõe:

[...] uma negociação entre as esferas administrativas para estabelecer a divisão das funções governamentais a serem cumpridas por cada uma delas, bem como a distribuição dos recursos [...] ao desempenho das respectivas funções, preservando a autonomia entre as partes (GADELHA, 2017, p. 25).

Bichir (2016) em seus estudos sobre o desenho federativo brasileiro aponta que para entender a dinâmica e os resultados da implementação de um programa nacional em uma federação como o Brasil é necessário conhecer/compreender as relações e regras que se estabelecem que regem as relações intergovernamentais, o que envolve diversos aspectos.

A pesquisadora citada menciona que a implementação de políticas nacionais depende:

[...] da capacidade de coordenação da União e dos instrumentos institucionais com que esta conta para incentivar os níveis subnacionais para seguir os objetivos gerais das políticas. Por outro lado, a qualidade da provisão e os resultados das políticas dependem das capacidades institucionais locais, particularmente dos recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e articulação entre diferentes serviços e políticas, entre outras dimensões disponíveis no nível municipal (BICHIR, 2016, p. 50).

Em complemento a esta breve discussão sobre o federalismo e o processo de descentralização, Miranda (2012) cita que este processo no âmbito dos sistemas de organização administrativa refere-se à ideia geral de transferir atribuições e responsabilidades de um centro para a periferia, envolvendo uma mudança estrutural na articulação do Estado com a sociedade civil.

valores liberais e democráticos como eixo central de suas constituições e legislações federais (MIRANDA, 2012).

Geralmente apresentada na distribuição de poder e recursos, podendo ser considerada também uma ferramenta administrativa de gestão.

[...] algumas interpretações, que são utilizadas para indicar: i) diferentes graus de modalidades diversas de redução do escopo do governo federal em decorrência do deslocamento da capacidade de decidir e programar políticas para instâncias sub-nacionais; ii) transferências para outras esferas de governo da implementação e administração de políticas definidas pelo plano federal e; iii) transferência de atribuições da área governamental para a sociedade civil, ONGs ou iniciativa privada (MIRANDA, 2012, p. 118).

No entanto, um dos “nós críticos” apontados por Farah (2016) no que se refere à descentralização no caso do Brasil, situa-se no fato de que para a autora existem mecanismos institucionais que limitam a autonomia dos governos locais em tomarem decisões sobre as ações, ainda que tenham autonomia política. Nesta mesma direção Lotta e Favoreto (2014) argumentam que diversas políticas são implementadas com lógicas de regulação e repasses de recursos federais, padronizados em municípios com programas e realidades distintas.

Para além de mecanismos institucionais citaremos entraves e desafios institucionais vivenciados pelos Municípios, aqui com o olhar direcionado para municípios PPI foco da pesquisa, sendo alguns destes entraves: especificidades e diversidades regionais, rede de serviços governamentais ou não governamentais escassa ou fragilizada, vasta extensão territorial rural, déficit de recursos humanos nos quadros funcionais do ente municipal, redução do orçamento público, cofinanciamento público federal e/ou estadual descontínuos e/ou insuficientes.

É um “ponto nevrálgico”, gerar e elaborar PPs globalmente para execução localmente, ou seja, a partir de ações, programas e projetos padronizados como contemplar as especificidades regionais? Sem prescindimos que o Brasil é um país diverso e plural no que se refere às características geográficas, aos traços de ruralidade e urbanização, as questões de ordem ambiental, social, histórica, econômica, que se manifestam “[...] com nuances e particularidades nas cidades, estados e regiões [...]” (BRASIL, 2015, p. 120). O desafio que se impõe é como realizar a gestão, execução e oferta de serviços, programas e projetos no âmbito das PPs considerando e incorporando as características e demandas dos territórios onde vivem os sujeitos a quem se destinam as políticas.

Reiteramos que a descentralização, envolve escalas não apenas no sentido de que engloba de forma processual federação, estados e municípios, mas também apreendemos que este formato de gestão político-administrativa impacta diretamente na escala local, ou seja,

nos territórios considerando a complexidade, especificidade, diversidade e heterogeneidade do Brasil. E ao considerarmos as especificidades regionais, há que se avaliar e analisar a efetividade e o impacto social de processos, ações e programas padronizados.

Avançando para 1990 citamos que no início observou-se emergir a preocupação em formular e implementar políticas públicas, alinhadas ao processo de descentralização preconizado pela CF em 1988 (GOULART, 2020).

Oliveira (2017) corrobora com esta observação, mencionando que os 1990 foram marcados por grandes transformações nas relações políticas, sociais e econômicas no âmbito nacional e internacional, o que sustentou a ação dos governos na gestão das PPs para a garantia de direitos. A autora cita os processos de globalização da economia, avanços tecnológicos e de informações, agendas de reforma do Estado, fragmentação e diferenciação de interesses sociais, exclusão social, enquanto fatores que repercutiram na gestão governamental, elaboração e implementação de PPs.

No que se refere aos anos 2000, identifica-se a necessidade de se retomar a dimensão territorial e regional no planejamento governamental e nas políticas públicas, quando o Governo Federal coloca em sua agenda planos e programas governamentais voltados à redução das desigualdades sociais e regionais (FEITOSA; ARANHA, 2018). Assim o conceito de território começou a ganhar espaço e centralidade no meio político e institucional.

A dinâmica político-institucional favorável ao protagonismo do território e da região nas políticas brasileiras vivenciada na primeira década dos anos 2000 encontra respaldo em tentativas semelhantes experimentadas por outros países e que nos ajudam a compreender o peso analítico e operacional desses dois conceitos nas estratégias de planejamento do Estado (FEITOSA; ARANHA, 2018, p. 3).

Os autores Feitosa e Aranha (2018) discorrem que:

[...] paralelamente à capacidade de planejamento ter sido retomada como elemento necessário à ação governamental, o conceito de território começou a ganhar espaço no meio político-institucional. Diversos programas passaram a utilizar o conceito como justificativa de suas estratégias de intervenção colimando com a denominada abordagem territorial do desenvolvimento (FEITOSA; ARANHA, 2018, p. 3).

O Governo Federal sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (primeiro mandato 2003-2006) elencou, enquanto uma das diretrizes, a redução das desigualdades regionais e inter-regionais com a integração de múltiplas escalas espaciais. Adotando a perspectiva territorial nas PPs enquanto estratégias políticas do Estado, sendo instituídas: a Secretaria de

Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (FEITOSA; ARANHA, 2018).

Gumiero *et al* (2021) refere que a partir de 2003 até 2016, a ênfase no território ocupou posição central na agenda das PPs no Brasil e, nesse contexto destaca o seminário internacional de políticas de desenvolvimento regional realizado em Brasília no ano de 2006. Este evento versou sobre a análise das políticas territoriais da União Europeia que inspiraram a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A proposta de ser uma política de Estado contemplava as seguintes coordenadas: centralizar estratégias de acordo com as especificidades do território, criar o fundo nacional de desenvolvimento regional, modelo de gestão formado pelo Ministério da Integração Nacional, Secretarias Estaduais e Municipais, atores sociais para a implementação de projetos nos territórios (GUMIERO *et al*, 2021).

Esta experiência relatada menciona a formulação e implementação de políticas públicas, a partir de uma concepção multidimensional entre economia, sociedade, cultura, política e instituições no território, priorizando o planejamento territorial voltado ao desenvolvimento, com maior visibilidade para as especificidades regionais.

Em complemento a esta discussão Oliveira *et al* (2017) apresenta uma interessante tipologia das PPs a partir do recorte territorial: a primeira, políticas setoriais que se encontram territorializadas e articuladas nas três esferas governamentais federal, estadual e municipal, por exemplo: o SUS, a segunda se refere a políticas que contemplem programas construídos a partir de bases territoriais específicas, exemplo: Territórios Rurais da SDT/MDA.

A terceira, refere-se a políticas que contemplam planos territoriais específicos como espaços próprios de planejamento da ação governamental e, a quarta, políticas territoriais propriamente ditas voltadas ao desenvolvimento que coloca em destaque o envolvimento e pro atividade dos atores da sociedade civil os quais se fazem presentes nos planos local/regional e implementam ações articuladas em prol do desenvolvimento (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Em relação à quarta tipologia de PPs, refletimos sobre sua conexão com as discussões apresentadas na subseção 2 quando trouxemos a abordagem voltada ao desenvolvimento territorial. DALLABRIDA (2021) menciona que os estudos e abordagens territoriais ampliaram seus aportes às diferentes ciências, buscando identificar pressupostos teórico-metodológicos que possibilitem reconhecer e analisar os contextos (social, econômico, cultural, ambiental) oportunizando a busca, identificação e implantação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento territorial.

A tipologia apresentada por Oliveira *et al* (2017) acrescida de diagnósticos socioterritoriais, pode ser considerada enquanto possível estratégia no que se refere à definição e desenvolvimento de ações no âmbito das PPs contemplando demandas locais e específicas dos territórios.

Nesse sentido podemos identificar a **tríade território-abordagem territorial-desenvolvimento territorial**, salientando que à compreensão sobre o desenvolvimento e a promoção deste, partem também do reconhecimento quanto à importância do território enquanto construção social, produto histórico da ação territorial do homem em uma relação dialética e coevolutiva com o meio natural (MAGNAGHI apud DALLABRIDA, 2023).

Em relação às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial reiteramos os apontamentos realizados por Giuseppe Dematteis no prefácio do livro abordagens e concepções de território de Marcos Saquet, quando Dematteis defende que para sair da condição de subdesenvolvimento é necessário eliminar ou ao menos diminuir a dependência e, para isso não servem políticas assistencialistas e sim àquelas que objetivam a inclusão (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007).

E a inclusão ao qual Dematteis refere-se é na perspectiva territorialista de reconhecer, controlar e transformar os valores e potencialidades presentes nos territórios. Salienta que para além dos valores voltados ao mercado e ao capital, considera-se também os recursos humanos, cognitivos, simbólicos, culturais e patrimoniais presentes em cada um desses territórios (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007).

Ainda sobre as políticas com foco no desenvolvimento, estas devem partir do (re) conhecimento das relações que se estabelecem no território, da materialidade dos lugares, considerando as redes de sujeitos individuais e coletivos (SAQUET, 2007).

Reforçamos que existe relação direta entre o território e o desenvolvimento territorial, pois estão conectados e em unidade e complementaridade dialética. Apreendemos o território em sua perspectiva processual, multidimensional e multiescalar e, promulgamos que o desenvolvimento também contempla múltiplas dimensões (econômica, social, política, ambiental, cultural) e que “[...] ele sempre é territorializado, contextualizado historicamente e, atende uma pluralidade de interesses no território [...]” (DALLABRIDA, 2021, p. 53).

Mediante as questões acima mencionadas, concordamos literalmente com a concepção a seguir quando esta refere que o desenvolvimento assume um conteúdo territorial:

Assim, esta perspectiva tem uma implicação específica sobre o desenvolvimento que assume, necessariamente, um conteúdo territorial,

popular, político, cultural e ecológico, [...] O desenvolvimento é compreendido, resumidamente, como movimento contínuo de conquistas sociais (econômicas, políticas e culturais) e ambientais para a maioria da população, de valorização das identidades e diferenças, dos patrimônios natural e social, das pessoas, da participação de todos na tomada de decisões, da solidariedade, da cooperação e da partilha comunitária, dos ecossistemas, enfim, de cada território, com sua complexidade e singularidade. Entender e explicar o espaço-tempo como território significa, simultaneamente compreender e atuar na construção do desenvolvimento territorial (SAQUET, 2019, p. 26).

Com base nos estudos realizados observamos que dimensão territorial e regional no âmbito das políticas públicas no planejamento governamental e nas políticas públicas, avança nos anos 2000, começa a ganhar espaço e centralidade no meio político e institucional.

Contudo, nos estudos e leituras realizadas sobre a concepção de território presente nas PPs - mencionando o contexto brasileiro - identificamos determinados questionamentos e críticas em relação à dimensão teórico-prática ou conceitual-interventiva.

Para fins didáticos procuramos sintetizar as críticas mencionadas, no quadro 5, registrando elementos que para nós demonstraram-se mais significativos:

Quadro 5 – Apontamentos crítico-reflexivos em relação à concepção de território em Políticas Públicas

Apontamentos	Questionamentos/Críticas
É visto	(única e exclusivamente) como área delimitada de ação, intervenção e controle estatal (NASCIMENTO e SILVA, 2017).
É alvo	de apreensões mecanicistas voltadas a uma prática instrumental nas intervenções profissionais dos sujeitos que trabalham no âmbito das PPs (DINIZ, 2012).
A compreensão	utilizada nos níveis de gestão e execução das Políticas Públicas parece ser estabelecida em uma “tábua rasa” que não leva em consideração a totalidade da compreensão do território (DINIZ, 2012).
É fadado	às aproximações quase imediatas, que o transformam em um signo moderno a ser utilizado de forma instrumental e também superficial nos processos de gestão pública e nas análises sobre o espaço (DINIZ, 2012).
Utilizado	de forma efêmera e sem aprofundamento (DINIZ, 2012).
Conhecimento frágil do território	fragilizando também o conhecimento sobre as desigualdades presentes no território, o que leva a realização de programas e projetos que atingem a verdadeira raiz dos problemas (DINIZ, 2012).
Presença da cultura	institucional marcada pela burocratização, setorialização ou categorização no trato das políticas públicas (DINIZ, 2012).
Políticas Sociais	miram seus alvos para os chamados excluídos, sob o olhar pragmático e factual todos os pobres, sejam deste e ou daquele território, são transformados em uma massa uniforme, através de uma visão endógena dos territórios e da pobreza (DINIZ, 2012).
Banalização de conceitos como	por exemplo, usado como mero designativo de um espaço qualquer, sobre o qual se aplicam metodologias, muitas vezes, vinculadas a políticas públicas

território	inspiradas em modelos exógenos (GOULART <i>et al</i> , 2010).
Obstáculos enfrentados	na consolidação e institucionalização efetiva da abordagem territorial nas políticas públicas, ganham destaque: as dificuldades políticas e culturais para estabelecer programas intersetoriais inovadores; (OLIVEIRA <i>et al</i> , 2017)
Mecanismos de financiamento	que não são adequados para sustentar projetos territoriais estratégicos; a dificuldade de inserção na agenda governamental de temas relacionados ao desenvolvimento territorial, principalmente os mais conflituosos, como a reforma agrária (OLIVEIRA <i>et al</i> , 2017).
Manutenção de um viés setorial	em relação às políticas públicas, impedindo a expressão da intersetorialidade no enfrentamento de problemas complexos (DALLABRIDA, 2017).
Políticas públicas no território	e, não o território como base de sustentação para a elaboração das políticas públicas, não leva em conta a premissa de que “existe uma ordem territorial que é dada, primeiramente, pelo modo como os objetos estão arranjados (FEITOSA e ARANHA, 2018).
Há mais	do que integração de políticas públicas, nos territórios – entendido como os <i>locus</i> de implementação das políticas e as forças sociais nele presentes – não ocupam uma posição ativa, revelando-se meros repositórios de investimentos (LOTTA e FAVARETO, 2014).

Fonte: DINIZ (2012), GOULART *et al* (2010), NASCIMENTO; SILVA (2017), OLIVEIRA *et al* (2017), DALLABRIDA (2021), FEITOSA; ARANHA (2018), LOTTA; FAVARETO (2014).
Org. Paim, E. da S, 2022.

Outro apontamento crítico que identificamos foi apresentado por Feitosa e Aranha (2018) sob a denominação de “cegueira geográfica” do território e da região no planejamento governamental e nas políticas públicas. O conceito cegueira geográfica entendido como uma limitação cognitiva para explicar a realidade por mais de uma maneira, sendo que neste sentido a lógica estabelecida é pensar o rebatimento das políticas públicas no território e, não o território como base de sustentação para a elaboração e a articulação das políticas públicas.

Baseado nesse entendimento desconsideram:

[...] as mediações escalares e as diferentes combinações de normas e formas que constituem o espaço geográfico, impactando negativamente na criatividade e na precisão das formulações das agendas de governo e das próprias políticas públicas. Isso ocorre porque o Governo Federal não atinge a escala do lugar para compreender os problemas e as demandas do território, apesar de todo o investimento financeiro e metodológico aportado. Consequentemente, há um disjunção de recortes espaciais que ora se justapõem, ora divergem em determinadas regiões” (FEITOSA; ARANHA, 2018, p. 1).

Nesse sentido constamos também o apontamento apresentado por Rojas (2018) que sinaliza para a necessidade de estratégias integradas de PPs, que impeçam que as reconfigurações territoriais facilitem as desigualdades sociais.

El avance de las formulaciones, decisiones, acciones y proyecciones estratégicas integradas, que acompañan el actual proceso [...] abre nuevas preocupaciones acerca de las desigualdades territoriales y la necesidad de arbitrar las. Se requerirá por tanto del despliegue de un arsenal teórico y práctico que logre gradualmente lo propuesto e impida que las reconfiguraciones de los territorios faciliten las desigualdades sociales injustas, y para ello los talentos serán decisivos (ROJAS, 2018, p. 191).

Após esta síntese em relação aos apontamentos críticos, emergiram determinados elementos de análise na intersecção território e PPs. Compreendemos que estes são conceitos complexos e, para a análise de ambos é imprescindível conhecer e reconhecer as dinâmicas presentes. Dinâmicas que carregam em si dimensões econômicas, políticas, sociais, históricas, culturais e ambientais.

Nesse percurso reiteramos a concepção de Freitas (2015, p. 2008-2009) quando menciona que “[...] na prática toda política pública concretiza-se no território, o território está sempre presente, explícita ou implicitamente nas ações do Estado [...] assim admite-se que todas as políticas públicas têm uma dimensão territorial”.

Outro elemento importante para análise de PPs centra-se no fato de que estas interferem na produção do espaço, nas relações sociais que se estabelecem entre os diversos sujeitos que vivem, produzem e constroem seu cotidiano em determinado território. Tornando-se “[...] essencial que se investigue a espacialidade das ações públicas e como estas promovem novas dinâmicas e (re) arranjos espaciais nas frações de espaço em que são materializadas [...]” (BUENO; ANDRADE, 2019, p. 406).

Neste sentido podemos ressaltar os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como por exemplo: políticas voltadas à habitação, onde as famílias que residiam em determinados territórios passam a residir em conjuntos habitacionais e este fluxo muitas vezes “[...] leva a perda do enraizamento e sua reprodução acontece em outro lugar, através de nova identidade e definição de novas raízes” (SAQUET, 2007, p. 164).

Outro exemplo, políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento” que acabam por gerar processos de mobilidade de sujeitos de determinada região do país para outra, gerando reterritorializações, muitas vezes como pontua Saquet “[...] capitaneado pelo Estado e articulado aos agentes do capital mercantil” (2007, p. 165). Ou seja, a produção, reprodução e acumulação do capital acontece na circulação, no movimento, mas não de forma desarticulada, desconectada e/ou desligada do território (SAQUET, 2007, p. 169).

Concepção reforçada na explanação abaixo:

Nessa (re)produção espacial, os territórios são (re)constituídos constantemente territórios relacionais e processuais, e seus usos, gestões e relações de poder nele imbricados são condicionados e regulam a execução de Políticas Públicas. Destarte, discutir os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e suas inter-relações com ações públicas que promovem novos (re)arranjos são contribuições significativas da Geografia. Na verdade, a apropriação, controle e gestão do espaço/território remetem para as dinâmicas contidas nas políticas territoriais, as quais podem ser apreendidas a partir do conceito de território (BUENO; ANDRADE, 2019, p. 415).

Partimos do pressuposto que o território enquanto conceito analítico deve ser contemplado em todo o processo referente ao ciclo de políticas públicas, desde a identificação ou ascensão de determinada demanda e/ou problemática até o monitoramento e avaliação de resultados, o território se faz presente. Cabe refletirmos se no processo de definição e implementação de uma PP o território é contemplado no planejamento nas escalas federal, estadual e municipal.

Enfim, compreender a espacialidade das políticas públicas não significa apenas analisar suas interferências nas disposições físicas das coisas, mas examinar as repercussões nos conteúdos presentes nos espaços, os quais possuem dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Nessa toada, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novos dinamismos na dáde forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território (BUENO; ANDRADE, 2019, p. 415).

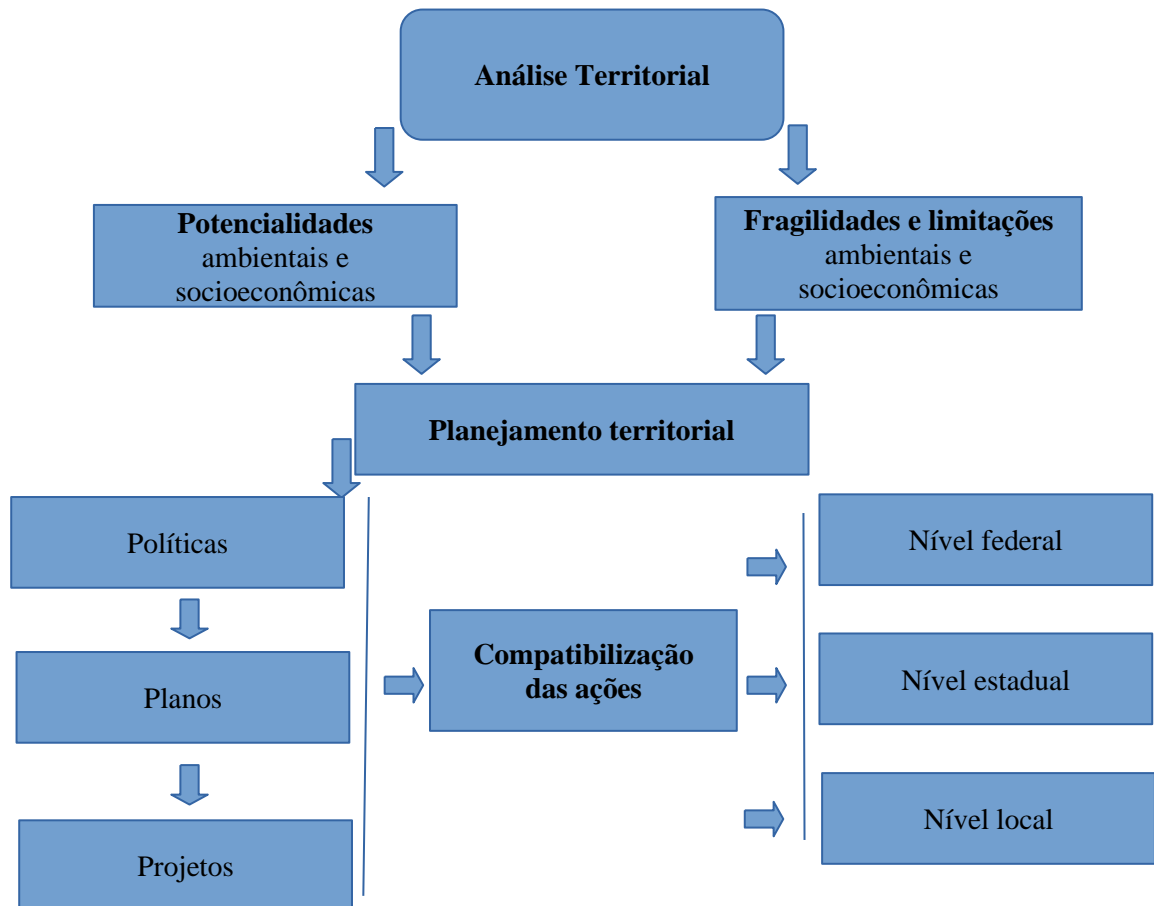
Pensar e implementar o ciclo e definir a tipologia da PP está intrinsecamente atrelado ao território de vivência e existência dos sujeitos e coletividades, questão esta reiterada por Bueno (2009):

Compreender o território e suas inter-relações com as redes dentro de um processo de globalização torna-se importante tanto para quem deseja estudar o espaço geográfico, suas produções e materialidades quanto para quem precise analisá-lo como uma ferramenta útil para os estudos das políticas públicas, desde a formulação até a execução (BUENO, 2009, p. 6).

Outro aspecto a ser ressaltado reside na premissa de que a partir da concepção do território multidimensional e multiescalar seria possível contribuir para a formulação, gestão e implementação de PPs mais efetivas, inclusivas, articuladas, globais, igualitárias, equitativas, emancipatórias e, justas considerando também o potencial local dos territórios. Pois a “[...] dinâmica do mundo contemporâneo exige que o território seja pensado em um contexto espacial mais amplo que seu entorno [...]” (FEITOSA; ARANHA, 2018, p. 3).

Identificamos no fluxo abaixo, que os pesquisadores Matteo *et al* (2013, p. 55) apresentam uma síntese destas concepções:

Figura 2: Fluxo referente ao processo de formulação e acompanhamento das ações governamentais



Fonte: MATTEO *et al* (2013).

Corroboramos que a análise territorial ocupa centralidade no rompimento com práticas fragmentadas, ações desconectadas da realidade com foco em caráter compensatório, com a responsabilização e culpabilização dos indivíduos e justaposição de ações, sem considerar os sujeitos que vivem, produzem e reproduzem suas vidas, sem considerar o território com suas particularidades e especificidades.

Torna-se imprescindível a concepção do **território multidimensional** (social-econômico-político-cultural-natural), multiescalar (local-regional-nacional-global) e processual (presente-passado-futuro), lugar de conexões e redes, permeado por relações de poder, onde se produzem e reproduzem relações sociais. Assim a informação territorial destaca-se, quando tratamos de PPs:

[...] a informação territorial surge como variável estratégica no processo de decodificação dos fenômenos resultantes da operacionalização das políticas públicas na medida em que constrói a possibilidade de uma inteligência gerencial capaz de agregar as demandas de todos os setores apoiando-se no elemento que os une: o território (FEITOSA; ARANHA, 2018, p. 21).

Outro elemento a ser abordado, volta-se à concepção de território enquanto *locus* da produção, reprodução e acumulação do capital onde se faz presente todo o aparato governamental e não governamental, onde se encontram os detentores do capital (GUMIERO *et al*, 2021). Bueno compreende nesse sentido que:

[...] o conceito de território pode vir a ser uma ferramenta útil para as políticas públicas, pois uma vez levado em consideração pode-se ter a análise da fração espacial em que a política será implementada, desde o seu substrato físico até os atores sociais que nele (re) constroem diariamente seus territórios exercendo relações de poder, gestão e identidade (BUENO, 2009, p. 8).

Para além de “ferramenta útil” que demonstra a categoria prática do território, este se configura enquanto categoria de análise e, é nesse sentido que reiteramos a importância de concebê-lo no âmbito das PPs. Ou seja, PPs formuladas a partir de escalas geográficas adequadas aos processos sociais territorializados que são diversos e específicos, elaboradas a partir do conhecimento e reflexão do momento histórico e das transformações vivenciadas nos territórios (BECKER, 2010). Na complexa inter-relação estado e sociedade, onde cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica e modo de produção (FERNANDES, 2015).

Na condição de categoria de análise torna-se crucial apreender e compreender as relações que se estabelecem nos territórios, a territorialidade a qual segundo Raffestin (1993) reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma comunidade, no qual os homens vivem um sistema de relações existenciais ou produtivistas e todas são relações de poder.

Partindo do pressuposto de que o território é “[...] formado histórica, social e naturalmente e, contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra hegemonia), territorialidades e temporalidades [...]” (SAQUET, 2019, p. 28) retomamos dois elementos vitais da obra de Raffestin: os conceitos de rede e relações de poder.

Entendemos que ao contemplar o território no âmbito das PPs estes conceitos são imprescindíveis, pois o território sendo um lugar de relações, estas se estabelecem através de conexões e redes como um “[...] um sistema de linhas que desenham tramas [...] uma rede pode ser concreta ou abstrata, invisível ou visível [...] Toda rede é uma imagem do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Raffestin (1993) em sua obra a Geografia do Poder, apresenta no Capítulo III uma significativa discussão sobre o poder, onde define que o poder é uma palavra rebelde a qualquer definição e acaba por descrevê-lo da seguinte forma:

[...] o poder se manifesta por intermédio de aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável [...] porém o mais perigoso é aquele que não se vê [...] o poder é consubstancial com todas as relações. Parece-me que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade de relações de força que são imanescentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação [...] está em todo lugar” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Em nossos estudos identificamos questões atreladas ao poder que perpassam e atravessam as PPs: correlações de força, interesses dos grupos, presença e atuação dos agentes governamentais e não governamentais e as redes que se estabelecem no território. Além das demandas gestadas em determinado contexto econômico, político e social que via fluxos e movimentos são escaladas para a arena das PPs, neste percurso nos questionamos se estes elementos de fato, em sua totalidade ou parcialidade são considerados no ciclo de PPs.

Reforçando este questionamento Goulart (2014) defende a necessidade de conhecer e assumir o caráter relacional das articulações que ocorrem nos espaços políticos e sociais construídos pelos atores sociais (individuais e coletivos) e por atores governamentais. Nesta perspectiva as PPs devem levar em conta a natureza do espaço, a especificidade de cada território e as condições histórico-estruturais. Acrescido, das relações de poder e correlações de forças presentes.

Considerando que o poder também é resistência e que é necessário entender o território a partir das relações de poder Saquet (2019) refere a:

[...] práxis individual e/ou coletiva, urbana e/ou rural [...]de luta e resistência contra-hegemônica, trabalhando com os sujeitos [...] do campo e da cidade, para reorganizar as relações de poder e construir uma sociedade mais justa, ecológica, solidária e cooperada. [...] A auto-organização, mobilização, luta, resistência e ação política precisam ser ao mesmo tempo, formativas e informativas, continuadas e participativas, críticas e reflexivas, envolvendo

ao máximo cada sujeito [...] criando redes, sinergia [...] a partir dos distintos sujeitos e de intensa e sistemática participação popular (SAQUET, 2019, p. 29).

Neste viés as redes correspondem as articulações e conexões entre movimentos sociais, grupos e indivíduos vinculados a movimentos de reivindicação, buscando mobilizar recursos, trocar experiências e informações, bem como inserir na agenda das PPs as demandas presentes no território (GOULART, 2010).

É nesse cenário contraditório que as ações das PPs devem estar pautadas, não como signos de uma modernidade imposta, mas como práticas que possam estar voltadas à justiça social resignificando o entendimento do território (DINIZ, 2012).

Sem a pretensão de concluirmos ou esgotarmos essa discussão, buscamos nesta subseção 2.3 conciliar a reflexão teórico-conceitual com foco na intersecção território e PPs. E a partir desse momento os apontamentos e reflexões versam sobre as concepções da categoria território no âmbito da PPAS.

2.3.1 Território: eixo estruturante e estratégico no âmbito da Política Pública de Assistência Social

Nesta subseção buscaremos aprofundar o conceito de território para a PPAS, identificando abordagens a partir dos eixos conceitual, normativo e prático. Iniciaremos com uma breve explanação sobre a PPAS, contudo não apresentaremos a história da assistência social no Brasil pois não caracteriza o objetivo geral desta pesquisa.

No entanto, contemplaremos elementos relevantes tais como os princípios, diretrizes, objetivos, proteções afiançadas por essa PP e a base da organização do SUAS, mediante documentos oficiais - Política Nacional de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Normas Operacionais, Sistema Único de Assistência Social - os quais contribuíram para o alcance do objetivo proposto nesta subseção.

O recorte temporal proposto nesta subseção centra-se na década de 1980 quando o País vivenciava um processo de abertura democrática na qual “[...] se introduziram princípios e diretrizes da descentralização, participação popular e universalização do acesso para as diferentes políticas sociais em execução [...]” (LINDO, 2011, p. 16), no entanto a conjuntura econômica, conforme a autora, era dramática diante do aumento da pobreza e de sua crescente visibilidade.

Neste cenário promulga-se a CF em 1988 e o direito à seguridade social⁶ é reconhecido, sendo a assistência social parte integrante do tripé ou guarda-chuva que abrigou além da assistência social mais duas políticas, à saúde e a previdência, “[...] com iguais diretrizes de universalidade, equidade e gestão democrática [...] consideramos que a concepção de seguridade permitiu ampliar a proteção social⁷ no país [...]” (LINDO, 2011, p. 71).

Para Sposati (2009) a CF ao afiançar os direitos humanos e sociais enquanto responsabilidade pública e estatal “[...] operou, ainda que conceitualmente fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual [...]” (SPOSATI, 2009, p. 13). Comenta que, também ampliou legalmente a proteção social no que se refere à assistência social para além da vinculação com o emprego formal e o mercado formal de trabalho, ou seja, rompeu com o critério de acesso aos benefícios e programas somente aos trabalhadores com vínculo empregatício contributivo.

A autora prossegue sua reflexão pontuando que a inclusão da assistência social enquanto política pública de responsabilidade estatal significou a “[...] ampliação no campo dos direitos sociais e humanos e, como consequência, introduziu a exigência [...] como política, de ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação [...]” (SPOSATI, 2009, p. 15).

Na perspectiva da proteção social enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado, a assistência social foi concebida na condição de “[...] direito de cidadania, política pública, prevendo ações de combate à pobreza [...] articulada às outras políticas, inclusive à econômica [...]” (LINDO, 2011, p. 72).

Posto isto, citamos os anos de 1990 marcados pela:

[...] vulnerabilização do trabalho, desgaste do sistema público de proteção social e a perspectiva privatizadora, resultando na retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento, sua crescente subordinação das políticas sociais das políticas de ajuste da economia e suas restrições aos gastos públicos. Paradoxalmente, os anos de 1990 vivenciaram o surgimento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (LINDO, 2011, p. 72).

⁶ Seguridade Social Artigo 194 da Constituição Federal 1988 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados à assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (SPOSATI, 2009).

⁷ A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social.

Cenário este também narrado por Rombola (2020) quando traz a questão do neoliberalismo na conjuntura política brasileira:

No entanto, é possível afirmar que, paralelamente às conquistas trazidas pela CF/88, o neoliberalismo já dava os seus primeiros sinais na conjuntura política brasileira, sendo uma das características neoliberais a flexibilização dos direitos. Conforme Netto (1996, p. 92), o capitalismo contemporâneo, ao transitar para um sistema de cumulação “flexível”, transformou radicalmente o mercado de trabalho, levando a uma alteração tanto na relação entre excluídos/ incluídos, quanto na introdução de novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário” [...] o ideário neoliberal preconizava que a reforma do Estado abriria caminho para o novo “projeto de modernidade”. Dessa maneira, poderia atingir o tão “sonhado” desenvolvimento, acabando, assim, com os problemas estruturais brasileiros (ROMBOLA, 2020, p. 136).

Assim somente após 05 (cinco) anos da promulgação da CF, sob a pressão do Conselho Nacional de Seguridade Social, luta da categoria de assistentes sociais, movimentos sociais e militantes da área de assistência social, foi sancionada a Lei 8.742 07/12/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual em seu artigo primeiro traz a definição:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (ROMBOLA, 2020, p. 137).

Reiteramos que esta pesquisa traz enquanto categoria central o território e sua intersecção com a política pública da assistência social, sendo que os conceitos referentes à proteção social, vulnerabilidade e risco social estão presentes neste estudo. Sem a pretensão de efetuarmos um estudo aprofundado acerca destes conceitos, salientamos que estes constituem alicerces da PPAS e neste sentido gostaríamos de descrevê-los.

No que tange à proteção o sentido desta (do latim *protectione*) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida – supõe apoio, guarda, socorro e amparo (SPOSATI, 2009). A pesquisadora reforça que “[...] a proteção social opera sobretudo a defesa da vida, não sendo uma categoria pautada em práxis singulares, mas sim, constituída de uma defesa coletiva. Está para além do benefício e visa à consolidação de direitos de cidadania” (SPOSATI, 2020, p. 35).

No âmbito da PPAS a proteção volta-se à garantia de direitos e de condições dignas de vida, entendendo a proteção social enquanto formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger seus membros. Contempla neste conceito, as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais e bens culturais que permitirão a sobrevivência e a integração sob várias formas na vida social (BRASIL, 2004).

Já o conceito de risco refere-se à probabilidade ou iminência de um evento acontecer. Para a PPAS, constituem situações de risco os seguintes eventos: violações de direito (violência, negligência, maus-tratos, discriminação por gênero, exploração sexual, trabalho infantil, entre outros), a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários. O desemprego, a inexistência e/ou renda precária, baixa escolaridade, questões de segurança pública e violência urbana, insegurança alimentar, os riscos socioambientais relacionados a desabamentos e enchentes (BRASIL, 2013).

Em relação à vulnerabilidade, esta compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos, situações que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. Importante pontuar que vulnerabilidade não é só financeira, envolve também a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania (BRASIL, 2013).

Isto posto, defende-se que para ofertar e garantir a proteção social exige-se das PPs maior aproximação possível do cotidiano de vida dos sujeitos reconhecendo as dinâmicas que se processam nos territórios, onde se expressam as vulnerabilidades e riscos sociais

Em complemento aos conceitos acima descritos, apresentamos através dos quadros 6, 7 e 8 a síntese dos elementos basilares da PPAS - objetivos, princípios e diretrizes:

Quadro 6 - Objetivos da Política de Assistência Social

Objetivos	Descritivo
I Proteção Social	visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)
II Vigilância Socioassistencial	que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e

	danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)
III Defesa de Direitos	visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Fonte: LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (2015, p. 8-9)

Quadro 7 - Princípios que regem a Assistência Social

Princípios	Descritivo
Supremacia do atendimento	as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
Universalização	dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
Respeito	à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
Igualdade	de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
Divulgação ampla	dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Fonte: LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (2015, p. 8-9)

Quadro 8 - Diretrizes de organização da Assistência Social

Diretrizes	Descritivo
Descentralização político-administrativa	para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
Participação da população	por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
Primazia da responsabilidade do Estado	na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Fonte: LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (2015, p. 8-9)

Busca-se através destes quadros trazer à tona os alicerces da referida política pública e, no decorrer deste estudo apontar as relações que se estabelecem entre estes e o território, ao tratarmos da oferta e garantia da proteção social enquanto direito, das vulnerabilidades e riscos sociais presentes.

Seguindo a trajetória histórica da construção da assistência social enquanto política pública no Brasil, destaca-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) através da resolução nº 145/15/10/2004 e, diante desta normativa marca-se a especificidade da assistência social no âmbito das políticas públicas configurando a responsabilidade e dever do Estado diante da garantia de direitos de cidadania na lógica da proteção social (BRASIL, 2004).

A PNAS em consonância com os princípios e diretrizes da LOAS, na perspectiva da atuação integrada e intersetorial com as demais políticas públicas buscou o enfrentamento das

desigualdades socioterritoriais e, expressou a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social conforme pressupostos da CF (BRASIL, 2004).

A referida política apresentou enquanto proposta a gestão descentralizada (vide discussão apresentada na subseção 2.3) pautando-se no pacto federativo, definindo responsabilidades, atribuições e competências para os 03 (três) níveis de governo (federal, estadual e municipal) na provisão e execução das ações socioassistenciais.

Juntamente ao processo de descentralização se reconhece que, para além das demandas setoriais e segmentadas “[...] o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significa considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração [...]” (BRASIL, 2004, p. 14).

Prescinde um movimento de análise direcionado para uma visão ampliada, processual e escalar no (re) conhecimento dos “demandatários” dos serviços (substituo este termo por **sujeitos sociais**), de identificá-los, de buscar conhecer quem são, onde estão, quais as vulnerabilidades e riscos sociais que vivenciam, pois a política atua na capilaridade dos territórios e se confronta com a dinâmica do real (BRASIL, 2004).

Este aspecto é reforçado quando no texto inicial da PNAS (2004) no tópico análise situacional, consta:

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. [...] Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social (BRASIL, 2004, p. 15).

Reiteramos os objetivos específicos da PPAS, os quais são descritos sob a perspectiva da proteção social, da atuação integrada e intersetorial entre as políticas públicas, considerando as desigualdades socioterritoriais e visando seu enfrentamento, “[...] à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências, sociais e à universalização dos direitos sociais [...]” (BRASIL, 2004, p. 15).

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 15).

Em complemento, a PNAS vem afirmar que a proteção social deve acontecer por meio da garantia/materialização de seguranças e que estas perpassam e constituem os objetivos propostos.

Em breve síntese, as seguranças a serem garantidas por esta política são: a **acolhida** (opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade), o **convívio** (a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social, pressupõe a não aceitação de situações de reclusão de situações de perda das relações. A **sobrevivência** (rendimentos e autonomia: mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou, do desemprego (BRASIL, 2004).

Assim a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais, benefícios, programas e projetos pertencentes ao escopo desta política devem prover e garantir as seguranças acima descritas nas unidades públicas estatais e não governamentais que fazem parte da rede referenciada a esta política. Todo/a cidadão/ã tem direito a acessar os serviços socioassistenciais, benefícios, programas ofertados pela rede governamental e não governamental, presentes nos territórios.

Quanto à definição do público usuário da assistência social (termo utilizado pela PNAS), a política menciona que seriam os:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Denota-se que a assistência social constituiu-se enquanto política pública de direito àqueles que dela porventura venham a demandar, independente de contribuição ao sistema de

previdência social, complementando que o público prioritário é aquele que vivencia situações de vulnerabilidade e risco social.

Após breve abordagem sobre a PNAS cabe pontuarmos sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual possui enquanto base legal a Resolução do CNAS nº 130 de 15 de julho de 2005 que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) e, a Lei 12.345/2011 que alterou e complementou a LOAS (1993).

Este sistema trouxe consigo “[...] uma proposta de universalização de acessos gerenciada e construída sob o signo da participação social [...]” (ROMBOLA, 2020, p. 138), também a proposta de um sistema descentralizado.

No processo de consolidação do sistema e reorganização dos serviços, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e a Lei 12.435 (2011) a assistência social organiza-se por níveis de complexidade e contempla as seguintes proteções Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, descritas na referida lei Artigos 6º A e 6º B:

I - **proteção social básica**: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; II - **proteção social especial**: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos .Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação (BRASIL, 2011, p. 5, grifos nossos).

Cabe aqui um adendo considerando a temática da pesquisa e suas questões norteadoras, daremos enfoque à Proteção Social Básica (PSB) cujos serviços visam: o fortalecimento da função protetiva das famílias contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida, a promoção de aquisições sociais e materiais, o acesso a benefícios e programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009). Destina-se aos indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade em decorrência da pobreza, de privação ou fragilização (BRASIL, 2004).

Os serviços da PSB são ofertados - executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal e indiretamente nos serviços que compõem a rede socioassistencial não governamental localizados na área de abrangência do CRAS e, a ele referenciados.

Em relação aos serviços ofertados e *lócus* de oferta destes, apresentaremos uma discussão na seção 3, quando abordaremos sobre o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa.

Em continuidade pontuamos que a Lei 12.345/2011 ratificou os objetivos descritos na LOAS: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, assim os serviços no SUAS devem ser organizados e ofertados seguindo estes referenciais. Reitera-se que a atuação da assistência social com o objetivo de proteção social caracteriza-se enquanto um dos elementos fundantes do sistema, cujo modelo de gestão é participativo, descentralizado e cofinanciado pelas 03 (três) esferas de governo (Federal/Estadual e Municipal).

O SUAS possui normas, parâmetros e diretrizes para regulação, organização e execução das ações socioassistenciais, benefícios, programas e projetos no território brasileiro, com foco prioritário de atenção às famílias buscando na proteção social - em um país imenso com múltiplas diversidades - o entendimento:

[...] da diversidade como força humanizadora que se manifesta pelo reconhecimento do outro, suas particularidades, necessidades e, direitos entre os quais, o direito, entre os quais, o direito a ter a segurança em poder contar com a proteção social pública face às desproteções sociais vivenciadas de forma relacional em família [...] a partir do território de vivência [...] (BRASIL, 2015, p. 8).

Materializou o disposto pela LOAS, definindo padrões sob os quais a política deveria ser executada, a nomenclatura dos serviços, a rede governamental e não governamental que oferta os serviços e, também definiu indicadores de avaliação e resultados.

O Sistema Único de Assistência Social regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (BRASIL, 2007, p. 39).

Contemplou enquanto eixos estruturantes a matricialidade familiar, a descentralização política administrativa e a **territorialização**, financiamento, controle social, participação

popular, a política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e a avaliação (BRASIL, 2004).

Diante da temática proposta neste estudo, não será apresentada discussão sobre todos os eixos mencionados e sim, dos seguintes: centralidade da família enquanto usuárias dos serviços e da rede socioassistencial e a territorialização considerando a exigência em conhecer a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial (BRASIL, 2004).

Em relação à centralidade da família, esta recebe destaque e o (re)conhecimento quanto às suas diversas formas de organização, composição, relações instituídas entre os sujeitos, reconhecendo os conflitos e contradições que estão presentes no âmbito destas relações familiares e comunitárias. Reconhecendo assim a importância da família no contexto da vida social, traduzida enquanto núcleo da sociedade, com direito à proteção desta e do Estado (BRASIL, 2004).

Reiterando que estas vivem, convivem, se relacionam em determinado território, o que permite identificar que considerando as normas e dispositivos, o enfoque é colocado no papel da família como *locus* privilegiado de proteção, bem como das relações desta com as redes de proteção existentes (ou que devem existir) nos territórios.

Relacionando as metodologias de trabalho social com as famílias, um elemento que interfere inclusive para a definição da priorização de trabalhos individualizados ou coletivos, de estratégias de ação, bem como da oferta de serviços, de acordo com as demandas identificadas é: a relação destas com as características/especificidades dos locais em que vivem.

Ressaltamos que para isto, se faz necessário conhecer a realidade vivenciada pelas famílias, principalmente observando as demandas que são comuns a estas, elaborando diagnósticos que alicercem e possibilitem bases mais concretas para a oferta dos serviços através das políticas públicas (ANDRADE; MATIAS, 2009).

Ao discutir o eixo territorialização cabe aqui resgatar um dos objetivos da assistência social, qual seria de Vigilância Socioassistencial referenciada na PNAS (BRASIL, 2004) enquanto processo que compreende a produção e sistematização de informações e de indicadores e, índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal que incidem sobre as famílias e indivíduos.

Estes indicadores devem identificar, demonstrar e mensurar no território as vulnerabilidades/riscos sociais presentes e contribuir para que os serviços estejam sintonizados às demandas e necessidades detectadas, na perspectiva preventiva e protetiva.

Em complemento, cabe resgatar a Norma Operacional Básica 2005 (NOB-SUAS) qual define com detalhamento as novas lógicas de organização, gestão e provisão no campo das ações continuadas de assistência social. Dentre os elementos essenciais dessa formulação, destaca-se o território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (NASCIMENTO; MELAZZO, 2005).

Entende-se que o território de vivência das famílias e indivíduos adquire centralidade na pesquisa proposta, uma vez que será abordada a execução da gestão territorial e diagnóstico socioterritorial no âmbito da política de assistência social.

Com base no exposto, conhecer a vertente territorial em um País com alta densidade populacional, com desigualdade socioterritorial, diversidades e especificidades de ordem econômica, cultural, religiosa, social, econômica, política, seria conhecer o “[...] imenso mosaico das particularidades [...]” (KOGA; NAKANO, 2006, p. 99).

O território deve ser concebido enquanto categoria analítica e prática e eixo estruturante, assim (re)conhecê-lo e interpretá-lo torna-se imprescindível aos Gestores Públicos Municipais e Técnicos/as/Coordenadores/as dos CRAS para que possam planejar, executar, monitorar e avaliar os impactos da política de assistência social atendendo às finalidades de prevenção de vulnerabilidades e riscos social e, proteção social. O território representa para a política de assistência social:

[...] muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (NASCIMENTO; MELAZZO, 2008, p. 54).

Concebê-lo na perspectiva multidimensional, escalar, processual em suas formas de organização e dinâmica, suas demandas, as necessidades vivenciadas pelas famílias constituem-se em estratégia de atuação para os gestores e os “[...] diversos atores sociais tais como: profissionais, técnicos, usuários dos serviços e comunidade” (SOUZA, 2014, p. 16). Tornando-se:

[...] imprescindível para a consolidação de uma política [...] capaz de contribuir para a redução das desigualdades e de assegurar a proteção social [...] Estes desafios que constituem a agenda da Vigilância [...] e precisam ser enfrentados para que continuemos avançando na implementação do SUAS (BRASIL, 2013, p. 11).

Reitera-se na PNAS o reconhecimento de que no território estão presentes múltiplos fatores sociais e econômicos, que podem levar os sujeitos sociais a vivenciarem situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Assim, o princípio da territorialização deve orientar a política de assistência social na perspectiva da universalidade de cobertura e oferta de serviços na atuação preventiva e proativa, do aprimoramento da gestão e, do planejamento da atuação da rede de serviços nos territórios de maior incidência destas vulnerabilidades e riscos (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva o objetivo de vigilância socioassistencial articulado ao eixo territorialização deve possibilitar o cruzamento dos indicadores sociais, demográficos e econômicos com a previsão/provisão dos serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis aos sujeitos diante das demandas apresentadas, devendo analisar também o alcance e impacto destes serviços.

Ou seja, não só sob o olhar quantitativo, mas qualitativo considerando e respeitando a diversidade cultural, a identidade histórica dos sujeitos sociais, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos de cidadania (BRASIL, 2015).

Esta referência da política deve contribuir para uma atuação planejada, definindo estratégias diante das características que apontam para as vulnerabilidades e riscos presentes e potenciais no território, uma vez que a função de vigilância produz “[...] elementos de referência, parâmetros [...] insumos para os processos de gestão ao produzir conhecimentos para o planejamento institucional e ação dos agentes institucionais [...]” (BRASIL, 2013, p. 14).

Esta visão assenta-se sob a ótica da totalidade “[...] sobre o que é, e o que acontece no cotidiano da gestão da assistência social, a partir dos territórios de vivência dos usuários e beneficiários [...]” (BRASIL, 2013, p. 18). Buscando romper com o tratamento fragmentado e desconectado em relação às demandas por estas apresentadas, partindo do pressuposto que “[...] a vivência das populações sobre um território extrapola os limites estabelecidos para separar bairros, distritos ou mesmo cidades” (BRASIL, 2013, p. 21).

A partir desta concepção a vigilância socioassistencial ao referenciar os territórios de vivência das populações, reconhece não apenas as situações pontuais de vulnerabilidade e riscos sociais e condições de vida. Para além disto, permite identificar a presença (ou não) das políticas públicas nesses territórios, da oferta (ou não) de serviços públicos, da capacidade protetiva (ou não) dos territórios e da capacidade protetiva (ou não) do Estado (BRASIL, 2013) e os impactos destes fatores no cotidiano da vida destas populações.

Sposati (2009) traz uma significativa reflexão sobre a vigilância socioassistencial ao mencionar que “[...] é preciso saber onde estão e quantos são os demandatários de proteção e, de outro lado, qual a capacidade de rede instalada para suprir suas necessidades” (SPOSATI, 2009, p. 40). E nos ensina que esta visão de totalidade é imprescindível aos entes federativos na definição de suas responsabilidades e atribuições na oferta e garantia da proteção social.

A definição de um modelo de proteção social em sua concepção é fortemente influenciada pela territorialidade pois para a autora este modelo só se instala e opera a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais “[...] ele não flui de uma fórmula matemática, ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças presentes [...]” (SPOSATI, 2009, p. 17) em constante movimento.

Outro aspecto que merece destaque em relação ao território, diz respeito a menção deste entre os demais critérios de partilha dos recursos para fins de cofinanciamento da política de assistência social. Pois ao consultarmos a Norma Operacional Básica NOB SUAS, esta define enquanto pressupostos “[...] a implantação e oferta qualificada de serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados, em territórios de vulnerabilidade e risco social, de acordo com o diagnóstico das necessidades e especificidades locais e regionais [...]” (BRASIL, 2013, p. 73) ainda pontua que:

Para implantação, são considerados os dados do diagnóstico socioterritorial e da vigilância socioassistencial, por meio do cruzamento de indicadores, com o objetivo de estabelecer prioridades progressivas até o alcance do teto a ser destinado a cada ente federativo, por nível de proteção [...] Atendimento das prioridades nacionais e estaduais pactuadas, que leva em consideração informações e cruzamento de indicadores a partir da análise global das situações que demandam esforço concentrado de financiamento [...] Equalização e universalização da cobertura dos serviços socioassistenciais. Para isso, são levados em conta os diagnósticos e planejamentos intraurbanos e regionais[...] (BRASIL, 2013, p. 73).

Um ponto a ressaltar neste sentido, refere-se ao fato de que em regra geral os cofinanciamentos federal e estadual (financiamento pelo fundo público das atenções de proteção social socioassistencial) seguem critérios de repasse de recursos conforme o porte populacional dos municípios. Definindo valores diferenciados de repasse de recursos de acordo com o número de habitantes.

Entendemos que sim o porte populacional é um dos critérios, no entanto existem outros que devem ser considerados também, tais como: extensão territorial rural, índices de violações de direitos, taxas de desemprego, renda média das famílias as quais se destinarão as ações/programas/projeto, presença de grupos populacionais específicos e tradicionais

(exemplo os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, catadores de materiais recicláveis), ou seja, especificidades e particularidades locais e ou regionais dos territórios.

Trata-se de um dos grandes desafios para gestores e executores das políticas públicas, no entanto cabem estratégias de ação, sendo uma delas elaboração e manutenção de diagnósticos socioterritoriais conectados com o território, enquanto fonte de informações/dados que possam também subsidiar as definições de aporte financeiro aos municípios.

Ao finalizarmos esta seção gostaríamos de agregar 02 (dois) documentos da PPAS sendo estes: SUAS 10 Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas (2015) e o II Plano Decenal da Política de Assistência Social (2016-2026) Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as.

SUAS 10 Diversidade no SUAS: realidade, respostas, neste documento consta o percurso construído e percorrido pelo SUAS nos últimos 10 (dez) anos de 2005 à 2015, e apresenta diversos indicadores no que tange à diversidade dos territórios, as demandas de proteção social, à cobertura destas demandas e às diversidades na gestão do SUAS. Estes indicadores são apresentados em tabelas, gráficos e mapas.

Importante frisar que o conteúdo deste documento versa também sobre a relação entre proteção e desproteção social envolvendo dimensões coletivas e relacionais que partem de condições objetivas e coletivas do lugar onde se vive. Pontua que as diversidades territoriais e populacionais são elementos que devem indicar o modo de distribuição das atenções da proteção socioassistencial e, que conhecer a concentração ou espalhamento da população nos territórios é um elemento fundamental para estabelecer estratégias de acesso e acessibilidades às atenções socioassistenciais (BRASIL, 2015).

O II Plano Decenal da Política de Assistência Social (2016-2026), elaborado em 2016 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNA e aprovado pelo CNAS, trata do planejamento estratégico da política.

Salientamos que o referido documento refere-se a elaboração do plano voltado ao aprimoramento do SUAS e fortalecimento da capacidade de resposta da política às necessidades sociais da sociedade brasileira. A Assistência Social acessível a todos (as) os (as) brasileiros (os), considerando as diversidades e especificidades de públicos e territórios contemplando áreas de fronteira, áreas de grande extensão territorial, semiárido, amazônia legal e territórios rurais (BRASIL, 2016).

Ou seja, entre as diretrizes de ação contempladas no plano reiteramos: universalizar o SUAS tornando-o completamente acessível respeitando a diversidade e heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios, reconhecendo as diversidades culturais, étnicas, raciais, socioeconômicas, políticas e territoriais e suas relações com as vulnerabilidades e riscos sociais. Além da busca pela adequação da capacidade de atendimento às demandas dos usuários, assegurando serviços continuados e equipes de referência adequadas às demandas dos territórios (BRASIL, 2016).

A finalidade pela qual estes documentos são citados é ressaltar e demonstrar que o território é (deve ser) um princípio norteador para a política pública de assistência social. E se pretendemos superar a oferta e execução de serviços e programas descontínuos e fragmentados, é necessário considerar as dinâmicas, as relações que se estabelecem, a correlação de forças e as dimensões (econômica, social, política, cultural, natural) presentes nos territórios.

A seguir daremos início à seção 3, descrevendo o *locus* da pesquisa e a metodologia utilizada para o processo de coleta, tabulação e análise dos dados.

3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL

Falar de metodologia é falar de escolhas políticas e éticas que pautam qualquer pretensão investigativa, e não de discursos que priorizam um árido formalismo técnico. Dentro dessa ótica pesquisar é, ao invés de procurar verdades absolutas, conectar-se com a dispersão dos acontecimentos em suas múltiplas direções, cartografando os movimentos que se afirmam em uma determinada realidade. É abrir-se para o inusitado, desviar-se, surpreender e desconhecer (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 1).

Descrevemos nesta seção o caminho metodológico percorrido para a construção da pesquisa empírica e apresentamos o recorte territorial utilizado referindo-se aos Municípios PPI que pertencem a área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã – SEJUF.

Atrelada à seção 3, registramos e analisamos na seção 4 como os sujeitos participantes da pesquisa - Secretários/as da Política de Assistência Social, Técnicos/as que atuam na equipe de referência/Coordenadores/as dos CRAS – conceituam o território e quais as fragilidades e potencialidades mencionadas por estes no processo de gestão territorial. Também evidenciamos o (re)conhecimento do território, suas fragilidades e potencialidades a partir do “olhar” das Famílias acompanhadas nos CRAS.

Ainda, com base na tabulação e análise dos dados coletados destacamos as unidades significativas que emergiram, ou seja, as categorias empíricas intersetorialidade, ruralidade e identidade que se revelaram a partir de nosso objeto de estudo e potencializaram a argumentação teórica que o envolve.

3.1 O caminho metodológico percorrido na construção da pesquisa

Diante de nosso objeto de estudo que contempla a tríade território - política pública de assistência social - gestão territorial, das questões problemáticas elencadas e objetivos propostos enquanto fios condutores, desenvolvemos uma pesquisa descritiva e qualitativa, sendo o aporte teórico metodológico centrado no materialismo histórico-dialético.

Neste sentido traremos elementos que julgamos centrais e reforçaram nossa escolha no que se refere à caracterização desta pesquisa.

Minayo (2001) nos ensina que o objeto de estudo no campo das Ciências Sociais é sempre histórico, isto significa que as sociedades vivem em um determinado contexto com

formação(es) social (is) e configuração(ões) específica(s), nas quais o passado é marcado pelo presente e projetado para o futuro. Pontua que a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social.

Logo nossa pesquisa realizar-se-á considerando o contexto dos municípios PPI, os quais possuem sua historicidade, diversidade e especificidades locais e regionais, elementos estes que devem ser considerados no processo de análise do objeto de estudo. Cientes de que a realidade é multicausal, de maneira que jamais poderá ser acessada em sua plenitude (RAMOS, 2013).

Agregando-se ao fato de que ser pesquisador é estar integrado ao mundo, sendo um dos princípios o entendimento e a constatação de que não existe conhecimento acima ou fora da realidade, portanto os temas estão imbricados com/no contexto histórico e social (MINAYO, 2014).

Outro elemento a ser mencionado refere-se ao entendimento de que existe uma identidade entre o sujeito que pesquisa e o objeto, sendo que a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelece definitivamente (MINAYO, 2001). Nesse sentido Patrick Paul (2011) analisa que entre o objeto de estudo e o pesquisador se estabelece uma forte interação e não uma relação fundada numa distância separadora, porque segundo este pesquisador toda observação e conhecimento supõe certo posicionamento sobre o real.

Assim, compreendemos que a escolha do objeto de estudo não é aleatória, há uma intencionalidade e uma identidade entre o pesquisador, o campo de estudo e os sujeitos com os quais estabelece interação, relação, compartilhamento de saberes, conhecimentos e vivências. Esse processo está ancorado no objetivo de construir de forma conjunta novos conhecimentos e saberes, novas propostas e estratégias de ação-atuação em determinada realidade.

Buscando contribuir no processo de resolução de problemas desafiadores e complexos, atuando de forma ética e política voltada a construção de uma sociedade socialmente justa e libertária, que garanta os direitos e a proteção social.

Posto isto, ao analisarmos a intersecção entre o território e as PPs com foco na PPAS nos pautamos na pesquisa descritiva, a qual discorre sobre as características de determinado fenômeno ou do estabelecimento de relações entre as variáveis, tendo por objetivo identificar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também visa descobrir a existência de associações entre variáveis e demonstra uma preocupação com a atuação prática do pesquisador (GIL, 2008).

Reside aqui um ponto focal, realizar pesquisas e produzir conhecimento com função social que se concretize e se transforme em produto social, que possa contribuir para o desenvolvimento territorial, a garantia de direitos e a qualidade de vida dos sujeitos, não para ser “fechado em um livro ou guardado em um laboratório ou em uma gaveta”.

Enquanto pesquisa qualitativa adentra por um caminho metodológico incorporando a questão dos significados, da intencionalidade inerente aos atos, às relações e as estruturas sociais sendo estas tomadas enquanto construções humanas (MINAYO, 2014).

Um elemento fundamental que perpassa as questões aqui tratadas refere-se às características gerais ou pressupostos da pesquisa qualitativa descritas por Gunther (2006) que, ao tecer suas considerações reitera que o processo de pesquisa é um ato subjetivo de construção, um ato social de construção do conhecimento que estuda os fenômenos em seu contexto. Cita ainda, a flexibilidade e a adaptabilidade enquanto características da pesquisa qualitativa.

Gunther (2006) descreve que a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, caracterizada por um espectro de técnicas e métodos adaptados a um caso específico em vez de um método padronizado ou único, sendo o objeto de estudo sempre visto em sua historicidade. Com ênfase na totalidade do indivíduo e maior detalhamento dos pressupostos teóricos subjacentes, bem como do contexto da pesquisa.

Em complemento, a pesquisa qualitativa é definida por Martins (2004) como aquela que privilegia a análise de microprocessos, a partir do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados através de métodos qualitativos que tratam as unidades sociais investigadas como totalidades, para melhor apreender e compreender a realidade.

Quanto à pesquisa qualitativa, trabalharemos com os dados coletados na perspectiva de seus significados, buscando identificar e analisar a forma como os sujeitos conceituam o território, com a pretensão de obtermos uma compreensão mais profunda da categoria território. Portanto argumentamos que a abordagem qualitativa adequa-se às problemáticas e objetivos propostos neste estudo.

Conforme mencionamos, esta pesquisa possui em sua base de sustentação pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético o qual direciona e orienta nossos estudos, propiciando concepções que vêm ao encontro da abordagem territorial. Ponderamos que esta temática é complexa e articulada, contempla diferentes dimensões (política, econômica, social, cultural, natural). Sem perdermos de vista que estas

dimensões são apreendidas na perspectiva da totalidade e, que buscamos através desta pesquisa o fortalecimento e aprimoramento da PPAS no que se refere à gestão territorial.

Desse modo o método dialético fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que parte da premissa que os fatos não podem ser entendidos isoladamente ou “[...] abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais [...]” (GIL, 2008, p. 14) pois estão conectados e articulados.

Nesta perspectiva, o caminho epistemológico fundamenta-se no conhecimento e interpretação:

[...] da realidade histórica e social, no esforço para captar, detalhadamente, as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem destacando a importância do princípio da contradição, da totalidade e da historicidade no processo de compreensão e análise de realidades complexas, como é o caso de contextos socioeconômicos, culturais e ambientais representados pelos territórios [...] facilita a compreensão da realidade a partir de suas dimensões inter-relacionadas (DALLABRIDA, 2021, p. 46).

No movimento de conhecer e interpretar a realidade histórica e social, reconhecemos que existem nos territórios articulações e conexões, fragilidades e potencialidades, contradições e convergências. E que o ser humano enquanto ser social e histórico determina e é “[...] determinado por contextos econômicos, políticos e culturais [...] na busca de maiores níveis de liberdade [...] através de permanentes lutas e da superação das contradições sociais [...]” (DALLABRIDA, 2021, p. 38).

Em complemento Marconi e Lakatos (2017) reiteram que para a dialética, os objetos não devem ser analisados na qualidade de objetos fixos, mas em movimento e que nenhuma coisa está acabada pois se encontra sempre em vias de se transformar e se desenvolver. Também não estão isolados, destacados e/ou independentes uns dos outros, um é sempre o começo do outro, representando o todo unido e coerente. A natureza e a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e ao mesmo tempo, recíprocos.

Definições estas que coadunam com as concepções e apreensão da categoria território multidimensional que contempla as dimensões: econômica, social, política, cultural e natural, dimensões estas que não estão isoladas e não podem ser analisadas isoladamente. Embora carreguem em si especificidades, ao conectarem-se formam o todo.

Em atendimento aos objetivos propostos neste estudo buscamos referências teórico-conceituais que versavam sobre as concepções e abordagens do território, a concepção deste

enquanto categoria analítica e prática no âmbito das políticas públicas especificamente na política pública de assistência social. Consideramos para as discussões da PPAS, o disposto na política nacional de assistência social, o arcabouço legal e parâmetros normativos, os quais definem e orientam sobre a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios.

Utilizamos enquanto fontes bibliográficas livros, dissertações, teses, artigos científicos e fontes secundárias de pesquisa que também serviram de suporte para a definição da amostragem (que será explanada na sequência). Consultamos os registros constantes nos bancos de dados estatísticos disponibilizados por organizações governamentais tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS), Consulta Seleção e Extração de informações do Cadastro Único (CECAD), Registro Mensal de Atendimentos (RMA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Na busca pelas respostas às questões problemáticas o universo delimitado para a execução da pesquisa empírica contemplou: o recorte por porte populacional (municípios PPI) e o recorte territorial (municípios pertencentes à área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã – SEJUF).

O recorte territorial adotado nesta pesquisa baseia-se na organização da Administração do Poder Executivo do Estado do Paraná, a qual compreende um conjunto organizacional representado pela administração direta, responsável pela realização das atividades da administração pública através das Secretarias de Estado (PARANÁ, 2023).

As Secretarias de Estado constituem-se órgãos de primeiro nível hierárquico responsáveis pelo exercício do planejamento, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do poder executivo, organizadas por área de atuação especializada (PARANÁ, 2023).

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) criada pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, responde pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que visam garantir os direitos fundamentais a justiça, cidadania, dignidade da pessoa e os valores sociais do trabalho e assistência social, com foco na superação da condição de vulnerabilidade social e na melhoria da qualidade de vida (PARANÁ, 2019).

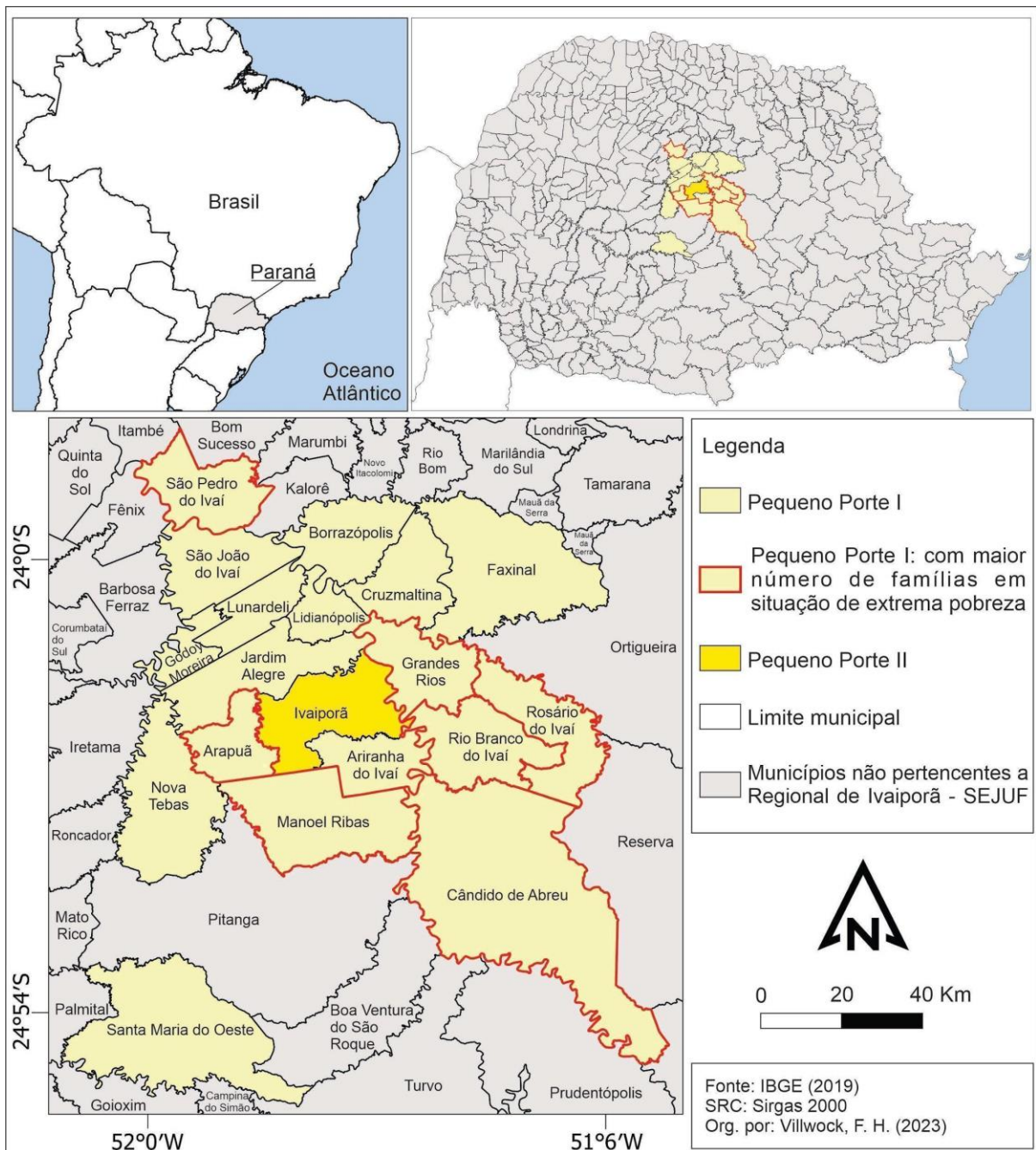
As ações no âmbito da SEJUF contemplam as áreas da Justiça, Sistema de Garantia de Direitos, Assistência Social, Trabalho/Emprego e Renda, Atendimento Socioeducativo e o Controle Social (Conselhos de Direitos). Atuando na coordenação e execução de ações

voltadas às políticas públicas de defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, de migrantes, refugiados e apátridas (PARANÁ, 2019).

Em relação à estrutura básica da administração direta do Estado do Paraná conforme a Lei Estadual 21.352 01/01/2023, conta com níveis de atuação sendo um deles o nível regional, constituído por unidades/escritórios regionais responsáveis pela realização das atividades fins da Pasta (Secretaria de Estado) em cada região formalmente estabelecida. Posto isto, a SEJUF possui 24 (vinte e quatro) escritórios regionais no Estado do Paraná, sendo um deles localizado fisicamente no Município de Ivaiporã (Escritório Regional de Ivaiporã).

O referido escritório é responsável pelas atividades da SEJUF nas áreas da política de assistência social e trabalho em uma região composta por 19 (dezenove) Municípios sendo que deste total, 18 (dezoito) caracterizam-se enquanto PPI. Sendo estes: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. E, 01 (um) pequeno porte II qual seria o Município de Ivaiporã.

Figura 3: Municípios que compreendem a área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã - SEJUF



Org.: Villwock, Fernando. H. (2023)

Nota informativa: observamos no mapa que os Municípios pertencentes ao Escritório Regional de Ivaiporã, encontram-se aglutinados territorialmente no que se refere a dimensão geográfica, exceto o município de Santa Maria do Oeste, o qual encontra-se distante geograficamente dos demais. Cabe pontuar que a divisão administrativa do Estado do Paraná, no que tange as atividades fins das Pastas (Secretarias de Estado) para além da questão territorial regional também define se por questões de ordem política, no sentido de que, as representações político-partidárias das regiões também influenciam na definição de quais municípios compõem a área de abrangência de cada regional.

Em relação às áreas de atuação da SEJUF contemplamos neste estudo especificamente a Política Pública de Assistência Social e, definimos enquanto áreas para a pesquisa empírica a Gestão Municipal da Política de Assistência Social através de suas Secretarias Municipais e a Proteção Social Básica (PSB) especificamente os CRAS que são considerados a “porta de entrada” para o acesso a esta política pública.

Os serviços ofertados no nível de Proteção Social Básica devem partir do pressuposto de que a família é a unidade de referência, sendo necessário ofertar um conjunto de serviços que visam fortalecer e assegurar os vínculos familiares e comunitários, em prol da convivência, socialização e do acolhimento das famílias cujos vínculos não foram rompidos.

Quanto à oferta, os serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios são executados de forma direta no CRAS, em outras unidades públicas da política de assistência social e indireta nas entidades e organizações de assistência social, localizados no território de abrangência.

A partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, às famílias e seus membros são reconhecidos enquanto sujeitos de direitos e os serviços ofertados, seguem em direção ao fortalecimento das potencialidades e prevenção de vulnerabilidades presentes no território de vivência destes. Reconhecendo o dever e atribuição do Estado na proteção às famílias mais vulneráveis.

Os CRAS localizados nos territórios - considerada sua capilaridade - é responsável pela organização e oferta dos serviços nas localidades que apresentam vulnerabilidade e risco social possibilitando que as famílias e indivíduos acessem a rede de proteção social (BRASIL, 2004) da política de assistência social e demais políticas públicas.

Devem atuar na perspectiva de que serviços, programas e benefícios operam em conjunto, conectados e interligados às demais políticas públicas, com a finalidade de garantir o atendimento integral às famílias mediante o encaminhamento das demandas apresentadas, prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social ou seu agravamento (BRASIL, 2004).

Esta unidade pública estatal possui duas funções exclusivas: executar o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e realizar a gestão territorial. Conforme a matriz padronizada dos serviços socioassistenciais, o CRAS também oferta e/ou referência o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos (BRASIL, 2009).

Em complemento segue quadro descritivo que se refere aos serviços e programas ofertados:

Quadro 9: Descrição dos Serviços e Programas ofertados no âmbito da Proteção Social Básica

Serviço/Programa	Descrição	A quem se destina	Local de oferta do serviço
Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)	Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida	Famílias residentes nos territórios de abrangência do CRAS, que vivenciam situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, vínculos fragilizados e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social	CRAS
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Serviço realizado em grupos, organizado a partir de faixas etárias (ciclos de vida) e percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, complementando o trabalho social com famílias e prevenindo situações de risco social	Crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos. Para cada faixa etária, consta descritivo, perfil e características do público a ser atendido de acordo com os objetivos do serviço	CRAS; Centros de convivência referenciados ao CRAS governamentais e não governamentais
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos(as)	Tem a finalidade de prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais, visa garantir direitos, desenvolver mecanismos de inclusão social, oportunizar a participação de pessoas com deficiência e idosos e, o desenvolvimento de sua autonomia, prevenindo riscos, exclusão e isolamento	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção social e comunitária	Domicílio da pessoa com deficiência e/ou pessoa idosa

Fonte: BRASIL (2009). Org. Paim, E. da S, 2022.

Em relação à função de gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de Proteção Social Básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e busca ativa, todas estas ações realizadas no território. Em linhas gerais, a partir da articulação busca-se viabilizar o acesso efetivo das famílias aos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas. Propiciando o diálogo e promovendo à gestão integrada, já a busca ativa é uma importante ferramenta “[...] de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva [...] permitindo compreender melhor a realidade social, para nela atuar” (BRASIL, 2009). Assim:

A gestão territorial responde ao princípio de descentralização do SUAS e tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximos do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais (BRASIL, 2009).

Conforme mencionado às funções de gestão territorial da rede socioassistencial e execução do PAIF através do CRAS, tornam-se complementares e interdependentes para o trabalho social com as famílias e indivíduos. À medida que diante do conhecimento das situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas no território, são planejadas e executadas ações pelas equipes técnicas do serviço, visando a superação destas situações. Sendo possível também, atuar de forma preventiva identificando potenciais riscos que possam fragilizar ou romper os vínculos e violar direitos sociais.

Segundo informações obtidas no Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS) no que se refere à rede socioassistencial de PSB nos 18 (dezoito) municípios PPI, consta o seguinte quantitativo em relação aos CRAS:

Tabela 1: Total de unidades Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Municípios PPI pertencentes à área de abrangência Escritório Regional de Ivaiporã – SEJUF

Município	Quantidade de CRAS cadastrado	Localização
Arapuã	1	Urbana
Ariranha do Ivaí	1	Urbana
Borrazópolis	1	Urbana
Cândido de Abreu	1	Urbana
Cruzmaltina	1	Urbana
Faxinal	1	Urbana
Godoy Moreira	1	Urbana
Grandes Rios	1	Urbana

Jardim Alegre	1	Urbana
Lidianópolis	1	Urbana
Lunardelli	1	Urbana
Manoel Ribas	1	Urbana
Nova Tebas	1	Urbana
Santa Maria do Oeste	1	Urbana
Rio Branco do Ivaí	1	Urbana
Rosário do Ivaí	1	Urbana
São João do Ivaí	1	Urbana
São Pedro do Ivaí	1	Urbana
Total	18	

Fonte: Sistema de Cadastro do SUAS - CADSUAS (referência 2022) Org. Paim, E. da S, 2022.

Com base na tabela 1, identificamos que há 01 (uma) unidade pública estatal (CRAS) por Município e estes referenciam e atendem famílias residentes na área urbana e rural. Imprescindível aqui a elaboração e ou atualização de diagnóstico socioterritorial, no sentido de identificar se este quantitativo atende às demandas apresentadas no território e, para além qual a cobertura de atendimento para as famílias na área rural?

Bem como a definição de estratégias de ação voltadas ao acesso e oferta dos serviços socioassistenciais, na lógica da garantia de direitos e da proteção social a partir da perspectiva do território multidimensional.

Partindo para a escolha dos sujeitos participantes da pesquisa definimos 03 (três) grupos: Grupo (A) Secretários/as Municipais da Política de Assistência Social, Grupo (B) Técnicos/as de Referência e/ou Coordenadores/as dos CRAS e Grupo (C) Famílias acompanhadas pelos CRAS. Os Grupos A e B foram elencados a partir de sua representatividade no que tange às atribuições e responsabilidades no âmbito da gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais conforme disposto nos parâmetros legais e normativos da PPAS.

A NOB RH SUAS (2011) define que aos Gestores Municipais - denominados nesta pesquisa Secretários/as Municipais da Política de Assistência Social - cabe dotar a gestão de institucionalidade do ponto de vista operacional, administrativo e técnico político criando meios para efetivar a política. Além de contribuir para a gestão, melhoria e aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios, observando e considerando as realidades e peculiaridades locais e as territorialidades.

Os/as Técnicos/as de Referência que atuam nos CRAS entre outras atribuições, são responsáveis pela organização, execução e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da PSB. E, devem atuar no alcance do objetivo de apoiar e contribuir

para a superação das situações de vulnerabilidades, fortalecendo as potencialidades das famílias atendidas e/ou acompanhadas nos serviços ofertados, de acordo com as características e especificidades do território (BRASIL, 2009).

Em relação aos/às Coordenadores/as dos CRAS estes possuem a função de organizar os serviços socioassistenciais, fortalecer as potencialidades do território, articular setorialmente as redes socioassistencial de serviços no âmbito da PSB e intersetorial junto às demais PPs. Além de efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2009).

Entendendo que, para o processo de análise da realidade devem ser contemplados dados numéricos e dados qualitativos que representam as concepções e apreensões dos sujeitos, justificamos a importância/relevância nesta pesquisa da participação das Famílias acompanhadas pelos CRAS (Grupo C). Não poderíamos excluí-las da participação na pesquisa empírica, ao contrário, deveríamos oportunizar lhes um espaço de fala, pois estes sujeitos produzem e reproduzem relações sociais nos territórios e vivenciam situações cotidianas de vulnerabilidade e risco social.

Cabe reiterar que a família é definida pela PNAS (2004) a partir de um conceito ampliado, entendendo-a enquanto conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. A referida política possui enquanto uma de suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar, ou seja, a defesa da família enquanto sujeito de direitos e a afirmação da centralidade desta para a concepção e implementação dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios.

Corroborando com estes pressupostos defendemos que às famílias atendidas e acompanhadas pelos CRAS podem revelar outras faces em relação ao território e as políticas públicas, em complemento e/ou para além dos elementos apresentados e apontamentos realizados pelos demais grupos participantes da pesquisa.

Uma vez expostos os elementos centrais que nos levaram a definir os grupos participantes da pesquisa, damos sequência à descrição dos processos metodológicos adotados.

Em atendimento ao cronograma proposto, entre os meses de maio e junho de 2022 apresentamos aos/às Secretários/as Municipais da Política de Assistência Social, Técnicos/as de Referência e/ou Coordenadores/as dos CRAS o projeto de pesquisa convidando-os a participarem desse processo.

Na sequência realizamos os trâmites necessários para o aceite formal e enviamos através de e-mail aos/às Secretários/as Municipais, o Termo de Ciência do Responsável pelo

Campo de Estudo. Do universo total de 18 (dezoito), 15 (quinze) assinaram o respectivo documento.

Os participantes deste grupo representam os municípios de: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Para fins de coleta de dados optamos pelo questionário, definido enquanto conjunto formal de questões as quais devem estar diretamente relacionadas ao propósito do projeto de pesquisa e, submetidas aos participantes com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos entre outros elementos/aspectos (GIL, 2008).

Deliberamos pelo questionário semiestruturado (contendo perguntas abertas e fechadas) aplicado através de formulários para que pudéssemos identificar os elementos centrais e, oportunizar aos participantes a possibilidade de exporem suas concepções acerca da categoria território e sua intersecção com as PPs, pois ao concebermos:

[...] o processo de pesquisa como um mosaico que descreve um fenômeno complexo a ser compreendido é fácil entender que as peças individuais representam um espectro de métodos e técnicas, que precisam estar abertas a novas ideias, perguntas e dados. Ao mesmo tempo, a diversidade nas peças desse mosaico inclui perguntas fechadas e abertas, implicando em passos predeterminados e abertos [...] (GUNTHER, 2010, p. 202).

Destarte, no mês de setembro de 2022 após aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética UNESPAR (CEP) sob o parecer de número 5.568.548, enviamos ao Grupo (A) Secretários/as questionário on-line via *Google* Formulários. No entanto, do total de 15 (quinze) questionários enviados obtivemos no prazo estipulado para o preenchimento (13/09/2022 à 14/10/2022) a resposta de 12 (doze). Os questionários foram identificados e numerados da seguinte forma: Grupo A - 01 até A - 12.

No período de setembro a outubro 2022 enviamos 15 (quinze) questionários on-line via *Google* Formulários ao Grupo (B), sendo 07 (sete) Técnicos/as da equipe de referência e 08 (oito) Coordenadores/as que atuam junto aos CRAS e obtivemos a resposta de todos. Em relação a estes questionários, foram identificados e numerados: Grupo B -01 até B- 15.

No que se refere ao número de Famílias (Grupo C) participantes da pesquisa seria impossível considerá-lo em sua totalidade, pois identificamos no relatório mensal de atendimentos (RMA) o total de 2.150 (duas mil cento e cinquenta) famílias acompanhadas no

mês de junho/2022 pelos 15 (quinze) CRAS. Assim, trabalhamos com uma amostragem não probabilística a qual, conforme Gil (2008) depende unicamente de critérios do pesquisador.

Para a amostragem definimos 02 (dois) critérios, amparados em Minayo (2002) quando esta pesquisadora considera que a definição da amostragem para a pesquisa qualitativa, não se baseia única e/ou exclusivamente no critério numérico para garantir sua representatividade, mas no critério de vinculação mais significativa para o problema a ser investigado que nos permita abrangê-lo em sua totalidade, em suas múltiplas dimensões.

Em relação ao primeiro critério adotado, dos 15 (quinze) municípios participantes selecionamos 05 (cinco) representando 30% (trinta por cento) do total da amostra. Os 05 (cinco) selecionados foram aqueles que possuíam na base de dados do Cadastro Único⁸ no mês de julho 2022, o maior número de famílias em situação de extrema pobreza: Arapuã, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí.

Considerando que entre os vários indicadores que quantificam e qualificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui um referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana, relacionados às necessidades básicas insatisfeitas (IPARDES, 2007). Neste estudo para a definição da amostragem, esse limiar está relacionado à renda familiar per capita de famílias em situação de extrema pobreza.

Cabe um adendo, a Lei 14.284 29/12/2021 dispõe em relação à renda per capita das famílias em situação de pobreza, definindo que esta renda encontra-se entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais). Quanto às famílias em situação de extrema pobreza a renda familiar per capita mensal é igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

Em relação a famílias de baixa renda seriam aquelas cuja renda familiar per capita é de R\$ 210,00 até meio salário-mínimo vigente, qual seria R\$ 606,00 (salário mínimo vigente R\$ 1.212,00 conforme a Lei Federal 14.358).

Tabela 2 - Perfil renda famílias cadastradas no Cadastro Único

País/Estado/ Municípios	Famílias Cadastradas	Famílias em situação de extrema pobreza	%	Famílias em situação de pobreza	Famílias de baixa renda	Famílias acima de 1/2 Salário Mínimo
Brasil	37.118.686	19.197.806	52%	3.306.740	7.134.963	7.479.17
Paraná	1.629.401	467.637	29%	192621	503500	465643
Arapuã	724	312	43%	77	181	154

⁸ Essa base de dados disponibiliza informações referentes à renda per capita das famílias inscritas na base do Cadastro Único, agregando também a informação da faixa etária dos integrantes da família.

Ariranha do Ivaí	520	135	26%	69	191	125
Borrazópolis	1738	413	24%	192	607	526
Cândido de Abreu	2686	1238	47%	362	702	384
Faxinal	4196	810	19%	679	1470	1237
Godoy Moreira	830	257	31%	61	204	308
Grandes Rios	1391	641	46%	135	337	278
Jardim Alegre	2648	621	23%	383	920	724
Lidianópolis	1236	237	19%	117	319	563
Lunardelli	1304	377	29%	102	433	392
Manoel Ribas	2949	1281	43%	281	667	720
Nova Tebas	1687	134	8%	236	733	584
Santa Maria do Oeste	2673	844	32%	593	718	518
São João do Ivaí	2369	641	27%	311	837	580
São Pedro do Ivaí	1801	730	41%	110	451	510

Fonte: Relatório Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) referência 07/22. Org. Paim, E. da S, 2022.

Uma vez definidos os 05 (cinco) municípios nos quais os questionários seriam aplicados às famílias, utilizamos o segundo critério para definir o número de participantes deste grupo. A partir da base de dados do relatório mensal de atendimentos (RMA) dos CRAS (referência julho 2022), realizamos o levantamento do número total de famílias acompanhadas pela equipe técnica e deste número total, definimos 30% (trinta por cento) para a amostragem.

Tabela 3- Total de famílias em acompanhamento no CRAS – julho 2022

Municípios	Número de Famílias		Referência Mês	30% questionários
	Acompanhadas			
Arapuã	105		jul/22	31
Cândido de Abreu	65		jul/22	19
Grandes Rios	20		jul/22	6
Manoel Ribas	102		jul/22	31
São Pedro do Ivaí	120		jul/22	36
Total	412			123

Fonte: Registro Mensal de Atendimento do CRAS RMA. Org. Paim, E. da S, 2022.

Do total de 123 questionários a serem aplicados às famílias, obtivemos o aceite de 112 participantes. Os questionários foram aplicados durante o mês de outubro de 2022 na modalidade presencial, numerados e identificados enquanto Grupo C – 01 até C – 112. A modalidade presencial foi adotada considerando a possibilidade de que as famílias não

tivessem acesso à internet ou que este fosse restrito, mais especificamente no que diz respeito à plataforma online para preenchimento dos questionários via *Google* Formulários.

Após o percurso metodológico exposto, definimos a análise de conteúdo enquanto técnica para análise dos dados em um movimento de olhar atento a estes, o qual nos permitiu estabelecer um laço entre os dados empíricos e a base teórico-conceitual da pesquisa.

Minayo (2002) destaca duas funções para a utilização desta técnica, uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões e nesse sentido, nos possibilita encontrar respostas para as questões formuladas e também a possibilidade de confirmar ou não as problemáticas estabelecidas. A outra função refere-se à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem se complementar na prática, sendo aplicadas tanto na pesquisa quantitativa quanto qualitativa.

Insta ressaltar que a técnica de análise de conteúdo objetiva através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos, obter indicadores que permitam inferir conhecimentos a partir destes (DALLABRIDA, 2021).

Elaboramos o quadro abaixo para demonstrar de forma sintética os procedimentos que adotamos, pois cronologicamente a análise de conteúdos pode abranger 03 (três) fases: fase 1 pré-análise, fase 2 exploração do material a partir dos dados coletados e fase 3 tratamento e interpretação dos resultados obtidos (MINAYO, 2002).

Quadro 10: Fases do processo da técnica de análise de conteúdo

FASES	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Fase 1 Pré- análise	Leitura das informações registradas nos questionários aplicados e organização do material coletado definindo enquanto unidade de registro (elemento obtido através da decomposição da mensagem) a palavra e/ou o trecho contido nas respostas. E, enquanto unidade de contexto (referência mais ampla) as temáticas contidas no questionário sendo estas: o perfil dos participantes, território e vigilância socioassistencial (Grupo A), o perfil dos participantes, território, gestão territorial, riscos sociais e vulnerabilidades no território (Grupo B) e perfil dos participantes e território (Grupo C)
Fase 2 Exploração do material a	Organizamos os dados em gráficos e quadros temáticos de

partir dos dados coletados	acordo com as unidades de registro e contexto
Fase 3 Tratamento e interpretação dos resultados obtidos	A partir do tratamento das unidades desvendamos o conteúdo subjacente. Sem excluirmos as informações quantitativas/numéricas, nossa busca voltou-se à identificação das categorias empíricas a partir das apreensões e concepções dos participantes no que tange a categoria território e sua intersecção com PPAS

Fonte: MINAYO (2002 – grifos nossos). Org. Paim, E. da S, 2022.

Após a descrição do caminho metodológico percorrido, contemplaremos a seguir elementos que compõem o recorte territorial dos municípios considerados *locus* desta pesquisa.

3.2 Recorte territorial: municípios de pequeno porte I pertencentes à área de abrangência do escritório regional de Ivaiporã - SEJUF

Nesta subseção apresentaremos dados sociodemográficos e aspectos gerais referentes às dimensões históricas, sociais, econômicas, naturais e culturais dos 15 (quinze) municípios participantes desta pesquisa. Partimos do pressuposto de que os aspectos descritos constituem, condicionam e transformam o território e para que possamos compreendê-lo, formularmos e implementarmos PPs é imprescindível conhecermos suas dimensões e como estas se inter-relacionam.

Considerando o Estado do Paraná iniciamos apresentando a tabela 4 na qual demonstramos as regiões geográficas e turísticas as quais os municípios pertencem, sendo 93% pertencentes à Região Geográfica Norte Central Paranaense e 7% Centro-Sul Paranaense. Em relação à caracterização turística 73% localizam-se na região denominada Vale do Ivaí e 27% na região denominada Entre matas, morros e rios.

Tabela 4: Municípios, ano de criação, respectiva região geográfica e turística do Estado do Paraná

Município	Ano de criação	Região Geográfica do Paraná	Região Turística do Paraná
Arapuã	1.997	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Ariranha do Ivaí	1.997	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Borrazópolis	1.952	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Cândido de Abreu	1.955	Norte Central Paranaense	Entre matas, morros e rios

Faxinal	1.951	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Godoy Moreira	1.990	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Grandes Rios	1.967	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Jardim Alegre	1.964	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Lidianópolis	1.993	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Lunardelli	1.983	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
Manoel Ribas	1.956	Norte Central Paranaense	Entre matas, morros e rios
Nova Tebas	1.989	Norte Central Paranaense	Entre matas, morros e rios
Santa Maria do Oeste	1.993	Centro-Sul Paranaense	Entre matas, morros e rios
São João do Ivaí	1.964	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí
São Pedro do Ivaí	1.955	Norte Central Paranaense	Vale do Ivaí

Fonte: IPARDES (2023). Org. Paim, E. da S, 2023.

O agrupamento dos Municípios enquanto pertencentes ao Vale do Ivaí ou Entre matas, morros e rios, considera-os e identifica-os na condição de espaços geográficos relativamente homogêneos do ponto de vista físico-ambiental.

Localizando-os espacialmente e abordando os aspectos físico-ambientais, a região do Vale do Ivaí encontra-se em sua maior parte no Terceiro Planalto e parte no Segundo Planalto Paranaense (IPARDES, 2007).

Em relação aos aspectos geográficos, a geologia desta região composta por unidades geológicas, sendo a que mais se destaca é a Serra Geral (rochas efusivas básicas, basaltos maciços e amigdalóides com intercalações de arenitos finos) representando 68,2 % estando presente em todos os Municípios. Secundariamente, ocorrem a Formação Rio do Rastro (composta predominantemente de siltitos e argilitos avermelhados com intercalações de arenito fino) e o Membro Nova Prata (basaltos pórfiros, dacitos, riocacitos e riólitos). Com menor representatividade ocorrem a Formação Pirambóia e a Formação Teresina (IPARDES, 2007).

Originalmente, o território contava com a predominância do bioma Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) presente também nos Municípios de Faxinal, Borrazópolis e Grandes Rios. Outra característica, 94,3% de todo território encontra-se entre as altitudes de 300 m a 700 m.

Suas temperaturas médias mínimas predominantes encontram-se entre 14° C e 15° C, já as temperaturas médias máximas entre 27° C e 28° que se dispersam por quase todos os Municípios (IPARDES, 2007). Ou seja, o Norte Central caracteriza-se por um norte quente ou tropical úmido, com 01 (um) a 03 (três) meses secos durante o ano.

Na região denominada Entre matas, morros e rios estão localizados 04 (quatro) municípios sendo estes: Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Nova Tebas e Santa Maria do Oeste. Estes se encontram no Terceiro Planalto e fazem divisa ao norte com a região do Vale do Ivaí.

Quanto à geologia do território, caracteriza-se pela predominância da Formação Serra Geral com representativas manifestações vulcânicas contendo basaltos maciços e amigdalóides com intercalações de arenito fino. Na região nordeste do território (municípios de Manoel Ribas e Cândido de Abreu) concentra-se a Formação Rio do Rastro (6,50%) com idade permiana e apresenta siltitos e argilitos intercalados com arenito fino (IPARDES, 2007).

Predomina o bioma de Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) e Floresta Estacional Semidecidual preferencialmente na porção norte. Quanto às temperaturas mínimas no território, ocorrem 12° C e 15° C e as temperaturas máximas apresentam um intervalo entre 23° C e 28° C (IPARDES, 2007).

No que tange às regiões denominadas Norte Central Paranaense e Centro-Sul Paranaense, a partir das leituras que realizamos sintetizamos no quadro 11 informações históricas que culminaram na atual configuração dos Municípios.

Quadro 11: Aspectos referentes à história dos Municípios

Município	Elevado à categoria de Município em	Aspectos referentes à história
Arapuã	1.997	O núcleo irradiador da colonização do atual município de Arapuã foi Ivaiporã, a partir das décadas de quarenta e cinquenta do século XX. Inicialmente na condição de Distrito, criado com a denominação de Arapuã, pela Lei Estadual n.º 5.528, de 20-02-1967, subordinado ao município de Ivaiporã.
Ariranha do Ivaí	1.997	De 1940 a 1960, o nome era Arroio Bonito da Fazenda Ubá. Com o aumento da população, a companhia Ubá destinou uma área para loteamento urbano, que recebeu o nome de Ariranha. Distrito criado com a denominação de Ariranha em 1968, subordinado ao município de Ivaiporã.
Borrazópolis	1.952	A história do município está ligada à colonizadora Rio Bom, de propriedade do banco do Rio Grande do Sul S/A que, como detentora de uma gleba de terras, situada no Vale do Rio Ivaí, própria para a cultura do café, deu início, em 1948. Distrito criado com a denominação de Catugi em 1951, subordinado ao município de Rio Bom.

Cândido de Abreu	1.955	A criação do Município de Cândido de Abreu foi fruto da colonização estrangeira (franceses, poloneses, ucranianos e alemães) em terras paranaenses, com a fundação de núcleos coloniais, na primeira metade do século XIX. Inicialmente na condição de Distrito (1921) do município de Reserva.
Faxinal	1.951	Na década de trinta, ocorreu a concessão de terras pelo governo do estado a uma colonizadora inglesa, que ocupou o território. O nome faxinal significa "campos abertos de matos curtos". Em divisão territorial (1950), o distrito de Faxinal pertencia ao município de Apucarana.
Godoy Moreira	1.990	A região do Vale do Ivaí, na qual hoje está o município de Godoy Moreira, era mata até 1960 (denominada gleba Ubá), com a abertura do loteamento deu-se a chegada de agricultores dos mais diferentes pontos do estado e do país. Na década de 1970, Godoy Moreira passou a ser distrito de São João do Ivaí.
Grandes Rios	1.967	As terras em que se encontram localizado o município de Grande Rios pertenciam a gleba I, Quinhão VIII da fazenda Ribeirão Bonito. Distrito criado com a denominação de Grandes Rios em 1965, subordinado ao município de Cândido Abreu.
Jardim Alegre	1.964	Descreve-se a existência da Fazenda Rancho Alegre (1952), inicialmente a localidade foi denominada Patrimônio Três Machados, nasceu em terras da sociedade Territorial Ubá Ltda., de propriedade da família Barbosa Ferraz. Em divisão territorial datada de 1963, o distrito de Jardim Alegre figurava no município de Ivaiporã.
Lidianópolis	1.993	Em 1950, José Caetano Marques, comprou da sociedade Ubá um lote de terras, cujo nome seria Lidianópolis. Enquanto distrito foi criado com a denominação de Ubá do Sul, em 1962, subordinado ao município de Ivaiporã.
Lunardelli	1.983	A região do vale do Ivaí, na qual está situado o município de Lunardelli era considerado sertão bruto até 1943. A área de terra era formada pelas glebas de Lunardelli, Suíça e Ubá. Em 1952, foi iniciada a formação da fazenda Gema, na gleba Lunardelli. Distrito criado com a denominação de Guarita em 1951 subordinado ao município de Pitanga, em 1955 à Manoel Ribas, 1963 Ivaiporã e em 1964 São João do Ivaí.
Manoel Ribas	1.956	Inicialmente a localidade, era denominada Campina Alta. Em 1947, foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com a denominação de Manoel Ribas, subordinado ao município de Pitanga.
Nova Tebas	1.989	As origens do Município de Nova Tebas remontam à década de 30, quando foram implantadas as primeiras propriedades. O primeiro nome dado à localidade foi Três Barras, depois Bela Vista e posteriormente Nova Tebas (nome dado por um morador oriundo da Grécia. O distrito denominado Bela Vista era subordinado à Pitanga.

Santa Maria do Oeste	1.993	A região era habitada pelos índios coroados. Entre 1919 a 1921 aproximadamente foi denominada Campina de Santa Maria. Distrito criado com a denominação de Santa Maria, em 1951, subordinado ao município de Pitanga. Em 1990 houve a alteração toponímica distrital de Santa Maria, para Santa Maria do Oeste.
São João do Ivaí	1.964	Em 1948 para homenagear São João Batista, deram o nome ao lugarejo de São João. Em 1950, uma trilha foi aberta para ligar São João do Ivaí a São Pedro do Ivaí. Nesta época, o rio só podia ser atravessado de canoa. Somente em 1951 foi estabelecido o serviço de travessia atendido por balsa. Em 1954 a localidade passou a chamar-se São João da Ocalina. Distrito criado com a denominação de São João do Ivaí em 1962, subordinado ao município de Ivaiporã.
São Pedro do Ivaí	1.955	A empresa Junqueira e Freire que possuía glebas no município de Apucarana, passaram a explorar a extração e beneficiamento de madeiras ali existentes e instalaram uma serraria às margens do rio Ivaí. Iniciaram a formação de um loteamento para o povoamento de parte da gleba de sua propriedade, o qual recebeu a denominação de Patrimônio do Ivaí. Distrito criado com a denominação Ivaí, em 1951 subordinado ao Município de Jandaia do Sul.

Fonte: IBGE (2023). Org. Paim, E. da S, 2023.

A história de ocupação da região Centro-Sul Paranaense origina-se no século XVII e está associada aos ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Destacando-se o tropeirismo como um componente fundamental para o desenvolvimento da economia da região, que inicialmente foi baseada na criação de gado para comercialização, transportados pelos tropeiros para serem vendidos em outras regiões (FRAGA et al, 2015).

O trajeto feito pelas tropas e pelo gado impulsionou a interiorização da ocupação territorial do Paraná, uma vez que o Centro-Sul e a região dos Campos Gerais eram passagens obrigatórias para os tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul em direção ao Estado de São Paulo. A região também servia de apoio às atividades da pecuária paulista, como o comércio de mulas e o arrendamento de terras para a inverno dos rebanhos (FRAGA et al, 2015).

Além do tropeirismo Fraga *et al* (2015) mencionam outras atividades econômicas da região que se desenvolveram de acordo com a exploração de recursos a natureza como a erva mate e a madeira e, baseadas em grandes propriedades rurais que praticavam uma agricultura de subsistência sempre com o recurso da mão de obra escrava e do trabalho familiar.

Porém, é importante ressaltar que o solo da região era considerado de baixa fertilidade, o que gerou grandes dificuldades para os imigrantes que se dedicavam à extração da erva-mate e à agricultura de subsistência. Assim a terra dividia-se em duas funções, nos relevos

mais planos voltava-se a produção agrícola e em relevos mais acidentados, a criação de animais (FRAGA *et al*, 2015).

Em síntese, o processo de ocupação se deu em torno de cinco pontos em comum conforme cita Fraga *et al apud* (2015): o ativo ambiental, a imigração étnica, região essencialmente rural sem grande relevância econômica para o Estado, economia baseada em atividades tradicionais (não inovativas) e agricultura exercida em pequenas propriedades de perfil predominantemente familiar.

Concluindo, pode-se dizer que a existência de uma rede conectora com outras regiões do estado e do Brasil e a facilidade em rentabilizar uma atividade extrativista que possuía abundante matéria prima na região, acabaram por dinamizar a ocupação do Centro-Sul (FRAGA *et al*, 2015).

No entanto à região geográfica Centro-Sul Paranaense constituiu-se em uma região com baixos índices socioeconômicos, formada por um conjunto de municípios pequenos e pobres entre eles Santa Maria do Oeste, um dos municípios participantes desta pesquisa (IPARDES, 2007).

Embora não caracterize o foco específico desta pesquisa realizar um estudo aprofundado da região Centro-Sul é importante salientar que, uma análise detalhada quanto aos índices socioeconômicos perpassa necessariamente pelo processo de formação e ocupação do território, pela organização do espaço vinculado às atividades econômicas tradicionais de cunho extensivo e extrativo, pelos movimentos de evasão populacional das áreas rurais e deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2007).

Estes processos de formação e organização estão associados à exploração de algum recurso da natureza de forma predatória e rudimentar e a junção de características da sociedade campeira tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo (IPARDES, 2007). E, por sua composição com municípios pequenos e de pouca expressão econômica estadual e nacional (FRAGA *et al*, 2015).

Quanto ao processo de constituição dos municípios que compõem a região geográfica Norte Central Paranaense e pertencem à região turística do Vale do Ivaí, este foi deflagrado a partir da década de 1920-1930. Atrelado à expansão e extensão da fronteira agrícola capitaneada pela atividade cafeeira em terras de alta fertilidade, enquanto prolongamento agrícola da economia cafeeira paulista (IPARDES, 2007).

Baseou-se fundamentalmente no regime de colonização a partir do capital nacional e internacional com ampla oferta de terras baratas e de qualidade, o que gerou atrativo ao

capital fundiário especulativo através de contratos de parceria, colonato e arrendamento. Empresas empreenderam uma política de povoamento e lotearam as terras para venda em pequenas parcelas, atraindo para a região trabalhadores e suas famílias, os quais formaram pequenas e médias propriedades voltadas à agricultura de subsistência e a comercialização (IPARDES, 2007).

Assim distintas correntes migratórias formadas por paulistas, mineiros, nordestinos e por migrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado do Paraná, adentraram na região do Norte conformando uma onda intensa de povoamento que paulatinamente desarticulou a incipiente economia local. Sendo construídas estradas, pontes, trilhos férreos para garantir o acesso viário, a comunicação entre as propriedades rurais e o escoamento da produção. Para dar suporte às atividades agrícolas, núcleos urbanos foram se formando os quais posteriormente deram origem às cidades (IPARDES, 2007).

Neste cenário, cabe aqui mencionarmos o estudo denominado “As transformações histórico espaciais do Vale do Ivaí” (2012), este destaca que as décadas de 1920-1930 são referenciadas enquanto início do processo de ocupação territorial, como se existisse um vazio demográfico até o início da colonização. No entanto, ao realizar o resgate histórico identificou-se a presença de indígena e colonizadores que habitaram a área anteriormente às décadas mencionadas, isso em decorrência da implantação das companhias de Terras (SILVA; PROENÇA, 2012).

Pesquisas desenvolvidas sobre a história da região identificaram e reconheceram a presença das populações indígenas as quais viviam nas margens do Rio Ivaí, destacando a presença das tribos indígenas Xetá e Kaingang, portanto é imprescindível o reconhecimento da presença indígena sua história, cultura, sociedade e política neste território. O processo de ocupação também se refere à presença jesuítica e a expedição originária de espanhóis “[...] que vieram através da Província do Paraguai, atravessaram às águas do Rio Iguaçu e ultrapassaram áreas do oeste paranaense mantendo contatos com variadas tribos indígenas, até chegar ao Rio Ivaí [...]” (SILVA; PROENÇA, 2012, p.5).

Assim formaram-se povoados com a presença de indígenas, jesuítas, espanhóis e posteriormente dos bandeirantes. Período histórico marcado por resistência, luta e morte, diante da tomada de terras indígenas, para além do plantio da erva-mate a exploração de madeira. Em síntese, cabe pontuar que a história da ocupação deve contemplar inicialmente a existência da população indígena e a partir de 1860 a chegada da frente pioneira vinda Minas Gerais, as quais derrubaram as matas e iniciaram o cultivo do café e posteriormente a colonização por empresas, a partir de 1939 (SILVA; PROENÇA, 2012).

Importante mencionar neste território a existência de 03 (três) aldeias indígenas localizadas nos Município de Cândido de Abreu - Terra Indígena de Faxinal e Reserva Lote do Vitorino dos Caigangues - e no Município de Manoel Ribas a Aldeia Indígena Ivaí.

Outro dado a constar refere-se à existência de Assentamentos da Reforma Agrária ⁹ criados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 05 (cinco) municípios sendo estes no Município de Cândido de Abreu: Assentamento Terra e Vida , 19 de Junho, Ilha das Flores e Vale da Conquista; Município de Faxinal: Assentamento Três Barras; Município de Jardim Alegre: Assentamento 8 de Abril; Município de Manoel Ribas: Assentamento Nova Itaúna e, Município de Santa Maria do Oeste: Assentamento Araguaí, Estrela do Oeste e Recanto Feliz (INCRA, 2022).

Dando sequência à discussão identificamos nos materiais pesquisados que diante do avanço do capitalismo e da produção agrícola, ocorreram processos referentes à mecanização do campo e o êxodo rural. Ampliaram-se os sítios urbanos e as cidades passaram a ter mais dinamismo em suas atividades econômicas. Um fato a ser destacado refere-se ao ano de 1975 quando ocorreu uma forte geada que levou a decadência da cultura cafeeira, culminando com a produção de outras monoculturas tais como o milho, trigo e soja (SILVA; PROENÇA, 2012).

Após a descrição dos processos históricos de ocupação, apresentaremos indicadores sociodemográficos dos Municípios e gostaríamos de pontuar que, considerando que há diversidade na composição territorial brasileira a qual obriga o estabelecimento de critérios para dimensionar os municípios quando se deseja identificá-los e caracterizá-los enquanto pequeno, médio, grande porte e metrópole.

E cientes de que existem outras vertentes teórico-conceituais para descrever e efetuar esta caracterização, neste estudo conforme descrito anteriormente utilizaremos o critério de

⁹ Assentamento da Reforma Agrária: O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lotes ou parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. As habitações podem ser construídas em cada lote ou em área coletiva com instalação de uma agrovila. O assentamento tem também áreas de uso comunitário e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. Toda área de reforma agrária tem ainda locais de preservação ambiental, como reserva legal e área de proteção permanente. Cada lote em assentamento é uma unidade familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (federal, estadual e municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (federal, estadual e municipal), saúde (estadual e municipal) e outros. (INCRA, 2022)

porte populacional, ou seja, a variável de análise é o tamanho da população cujo dimensionamento converge para a classificação de Pequeno Porte I para os municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes.

A partir desta variável apresentamos a tabela 5 a qual traz à estimativa populacional com data de referência 1º de julho de 2021 (IBGE, 2022). Em relação ao contingente populacional trabalharemos com esta estimativa de população, pois conforme comunicado constante no site oficial do IBGE os dados definitivos da população do censo demográfico 2022 serão divulgados somente em 28 de junho de 2023 (IBGE, 2023).

Tabela 5: Municípios, área territorial, estimativa da população e percentual população urbana/rural

Município	Área territorial KM²(2022)	Estimativa da população 2021	% População Rural	%População Urbana
Arapuã	217,69	2.951	63%	37%
Ariranha do Ivaí	235,12	2.026	63%	37%
Borrazópolis	337,99	6.290	26%	74%
Cândido de Abreu	1508,19	14.606	71%	29%
Faxinal	715,57	13.379	22%	78%
Godoy Moreira	127,03	2.850	54%	46%
Grandes Rios	312,04	5.379	46%	54%
Jardim Alegre	418,87	11.067	42%	58%
Lidianópolis	152,81	3.155	49%	51%
Lunardelli	197,67	4.695	30%	70%
Manoel Ribas	571,68	13.517	48%	52%
Nova Tebas	545,5	5.252	61%	39%
Santa Maria do Oeste	827,9	9.210	72%	28%
São João do Ivaí	351,88	9.897	23%	77%
São Pedro do Ivaí	322,39	11.109	21%	79%

Fonte: IPARDES (2023); IBGE (2022); MOPS SUAS (2023). Org. Paim, E. da S, 2023.

Em relação à tabela 5 um elemento central refere-se ao fato de que do total dos municípios relacionados, 66% possuem uma população de até 10.000 (dez mil) habitantes e destes 66%, 33% possuem até 5.000 (cinco) mil habitantes. Observamos também que dos 15 (quinze) municípios pesquisados, 06 (seis) possuem acima de 50% de sua população total residindo na área rural.

Fator este significativo e que necessita ser considerado em todo ciclo inerente às políticas públicas, desde a identificação das demandas até o monitoramento e avaliação, considerando a categoria território em sua perspectiva multidimensional. Nestes casos, sendo

a população rural significativa, tornam-se necessárias políticas comprometidas com o rural e o urbano (COSTA; ROCHA, 2014).

Outro elemento importante refere-se às leituras realizadas, nas quais identificamos aspectos que caracterizam os municípios pequenos para além do dado demográfico. Os estudos mencionam que estes municípios desenvolvem atividades predominantemente rurais, com forte dependência do poder público em todas as suas esferas. E, em determinadas situações encontram-se marginalizados e/ou dependentes de cidades maiores com influência regional. Outra característica identificada, diz respeito ao envelhecimento da população (FERNANDES; CORREIA, 2018) o que demanda o desenvolvimento, aprimoramento e fortalecimento de políticas públicas, voltadas à garantia dos direitos da pessoa idosa.

Vieira, Roma e Miyazaki (2007) caracterizam os municípios pequenos enquanto aglomerados urbanos que atendem as necessidades básicas da população, ainda que recebam ou encaminhem mão de obra, demandam de serviços e equipamentos mais especializados de outras cidades. Vivenciam relações de dependência de centros urbanos maiores, pois oferecem equipamentos e serviços básicos como escolas, unidades de saúde e contam com incipiente comércio. Essas características que descrevem os municípios pequenos vêm ao encontro dos dados coletados na pesquisa empírica.

Cabe mencionar que os municípios que compõem o território contemplado nesta pesquisa registraram desde a década de 1970 taxas de crescimento demográfico negativas, ainda que essas taxas venham sofrendo declínio ao longo das décadas. Logo para a análise das especificidades e dimensões sociais e econômicas deste território, o componente migratório tem um peso substantivo na conformação do quadro populacional regional (IPARDES, 2007).

Entende-se que a questão migratória no Estado do Paraná está atrelada ao processo de modernização da agricultura paranaense deflagrado a partir de 1970 o qual provocou intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais, sendo apontado enquanto um dos fatores que levaram ao deslocamento populacional para centros urbanos próximos à região de origem e, também a migração para fora da região (IPARDES, 2007).

Ainda sobre a redução da população cabe mencionar que:

O processo de esvaziamento está diretamente relacionado com a nova dinâmica capitalista colocada em prática a partir de meados da década de 1970 no Brasil e no Paraná com o objetivo de ampliar os fluxos de capital. Um dos seus desdobramentos foi a modernização da agricultura. A modernização liberou o homem do trabalho braçal pesado no campo, por outro lado desarticulou a dinâmica de crescimento populacional e econômico preexistente, estimulando a redução das pequenas propriedades familiares e

a ampliação das médias e grandes fazendas produzindo para exportação (COSTA; ROCHA, 2014, p. 101).

Neste sentido para que possamos compreender a dinâmica dos municípios e contribuir em relação a formulação e execução de políticas públicas, é imprescindível conhecermos e entendermos os processos históricos de ocupação desses territórios, na perspectiva multidimensional contemplando as relações econômicas, os fluxos de capitais, de serviços e mercadorias.

Além das funções desempenhadas em cada município sob a perspectiva de escalas local, regional, nacional, global é necessário considerar e compreender qual a influência do modo de produção capitalista exercida, pois conforme cita Costa e Rocha (2014) há uma relação estabelecida entre as forças produtivas do capitalismo e a lógica da localização geográfica, atreladas aos aspectos e processos político-econômicos e sócioecológicos.

Agregando a esta discussão as características econômicas dos municípios, seguem informações coletadas as quais foram compiladas no quadro 12:

Quadro 12: Atividades econômicas desenvolvidas nos Municípios

Municípios	Atividades Econômicas	Descritivo
Arapuã	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, milho, feijão), produção de leite, destilaria, unidade armazenadora de grãos (COAMO)
Ariranha do Ivaí	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo) fruticultura (maracujá, goiaba, abacaxi) pecuária (produção de leite, comércio de bovinos)
Borrazópolis	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, milho, hortaliças), pecuária (frango), agroindústria (doces, conservas), comércio local
Cândido de Abreu	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo, milho, mandioca), Agropecuária (bovinos, suínos)
Faxinal	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, tomate, milho), turismo, pecuária, empresa de beneficiamento de grãos
Godoy Moreira	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, café, feijão, maracujá, morango, mandioca, tomate), pecuária (produção de leite, frango de corte)
Grandes Rios	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (café, tomate, morango), pecuária (produção de leite, carne bovina)

Jardim Alegre	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo, milho, café, abacate, goiaba, banana, laranja, pitaya), produção de orquídeas, produção de bicho da seda, avicultura, comércio e prestação de serviços
Lidianópolis	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, café, milho, trigo, abacate, goiaba, morango, pêssego, uva, tomate), pecuária (produção de ovos caipiras)
Lunardelli	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo, alfafa, hortaliças)
Manoel Ribas	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Produção florestal de florestas nativas	Agricultura (soja), pecuária (produção de leite, aviários), Comércio, empresa cooperativa do setor agropecuário, Furnas centrais hidrelétricas, pequena central hidrelétrica Cristalino
Nova Tebas	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo, milho, aveia, laranja, banana, maracujá), pecuária (rebanho de bovinos/ suínos/equinos e, galináceos)
Santa Maria do Oeste	Lavoura temporária, Lavoura permanente, Pecuária e criação de outros animais, Produção florestal de florestas plantadas	Agricultura (soja, trigo, milho, erva-mate), pecuária (rebanho de bovinos e ovinos, galináceos)
São João do Ivaí	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, trigo, milho, cana-de-açúcar), pecuária (aviários)
São Pedro do Ivaí	Lavoura temporária, horticultura, Pecuária e criação de outros animais, Lavoura permanente	Agricultura (soja, cana-de-açúcar), pecuária (aviários), produção industrial na área de ração animal, álcool, açúcar

Fonte: IBGE (2023); IPARDES (2023). Org. Paim, E. da S, 2023.

Tavares (2006) traduz o quadro acima, ao descrever que os municípios paranaenses de pequeno porte são marcados pela ruralidade, pela economia baseada na agricultura e pecuária. Observamos a questão do plantio da soja, presente na produção agrícola de todos os municípios citados.

Na pesquisa sob o título “Caracterização de sistemas de produção orgânicos no Território Vale do Ivaí, no Paraná” Lizarreli *et al* (2012) destaca também a presença de sistemas pautados na produção do maracujá, sistemas baseados na olericultura, grãos e cereais, café, fruticultura, leite, sistemas especializados em leite. Menciona quanto a importância da organização e fortalecimento das redes para a agricultura familiar enquanto

instrumentos importantes e úteis para o desenvolvimento territorial rural do Território Vale do Ivaí.

A pesquisa mencionada também refere que esta região congrega iniciativas de organização da produção agrícola e, salienta quanto à importância do desenvolvimento de projetos com o propósito de gerar referências de natureza técnica, econômica, social e ambiental para subsidiar a construção da sustentabilidade de tais sistemas. Em especial para a agricultura familiar, os quais devem contribuir para a melhoria da renda e da qualidade de vida com impactos ambientais positivos (LIZARELLI *et al*, 2012).

Face aos aspectos descritos reiteramos que concebemos a categoria território na perspectiva multidimensional e compreendemos o desenvolvimento territorial conforme conceituado por Dallabrida (2023) como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais, imateriais, genéricos e específicos) com vistas à dinamização socioeconômica e qualidade de vida na perspectiva da totalidade.

Assim partimos do pressuposto que, torna-se imprescindível para as políticas públicas pautarem suas ações nos conceitos de território multidimensional e desenvolvimento socioterritorial, considerando as especificidades e potencialidades locais e regionais contemplando o urbano e rural, sob a perspectiva de conexão entre estes.

Outro elemento a ser abordado refere-se aos índices de desenvolvimento dos municípios. Embora cientes que o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em análises socioeconômicas apresenta-se relevante à medida que demonstra as desigualdades entre estruturas político-administrativas e permitem comparações que podem contribuir para a gestão pública dos municípios (IPARDES, 2007). Ao pesquisarmos o banco oficial de dados do IBGE (janeiro/2023), o último IDH publicizado dos municípios brasileiros refere-se ao ano de 2010.

Assim considerando a necessidade de apresentarmos dados atualizados, utilizaremos enquanto referência o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) tendo o ano de 2020 enquanto referência temporal. Este índice em linhas gerais foi desenvolvido para verificar as particularidades e especificidades dos municípios paranaenses e considera em conjunto as condições de renda/emprego, produção agropecuária, saúde e educação e possibilita visualizar os municípios que oferecem melhor qualidade de vida para a população.

O IPDM é um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção

agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. As bases de dados do Índice são estatísticas oficiais disponíveis publicamente, oriundas, em sua maioria, de registros administrativos obrigatórios. Esses bancos de dados possuem periodicidade anual e recorte municipal. A escolha dos indicadores foi feita considerando-se aspectos importantes para o desenvolvimento local, o que permite subsidiar ações conjuntas das três esferas de governo e do empresariado [...] a metodologia buscou atualizar-se em relação às fontes de informações disponíveis que melhor refletem esta realidade, utilizando-as como referência para os indicadores municipais (IPARDES, 2023).

Quadro 13: Índice IPARDES Desempenho Municipal (IPDM) 2020

Município	IPDM renda, emprego e produção agropecuária	Desempenho	IPDM Educação	Desempenho	IPDM Saúde	Desempenho	IPDM ¹	DM ²
Arapuã	0,377	Baixo desempenho	0,803	Alto desempenho	0,875	Alto desempenho	0,685	Médio desempenho
Ariranha do Ivaí	0,404	Médio - baixo desempenho	0,939	Alto desempenho	0,716	Médio desempenho	0,686	Médio desempenho
Borrazópolis	0,368	Baixo desempenho	0,923	Alto desempenho	0,895	Alto desempenho	0,729	Médio desempenho
Cândido de Abreu	0,435	Baixo desempenho	0,776	Médio desempenho	0,707	Médio desempenho	0,639	Médio desempenho
Faxinal	0,399	Baixo desempenho	0,877	Alto desempenho	0,870	Alto desempenho	0,716	Médio desempenho
Godoy Moreira	0,386	Baixo desempenho	0,868	Alto desempenho	0,923	Alto desempenho	0,726	Médio desempenho
Grandes Rios	0,344	Baixo desempenho	0,874	Alto desempenho	0,920	Alto desempenho	0,712	Médio desempenho
Jardim Alegre	0,409	Médio - baixo desempenho	0,877	Alto desempenho	0,873	Alto desempenho	0,720	Médio desempenho
Lidianópolis	0,387	Baixo desempenho	0,936	Alto desempenho	0,753	Médio desempenho	0,692	Médio desempenho
Lunardelli	0,364	Baixo desempenho	0,915	Alto desempenho	0,939	Alto desempenho	0,739	Médio desempenho
Manoel Ribas	0,446	Médio - baixo desempenho	0,783	Médio desempenho	0,777	Médio desempenho	0,669	Médio desempenho

Nova Tebas	0,328	Baixo desempenho	0,829	Alto desempenho	0,850	Alto desempenho	0,669	Médio desempenho
Santa Maria do Oeste	0,349	Baixo desempenho	0,740	Médio desempenho	0,822	Alto desempenho	0,637	Médio desempenho
São João do Ivaí	0,388	Baixo desempenho	0,923	Alto desempenho	0,854	Alto desempenho	0,722	Médio desempenho
São Pedro do Ivaí	0,409	Médio - baixo desempenho	0,815	Alto desempenho	0,784	Médio desempenho	0,669	Médio desempenho

Fonte: IPARDES, 2023. Org. Paim, E. da S, 2023.

IPDM¹: Índice IPARDES de Desempenho Municipal

DM²: Desempenho Municipal

Nota explicativa: O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1 maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador. Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000) (IPARDES, 2023).

Observamos que embora o IPDM geral dos Municípios fosse considerado na categoria médio desempenho, no entanto, especificamente o índice relacionado à renda, emprego e produção agropecuária em 73% foi caracterizado com baixo desempenho. Pontuamos que não dispomos do índice específico de cada um dos 03 (três) componentes separadamente para que pudéssemos identificar qual destes apresentou maior déficit, no geral este índice demonstrou-se insatisfatório.

Sem a pretensão de expandir esta discussão específica e sim apresentar informações gerais contemplando dados sociodemográficos, salientamos a importância e a necessidade de políticas públicas voltadas à agricultura, trabalho e geração de renda, cooperativismo e associativismo. Também desenvolvimento/fortalecimento de ações voltadas à assessoria, consultoria e capacitação técnica para os agricultores com foco na agricultura familiar e na agroecologia, acompanhadas de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Em complemento, Tavares (2006) reforça quanto à oferta e execução de políticas de incentivo fiscal para os pequenos agricultores, para pequenas agroindústrias, criando valor agregado aos produtos da propriedade. Além de incentivar a organização dos produtores em cooperativas como forma de organização social, fomentando a base econômica com equidade material e social e, contribuindo para a diminuição do êxodo rural.

Para além da gestão, formulação e execução de políticas públicas voltadas ao crédito e à produção, deve-se levar em conta qual a infraestrutura disponível (ou não) no espaço rural para além do escoamento da produção do agronegócio (BARCELLOS, 2017). É um desafio

pensarmos qual seria a infraestrutura apropriada para a população rural e urbana, ainda mais específica quando nos referimos aos municípios de pequeno porte.

Ainda em relação à caracterização do território, identificamos nos municípios foco desta pesquisa potencial para o turismo, pois concentram recursos naturais (rios, saltos, cachoeiras e lagos demonstrando o potencial hídrico regional) que favorecem as atividades voltadas ao Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Pesca e Turismo de Aventura. Também possui santuários religiosos que possibilitam o Turismo Religioso.

Contam com estradas e caminhos históricos e preservam ainda costumes dos tropeiros tais como cavalgadas e eventos tradicionais (SEBRAE, 2023). Observamos que estas práticas estão conectadas historicamente com o processo de ocupação da região anteriormente descrito.

Quadro 14: Pontos Turísticos identificados no território

Municípios	Pontos turísticos	Turismo voltado à
Arapuã	Cachoeira Salto do Bulha, Gruta Nossa Senhora de Lurdes	Turismo de aventura
Ariranha do Ivaí	Igreja da Barraquinha, Salto do Ariranha	Turismo de aventura, turismo rural e cavalgadas
Borrazópolis	Monumento dos Pioneiros, Praça da República, Lago Municipal, Monumento Dona Bronislava, Resort Solar das Águas do Ivaí	Turismo religioso, atividades ao ar livre
Cândido de Abreu	Colônia Tereza Cristina, Cachoeira Marumbi, Cachoeira Três Bicos, Pedra Branca, Morro do Paraíso, Mirante Serra da Mesa	Turismo rural, turismo de aventura
Faxinal	Balneário Raio de Sol, Estância Império Pura Pedra, Hotel Fazenda Luar de Agosto, Recanto das Palmeiras, Sítio Santo Antônio, Cachoeiras	Turismo religioso, turismo rural e de aventura, esportes radicais
Godoy Moreira	Ferraduras do Corumbataí	Turismo rural, caminhada
Grandes Rios	Pedra do Cavalinho, Cascata Camponesa, Morro das Araras, Balsa do Marolo	Cicloturismo, turismo de aventura

Jardim Alegre	Paróquia Nossa Senhora do Rocio, Rio Ivaí, Pesque pagues	Turismo rural, ecoturismo
Lidianópolis	Salto da Fogueira, Rio Ivaí	Ecoturismo
Lunardelli	Gruta Santa Rita, Santuário Santa Rita, Sala dos Milagres, Monumento da Rosa, Praça Santa Rita, Reserva Mata Suíça, Reserva Fazenda Urutaguá	Turismo religioso, turismo rural, caminhadas
Manoel Ribas	Cachoeira do Jacutinga, Barra de Santa Salete, Santuário Nossa Senhora Salete	Turismo religioso, turismo rural
Nova Tebas	Matriz São Pedro Apóstolo, Capela Santa Rita de Cássia, Casa de Pedras, Encontro dos Rios Corumbataí e Muquidão, Paiol Centro de Comercialização	Turismo rural, cavalgada, caminhadas
Santa Maria do Oeste	Trilha das Grutas, Gruta do Monge João Maria de Jesus, Rio Piquiri, Morro das Grutas, Casa da Memória	Caminhada, trilha, canoagem, ciclo turismo
São João do Ivaí	Lagoa Prateada, Prainha do Rio Ivaí, Salto do Corimbá	Turismo rural, ecoturismo
São Pedro do Ivaí	Paróquia São Pedro Apóstolo, Bosque Municipal, Fazenda Barbacena, Fazenda Santa Filomena	Trilha na mata atlântica, cavalgada, festival de pipas

Fonte: IPARDES (2023); Anuário Socioeconômico dos municípios do Vale do Ivaí 2018-2019 (2019). Org. Paim, E. da S, 2023.

Em relação a este potencial, ressalta-se a importância de políticas voltadas ao incentivo, aporte financeiro e investimentos governamentais e privados, desenvolvimento ou aprimoramento de infraestruturas que viabilizem o lazer, transporte, hospedagem, alimentação e realização de eventos. Com base em diagnósticos socioterritoriais, desenvolvendo ações coletivas e estratégicas de acordo com o potencial e especificidades locais e regionais.

Valorizando o patrimônio territorial, definido por Dallabrida (2023) enquanto forma com que se dispõem as diferentes dimensões do território, os arranjos espaciais (socioeconômico, cultural e ambiental) resultantes de heranças do passado histórico e recentes.

Reitera-se que o território tem potencial turístico que pode ser desenvolvido, aprimorado, fortalecido, no entanto trata-se de um processo complexo e desafiador para municípios pequenos que apresentam menor dinamismo econômico. Agregado ao fato de que os municípios pesquisados não possuem e/ou necessitam de melhorias infraestruturais voltadas ao turismo. As ações demandam estratégias voltadas ao investimento e a dotar os municípios de estrutura para ofertar serviços nesta área específica (IPARDES, 2007).

Ainda gostaríamos de reportar um aspecto que se revelou significativo a partir dos estudos que realizamos sobre o recorte territorial desta pesquisa, os quais demonstraram uma significativa e generalizada carência de equipamentos culturais (IPARDES, 2007). Aspecto este demonstrado na tabela 6:

Tabela 6: Número de equipamentos culturais existentes por município - referência 2021

Municípios	Anfiteatro	Auditório	Biblioteca	Centro Cultural Casa de Cultura	Museu	Outros Espaços	Teatro
Arapuã			1			3	
Ariranha do Ivaí			1			2	
Borrazópolis	1		2	1		1	
Cândido de Abreu			1	2		1	
Faxinal Godoy Moreira		1	3	1		2	
Grandes Rios			4			2	
Jardim Alegre			1	1			
Lidianópolis			2			1	
Lunardelli	2		3			1	
Manoel Ribas			1				
Nova Tebas			4			1	
Santa Maria do Oeste			9			1	
São João do Ivaí			2	1	1		
São Pedro do Ivaí		1	10				1
São Pedro do Ivaí			3	2			
Total	3	2	47	8	1	15	1

Fonte: IPARDES (2022). Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: outros espaços referem-se a centro da juventude, centro de artes e esportes unificados, escola de arte, escola de dança, escola de música, conservatório de músicas, espaço para eventos, palco ao ar livre e/ou de rua.

Cabe aqui mencionar sobre a importância da oferta e execução de serviços, programas, projetos e ações no âmbito das políticas públicas com foco na cultura, pois consideramos que o território carrega consigo a dimensão cultural.

Ampliando o escopo de análise da escala local e regional para nacional, Peráfan e Oliveira (2013) debatem que historicamente o campo cultural no país apresentou uma organização e institucionalização frágeis, devido há diversos fatores entre eles a ausência de políticas culturais. Estes autores refletem sobre a necessidade de pensarmos a dimensão cultural (produção simbólica de um povo que dá direção e sentido à vida dos sujeitos) enquanto uma das “chaves para o desenvolvimento territorial”, agregada às dimensões econômica, política, social e natural/ambiental.

Refletindo sobre a dimensão cultural, para além da existência de espaços e/ou estabelecimentos culturais, podemos pensar sob dois aspectos: a dimensão cultural enquanto uma das chaves para o desenvolvimento territorial conforme acima exposto e, identificar os recursos culturais que possam traduzir-se em atividades econômicas gerando renda para a população (PERÁFAN; OLIVEIRA, 2013).

Neste sentido pode-se citar a confecção de produtos artesanais, culinária típica do território, a arquitetura, os usos e costumes do lugar entrelaçados com a paisagem, a vegetação, a biodiversidade, isso tudo possui valor simbólico e está intimamente ligado à identidade do território (PERÁFAN; OLIVEIRA, 2013).

Do ponto de vista analítico, esta discussão deve ser expandida para o âmbito das políticas públicas mediante a oferta e execução de ações que contribuam para apropriação de bens materiais e imateriais no que tange à cultura. A partir de uma perspectiva inclusiva e agregadora propiciando aos sujeitos o acesso, principalmente àqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Caso contrário os sujeitos podem vivenciar situações de segregação/exclusão cultural.

Cabe aqui um parêntese e a inserção, mesmo que brevemente, do conceito de capital cultural sistematizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e associado em suas obras às classes ou segmentos sociais. Embora este conceito seja abrangente e possua diversos matizes é importante estudarmos e analisarmos a cultura enquanto forma de poder e um recurso, que atua e reflete sobre as condições de vida dos sujeitos, estando associado à posse de determinadas informações através das atividades culturais (SILVA, 1995). Gilda O. V. Silva

(1995) aponta que uma das principais características da obra de Bourdieu refere-se ao papel da cultura na formação e na luta de classes.

Neves, Pronko e Mendonça (2009) trazem importantes considerações em relação ao capital cultural no sentido de incorporá-lo às estratégias de desenvolvimento social, estando este conceito em construção. Para estes autores, ele representa o conjunto de elementos da cultura popular utilizados como ingredientes da política social para fortalecer a autoconfiança e desenvolver valores de uma nova cultura baseada na ética da responsabilidade coletiva.

(Re)valorizar a cultura dos povos, passa a se constituir em importante instrumento de construção de práticas democráticas baseadas no associativismo comunitário, para o fortalecimento da subjetividade e consubstancia-se em uma das estratégias de recomposição da cidadania perdida pelo aumento das desigualdades (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2009).

Além de considerarmos que há conexão e inter-relação do território em escalas, devemos considerar a escala local e, para além a regional, nacional e global pois “[...] no período atual, marcado pelo processo de globalização, não é possível compreender o local sem atentar para as articulações estabelecidas e influências recebidas [...]” (COSTA; ROCHA, 2014, p. 92).

Em síntese nesta subseção procuramos apresentar informações gerais contemplando aspectos voltados às dimensões históricas, sociais, econômicas, ambientais e culturais dos Municípios. Sob a premissa de que formular, ofertar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas, perpassa necessariamente pelo conhecimento e compreensão destas dimensões na perspectiva do território multidimensional. Pois é neste território que estão presentes as vulnerabilidades e riscos sociais, bem como potencialidades e ativos territoriais.

Nesse sentido é fundamental, conhecer as condições reais existentes nos territórios para potencializar a oferta e execução de serviços, programas e projetos através das políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento territorial e a justiça social. É relevante “[...] demonstrar e explicar as mudanças e permanências, as desigualdades (ritmos), as diferenças, o processo histórico, enfim, aspectos das tramas efetivadas na forma de tempos e territórios [...] da vida cotidiana no campo e na cidade, no rural e no urbano” (SAQUET, 2009, p. 73).

A seguir apresentamos os dados coletados e análises, a partir da realização da pesquisa empírica junto aos Municípios.

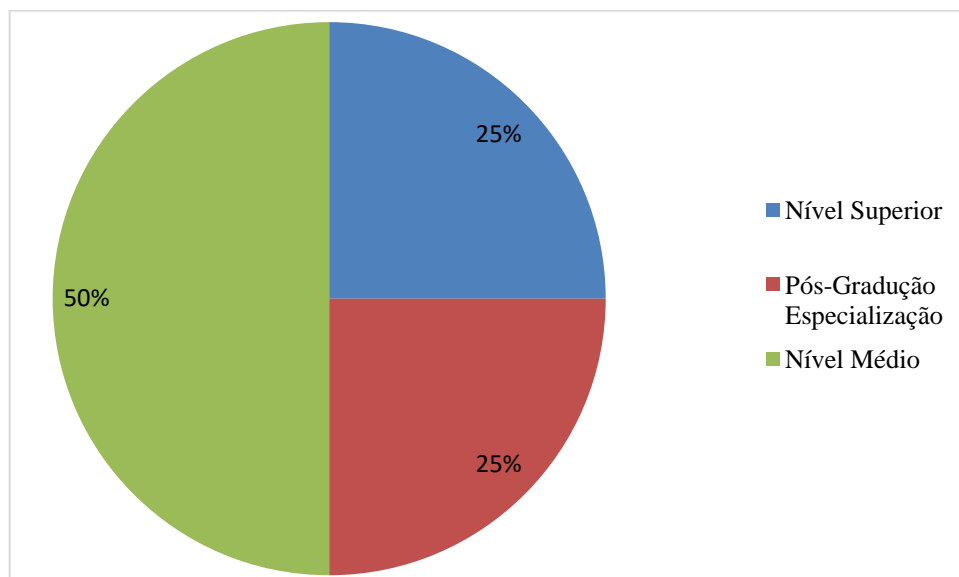
4 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ABORDAGEM TERRITORIAL VOLTADA À PROTEÇÃO SOCIAL

Contudo, o estudo do território tem de estar alicerçado na noção de direitos, na busca pelo direito a uma vida digna para todos os homens, independentemente do lugar que se encontrem, seja na cidade ou no campo, no centro ou na periferia. Na ampliação do direito do acesso aos bens produzidos socialmente, sem os quais a existência não pode ser cidadã (DINIZ, 2012).

Entendendo que a pesquisa exige um rito processual através de fases, estas não são fragmentadas, estanques e desconectadas do todo. Elas “ganham” sentido à medida que os elementos que as compõem se conectam e se relacionam no decorrer do caminho teórico-metodológico. Assim as etapas anteriormente descritas (introdução, seção 2 e 3) nos alicerçaram e sustentaram para a realização da pesquisa empírica e das análises considerando as problemáticas e os objetivos propostos neste estudo.

Iniciaremos apresentando dados sobre o perfil dos/as Secretários/as que atuam na gestão municipal da PPAS para que possamos identificar aspectos relacionados às concepções de território.

Figura 4: Grau de escolaridade dos/as Secretários/as da PMAS



Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

A primeira questão a ser mencionada diz respeito ao grau de escolaridade, onde identificamos que 50% possuem nível médio. Nesse sentido reiteramos as recomendações

contidas na NOB RH – SUAS que ao descrever as responsabilidades e atribuições a serem cumpridas pelos/as Secretários/as (Gestores/as) reafirma a profissionalização das funções de gestão, concebendo que a:

[...] gestão é composta pela associação entre o domínio de conhecimentos técnicos e a capacidade de inovação, alinhada aos princípios democráticos da gestão pública. Desse modo, “pensar as dimensões – diagnóstico/Planejamento / execução / monitoramento/avaliação, como movimentos absolutamente interligados e interdependentes, que se imbricam e inter-relacionam numa dinâmica estratégica e não linear (BRASIL, 2011, p. 35).

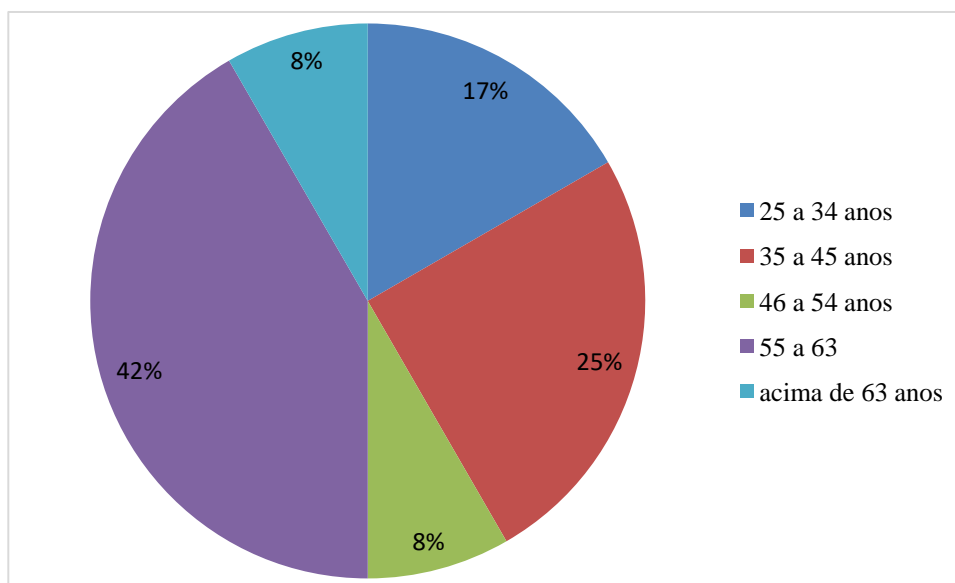
Assim de acordo com as atribuições e competências específicas a serem exercidas, recomenda-se através das normas operacionais pela contratação e manutenção de um quadro de pessoal qualificado academicamente formado por profissões regulamentadas por lei, por meio de concurso público (BRASIL, 2011).

A função de gestão é concebida enquanto um dos eixos delimitadores e imprescindíveis para o alcance dos objetivos previstos pela PNAS, devendo ser vista enquanto função estratégica na organização e estruturação do trabalho a ser desenvolvido no âmbito da política pública.

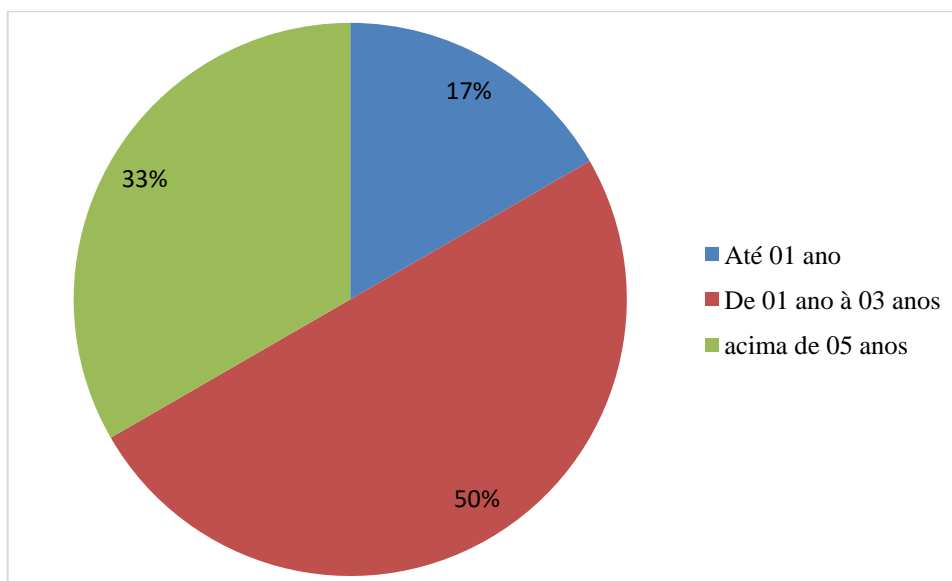
Para além das questões referentes ao nível de escolaridade, também é imprescindível o atendimento as orientações no que tange à capacitação, fundamentada nas diretrizes da educação permanente que promova a qualificação dos gestores, técnicos e coordenadores. Também a ampliação de debates, reflexões, estudos mais integrados entre as políticas públicas, para ampliar e aprimorar o conhecimento da realidade e de suas determinações nos diferentes territórios.

Estando a oferta e execução destas capacitações sob a responsabilidade dos entes federados (corresponsabilidade e cooperação federal, estadual e municipal) devem ser realizadas de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa e descentralizada, respeitando “[...] as diversidades e especificidades regionais e locais na elaboração dos planos de capacitação (BRASIL, 2011, p. 16).

No que tange à faixa etária dos participantes deste grupo e o tempo de atuação enquanto Secretário/a da PPAS observamos nos gráficos abaixo os seguintes dados:

Figura 5: Faixa etária dos/as Secretários/as da PMAS

Fonte: Dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Figura 6: Tempo de atuação enquanto Secretário/a da PMAS a nível municipal

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Do total de 12 participantes que responderam ao questionário, 42% informaram que possuíam experiência anterior de trabalho/atuação no âmbito da PPAS e que teriam atuado respectivamente na docência, gestão municipal da PPAS, técnico/a de nível médio (orientador/a social) e técnico/a de referência de nível superior.

No entanto 58% responderam que não possuíam experiência na área, anteriormente ao cargo de gestão, sendo que atuaram e trabalharam em área administrativa, em casa (utilizaram

a expressão “dona de casa”), na agricultura, na assessoria de gabinete, na gestão pública municipal, gestão em área hospitalar e em área administrativa.

Podemos inferir que um dos fatores que podem incidir na concepção da categoria território e o impacto desta para a gestão da PPAS, é a correlação entre a concepção e o nível de escolaridade, a inexistência ou fragilidade na oferta e participação em capacitações técnicas, a experiência vivenciada ou não na área de políticas públicas, especificamente neste estudo, na política de assistência social.

4.1 O conceito de território que norteia a atuação dos/as secretários/as na gestão da política de assistência social e dos/as técnicos/as e coordenadores/as que atuam nos CRAS

Considerando o objetivo geral da pesquisa - identificar as concepções de território que permeiam a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais voltados à Proteção Social - a categoria território multidimensional ganhou centralidade. E para fins de análise quanto às concepções que norteiam a gestão da PPAS em âmbito municipal, destacamos o quadro abaixo:

Quadro 15: As dimensões de território identificadas a partir das concepções descritas

Unidade de Contexto	Unidade de Registro (Texto)	Concepção de território atrelada à dimensão
Território	Com a vivência nos últimos meses pode se observar que é um território onde necessita da oferta de políticas socioassistenciais pelas vulnerabilidades	Dimensão areal/ social/administrativa
	Território é área de uma cidade, de um bairro	Dimensão política/administrativa
	Ter conhecimento sobre o espaço local de atuação, conhecendo as peculiaridades de cada localidade com suas características, vulnerabilidades e arranjos	Dimensão social/administrativa
	É onde o meu município pode atender	Dimensão política/administrativa
	Território é onde estão localizadas as pessoas	Dimensão social
	Meu entendimento território e uma área que o município abrange	Dimensão política/administrativa
	Território em meu conceito é a abrangência	Dimensão

	de questões sociais no âmbito da política pública referida	social/política/administrativa
	No território é onde acontece as relações sociais	Dimensão social
	O território pode ser um bairro, uma cidade ou uma rua. Espaço pleno de especificidades e peculiaridades. Ambiente formado por seu povo e suas culturas bem como, também, por sua vez, é formador de povos e culturas, ou seja, o homem influencia o seu ambiente tanto quanto o ambiente influencia o homem. Cada território tem sua marca	Dimensão política/administrativa/cultural e natural
	Porque são nos territórios que estão às pessoas, as peculiaridades	Dimensão social
	Reconhece-se o desafio de cada localidade pelo território para a implantação das políticas públicas	Dimensão social/política/administrativa

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Importante destacar que as concepções de território adotadas pelos/as Secretários/as contemplam as dimensões social, política (administrativa) e areal. Apenas uma das respostas agrega a dimensão natural e cultural. Conclui-se que a categoria território não é concebida em uma perspectiva multidimensional, o que pode levar a uma visão fragmentada com implicações nos processos de gestão, oferta e execução dos serviços.

O território, com base nos dados coletados, é concebido na perspectiva da disponibilização e oferta dos serviços públicos e, mais especificamente tratando-se da política de assistência social o foco são os territórios vulneráveis.

Nesse sentido “corre-se o risco” de adotarmos uma visão reducionista, sem considerarmos as múltiplas dimensões presentes e que para além dos riscos sociais e vulnerabilidades existem os ativos e potencialidades do território. Outra questão a ser abordada, é o entendimento de que o território abarca somente questões de ordem política e administrativa, como se as unidades estatais que ofertam os serviços públicos estabelecessem apenas uma relação de “localização e referência” no território.

Ofertar e executar serviços no âmbito das PPs exige uma compreensão do território para além da dimensão geográfica, uma vez que o princípio da territorialização:

[...] não deve ser reduzido a lógica da localização e da proximidade da oferta da política, compreendendo que os serviços sociais, ao serem implementados próximos aos indivíduos e famílias, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social proativa (SOUZA; SILVA, 2019, p. 12).

Com base nos dados coletados partimos do entendimento que: ou as dimensões econômicas, culturais, políticas, sociais, naturais e históricas, às relações de poder, as forças sociais e arenas de conflito (RIZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017), os interesses dos diversos atores sociais, presentes no território não estão “no radar” ou suas relações, impactos e interferências não estão sendo consideradas.

Também não identificamos a relação entre o território e a perspectiva escalar do local, regional, nacional e global, baseada no entendimento e compreensão de que a escala local é influenciada e por vezes, também influencia as demais escalas. Por exemplo, compreender que a questão social do desemprego na área rural está atrelada ao modo de produção capitalista, a automatização da produção, a mecanização do trabalho, ao mercado agrícola nacional e internacional é imprescindível para a definição e execução de políticas públicas.

Nesse movimento precisamos ter um olhar acurado sobre os territórios (SOUZA; SILVA, 2019) compreendendo os índices de violação de direitos. Se tratarmos da violência contra mulher cabe compreendermos que esta envolve questões atreladas ao patriarcado, à objetificação da mulher e de seu corpo, às relações de dependência econômica, às questões de gênero, baixa escolaridade, à pobreza multidimensional, enfim são análises que perpassam escalas, para além do local.

Considerando que os indicadores têm o que denominamos de “face” para além dos números, ou seja, o que de fato eles representam em um determinado território.

Significa conceber e compreender que:

[...] as inúmeras desproteções a que a população brasileira está submetida, é fruto dos determinantes macroestruturais da enorme desigualdade social, política, econômica, cultural e territorial, calcadas no patrimonialismo, na colonialidade, no patriarcalismo e na escravatura, e acirram as desigualdades de classe, gênero e raça (SILVEIRA, 2022, p. 42).

Pois como defende Rizzotti, Cordeiro e Pastor (2017, p. 89) leituras parcas, módicas ou desconexas do território pouco ou quase nada auxiliam na compreensão da realidade ao contrário “[...] podem escamotear e ofuscar as reais determinações por não conseguirem sintetizar a totalidade das questões presentes no território, o que compromete a intervenção e os resultados produzidos”.

A relação da categoria território às vulnerabilidades e riscos sociais, encontra-se no âmbito da PPAS, a referida política tem este foco. Configura-se enquanto um dos pilares do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, o que significa garantir a todos que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (BRASIL, 2004), uma vez que:

[...] O dimensionamento dos riscos e das vulnerabilidades, como condições prioritárias na assistência social, não retira a preocupação com o desenvolvimento da atenção ao quase risco ou com a descoberta de iniciativas inibidoras da presença ou do agravamento da vulnerabilidade. Só assim, a assistência social, como política pública, alcançará sua efetividade (SPOSATI, 2009, p. 56).

No que tange às vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios, as respostas obtidas foram agrupadas conforme o percentual de representatividade sendo elencados os 10 (dez) percentuais mais expressivos, a partir dos questionários aplicados ao Grupo A e B.

Quadro 16: Vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B

Secretários/as	%	Técnico/as e Coordenadores/as	%
Violação de direitos contra crianças e adolescentes	100%	Violação de direitos contra crianças e adolescentes	100%
Violação de direitos contra idosos	100%	Violação de direitos contra idosos	93%
Desemprego	100%	Violação de direitos contra mulheres	93%
Famílias em situação de pobreza	100%	Famílias em situação de pobreza	93%
Violação de direitos contra mulheres	91%	Desemprego	93%
Fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários	91%	Fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários	86%
Moradias em situação precária	91%	Moradias em situação precária	73%

Inexistência de espaços comunitários e acessíveis de lazer, cultura, esportes	75%	Baixa escolaridade	53%
Baixa escolaridade	66%	Insegurança alimentar	53%
Evasão Escolar	50%	Vasta extensão territorial rural dificultando o acesso dos serviços públicos às famílias ou das famílias aos serviços públicos	40%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Se resgatarmos as discussões apresentadas na subseção 3.2 (quanto à cultura, trabalho e renda) onde apresentamos dados referentes ao recorte territorial estes demonstraram a “carência de equipamentos culturais nos territórios”. Questão abordada pelo Grupo A (Secretários/as) enquanto uma vulnerabilidade sendo citada por 75% dos participantes deste grupo. Em relação ao Grupo B (Técnicos/as e Coordenadores/as) foi mencionada somente por 26%.

Já a vulnerabilidade e/ou risco social – desemprego, representa para o Grupo A o percentual mais expressivo 100% e, para o Grupo B 93%. Esta questão foi sinalizada na subseção 3.2, pois conforme o IPDM a região é classificada como baixo desempenho no que se refere à dimensão trabalho e renda.

Embora nesta pesquisa, não abordaremos de forma detalhada as vulnerabilidades e riscos sociais mencionados, pode-se evidenciar que os participantes têm conhecimento em linhas gerais, quanto às demandas presentes no território. Sendo extremamente preocupantes as questões de violações de direitos, desemprego, pobreza e a fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

E, que estas questões demandam um olhar e análises na perspectiva de totalidade, das escalas, das dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, do acesso aos serviços públicos e de que estes venham ao encontro das reais demandas. E, de atuação em uma perspectiva interdisciplinar, multidimensional e intersetorial, buscando entender e compreender que as vulnerabilidades, riscos e desigualdades sociais são constituídas por:

[...] um conjunto de elementos econômicos, sociais, políticos e culturais próprios de cada sociedade, onde um dos principais fatores da desigualdade social está na pobreza. O crescente estado de miséria, as disparidades sociais, a extrema concentração de renda, os salários baixos, o desemprego, a fome

que atingem milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência, etc., são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil (SOUZA; SILVA, 2019, p. 7).

Diante das demandas de vulnerabilidades e riscos sociais a responsabilidade, o enfrentamento e atendimento destas estão no escopo das políticas públicas no âmbito da atuação setorial e intersetorial, mediante a ação conjugada e integrada de diferentes políticas.

Reiteramos quanto à necessidade de entender, compreender e resolver os problemas contemporâneos na perspectiva da totalidade, problemas estes cada vez mais complexos e presentes na materialidade do momento histórico (BIANCHETTI; JANTSCH, 1993).

Neste processo torna-se inviável e limitado que uma única área do conhecimento e/ou disciplina, ou uma única/exclusiva política pública encontre todas as respostas, sendo imprescindível uma abordagem teórica e prática articulada, democrática e cooperativa na resolução dos problemas, com foco na proteção social e no desenvolvimento territorial.

Solicitamos via questionário que os/as Secretários/as, Técnicos/as, Coordenadores/as indicassem quais serviços públicos, programas ou projetos deveriam ser ofertados e/ou aprimorados nos territórios, sendo mencionado:

Quadro 17: Serviços públicos, programas e projetos ausentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B

Grupo Participante	Demanda mencionada	Política Pública
Grupo A - 01	Projetos e programas na área de lazer e cultura	Lazer, esporte e cultura
Grupo A - 02	Melhorias na estrutura física do CRAS	Assistência Social
Grupo A - 06	Ofertar serviços, programas e projetos de políticas pública para área rural, pois estão em sua maioria na sede do município, que gera a dificuldade de participação dos moradores de distrito e zona rural	Políticas Públicas/atuação intersetorial
Grupo A - 03	Espaço de Atendimento para Crianças e Adolescentes	Políticas Públicas/atuação intersetorial
Grupo A - 04 e B - 03	Centro dia espaço específico para atendimento ao idoso; espaço para atendimento a pessoas com deficiência	Assistência Social
Grupo A - 04 e B	Centro de atendimento para pessoas em situação	Assistência Social

- 03	de rua	
Grupo A - 06	Política sobre álcool e outras drogas	Saúde/atuação intersetorial
Grupo A - 08	Fortalecer em todos os sentidos a política de assistência que sofreu grandes retrocessos e instabilidades. Enfraquecida, novamente passa a ser vista como uma política voltada para a amenização da miséria, uma política "paliativa"	Assistência Social
Grupo B - 01	Ofertar programas e projetos voltados para política de trabalho e renda	Economia, Administração, Trabalho, Emprego e renda/atuação intersetorial
Grupo B - 02	Implantar Serviço de Referência Especializado de Assistência Social	Assistência Social
Grupo B - 03	Ofertar projetos para adolescentes	Políticas Públicas/atuação intersetorial

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Nos registros podemos identificar lacunas existentes nos territórios no que tange às políticas públicas. Os breves descritivos nos possibilitam pontuar quanto à necessidade do desenvolvimento ou aprimoramento de políticas no âmbito da saúde com foco em saúde mental, políticas voltadas ao lazer e cultura, trabalho e renda.

Incluindo também a ampliação/melhorias estruturais nas unidades públicas e oferta de serviços específicos no âmbito da política de assistência social e o fortalecimento desta. Bem como programas e projetos voltados a ciclos etários específicos idosos, crianças/adolescentes e jovens e a atuação das políticas públicas através da oferta e execução de serviços na área rural.

Cabe aqui mencionarmos que embora identifiquem a demanda por serviços e programas para determinados ciclos etários e/ou pessoas com deficiência, importante superar a categorização no formato de “público – alvo”, pois embora a PPAS e demais políticas públicas atuem (devem atuar) com públicos prioritários, a diretriz da matricialidade sociofamiliar não pode ser desconsiderada e ou suprimida. E estas demandas específicas não estão descoladas ou deslocadas das dinâmicas socioterritoriais individuais e coletivas (RAMOS; KOGA, 2011).

Importante também mencionar que a ampliação do escopo de atuação e oferta de serviços requer recursos materiais, estruturais, humanos e financeiros e, que nem sempre estes

estão disponíveis e/ ou atendem as reais demandas, diante do agravamento e especificidades das questões sociais. Esta reflexão é apontada no questionário Grupo A – 10, quando questionamos sobre considerar a relação entre o território e a oferta e execução dos serviços e a proteção social, entende-se que “[...] sim, mas com ressalvas porque infelizmente ainda não conseguimos ofertar e abranger toda a população que necessita dos serviços socioassistenciais/programas/projetos e benefícios, pois falta recursos tanto financeiros quanto humanos”.

Se retomarmos o contido na PNAS evidenciamos que a visão social de proteção supõe conhecer e analisar as questões sociais não somente sob o prisma das ausências, mas também das presenças. Sob esse princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental (BRASIL, 2004).

[...] conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los [...] captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social (BRASIL, 2004, p. 15).

Diante destes apontamentos reiteramos e concordamos com o entendimento de que os serviços e ações públicas nos municípios não se reduzem:

[...] ao espaço geográfico ou aos limites administrativos, remete à compreensão da dinâmica social, das relações que se estabelecem nos diferentes territórios que ultrapassam fronteiras, dos novos sentidos de viver nos territórios, envolvendo o associativismo civil, as disputas e os conflitos. Olhar para os territórios [...] é olhar para outras possibilidades, resistências e alternativas de mudanças sociais aos efeitos da globalização, do neoliberalismo e das suas formas de dominação (RIZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 8).

Em complemento conforme disposto na PNAS, a política de assistência social deve estar aliada ao “[...] desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2004, p. 16). Embora o entendimento do espaço administrativo, circunscrito a um limite definido de forma política-administrativa é uma ferramenta necessária para os processos de gestão e oferta dos

serviços públicos, não pode ser tomado enquanto “[...] única ou principal referência no processo [...] de uma política pública (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 3).

Nesse sentido considerando o disparador de análise – concepção dos gestores sobre o território - reiteramos sobre a necessidade da oferta e/ou aprimoramento de capacitações técnicas à gestão municipal da PPAS, contemplando a categoria território multidimensional possibilitando novos alinhamentos conceituais, diálogos e debates abrangendo as especificidades e diversidades presentes nos municípios de pequeno porte:

[...] para além do seu porte populacional, incluir a densidade demográfica como critério definidor da rede de proteção social, o bioma ou a localização geográfica (fronteira, floresta, caatinga, área metropolitana, influência climática, manifestações da ruralidade [...]) a presença de grupos tradicionais [...] reconhecer a heterogeneidade das condições de vida e do lugar onde se vive [...] as especificidades histórico-culturais, a identidade, ambientais, econômicas e sociais (BRASIL, 2015, p. 16)

Quando concebemos o território a partir desta perspectiva adotamos uma leitura da realidade sob o viés da totalidade, das relações sociais e da dinâmica cotidiana e essa concepção dialoga com a possibilidade de ampliar o acesso aos serviços públicos, as políticas públicas. Reconhecendo as diferenças e necessidades de cada território “[...] debatendo os desafios cotidianos para a gestão [...] avançando em diagnósticos territoriais, planejamento democrático e descentralizado, com uma leitura estratégica de como as ações e serviços se articulam (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 17).

Reiteramos sobre a relação dialética entre a gestão e o território, não apenas no sentido de identificar demandas, vulnerabilidades e riscos já instalados, mas “[...] na leitura sobre seus determinantes para uma atuação de caráter preventivo, proativo com a (re)estruturação de serviços públicos adequados às necessidades” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 17, p. 95).

Em direção a esta discussão, quando perguntamos aos/as Secretários/as se no entendimento destes era necessário/importante a realização dos processos de gestão, oferta e execução dos serviços a partir do território, a resposta unânime nos questionários foi sim.

Porém somente 58% dos participantes, responderam que distribuem os serviços por base territorial, considerando a população usuária dos serviços, por nível de proteção social (básica e especial de média e alta complexidade). Este é um elemento paradoxal, pois sendo o território o eixo basilar deveria ser este, um dos critérios que definem a distribuição da rede de proteção social e a oferta dos serviços.

No questionário Grupo A – 09 este elemento emerge quando consta a seguinte reflexão: “[...] a gestão é determinante no modo como os equipamentos irão conduzir e direcionar os serviços. Seja na forma de investimentos ou na condução das equipes técnicas para a oferta de serviços humanizados que visem a superação das vulnerabilidades ou na redução de danos”.

Ao considerar o território descrevem que é possível identificar demandas, conhecer e propor ações, planejar de acordo com as demandas existentes, identificar demandas das demais políticas públicas (para além da política de assistência social), conhecer a realidade dos povos que habitam o território das vulnerabilidades que vivenciam, definir a oferta dos serviços socioassistenciais e atuar de acordo com as especificidades locais.

No entanto, identificamos em 02 questionários que o território deveria ser considerado, mas “[...] na prática, é difícil implantar algo que seja uma demanda territorial de fato. Na contramão, vem os programas obrigatórios sem efetividade (Grupo A - 09). E, que “[...] há o desafio de cada localidade, pelo território a implantação das políticas públicas” (Grupo A - 12).

Estes elementos de análise vêm ao encontro do quadro que consta na subseção 2.3 quando apresentamos apontamentos crítico-reflexivos em relação à concepção de território para as PPs, nas quais o território é concebido única e exclusivamente enquanto área delimitada de ação e controle estatal, baseada em uma compreensão fragilizada nos níveis de gestão e execução o que pode levar a realização de programas e projetos que não atingem a raiz dos problemas.

O que denominamos enquanto “lógica inversa”, na qual o território deve adaptar-se aos parâmetros e prerrogativas das PPs e não o contrário, o território considerado enquanto eixo basilar para a definição, implantação, execução, avaliação e monitoramento das PPs.

Ao questionarmos aos/as participantes do Grupo - A, se no entendimento destes/as a partir do território e mediante gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios é possível contribuir para a garantia da proteção social, da superação e/ou diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais, 100% dos participantes responderam que sim. Assim condensamos no quadro 18, as respostas que constaram com maior incidência nos questionários e reiteram os aspectos elencados até o momento.

Quadro 18: A relação entre o território, gestão/oferta e execução dos serviços a proteção social

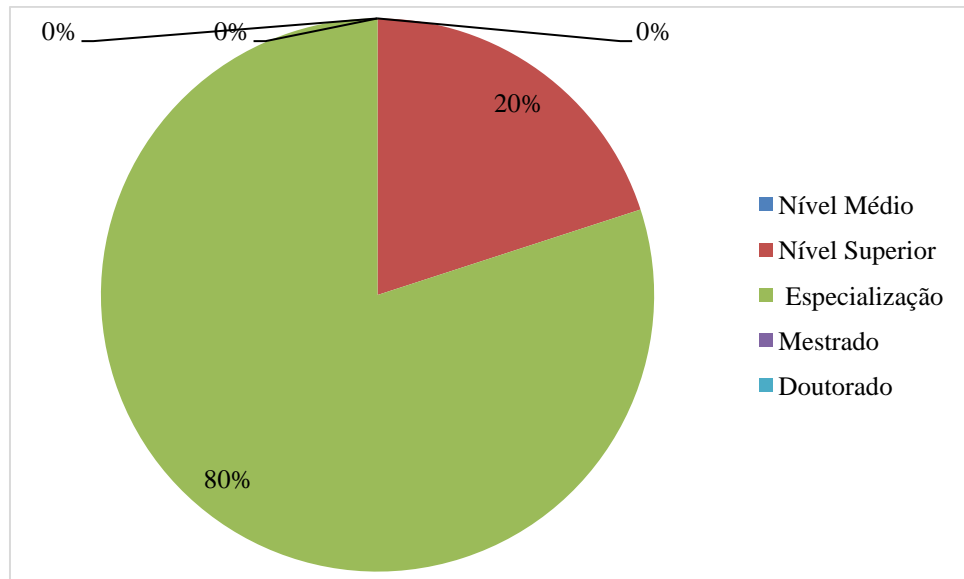
Unidade de Contexto	Unidade de Registro (Texto)	Potencialidades da gestão, oferta e execução dos serviços a partir do conhecimento e compreensão do território
Território	Ofertar serviços no território possibilita a inserção e participação das famílias	Diminuição de riscos sociais
	Conhecer e identificar os problemas no território	Proposição de ações a partir do território/ proteção à família em situação de vulnerabilidade/ desenvolvimento e realização de projetos que visem a melhoria da qualidade de vida/ avaliação de riscos e vulnerabilidades sociais
	Desenvolver as potencialidades do território	Superação das vulnerabilidades
	Entender que cada território tem as suas demandas	Oferta de serviços de acordo com estas demandas/ oferta de serviços socioassistenciais com mais assertividade.

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Em nosso entendimento os questionamentos anteriormente realizados, tornaram-se afirmativas a partir dos estudos realizados e da pesquisa empírica. Ou seja, reiteramos que é a partir da gestão territorial que os processos de gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios devem ser executados na lógica da proteção social e garantia de direitos. E, mediante a gestão territorial é possível contribuir para o aprimoramento e fortalecimento dos serviços socioassistenciais, em prol da prevenção e superação das vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados pelas famílias no território, compreendido em sua perspectiva multidimensional.

Na sequência da análise, abrangendo os questionários preenchidos pelo Grupo B - Técnicos/as ou Coordenadores/as que atuam no CRAS - observamos que 80% dos participantes possuem em relação ao grau de escolaridade, nível de especialização.

Figura 7: Grau de escolaridade dos/as Técnicos/as e Coordenadores/as da PMAS

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Em relação às concepções de território descritas pelos participantes deste Grupo, identificamos:

Quadro 19: As dimensões de território identificadas a partir das concepções descritas

Unidade de Contexto	Unidade de Registro (Texto)	Concepção de território atrelada à dimensão
Território	Área específica, região	Dimensão areal
	Mapeamento das áreas mais vulneráveis, onde vc conhece diferentes grupos e realidades	Dimensão social/política/administrativa
	Território é toda a área de abrangência de um município, seu entendimento é necessário para melhor compreender o espaço, as diversidades, fragilidades, potencialidades existentes em um espaço	Dimensão política/administrativa
	Espaço socioterritorial de determinado município, onde as relações se estabelecem; serviços são implantados a partir de seus limites e potencialidades	Dimensão política/administrativa
	Território na área da assistência social no meu entendimento é a área de abrangência, ou do município, a qual o CRAS está associado/vinculado	Dimensão política/administrativa
	Relacionado a Assistência Social território é a área de abrangência para prestação,	Dimensão

oferta e execução dos serviços	areal/política/administrativa
Área de atuação, local onde encontra-se a população que é atendida, onde há o conhecimento das necessidades demandas	Dimensão social/política/administrativa
Em meu entendimento, território é um espaço geográfico com características sociais, culturais, étnicas, econômicas, regionais, etc	Dimensão social/ geográfica/cultural/ econômica
Local/area de abrangência onde está situada as demandas da política	Dimensão areal/política/administrativa
Área do espaço delimitado pelos bairros	Dimensão areal
Conforme a Política Nacional de Assistência Social 2004 a definição de território abrange o entorno dos centros de referência de assistência social - CRAS	Dimensão política/administrativa
Considerando-se também a realidade socioeconômica e cultural das famílias, arranjos, valores, crenças e demandas	Dimensão econômica/social/cultural
Território é o local de abrangência de um determinado público alvo	Dimensão política/administrativa
Localidade	Dimensão areal
Entendo que o território é um espaço que deve ser ocupado por um grupo de pessoas	Dimensão social
É uma área ou espaço delimitado onde a responsabilidade da gestão ou posse de determinado espaço físico	Dimensão areal/política/administrativa
Espaço dinâmico e contraditório, "chão das políticas públicas", local onde as expressões da questão social ganham materialidade	Dimensão social/política

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Em relação às concepções de território mais recorrentes para os/as Técnicos/as e Coordenadores/as identificamos as dimensões: social, política, administrativa e areal, apenas duas das respostas agregam a dimensão cultural e econômica. Conclui-se que a categoria território não é concebida em uma perspectiva multidimensional havendo este alinhamento conceitual entre os participantes do Grupo A e B. Ainda observamos a categoria território restrita somente a dimensão areal.

O território, com base nos dados coletados, também é concebido na perspectiva da disponibilização e oferta dos serviços públicos e mais especificamente tratando-se da política de assistência social o foco são os territórios vulneráveis.

Verificamos então que o território se apresenta “[...] enquanto base e também produto para e da ação estatal. Ou seja, à medida que exerce seu poder, a partir dos interesses que agrega de definir a localização geográfica deste e, posteriormente, definindo onde serão ofertados seus serviços” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 45).

No entanto é necessário identificar e considerar a existência de “outros poderes” para além do estatal no que tange a delimitação territorial para a oferta de serviços públicos. Por exemplo, podemos citar as organizações da sociedade civil, as associações de moradores, as lideranças populares, os representantes do capital financeiros, são relações de poder que se estabelecem e são determinantes na constituição e dinâmica dos territórios (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017).

Tratando-se de situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios, imprescindível contemplarmos e compreendermos as dimensões econômica, política (aqui contemplando o poder, os diversos interesses, os atores sociais envolvidos, a correlação de forças), natural (qual a influência e/ou impacto desta dimensão nas demais dimensões, considerando que estão interligadas), social (relações de forças sociais, as arenas de conflitos) e cultural (valores, costumes, identidades).

Outra dimensão que não detectamos nos registros dos questionários em ambos os grupos é a histórica, ou seja, considerar nas análises sobre o território os processos de ocupação, povoamento e constituição deste, pois o contexto atual é produto sócio histórico destes movimentos. Partindo do pressuposto que a apreensão da realidade, se dá em um processo de totalidade contemplando todos os elementos que a constituem a partir de uma lógica teórica e histórica (GENNARI e LEONCINI, 2018).

Como pontua Rizzotti, Cordeiro e Pastor (2017), faz-se necessário compreender os territórios (re)conhecendo suas “rugosidades” enquanto expressões de suas trajetórias históricas, marcadas muitas vezes por ações violentas de ocupação, da luta pela terra, a presença de povos indígenas, as marcas deixadas pela sociedade colonial escravista.

Porém sem deixar de contemplar e olhar para outras perspectivas e possibilidades históricas democráticas, acessíveis, inclusivas e justas socialmente.

Se estamos tratando de PPs, especificamente da PPAS e se nosso objetivo é a defesa intransigente e garantia de direitos e de proteção social, imperativo superarmos concepções teóricas e práticas baseadas tão somente ações burocráticas, tecnicistas, generalistas,

repetitivas e unidimensionais no âmbito das políticas públicas. Ressalta-se que “[...] é conhecendo o território e a população nele existente que podemos planejar as ações e quais benefícios e projetos devem ser realizados, sem esse conhecimento não tem como fazer atendimento correto, ficamos só com ações sem resultados concretos” (Grupo B – 08).

Cientes da existência dos parâmetros, padronizações e dos limites administrativos e orçamentários das políticas públicas concebemos que há a necessidade contínua de aprimorar, inovar e integrar as práticas de gestão e execução destas e de suas capacidades protetivas. Reconhecendo o território como a base da organização com suas dinâmicas, necessidades e especificidades, sem desconsiderar as conexões com os processos econômicos, sociais e políticos (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017).

A resposta contida no questionário Grupo B reforça esse entendimento expressando o seguinte:

[...] Ainda que há normativas e legislações nacionais, os municípios através da descentralização administrativa podem adequar e implantar os serviços considerando suas reais necessidades[...] através das demandas de cada território é como a equipe deve efetuar o trabalho, por exemplo se é uma demanda em situação de vulnerabilidade apenas econômica, ou se é uma área de abrangência de muita violência à crianças, mulheres, tráfico de drogas, etc, so assim, a equipe consegue realizar um planejamento para as ações e os objetivos a atingir (GRUPO B – 04)

Este posicionamento reforça a adoção de uma lógica territorial na gestão e execução das políticas públicas à medida que considera a possibilidade e a necessidade de organizar e ofertar serviços, para além das ofertas clássicas ou já definidas somente por padronizações, generalizações e normativas. Reconhecendo como imperativo aos entes federativos “[...] prover e garantir direitos e proteção a partir das especificidades locais e regionais, incluindo as potencialidades da vida cotidiana, das organizações civis e comunitárias e das lideranças locais” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 84).

Quando perguntamos aos participantes do Grupo B se no entendimento destes/as a partir do território e mediante gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios é possível contribuir para a garantia da proteção social, da superação e/ou diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais, 100% responderam sim demonstrando através das transcrições abaixo (grifos nossos) o entendimento de que a partir do território seria possível:

Quadro 20: Respostas afirmativas no que se refere à proteção social, mediante a gestão e execução de serviços socioassistenciais a partir do território

Grupo B	Descritivo	Co-relação com o território
B - 01	Implantar os CRAS em bairros onde haja o maior índice de vulnerabilidade social	Implantação de unidades estatais
B - 08	Sim, pois é a partir da compreensão dos territórios que podemos verificar as vulnerabilidades e potencialidades das famílias para implantar as ações necessárias para determinados territórios	Implantação de ações de acordo com o perfil das famílias
B - 02	Através do conhecimento do território podemos criar possibilidades e estratégias de ação	Definição de estratégias de ação
B - 11	Sim. É por meio do mapeamento e das características de cada território e conseqüentemente de cada usuário. Todas as ações são desenvolvidas devem ou deveriam ser planejadas e executadas a partir do que a realidade apresenta no momento	Mapeamento das demandas das famílias e características do território
B - 14	A partir do conhecimento do território, quem são? o que gostam? como vivem? bem como suas crenças, valores, vulnerabilidades, é possível identificar como pode ser realizado a oferta de serviços, programas, ações e projetos	Definição dos serviços, programas e projetos
B - 08	Sim, acredito que através da oferta dos serviços socioassistenciais, que necessariamente precisam ser de qualidade, possibilita-se o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, os quais por sua vez favorece a diminuição das vulnerabilidades e contribui para o desenvolvimento humano e social	Qualificação dos serviços e fortalecimento de vínculos, desenvolvimento social e humano
B - 08	Sim, acredito que através da oferta dos serviços socioassistenciais, que necessariamente precisam ser de qualidade, possibilita-se o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, os quais por sua vez favorece a diminuição das vulnerabilidades e contribui para o desenvolvimento humano e social	Qualificação dos serviços e fortalecimento de vínculos,
B - 13	Com certeza. O enfrentamento das expressões da questão social se dá no cotidiano profissional a partir da realidade posta, que é contraditória e está em constante transformação	Enfrentamento das questões sociais
B - 14	Objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, seja apoio ao indivíduo, famílias e a comunidades no enfrentamento das dificuldades por meio de serviços,	Garantia de proteção social

benefícios, programas e projetos

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa, nos questionários.

Importante pontuar que, mesmo diante da concepção da categoria território areal/política(administrativa) e social, os participantes do Grupo B demonstram um entendimento quanto a importância desta categoria para além da oferta dos serviços e da superação ou prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. Em perspectiva mais ampliada trazem outros elementos de análise e reflexão voltados ao planejamento, às questões sociais, o desenvolvimento humano e social, as potencialidades e a importância em conhecer os sujeitos que vivem e se relacionam nos territórios.

Há uma concordância entre as concepções e os entendimentos acerca do território nas respostas dos questionários dos Grupos A e B no que tange à centralidade deste enquanto eixo basilar das políticas públicas, especificamente da política de assistência social. E, entendimento quanto a importância desta categoria para gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios, para a garantia da proteção social, da superação e/ou diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais.

No entanto, se considerarmos os Municípios participantes da pesquisa podemos citar que “[...] ainda são rarefeitas as proposições sistemáticas de apropriação das informações, indicadores, de construção coletiva de diagnósticos e de fluxos entre as redes descentralizadas e instaladas no território” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 95), ou seja, ainda há um caminho a ser trilhado.

Diante desta observação, perguntamos aos/as Secretários/as quais as dificuldades ou fragilidades que vivenciam no exercício da função de gestão e, aos/s técnicos/as e coordenadores/as quais as dificuldades que impedem a realização da gestão territorial. Aqui contempladas as funções de articulação da rede socioassistencial de PSB referenciada ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a articulação intersetorial e a busca ativa realizada nos territórios de abrangência do CRAS).

Damos prosseguimento a esta discussão na subseção 4.1.1.

4.1.2 Fragilidades e potencialidades na gestão territorial, no que tange à gestão da PMAS e execução/oferta dos serviços socioassistenciais nos territórios

As respostas obtidas foram agrupadas quanto ao percentual de representatividade sendo elencados os 05 (cinco) percentuais mais expressivos, a partir dos questionários aplicados ao Grupo A e B.

Quadro 21: Dificuldades e fragilidades identificadas no âmbito da gestão e execução

Secretários	%	Técnico/as e Coordenadores/as	%
Déficit de recursos humanos	100%	Déficit de recursos humanos	60%
Indisponibilidade de recursos financeiros	60%	Município possui vasta extensão territorial rural	40%
Inexistência de diagnóstico socioterritorial	60%	Falta de conhecimento teórico sobre a função e implementação da Gestão Territorial	33%
Falta de conhecimento técnico para a implantação da área vigilância socioassistencial	50%	Inexistência de articulação intersetorial entre a política pública de assistência social com as demais políticas públicas	20%
Dificuldade para analisar os indicadores sociais	50%	Não realização de busca ativa nos territórios; dificuldade para analisar os indicadores sociais; inexistência de rede socioassistencial; indisponibilidade de recursos financeiros	13%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: a ortografia, concordância nominal e verbal foram mantidas pela pesquisadora conforme contido nas respostas redigidas pelos participantes da pesquisa nos questionários.

O quadro 20 é ilustrativo e determinante a partir das informações nele contidas, para que os entes federativos estadual e municipal possam traçar planos e estratégias voltadas ao aporte orçamentário e financeiro para a composição das equipes técnicas de nível superior, de nível médio e coordenadores/as exclusivas para os serviços. Considerando que para o Grupo A e B, o maior percentual que gera fragilidades e dificuldades nas ações de gestão e execução, refere-se ao déficit de RH.

Para além do preconizado pela NOB RH-SUAS em relação ao quantitativo mínimo e a composição do quadro de pessoal nos CRAS, deve-se considerar também quais os serviços que devem ser ofertados em atendimento as demandas das famílias, do território com suas demandas e especificidades e dos recursos dispostos. A norma dispõe que:

Para saber qual a melhor equação entre número de profissionais e número de famílias referenciadas estamos desafiados a responder duas questões. A primeira delas é: qual é o trabalho social desenvolvido com as famílias? Quantas famílias participam, por exemplo, de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? Com que frequência ele deve acontecer? Que outras estratégias e métodos de trabalho devem estar associados aos serviços para que os resultados sejam mais efetivos? (BRASIL, 2011, p. 27).

Outro elemento crucial refere-se a municípios que possuem extensão territorial vasta, conforme apontado no quadro acima, ou municípios cujo percentual de famílias residentes na área rural é significativo, torna-se imprescindível à composição e atuação de equipes volantes, no âmbito da PPAS.

E da disponibilidade orçamentária para disponibilização de transporte e de recursos para que estas equipes possam atuar e ofertar serviços socioassistenciais, programas e benefícios na área rural. Em relação aos 15 (quinze) municípios participantes desta pesquisa, somente 01 (um) - que seria Faxinal – recebe cofinanciamento federal para equipe volante no valor de R\$ 3.147,16/mensal (três mil cento e quarenta e sete reais e dezesseis centavos) conforme consulta à base de dados mês de junho/2023 do Ministério da Cidadania, referente as parcelas pagas (BRASIL, 2023).

As equipes volantes integram a equipe do CRAS, sendo o objetivo desta equipe ofertar e executar serviços da política de assistência social às famílias que residem em locais de difícil acesso, como, por exemplo, áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros. Mediante a busca ativa nestes territórios, a equipe realiza a inclusão das famílias nos serviços socioassistenciais e ou procede ao encaminhamento aos demais serviços públicos pertencentes às demais políticas públicas (BRASIL, 2023).

Considerando que 41% dos participantes do Grupo A e 40% do Grupo B, mencionaram enquanto vulnerabilidade e/ou risco social a vasta extensão territorial rural dificultando o acesso dos serviços públicos às famílias ou/das famílias aos serviços públicos.

Imperativo questionarmos e identificarmos como e se as famílias que residem na área rural, estão acessando ou não os serviços socioassistenciais e demais serviços públicos? Estão

sendo contempladas suas vulnerabilidades e riscos no ciclo das políticas públicas? A elas é garantida a proteção social ou estão desprotegidas socialmente? Diante da diversidade e especificidade do território, como se dá o atendimento às demandas de proteção?

Rizzotti, Cordeiro e Pastor (2017) mencionam que nas “franjas da cidade” a ausência estatal é maximizada, sentida, vivenciada pelos sujeitos, onde muitas vezes a proteção social não chega ou quando chega é insuficiente e enviesada. Poderíamos nesse sentido considerar as áreas rurais dos municípios na condição de “franjas”? Refletindo e questionando se a proteção social estatal está alcançando estas áreas e, se esta, de que forma se concretiza?

Necessitamos buscar as respostas “em escalas” local, regional, estadual e nacional, estes questionamentos para que possamos analisar “[...] a cobertura e o grau de desproteção/proteção bem como de compromissos inter federativos a serem guiados pelas responsabilidades legalmente definidas” (SIQUEIRA, 2022, p. 6).

A definição de estratégias de ação, de oferta e execução de serviços que propiciem o acesso e acessibilidade a estes, entendendo que as diversidades territoriais e populacionais, bem como as expressões de ruralidade são elementos centrais e cruciais no modo de distribuição, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 2015). Reiteramos aqui o registro realizado pelo participante do Grupo B -15 (grifos nossos), onde este menciona que:

Sim - cada território vai ter as suas singularidades. Ex: território da sede com a presença das políticas públicas e do Estado é um tipo de expressões sociais. **Território mais distante (sem a presença do Estado e das políticas públicas) podem ser agravadas. Temos comunidade que fica a 80 km da sede e, destes 80 km só 25 é asfaltado.**

Então para além da disponibilidade de oferta dos serviços públicos de acordo com as demandas das famílias que residem em determinado território entendendo que este possui particularidades e especificidades as políticas públicas “devem ser (re)pensadas”. O cidadão e cidadã, que reside a 80 (oitenta) km da sede urbana onde a maioria dos serviços públicos estão localizados acessa-os de que forma? Ele/a encontra-se no “radar” das políticas públicas? Considerando que a PPAS trabalha na perspectiva da descentralização devem operar a partir de estratégias descentralizadas também, estando presentes no cotidiano de vida dos habitantes a partir do lugar onde moram (BRASIL, 2015).

Outro aspecto a ser mencionado refere-se ao fato de que os Municípios contemplados na pesquisa empírica não possuem o serviço de transporte coletivo urbano e/ou rural. Assim as famílias que possuem meios de locomoção próprios ou de familiares utilizam quando

possível este meio, ou “conseguem caronas”, ou efetuam o pagamento de transporte a terceiros, ou utilizam quando possível o transporte escolar ou “acabam por não acessar os serviços”. As Secretarias Municipais de Assistência Social no geral possuem veículos utilitários em média com 04 ou 05 lugares, nem todas possuem van ou vans adaptadas (para pessoa com deficiência ou outro tipo de restrição de locomoção) ou ônibus.

Esta preocupação vem à tona, quando o participante do Grupo B, menciona as distâncias territoriais em relação às famílias e, entende quanto a necessidade dos serviços públicos considerarem este fator decisivo:

Famílias que moram na área rural não tem transporte público, o horário adm de atendimento nem sempre atende as demandas e a realidade das famílias (seria necessário flexibilizar os horários de oferta dos serviços públicos (Grupo B – 04)

Destarte o local onde as famílias residem e os meios que estas dispõem para acessar os serviços, são imprescindíveis para o planejamento, oferta e execução dos serviços públicos.

Reiterando estas questões Sposati (2013) defende que:

O horário de trabalho dos moradores é uma condição fundamental que deve ser levada em conta na organização dos trabalhos do estado. Caso se preste atenção, pode se verificar a presença de pleitos para serviços públicos que atendam 24 horas. Caso só pense em serviços sociais que funcionem em horários concorrenciais aos horários de trabalho, muitos não terão condições efetivas de frequentá-los (SPOSATI, 2013, p. 12).

Além da dificuldade e fragilidade citada em relação à ruralidade, a questão referente a não composição da área de Vigilância Socioassistencial e a indisponibilidade financeira e orçamentária do ente municipal perpassaram pelas discussões e, foram indicadas com percentual significativo. Quanto a área de Vigilância Socioassistencial apresentamos de forma mais detalhada na subseção 2.3.1, no entanto reiteramos quanto à constituição desta para o fortalecimento da PPAS, aprimoramento e qualificação do rol de ofertas dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos

produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (BRASIL, 2013, p. 9).

Embora ações de vigilância socioassistencial, de algum modo e em alguma medida já são realizadas pelos Estados e Municípios, ainda são realizadas (salvo exceções por exemplo Municípios de Grande Porte e Metrópole com disponibilidade de recursos materiais, humanos, estruturais e financeiros) de “[...] maneira dispersa, incompleta e assistemática e raramente alcançam os resultados necessários para impactar em melhorias na gestão e nos serviços” (BRASIL, 2013, p. 9).

Compreendemos que a vigilância socioassistencial caracteriza-se enquanto função que deve ser praticada e exercida pela gestão e pelas unidades públicas, no sentido coletar, registrar, sistematizar e compartilhar as informações sobre os serviços ofertados e executados no território, a caracterização das famílias atendidas e as situações de vulnerabilidades e riscos que vivenciam.

E enquanto área, a NOB SUAS (2012) determinou que esta deveria ser estruturada em nível municipal, estadual e federal e contribuir com as áreas de proteção social básica e especial, elaborando estudos, planos, diagnósticos que permitissem e ampliassem o conhecimento sobre o território, sobre a realidade e necessidades da população, auxiliando no planejamento, gestão, formulação, organização e oferta dos serviços no âmbito da PPAS.

No entanto, até o presente momento, referindo-se ao Estado do Paraná (especificamente a Secretaria responsável pela PPAS) e os 18 (dezoito) Municípios PPI que pertencem à área de abrangência do Escritório Regional de Ivaiporã (SEJUF), estes não possuem a estruturação/constituição formal desta área.

Faz-se necessário considerar que a implantação da área de VISA em municípios de pequeno porte tem suas especificidades e particularidades. É complexo e desafiador, quando vivencia-se o déficit de RH, o desfinanciamento e/ou fragilização e/ou suspensão e/ou redução dos aportes financeiros municipais, estaduais e federais para a PPAS, essa é a realidade vivenciada por estes entes federativos municipais.

A implantação desta área no âmbito da PPAS requer investimentos e recursos humanos, materiais, financeiros, estruturais, capacitações técnicas em sistema de corresponsabilidade entre os entes federativos e, também o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados que atuem com foco na coleta, sistematização e análise de dados sociais, demográficos, econômicos e ambientais. Também com instituições de ensino superior públicas e privadas mediante termos de fomento, de cooperação e de projetos de extensão

voltados à produção e compartilhamento de saberes específicos disciplinares e interdisciplinares.

Que possam contribuir em todo o processo de implantação desta área desde o planejamento, organização, constituição e manutenção contínua, gerando indicadores a partir do conhecimento do território, dos sujeitos que nele vivem e das demandas que se apresentam (ou latentes), que permitam avaliar, ampliar, aprimorar e qualificar os serviços em prol da defesa e garantia de direitos e proteção social. Nesta direção destacamos que:

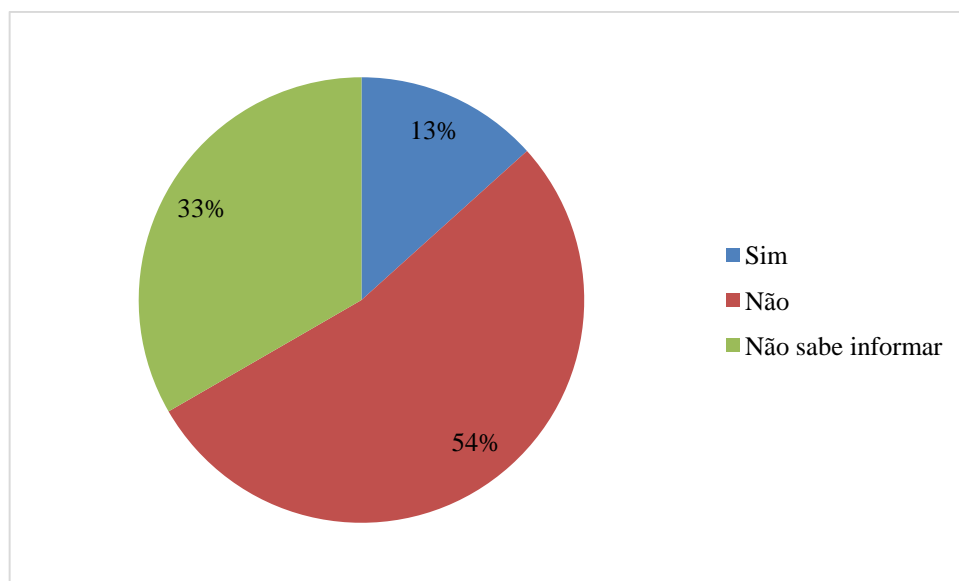
O processo de investigação da realidade e das vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais presentes nos territórios não assume, assim, apenas o caráter quantitativo— baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices; mas exige o estabelecimento de relações, mediações e sistematizações que garantam a análise e interpretação desses dados, reveladores de novos modos de ler a realidade como totalidade (BRASIL, 2013, p. 34).

Um elemento intrínseco a esta discussão, refere-se à gestão territorial a qual, conforme pontuamos anteriormente, tem por objetivo promover a atuação preventiva e proativa o que exige a elaboração e atualização de diagnósticos socioterritoriais, a partir de indicadores, de características e especificidades do território semelhantes à “[...] uma fotografia viva das dinâmicas da realidade” (BRASIL, 2011, p. 29), subsidiando definição de prioridades, alocação de recursos, identificando as ofertas de proteção ou a ausência desta.

O diagnóstico se constrói mediante a consulta a bancos de dados estatísticos oficiais, banco de dados da VISA e, também “[...] no diálogo com profissionais da área, de outras políticas públicas, organizações não governamentais, de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais, de conselhos de direitos (BRASIL, 2011, p. 37) e das famílias que residem nos territórios.

A participação das famílias ao mesmo tempo em que contribui para que “essa fotografia da realidade” seja viva, dinâmica e co-participativa, é um direito que deve ser garantido, o direito da participação social e decisória nas políticas públicas. Para Sposati (2013) a ausência de relacionamento com as famílias que utilizam os serviços é a negação da dimensão coletiva que o território traz, precisamos conhecer as condições objetivas de vida e as desigualdades postas em uma realidade.

Diante das questões pontuadas, ao perguntarmos ao Grupo B se o diagnóstico socioterritorial estava atualizado, às respostas obtidas foram:

Figura 8: Situação atual em relação ao diagnóstico socioterritorial

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Nota explicativa: os questionários foram aplicados ao Grupo B no período de setembro-outubro 2022, assim os dados/percentuais constantes no gráfico referem-se a este período.

Estes indicadores encontram-se na “contramão” ou em movimento contrário, pois embora os participantes tanto do Grupo A quanto do Grupo B demonstram o entendimento de que a partir da gestão territorial que os serviços socioassistenciais devem ser executados e ofertados a partir da lógica de defesa e garantia de direitos e proteção social, somente 13% dos participantes do Grupo B responderam que está atualizado o diagnóstico socioassistencial.

E, 53% não souberam informar, esses dados são significativos se considerarmos que a existência e atualização dos diagnósticos é decisivo para o planejamento, oferta e execução dos serviços.

O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar a tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios. O diagnóstico reúne e transforma esses dados em informação útil, a orientar a gestão municipal nos processos de implementação e acompanhamento de políticas e programas sociais (BRASIL, 2013, p. 63).

Nossa premissa é de que o enfoque na gestão territorial pode se constituir num importante caminho para o aprimoramento do planejamento, gestão, oferta e execução de serviços públicos. Para a defesa dessa premissa, faz-se necessário circunscrever o conceito de

território na visão do direito à cidade e da totalidade e complexidade que implicam no cotidiano de vida nos territórios (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017).

Adotamos também essa premissa e suas dimensões ética- política, teórico-metodológica e técnico operativa, para além do aprimoramento e fortalecimento dos serviços, defendendo que a gestão territorial pode/deve contribuir para a defesa e garantia de direitos, para a proteção social e desenvolvimento territorial a partir do planejamento, gestão e execução de políticas públicas, persistindo na possibilidade de “[...] decidir junto com os sujeitos nos territórios por políticas que tenham significado e respostas para suas necessidades e realidades” ((RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 97).

Outro ponto a ser debatido, refere-se à necessidade de ampliarmos nosso olhar para além das vulnerabilidades e riscos sociais, (re)conhecendo as potencialidades e os recursos econômicos, sociais, políticos, culturais e naturais presentes nos territórios. E, que estes podem ser fortalecidos e aprimorados enquanto estratégia de atuação das políticas públicas, na (re)constituição de processos e relações sociais e de poder para os atores sociais que vivem nos territórios e que acessam os serviços públicos.

Na perspectiva da gestão e execução das PPs, podemos contribuir para o planejamento e para atuação preventiva e protetiva, pois tratamos de uma política pública cujas intervenções se dão essencialmente na capilaridade dos territórios (BRASIL, 2004).

Ao abordarmos as potencialidades, fazemos um deslocamento de análise para que não corramos o risco de adotarmos um olhar reducionista, mas de reconhecermos que as potencialidades são ativas ou por vezes latentes, mas existem. Muitas vezes nosso olhar “se demora, se debruça, se cristaliza” em tão somente vulnerabilidades e riscos.

Cabe questionarmos se as potencialidades de fato são nulas/inexistentes? Ou não estamos percebendo ou considerando as possibilidades de mudança e transformação? E nesse sentido “[...] ainda temos muito a avançar em nossos instrumentos de captura e análise do que se passa nos meandros dos nossos territórios” (RAMOS; KOGA, 2011, p. 360).

Dallabrida (2021) “chama nossa atenção” ao pontuar que necessitamos compreender o território como um contexto dinâmico, mutável, diverso e em constante processo de mudança e (re) construção e, que precisamos considerar e interpretar a realidade histórica e social reconhecendo que existem conexões entre os problemas e as potencialidades.

E se consideramos o aporte teórico metodológico do materialismo histórico dialético, acreditamos na práxis que transforma a realidade, diagnosticando não somente os bloqueios, mas também as capacidades de transformação e emancipação (DALLABRIDA, 2021).

Nesta direção organizamos o quadro 22, no qual constam as potencialidades elencadas pelos participantes dos Grupos A e B.

Quadro 22: Potencialidades presentes nos territórios segundo os participantes dos Grupos A e B

Secretários/as	%	Técnico/as e Coordenadores/as	%
Preservação dos recursos naturais	58%	Oferta de serviços, programas e projetos de políticas públicas efetivos, qualitativos e que atendem as demandas da população	60%
Oferta de serviços, programas e projetos de políticas públicas efetivos, qualitativos e que atendem as demandas da população	50%	Espaços públicos e acessíveis de cultura, esporte e lazer	40%
Segurança Alimentar	50%	Trabalho intersetorial articulado/fortalecido entre as políticas públicas	40%
Desenvolvimento territorial rural	41%	Preservação dos recursos naturais	33%
Desenvolvimento territorial urbano	41%	Desenvolvimento territorial rural	26%
Trabalho intersetorial articulado/fortalecido entre as políticas públicas	33%	Vínculos familiares e/ou comunitários fortalecidos	20%
Vínculos familiares e/ou comunitários fortalecidos	33%	Segurança Alimentar	20%
Espaços públicos e acessíveis de cultura, esporte e lazer	33%	Desenvolvimento territorial urbano	13%
Segurança pública	16%	Associações comunitárias e projetos de economia solidária	06%
Outros; trabalho desenvolvido pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	08%	Outros: crescimento do comércio e atividades produtivas, olarias, madeireiras. PAA fomenta a agricultura	06%
Nenhuma	08%	Nenhuma	06%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Ao cruzarmos os dados contidos neste quadro e no quadro 16 (vulnerabilidades e riscos sociais presentes no território) identificamos que a mesma questão pontuada enquanto vulnerabilidade ou risco social, também é concebida enquanto potencialidade. Podemos citar que para o Grupo A inexistem espaços comunitários e acessíveis de lazer, cultura, esportes (75%), no entanto, para o mesmo grupo a existência de Espaços públicos e acessíveis de cultura, esporte e lazer é uma potencialidade (33%).

Nesse sentido, embora esta pesquisa não tenha enquanto objetivo aprofundar cada potencialidade citada, cabe aqui questionarmos do ponto de vista do contraditório. Estes espaços são acessíveis? Eles estão localizados no território de forma que as famílias conseguem acessá-los? São necessários outros espaços e outros programas e projetos? As famílias têm o direito resguardado de participar na definição de quais programas e projetos a serem desenvolvidos/ofertados? É necessário ampliarmos as ações programas e projetos no âmbito da cultura, uma vez que já identificamos nesta pesquisa a escassez de equipamentos voltados para este fim.

Reiteramos a importância da realização e/ou aprimoramento e/ou atualização dos diagnósticos socioterritoriais não apenas para a PPAS, ampliamos esta recomendação a todas as PPs presentes nos territórios e mencionamos quanto à possibilidade deste diagnóstico ser construído na perspectiva intersetorial, interdisciplinar, dialógico e coletivo.

Outra questão significativa para mencionarmos refere-se ao fato de que na visão do Grupo A, a segurança alimentar é uma potencialidade (50%) e para o Grupo B, esse percentual é inferior representando 20%. Cabe aqui refletirmos se o fato do Grupo B, “estar próximo às famílias e no território”, se deparam com situações de insegurança alimentar e conseguem identificar e refletir de forma diferenciada e ampliada sobre esta questão?

Gostaríamos de pontuar sobre os percentuais atrelados ao trabalho intersetorial articulado/fortalecido entre as políticas públicas enquanto potencialidade, eles mantiveram-se abaixo de 50%, demonstrando a necessidade e importância do fortalecimento destes processos no território. Considerando que as demandas apresentadas pelas famílias são complexas e demandam ações e esforços conjuntos de todas as PPs, cada uma com seus parâmetros de execução e atribuições específicas, no entanto atuando de forma intersetorial, com foco na garantia da proteção social.

Ponto importante identificado pelo Grupo A, refere-se ao fato de que 58% registraram a preservação dos recursos naturais como potencialidade. Aspecto este que vem ao encontro das discussões que apresentamos na subseção 3.2 quando ao tratarmos do recorte territorial mencionamos quanto ao potencial natural da região e a necessidade de desenvolver,

fortalecer, aprimorar programas e projetos voltadas à geração de trabalho e renda com foco no turismo de forma ecologicamente e socialmente sustentável.

Considerando a correlação território e desenvolvimento “[...] voltada a cooperação e para o desenvolvimento dialógico e participativo, valorizando a autonomia, a criatividade, a preservação e conservação da natureza, as identidades culturais, o conhecimento popular, as redes curtas de produção e comercialização[...].” (SAQUET, 2019, p. 25).

No entanto, não poderíamos deixar de citar que para 08% dos participantes do Grupo A e 06% do Grupo B, não há nenhuma potencialidade no território. Este dado preocupa-nos no sentido de que se considerarmos a abordagem territorial, entendemos e concebemos que os territórios possuem suas particularidades, complexidades, fragilidades e potencialidades. Assim de fato não existe nenhuma potencialidade? Ou está latente e não conseguimos visualizá-las? Ou “estamos desacreditados” em relação aos ativos dos nossos territórios? Ou a gestão e execução de PPs na perspectiva da abordagem territorial com foco na justiça e proteção social devem ser retomadas junto a estes Grupos?

Nos deparamos com questionamentos cruciais: Como definir estratégias e atuar nos territórios, se não conseguimos visualizar nenhuma potencialidade, em qual direção se dará nosso trabalho? Como vamos fundamentar e atuar nas práticas de gestão e execução das políticas públicas, voltadas à mobilização, fomento, organização e resistência “[...] e em favor da justiça social, da sustentabilidade, da participação popular [...]” (SAQUET, 2019, p. 30)?

Em síntese observamos que estas discussões que abarcaram potencialidades do e no território, geraram mais perguntas do que respostas a esta pesquisadora e talvez o processo se constitua se concretize dessa forma, a partir de perguntas e questionamentos que possam balizar e alavancar diagnósticos socioterritoriais que sustentem todo o ciclo das políticas públicas.

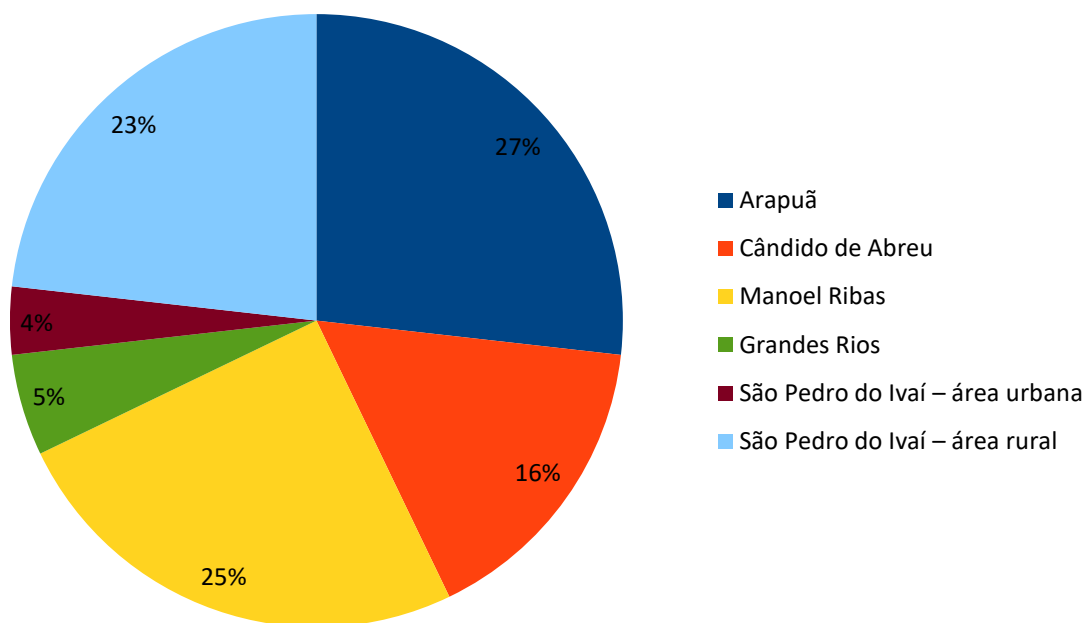
Na sequência apresentamos a subseção 4.1.3 a qual versa sobre o reconhecimento do território a partir das famílias que vivem/sobrevivem e se relacionam nos territórios, sendo estas acompanhadas pelas equipes de referência dos CRAS.

4.1.3 O (re)conhecimento do território a partir do “olhar” das famílias acompanhadas pelos/as técnicos/as da equipe de referência dos CRAS

Iniciamos esta subseção apresentando informações que demonstram o perfil das famílias (identificadas enquanto Grupo C) que participaram da pesquisa empírica nos municípios de Arapuã, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Grandes Rios, São Pedro do Ivaí,

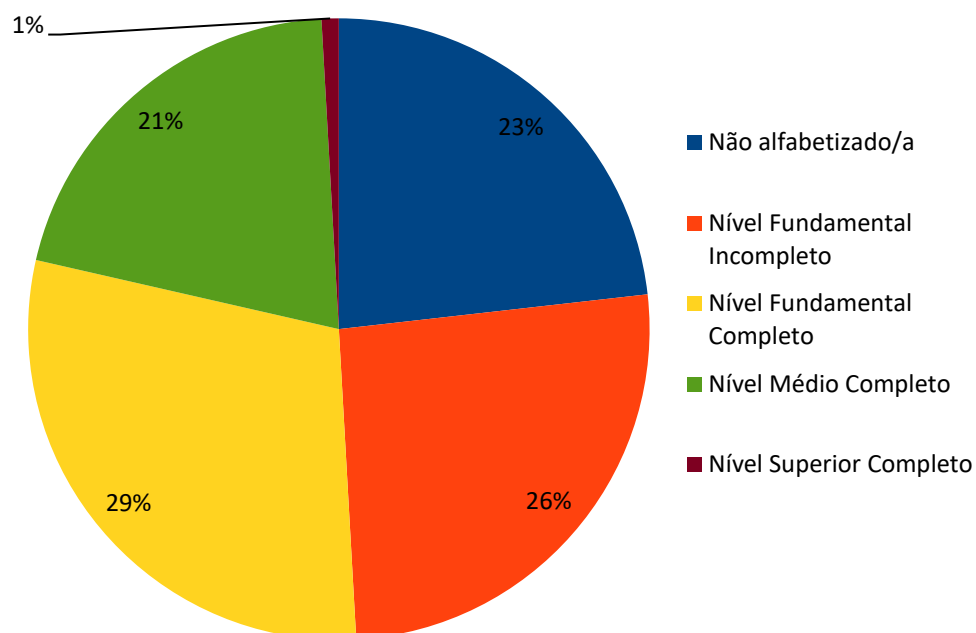
sendo estas acompanhadas pelos respectivos CRAS constituídos enquanto unidade pública estatal da PPAS nos territórios.

Figura 9: Percentual de famílias participantes da pesquisa/por Município

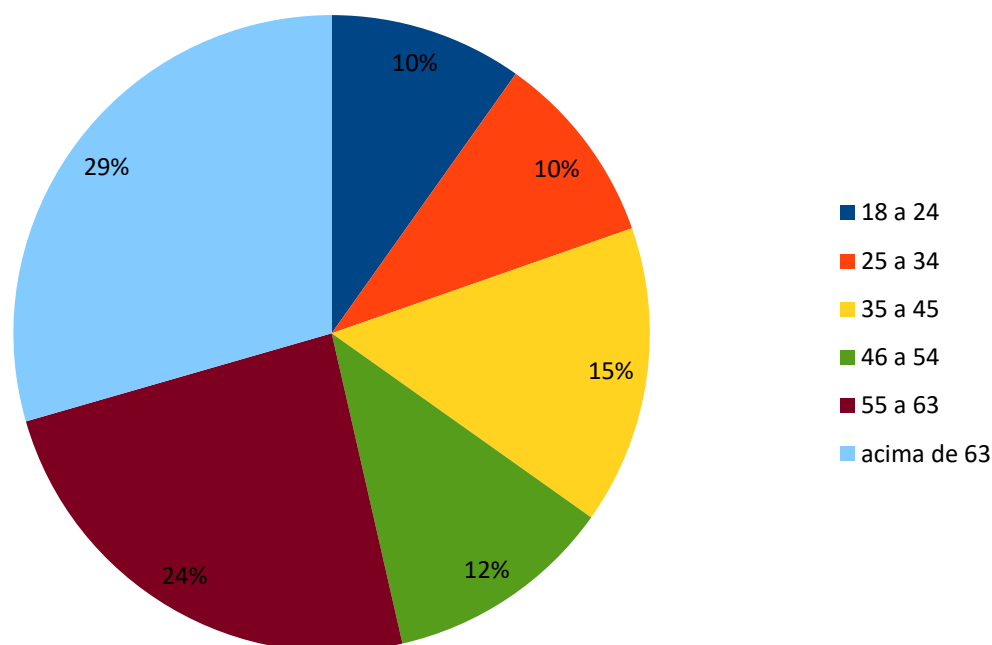


Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Figura 10: Grau de escolaridade dos participantes (Grupo C)



Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Figura 11: Faixa etária dos participantes (Grupo C)

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Observando os dados referentes ao gráfico 10 que apresenta o nível de escolaridade são indicadores significativos que demonstram a questão do analfabetismo, a não conclusão do ensino fundamental (que refere-se do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano correspondendo à fase mais longa da educação básica) e, que somente 01% (um) dos participantes possuíam ensino superior.

Mesmo que este dado (nível de escolaridade) venha a ser “cruzado” com a faixa etária, pois temos 24% (vinte e quatro) na faixa etária de 55 a 63 anos e 29% na faixa etária de 63 anos, considerando a questão histórica do analfabetismo no país é extremamente significativo o percentual ínfimo de participantes com nível superior de escolaridade.

Cabe uma discussão ampliada no que tange à relação intrínseca entre a política pública de educação e o território, o perfil e as demandas educacionais das famílias e as estratégias de ação e aporte de recursos vem sendo adotados para que o nível de escolaridade seja continuado, ampliado e qualificado. Entre as vulnerabilidades e riscos sociais mencionados pelos participantes do Grupo A e B, fora elencada a baixa escolaridade e, esta pode estar atrelada e gerar implicações de ordem social, econômica, política e cultural.

Costa e Rocha (2014) ao discorrer sobre características de municípios periféricos citam que estes enfrentam sérios problemas socioeconômicos tais como o desemprego e/ou dificuldade para obter empregos principalmente para os jovens, baixos salários, baixa escolaridade e qualificação profissional. O indicador referente à baixa escolaridade está

atrelado – entre outros fatores conjunturais e estruturais considerando as escalas local, regional, nacional e global – a questão social do desemprego, ao mercado informal de trabalho e baixos salários.

A relação entre nível de escolaridade e desemprego mencionada por Costa e Rocha (2014) é reforçada em estudo realizado pelo Ministério da Economia em 2021, o qual concluiu que:

[...] ao longo do período 2012 a 2020, com a faixa etária dos 17 a 29 anos representando aproximadamente 50% do total. Observando o grupo das pessoas desempregadas há 2 anos ou mais e com idade entre 17 e 29 anos com relação à escolaridade), observa-se que aproximadamente 50% possuem nível médio completo, aproximadamente 38% não possuem sequer o nível médio e 12% tiveram algum contato com instrução de nível superior (BRASIL, 2021, p. 4).

Ressaltamos que segundo o IPDM o território contemplado nesta pesquisa é classificado enquanto baixo desempenho no que se refere ao trabalho e renda. Acrescentaríamos a esta discussão que estas condições são agravadas por políticas públicas pontuais, ou inexistentes e/ou fragilizadas – dos entes federativos, no que se refere ao trabalho, emprego e renda “[...] uma situação crítica que exige esforços redobrados para ser superada” (COSTA; ROCHA, 2014, p. 102).

O que nos remete a uma reflexão e análise na perspectiva das desigualdades territoriais, uma vez que os territórios:

[...] com maiores defasagens relativas em matéria de desenvolvimento econômico-social [...] as diferenças entre os estratos são também muito acentuadas nos indicadores sociais de esperança de vida, mortalidade infantil, analfabetismo e acesso à água potável [...] e políticas públicas são instrumentos meios que devem dotar de continuidade as políticas a favor da igualdade. Tanto na construção de pactos quanto em sua consagração institucional [...] (CEPAL, 2018, p. 300).

Ressaltamos a importância da realização de estudos, pesquisas e diagnósticos que agreguem dados e possam gerar indicadores que contemplem as questões relativas à escolaridade, trabalho e geração de renda em Municípios PPI. Considerando a interface com os territórios, suas especificidades, singularidades, fragilidades e potencialidades e, que estes indicadores possam nortear e direcionar políticas públicas na área da educação, trabalho e renda.

Atrelado a esta discussão, o questionário aplicado às famílias continha uma pergunta relacionada às dificuldades, fragilidades, problemas que identificavam para si, para as famílias e para a comunidade em que viviam. Esta pergunta foi respondida por 119 (cento e dezenove) participantes e as respostas organizadas na tabela 7:

Tabela 7: Dificuldades e fragilidades identificadas pelas famílias nos territórios

Dificuldades/Fragilidades	Percentual
Não tem vagas/oferta para emprego/trabalho	24%
Inexistência de transporte público urbano e/ou rural	12%
Estradas/ruas (área urbana e/ou rural) precárias e/ou sem/inacabado asfalto	11%
Desemprego	10%
Política de Saúde (atendimento à população/oferta e ou indisponibilidade de determinados serviços/exames/especialidades médicas)	07%
Acho que está tudo bom/não tem dificuldade	06%
Indisponibilidade de ofertas para lazer/atividades esportivas/lúdicas/eventos	04%
Município não possui acolhimento institucional para crianças/adolescentes com deficiência	02%
Determinados medicamentos indisponíveis na UBS/farmácia para entrega gratuita	02%
Melhorias no acesso/não possui muro ao redor do CRAS	02%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Na tabela 7 observamos que o maior percentual refere-se a não existência/disponibilidade de vagas/oferta para emprego/trabalho, seguido da inexistência de transporte público urbano e rural e, da condição precária das ruas e estradas na área urbana e rural.

Com relação ao desemprego e a falta de empregos estas questões também foram elencadas pelo Grupo A e B estando no radar destes, esta vulnerabilidade ou risco social. E ao retomarmos o IPDM, conforme anteriormente descrito, 73% dos Municípios participantes da pesquisa são caracterizados enquanto baixo desempenho em relação a este indicador. Aspecto este reforçado pelo participante do Grupo C em relação à resposta 08 do questionário “[...] não tem emprego as pessoas vão embora (Grupo C – 32).

São questões complexas que não estão isoladas, mas atreladas a fenômenos estruturais, conjunturais e escalares (globalização, a automatização dos postos de trabalho, a mecanização da agricultura, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, fluxos de capitais em regiões econômica e socialmente com melhor desempenho para o capital financeiro), uma vez que o “[...] modo de produção capitalista também (re)configura o espaço para atender às suas necessidades, produzindo profundas desigualdades regionais e locais” (COSTA; ROCHA, 2014, p. 96).

Em relação à inexistência do transporte público e a precariedade de ruas e estradas, constituem fatores que podem gerar entre outras dificuldades às famílias, a limitação ou precariedade do acesso aos bens e serviços públicos, podendo levar ao que se denomina segregação territorial.

Se considerarmos a igualdade como “[...] valor fundamental do desenvolvimento e princípio ético irreduzível [...]” (CEPAL, 2018, p. 5) e que esta igualdade pressupõe igualdade de meios, oportunidades, capacidades, nossa luta deve (deverá) seguir em direção da distribuição equitativa da renda, da riqueza socialmente produzida e no combate a qualquer tipo de discriminação, exclusão e segregação. É refletir que o lugar que os sujeitos vivem/ocupam no território também define:

[...] maior ou menor acesso à educação, saúde, trabalho, segurança, habitabilidade [...] Esta dinâmica se dissemina em múltiplos âmbitos nos quais fatores estruturais e institucionais concorrem para perpetuar ou recriar uma ordem de desigualdades [...] a segmentação, a segregação territorial [...] as rigidezes de mobilidade e segregação de capacidades e acessos ao bem-estar (CEPAL, 2018, p. 50 – grifos nossos).

Considerando que estas dificuldades relatadas pelas famílias foram também contempladas pelos participantes do Grupo A e B em nível de gestão e execução da PPAS, é importante identificar: Quais as estratégias e ações concretizadas no atendimento a estas demandas na perspectiva da atuação intersetorial das políticas públicas? Quais outras estratégias e ações devem ser desenvolvidas? Quais os recursos humanos, materiais estruturais, financeiros necessários para garantir o acesso aos serviços públicos na lógica da garantia e defesa de direitos?

Cientes que são questões complexas, reafirmamos que é fundamental o papel e a atribuição do Estado (em nível federal e estadual) e do ente municipal, cada um conforme suas instâncias político-administrativas e operacionais, constituírem-se enquanto indutores do desenvolvimento territorial.

Através de políticas públicas comprometidas, inclusivas e contínuas, que venham ao encontro das reais necessidades e demandas apresentadas pela sociedade e, que possibilitem o enfrentamento das desigualdades estruturais, sociais e territoriais (IVO, 2012) contribuindo de forma efetiva na melhoria da qualidade de vida nos municípios PPI.

Diante das dificuldades e fragilidades mencionadas, o questionário aplicado continha uma questão referente às melhorias a serem realizadas, a partir da opinião das famílias. Obtivemos a resposta de 119 (cento e dezenove) participantes, as quais constam na tabela 8 contemplando as 10 (dez) respostas mais significativas.

Tabela 8: Melhorias a serem implantadas segundo a opinião das Famílias

Melhorias citadas	Percentual
Ter transporte público municipal área urbana e/ou rural	14%
Ter empresas/indústrias	12%
Ter oferta de emprego	12%
Realizar/ofertar lazer/atividades esportivas/lúdicas/eventos	08%
Melhorar a Política Municipal de Saúde	07%
Ter ambulância para o Distrito	05%
Melhorar/arrumar as estradas e ruas (área rural e/ou urbana)	03%
Melhorar o acesso ao CRAS	02%
Tudo	02%
Construir casas	02%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Ao cruzarmos os dados referentes às tabelas 7 e 8, observamos que as questões citadas pelas Famílias referem-se às políticas do trabalho, geração de renda, cultura/lazer e esporte e, saúde, melhorias nas estradas rurais e urbanas e na rota de acesso à unidade pública estatal, sendo que a disponibilidade de transporte público apresentou o maior percentual.

Observamos que para as/os participantes do Grupo C a demanda relacionada à oferta de programas habitacionais é citada, no entanto em menor percentual, porém nos Grupos A e B ela não é mencionada. Ponderamos se a demanda habitacional nos territórios de fato não

caracteriza-se enquanto vulnerabilidade e risco para as famílias? Quais as condições de habitabilidade vivenciadas pelas famílias? Existe demanda reprimida na área urbana e rural quanto a oferta de unidades habitacionais para famílias com determinadas faixas de renda? Ou ainda, estas faixas estão sendo contempladas nos programas habitacionais dos entes federativos?

Pois conforme França (2015) os municípios de pequeno porte também apresentam necessidades habitacionais e que:

Nem sempre propiciaram diretrizes federais ou investimentos focalizados nessa tipologia de municípios. Historicamente, a fragilidade de estudos técnicos para identificar, dimensionar e elaborar políticas públicas com foco nas necessidades habitacionais dos pequenos municípios e a ausência de uma visão estratégica do governo federal parecem não ter demandado investimentos, capacitação, ações de fortalecimento institucional e assistência técnica significativa para a adesão às políticas e aos programas federais e sua efetividade no território em conformidade com as necessidades habitacionais (FRANÇA, 2015, p. 237 - grifos nossos).

Já em relação à política de saúde, identificamos a partir das respostas contidas nos questionários demandas relacionadas ao atendimento de determinadas especialidades médicas, a necessidade de deslocamento para outros municípios que ofertam atendimento médico-hospitalar e/ou exames médicos de média e alta complexidade.

A “falta” de determinados medicamentos na rede farmacêutica pública/rede farmácia popular e, especificamente famílias que residem em área rural/distrito mencionam que no local seria necessário disponibilizar “uma ambulância”.

Registramos a seguir respostas que demonstram demandas relacionadas à saúde e transporte:

Quadro 23: Demandas apontadas pelas famílias em relação às políticas públicas

Grupo C	Demanda
C - 66	Faltam especialistas, por exemplo pediatra e também faltam remédios no postinho
C - 79	Tem que se deslocar pra outra cidade para ter consulta com médico especialista
C - 27	Falta medico no hospital e postos
C - 99	Não tem uma ambulância local para o distrito e transporte diário

C - 90	Falta ônibus
C - 59	Não tem transporte coletivo gratuito para deslocamento para cidades que tem emprego
C - 48	Não tem posto de saúde 24 hrs, se precisa levam pra outra cidade

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

No decorrer dos estudos realizados, no que diz respeito aos municípios de pequeno porte estes caracterizam-se pelo atendimento às necessidades básicas da população e, dependem de município/centros urbanos maiores no âmbito dos serviços públicos e/ou privados no âmbito da política de saúde e educação, neste caso citamos o exemplo do ensino superior.

Gostaríamos de pontuar quanto a necessidade de estudos, diagnósticos e pesquisas referentes à viabilidade para implantação e financiamento dos entes federativos quanto à disponibilização de serviços públicos via processos de regionalização e/ou consórcios intermunicipais, referentes às políticas de saúde, transporte, educação e trabalho/geração de renda.

Uma questão que devemos destacar refere-se à questão do trabalho e renda para os jovens a partir de 18 (dezoito) anos que residem nos municípios de pequeno porte - embora as estratégias de ação possam ser diferenciadas para os que residem na área rural e àqueles que residem na área urbana - ressaltamos quanto à formulação de políticas públicas voltadas para este ciclo etário, promovendo o acesso e garantia do direito ao trabalho e renda.

Ao abordar as questões referentes à juventude e políticas públicas, mais especificamente a juventude rural, Barcellos (2017) reitera quanto à problematização de processos cuja configuração considere os significados da juventude para a sociedade e para o Estado.

Necessário discutirmos sobre a juventude e as PPs de forma atrelada ao território, aos fenômenos do êxodo rural e a diversidade da população jovem, com foco “[...] no fortalecimento da autonomia econômica e social da juventude “[...] ancorado na formação, na geração de renda e na ampliação do acesso às políticas públicas (BARCELLOS, 2017, p. 237). Com menções específicas a disponibilidade de transporte e inserção produtiva da juventude nos mercados de trabalho, ampliando:

[...] o acesso de jovens – sobretudo aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidade social – a políticas, programas e ações integradas que

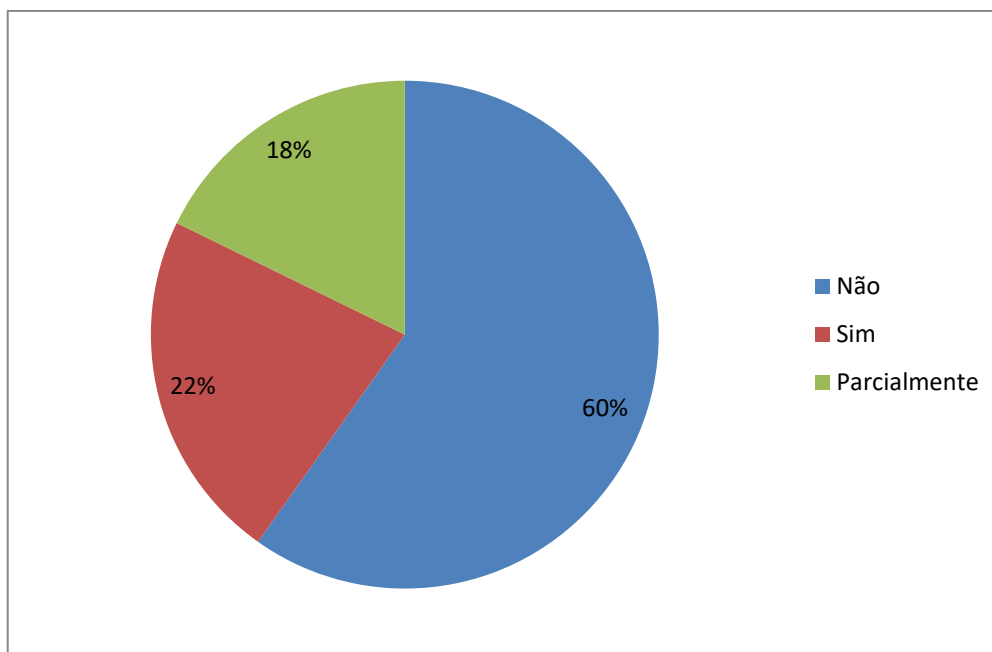
asseguem seus direitos de cidadania e ampliem a sua inclusão e participação social [...] oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de políticas para a juventude permanentes e locais para a produção cultural, inclusão digital e esporte, entre outros o estímulo e o fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais; a valorização das identidades e diversidades individual e coletiva da juventude [...] (BARCELLOS, 2017, p. 237).

Assim, esse conjunto de elementos discutidos precisam ser mapeados e compreendidos relacionando-os às questões da juventude e das políticas de educação e da agricultura com enfoque também na agricultura familiar, considerando as especificidades e particularidades dos municípios de pequeno porte.

Apresentamos esta breve discussão, pois identificamos no processo de análise dos dados coletados na pesquisa a questão do desemprego e a dificuldade dos jovens para conseguir emprego, atrelado à migração destes para outros municípios. E, refletimos que os jovens migram não somente em busca de trabalho e educação, mas também por considerarem que os territórios em que vivem não são atrativos ou potencializadores de seus projetos de vida individuais e/ou coletivos.

Face a esta questão, Barcellos (2017) questiona como deixá-los (territórios) mais atrativos para os jovens, com melhores condições e acesso ao lazer, cultura, esportes e trabalho diferenciado para além da agricultura e pecuária? Enfim, são questionamentos que perpassam ou deveriam transcorrer todo o ciclo de PPs.

Dando sequência a caracterização das dificuldades e fragilidades, a partir do olhar das famílias intercalamos com esta discussão, o seguinte questionamento ao Grupo C - você tem alguma dificuldade para acessar/conseguir atendimento dos/nos serviços públicos ofertados pelo Município? Este questionamento foi respondido por 107 (cento e sete) participantes e, gerou o indicador:

Figura 12: Acesso/ atendimento nos serviços públicos

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Considerando que 22% dos participantes responderam que possuem dificuldades para acessar serviços públicos, procuramos identificar junto a este grupo os motivos de não acessá-los. Transcrevemos os 03 (três) motivos que apresentaram os percentuais mais significativos sendo: indisponibilidade de transporte na área rural e/ou urbana (24%), indisponibilidade de determinados exames médicos/especialidades médicas (17%) e indisponibilidade e/ou dificuldade de atendimento odontológico (11%).

Os maiores índices reiteram as abordagens anteriores quando identificamos a questão da inexistência de transporte público municipal, ao mesmo tempo em que se constituiu em uma vulnerabilidade pode gerar outras vulnerabilidades e/ou riscos sociais. Em relação às demandas na área da saúde referem-se a não disponibilidade de determinadas especialidades e serviços médicos/odontológicos/hospitalares/exames no município, ocasionando a necessidade de deslocamento para outros municípios ou, a espera para acessar os serviços localmente devido à demanda existente que pode ser incompatível com a oferta do serviço.

Após citarmos as dificuldades e fragilidades elencadas pelas famílias, mencionamos que o questionário continha uma pergunta voltada aos aspectos positivos que por ventura as famílias identificassem nos territórios. Complementamos esta questão com os adjetivos bom, alegre, bonito e positivo. Ao total tabulamos 166 (cento e sessenta e seis) respostas pois obtivemos questionários em que fora mencionada mais de 01 (um) aspecto, seguem os maiores percentuais:

Tabela 9: Aspectos positivos identificados pelas famílias no território

Aspectos mencionados pelas famílias	Percentual
A igreja	12%
A amizade	09%
Os parques e praças	09%
A política de saúde (Unidades Básicas de Saúde)	07%
A política de assistência social (CRAS)	07%
As escolas	06%
Os eventos	05%
Os vínculos/convivência familiar e comunitária	05%
Sossego	04%
Tranquilidade	04%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Estes dados demonstram elementos relacionados ao reconhecimento pelas famílias no que diz respeito à existência e os serviços ofertados pelas políticas públicas: saúde, educação e assistência social presentes nos territórios. Também puderam através dos questionários manifestar-se em relação às fragilidades destas PPs e opinar sobre as melhorias necessárias no âmbito destas políticas.

Outro aspecto interessante refere-se ao fato de mencionarem elementos que demonstram as relações sociais e vínculos estabelecidos no território, o que podemos associar à identidade, a sensação de pertencimento e a territorialidade. Aqui entendemos que “existem espaços” para o desenvolvimento e aprimoramento de estudos, pesquisas e diagnósticos que relacionem a identidade e o território reiterando que: “As relações de pertencimento [...] envolvem o território, remetem inevitavelmente a discussão da identidade [...] e sua importância para as análises (MENDES; ALMEIDA, 2007, p. 7), com ênfase na gestão e execução das PPs.

Como podemos contribuir para o fortalecimento dos vínculos e a convivência familiar e comunitária, as relações sociais e o sentimento de pertencer ao território? Seria possível a

partir deste fortalecimento potencializarmos no âmbito das PPs ações individuais e coletivas voltadas à proteção social, organização - participação e mobilização social?

Refletir sobre estas possibilidades é apreender o território com suas territorialidades – que são as relações sociais que acontecem em cada família, entre famílias, entre indivíduos, grupos em cada território (SAQUET, 2019) – com os sujeitos que nele (con)vivem.

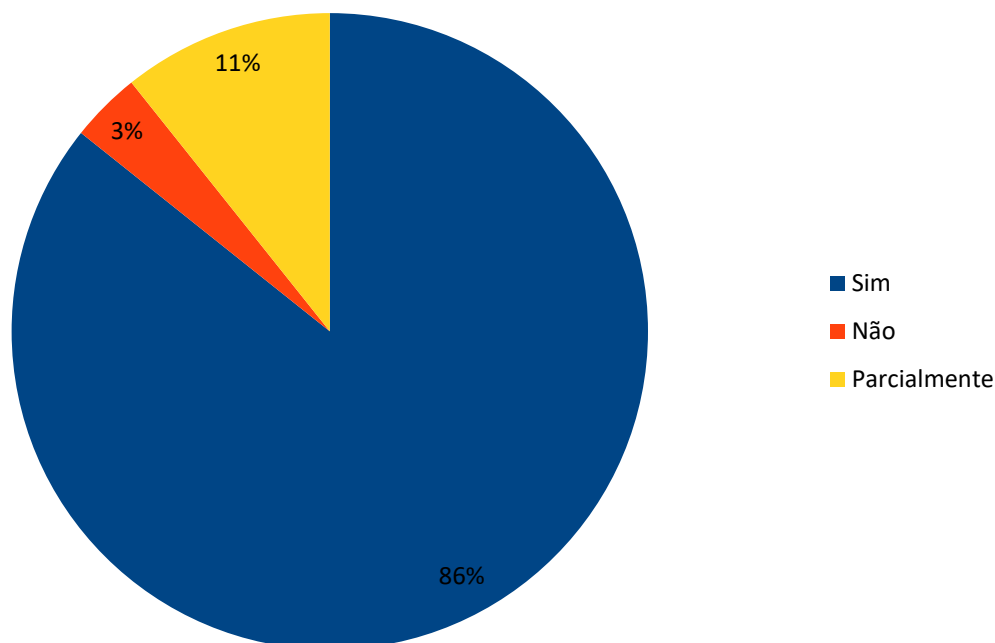
Conhecer a história e as relações que se estabelecem, é um processo que requer “[...] a identificação, compreensão, valorização do enraizamento, da proximidade, dos vínculos, dos sujeitos, dos ecossistemas, do pertencimento [...]” e da identidade (SAQUET, 2019, p. 30).

Posto isto gostaríamos de citar que identificamos junto aos participantes, através das respostas nos questionários e da sistematização dos dados, forte traço de religiosidade. Questão esta reforçada pelo maior indicador que consta na tabela 9, no qual “a igreja” obteve o maior percentual. Quando abordamos a questão do território, mencionamos que este também é marcado pelo turismo religioso com santuários, imagens religiosas, grutas e igrejas.

Embora não constitua objetivo desta pesquisa e sem a pretensão de aprofundar esta discussão, entendemos que as relações que se estabelecem entre território e religião devem ser consideradas e compreendidas, uma vez que, citando Raffestin (1993):

Em sua própria essência, o fenômeno religioso é bem caracterizado pelas relações de poder. Por quê? Porque toda concepção religiosa do mundo implica a distinção do sagrado e do profano [...]. Há relações próprias no interior de cada um desses mundos e também relações, mediatizadas pelos fatos políticos, sociais, culturais e econômicos [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 120).

No decorrer das análises, outro dado que constatamos, dialoga de modo mais geral com a defesa e garantia de direitos refere-se ao fato de que, ao questionarmos se possuíam informações e orientações sobre as políticas públicas, as respostas obtidas demonstraram que:

Figura 13: Você possui informações e orientações sobre as políticas públicas

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Cientes que somente o fato de obterem informações e orientações sobre as políticas públicas presentes nos territórios, não significa a garantia da acolhida, escuta e atendimento ou o acesso direto e inclusivo aos serviços no âmbito destas. Os quais dependem de investimentos dos entes federativos, estruturas físicas adequadas, capacidades institucionais, recursos humanos e financeiros contínuos.

No entanto, considerando o percentual apresentado no gráfico (86%) podemos deduzir que as famílias possuem de certa forma conhecimento e orientações sobre as PPs e, reportando-nos à PPAS reiteramos que a informação pública, individual e/ou coletiva sobre as ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios, seu modo de gestão, execução e financiamento, bem como as instâncias de defesa, são direitos que devem ser respeitados e garantidos.

Após as discussões apresentadas nesta subseção e atendendo um dos objetivos específicos propostos, qual seria: mencionar os impactos da pandemia SARS Covid -19 para a gestão e execução da PPAS anunciamos a subseção 4.2 que apontará elementos desta temática.

4.2 O impacto da Pandemia SARS Covid-19 na gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais no âmbito da política de assistência social

No decorrer da pesquisa empírica procuramos identificar os impactos da pandemia SARS COVID-19 no que tange a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios e, as dificuldades vivenciadas pelas famílias nos territórios. Dos registros obtidos, geramos dados e indicadores os quais evidenciaremos a seguir.

Citando Feldmann *et al* (2022) iniciamos com breve contextualização sobre o coronavírus, referindo que este pertence a uma família de vírus que causam infecções respiratórias e, que fora descoberto em 2019. Trata-se de uma nova cepa que ainda não havia sido identificada sendo que “[...] os primeiros achados de coronavírus em humanos foram em 1937, nomeados no ano de 1965 em decorrência do perfil microscópico, semelhante a uma coroa [...]” (FELDMANN *et al*, 2022, p. 3-4).

O registro dos primeiros casos ocorreu na China, em um mercado de alimentos (*Huanan Seafood Wholesale Market*) na cidade de Wuhan capital da província chinesa de Hubei, provocando sintomas de pneumonia, febre, tosse seca, fadiga e sintomas gastrointestinais. Este mercado foi lacrado pelas autoridades locais em janeiro de 2020 e, ainda em janeiro o vírus disseminou-se para outras províncias e grandes cidades do respectivo país. Posteriormente para outros países orientais e demais países do mundo (VASCONCELOS; DOURADO, 2022).

Com grande taxa de transmissibilidade, logo se espalhou pelo mundo (FELDMANN *et al*, 2022) ou seja, disseminou-se de forma global diante das possibilidades, exigências e necessidades de deslocamento de pessoas, produtos e serviços e, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que a nova doença adquiriu *status* de pandemia (VASCONCELOS; DOURADO, 2022). A qual gerou, provocou e agravou os impactos sociais, econômicos e psicológicos a nível global - para além daqueles que vivenciamos no sistema capitalista vigente - e ainda:

[...] mantém provocando mudanças das mais superficiais às mais radicais e ninguém conhece totalmente os desdobramentos das crises que vêm entrelaçadas na pandemia: sanitária, comportamental, econômica (CONTI, 2020). Vive-se os fenômenos dessas crises com informações incompletas e de maneira inédita, com pouca referência a fenômenos passados semelhantes na escala e desdobramentos atuais. A insegurança e incertezas sobre a crise da pandemia e, suas associadas (IPARDES, 2020, p. 61).

No Brasil, o primeiro caso foi relatado no final de fevereiro de 2020 sendo decretado estado de quarentena desde o dia 07 de fevereiro de 2020, em virtude da Lei n. 13.979/2020, devido à caracterização de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (BRASIL, 2020).

Assim, Estados e Municípios também decretaram emergência em saúde pública e, estabeleceram locais que seriam fechados para evitar aglomerações de pessoas enquanto estratégia para prevenir a disseminação do vírus. Foram emanadas e/ou determinadas orientações para a permanência em casa e o isolamento social, principalmente para determinados grupos (por exemplo, idosos, crianças, gestantes, lactantes, pessoas com comorbidades) que apresentavam maior vulnerabilidade e risco de contrair o vírus (FELDMANN *et al*, 2022).

O Estado do Paraná, através do Decreto 4319 de 23 de março de 2020 declarou estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

Direcionando a discussão para o âmbito da política pública de assistência social esta, juntamente a política de saúde, foi declarada essencial diante do contexto pandêmico. E através da Portaria 337 de 24 de março de 2020 – Ministério da Cidadania reiterou-se que a Assistência Social possui papel fundamental na proteção social e de atendimento à população mais vulnerável, de forma sinérgica ao Sistema Único de Saúde (SUS). Reforçou quanto à garantia e oferta regular dos serviços e programas socioassistenciais voltados à população mais vulnerável e em risco social, promovendo a integração entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2020a).

A Portaria número 100 de 14 de julho de 2020 - Ministério da Cidadania - aprovou recomendações gerais para o funcionamento e oferta dos serviços da rede socioassistencial governamental e não governamental da PPAS, visando assegurar a oferta destes serviços e o atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia (BRASIL, 2020b).

Conforme o disposto na portaria, para além das orientações gerais, cada ente federativo deveria avaliar as recomendações sanitárias locais e as diferentes realidades territoriais e diversidades de arranjos possíveis para responder às demandas apresentadas (BRASIL, 2020b).

[...] a Assistência Social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade constituem serviços públicos e atividades essenciais, o que

inclui as ofertas do âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade do SUAS (BRASIL, 2020b – grifos nossos).

[...] A manutenção destas ofertas no contexto da pandemia exige a adoção de medidas e procedimentos para a reorganização de unidades, dos serviços socioassistenciais, do atendimento e das equipes, a fim de assegurar maior aderência às recomendações sanitárias. Nesse contexto, a continuidade das ações do âmbito da PSB e PSE de Média Complexidade é fundamental para assegurar a proteção das populações em situação de vulnerabilidade e risco social, de modo a mitigar impactos que possam agravar suas condições de vida. Além disso, estas ofertas podem contribuir para apoiar a prevenção da transmissibilidade do novo Coronavírus e o distanciamento social, especialmente no caso de pessoas que integrem os grupos de risco para complicações da COVID-19[3] e que estejam em situação de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2020b – grifos nossos).

Estruturada sobre princípios de defesa e garantia de direitos, de seguranças a serem afiançadas “a quem dela necessitar”, considerada essencial e, diante das necessidades de manter o atendimento à população e observar as recomendações sanitárias incluindo o distanciamento social e o isolamento domiciliar, a PPAS necessitou (re)pensar, (re)inventar, (re)organizar, adaptar e (trans)formar processos de gestão, oferta e execução dos serviços.

Determinados serviços e benefícios foram mantidos, atendimentos e/ou acompanhamentos remotos adotados e, outros foram suspensos como medida de prevenção à transmissibilidade a exemplo trabalhos com grupos, oficinas com famílias, palestras e demais ações em caráter coletivo.

Serviços, programas e benefícios considerados essenciais e/ou emergenciais foram mantidos, tais como a concessão de benefícios eventuais (cestas básicas, auxílio funeral, aluguel social), inclusão e atualização do Cadastro Único, atendimentos e encaminhamentos a política de saúde e sistema de garantia de direitos, atendimento e acompanhamento às situações de violação de direitos, abordagem social às pessoas em situação de rua e encaminhamentos a serviços de acolhimento institucional e/ou familiar.

Considerando que levaremos um tempo que ainda não conseguimos precisar, que de fato nos permita apreender, compreender, mensurar os impactos da pandemia nas escalas local, regional, nacional e global, para além das manifestações do vírus. A pesquisa empírica que realizamos entre os meses de setembro e outubro/2022 nos oportunizou coletar e tabular dados sobre impactos identificados e vivenciados após 02 (dois) anos e 07 (sete) meses da promulgação da Lei n. 13.979/2020, que decretou no País a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Na pesquisa em tela solicitamos aos Grupos A e B que sinalizassem quais estratégias diferenciadas foram adotadas em relação à gestão da PPAS, oferta e execução dos serviços socioassistenciais no contexto da pandemia. E, que elencassem as vulnerabilidades, violações e riscos sociais que se agravaram.

Diante das respostas obtidas, geramos os indicadores que compartilharemos a seguir, listando em ordem decrescente os 10 (dez) percentuais mais significativos para os respectivos grupos.

Quadro 24: Estratégias adotadas nos processos de gestão da PPAS e execução dos serviços no contexto da pandemia SARS COVID-19

Secretários/as	%	Técnico/as e Coordenadores/as	%
Utilização das ferramentas/mídias digitais para manter os vínculos com as famílias atendidas	100%	Reorganização/adequação dos serviços socioassistenciais, programas e projetos em função das medidas de segurança/recomendação sanitárias	100%
Reorganização/adequação dos serviços socioassistenciais, programas e projetos em função das medidas de segurança/recomendação sanitárias	91%	Utilização das ferramentas/mídias digitais para manter os vínculos com as famílias atendidas	92%
Reorganização das equipes técnicas dos equipamentos públicos da PMAS	91%	Elaboração de Plano(s) de Contingência	71%
Elaboração de Plano(s) de Contingência	75%	Definição, em articulação com a gestão local do Programa Bolsa Família e Cadastro de arranjos e adaptações necessárias aos atendimentos relacionados	64%
Definição, em articulação com a gestão local do Programa Bolsa Família e Cadastro de arranjos e adaptações necessárias aos atendimentos relacionados	58%	Reorganização das equipes técnicas dos equipamentos públicos da PMAS	42%
Definição de canais de comunicação, fluxos de articulação e encaminhamentos entre os serviços socioassistenciais, com maior agilidade/ uso de tecnologias remotas	50%	Definição de canais de comunicação, adaptações em fluxos de articulação e encaminhamentos entre os serviços socioassistenciais, com maior agilidade/ uso de tecnologias remotas	42%

Ações articuladas entre o órgão gestor da Assistência Social, da Saúde, outras políticas públicas, Cadastro Único, Sistema de Garantia de Direitos para orientar e possibilitar a integração das ações no cotidiano nos territórios	41%	Ações articuladas entre o órgão gestor da Assistência Social, da Saúde, outras políticas públicas, Cadastro Único, Sistema de Garantia de Direitos para orientar e possibilitar a integração das ações no cotidiano nos territórios	42%
Estabelecimento de estratégias articuladas para apoiar a proteção de públicos definidos como prioritários no território	41%	Identificação e caracterização dos equipamentos da PSB e PSE no território e os recursos disponíveis nestes	28%
Apoiar ações intersetoriais em territórios mais vulneráveis, como comunidades e assentamentos, para acesso a recursos que possam contribuir para a proteção destas populações	25%	Mapeamento no território das populações em situação de vulnerabilidade e risco social mais afetadas pela pandemia: considerando, aquelas que integrem grupos de risco	21%
Identificação e caracterização dos equipamentos da PSB e PSE no território e os recursos disponíveis nestes	25%	Apoiar ações intersetoriais em territórios mais vulneráveis, como comunidades e assentamentos, para acesso a recursos que possam contribuir para a proteção destas populações	21%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Em síntese identificamos no quadro 24 que os serviços, equipamentos, fluxos foram reorganizados e adaptados para a realização dos atendimentos necessários. Com percentual significativo para ambos os grupos, observa-se a utilização de ferramentas e mídias digitais com o objetivo de que os vínculos com as famílias não fossem rompidos ou suspensos os atendimentos e encaminhamentos, visto que as visitas domiciliares eram indicadas somente em situações emergenciais.

Porém o indicador apoio às ações intersetoriais no território foi mencionado por 25% (Grupo A) e 21% (Grupo B) e, o mapeamento no território das populações em situação de vulnerabilidade e risco social foi mencionado somente pelo Grupo B (21%).

Esses indicadores demonstram fragilidades nos processos de gestão e execução embora não tenhamos a pretensão de ampliarmos especificamente este tópico e partindo do entendimento de que seria necessário identificar os recursos que foram disponibilizados/ou

não para a realização do mapeamento e das dificuldades/fragilidades vivenciadas no processo de articulação - concebemos que:

Com base no diagnóstico e no planejamento, o órgão gestor local poderá identificar riscos a serem mitigados, principais impactos e populações afetadas pela pandemia, além das medidas necessárias à reorganização das ofertas essenciais e continuidade do atendimento à população no contexto de pandemia em condições mais seguras para usuários e trabalhadores (BRASIL, 2020b).

As orientações técnicas contidas na Portaria 100/2020 Ministério da Cidadania recomendavam que o órgão gestor local da PPAS subsidiasse a reorganização de suas unidades estatais e das ofertas dos serviços, em condição de segurança para as famílias atendidas e para os trabalhadores que atuavam das unidades públicas, considerando o cenário epidemiológico de cada território (BRASIL, 2020b).

Logo, a elaboração de diagnósticos articulados e construídos juntamente as unidades estatais da PPAS, aos serviços socioassistenciais não governamentais, demais políticas públicas, Sistema de Justiça dentre outros conforme demandas, contribuiria para a identificação e localização dos públicos prioritários para atendimento e encaminhamentos, verificação quanto a disponibilidade ou não dos serviços públicos no território e, diante da não existência àqueles que demandariam implantação em caráter emergencial.

Trabalhos como o do grupo do CEDEPLAR-UFMG de levantamento das respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento do coronavírus [...] explicam que há insuficiência das respostas [...] no combate à pandemia e por isso, as políticas de enfrentamento devem ser expandidas e complementadas por outras políticas [...] considera-se muito importante a intersectorialidade e o relacionamento entre a política de saúde e de assistência social na linha de frente [...] (IPARDES, 2020, p. 31-32).

Uma nota que mescla tristeza e revolta desta pesquisadora: “Insuficiência nas respostas do Governo Brasileiro” que levou à morte de **704.159 (setecentos e quatro mil e cento e nove brasileiros)**, conforme consulta realizada em 07 de julho de 2023, no site oficial do Ministério da Saúde <https://covid.saude.gov.br> no qual constavam os seguintes dados: casos confirmados 37.682.660 (trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e sessenta), óbitos 704.159 e mortalidade/100 mil habitantes 335,1 (BRASIL, 2023). Citando BIRMAN (2020, p. 14) “[...] uma catástrofe humanitária em pauta, ao vivo e a cores [...] a pandemia em seu curso trágico pelo mundo, isto é, mortífero, amargo, inesperado, sempre flagelante e acelerado [...]”.

Embora a pandemia COVID-19 espalhou-se de forma escalar (do local ao global) e conforme Souza (2020) gerou diferentes impactos nas classes sociais é, sobretudo nos grupos e comunidades mais pauperizados que os impactos são mais graves. Sendo necessário refletir sobre esta gravidade e de que forma as PPs podem e devem garantir proteção social a estes sujeitos que vivem “[...] especialmente nos países de capitalismo dependente, com baixo acesso à água tratada, saneamento e estrutura de renda que permita adotar medidas de prevenção” (SOUZA, 2020, p. 2476).

Ou ainda, “[...] nem todos têm as mesmas possibilidades de acesso às condições sociais para atender as normas, uma vez que nem todos dispõem de dispositivos sanitários de acordo com diferentes situações concretas de existência social, econômica e habitacional [...]” (BIRMANN, 2020, p. 96).

A pesquisadora Aldaíza Sposati (2020) de forma sensível e com profundo conhecimento descreve que:

O vírus, se em princípio contamina a todos humanos, sem distinguir classe ou escrúpulos com a diversidade, no caso brasileiro, e o dos assentados ao sul do Equador, é convidado, pela fragilidade de barreiras como o isolamento e o distanciamento social, a propagar-se com maior facilidade entre os segmentos da população a quem é negada condições dignas de vida, direitos de cidadania, atenção pública condizente com suas necessidades (SPOSATI, 2020, p. 46).

Face a estas constatações evidenciamos o quadro 25, que demonstra as vulnerabilidades, violações de direitos e riscos sociais que se agravaram nos territórios, conforme descrito pelos Grupos A e B. Os percentuais referem-se ao quantitativo de participantes que mencionaram a respectiva vulnerabilidade/risco social e violação de direito.

Quadro 25: Vulnerabilidades, violações de direitos e riscos sociais agravados pela pandemia SARS COVID-19

Secretários/as	%	Técnico/as e Coordenadores/as	%
Aumento das situações de violação de direitos	100%	Aumento das situações de violação de direitos	86%
Aumento da demanda de atendimento nos equipamentos públicos da PPAS	100%	Aumento da demanda de atendimento nos equipamentos públicos da política de assistência social	80%
Aumento do desemprego	91%	Aumento ou agravamento de situações relacionadas à saúde mental	73%
Aumento da demanda de atendimento nos equipamentos públicos das demais políticas públicas	91%	Aumento do desemprego	60%

Aumento ou agravamento de situações relacionadas à saúde mental	91%	Insegurança alimentar	60%
Fragilização dos vínculos familiares e comunitários	91%	Aumento da demanda de atendimento nos equipamentos públicos das demais políticas públicas	60%
Aumento do número de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza	91%	Fragilização dos vínculos familiares e comunitários	60%
Fragilização de vínculos com as famílias/usuários atendidos pela política pública de assistência social	83%	Fragilização de vínculos com as famílias/usuários atendidos pela política pública de assistência social	53%
Insegurança alimentar	75%	Fragilizou no sentido de ver a política de assistência social com caráter de doação e não de garantia de direitos	06%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

A crise potencializada pela pandemia é possível ser visualizada nas áreas da educação, na saúde, na assistência social, sobretudo agravada como pontuamos inicialmente no e pelo sistema econômico vigente. São muitas as dificuldades e desafios a serem enfrentados, os quais tornam-se ainda mais complexos e graves para as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Questão reiterada por Koga (2021):

Para além das estatísticas que expressam significativos aumentos nas taxas de violência, seja no ambiente privado e doméstico, seja no espaço público, o que pode ser evidenciado é que o grau de sofrimento das populações consideradas mais precarizadas do ponto de vista socioeconômico tornou-se mais intensificado com o advento da pandemia, tendo em vista que também se configuram como as populações mais vulneráveis à contaminação do vírus, e à violência em tempos de isolamento social (KOGA, 2021, p. 22).

Também ficou evidente que o sofrimento devido às situações de violência vivenciadas pelas populações mais pobres em tempos de pandemia acentuou-se em determinados ciclos etários mais vulneráveis (idosos e crianças), além de incidir pelo gênero de suas vítimas (violência contra a mulher), só reforçando as trajetórias de discriminação e violência já conhecidos.

Identificamos que a violação de direitos foi à questão que obteve o maior percentual nos 02 (dois) Grupos (A e B). Também foi mencionado o desemprego, a fragilização dos vínculos familiares e comunitários e dos vínculos das famílias com as unidades públicas da PPAS, o aumento da pobreza, a insegurança alimentar.

Questões estas também atreladas ao aumento da demanda de atendimento para a PPAS, no que se refere à concessão de benefícios eventuais, atualização de dados ou inserção das famílias no Cadastro Único para acesso aos programas de transferência de renda federal e estadual e, atendimentos no âmbito da proteção social especial diante de violações de direitos.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao aumento e/ou agravamento das questões atreladas à saúde mental. Todas estas questões caracterizadas enquanto vulnerabilidades, riscos e violação devem ser identificados, compreendidos e analisados na perspectiva da totalidade tendo enquanto um dos eixos basilares o território multidimensional, pois estas se constituíram e se concretizaram nos territórios em perspectiva escalar.

Joel Birman (2020) em seu livro sob o título “O trauma na pandemia do coronavírus suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas” problematiza a pandemia COVID-19 e destaca estas dimensões, discute-as em caráter interdisciplinar, marcado pela especificidade e complexidade e sua efetiva multidimensionalidade.

Pontua neste contexto pandêmico a questão do desemprego, da precarização do trabalho, a evidência da fome de forma flagrante, o empobrecimento e a miserabilidade, a suspensão do auxílio emergencial pelo governo brasileiro (BIRMAN, 2020). E ao abordar os efeitos correlatos da pandemia e pós-pandemia (de fato podemos citar pós-pandemia?) discute sobre a questão da saúde mental, no que diz respeito, aos efeitos psíquicos da pandemia pelo estresse amplo.

Embora o autor pontue que na contemporaneidade o estresse e a depressão encontram-se em escala global/mundial e não apenas pelo isolamento social e físico a que estamos submetidos, mas pelos efeitos sociais, culturais, econômicos, sanitários que vivenciamos neste tempo histórico que geram um efeito psíquico devastador (BIRMAN, 2020).

E, que não estão descolados, ou melhor, são gerados no sistema econômico vigente, “[...] é fato que é o capitalismo que, historicamente, gera a desigualdade social e o desemprego, sendo elementos que lhes são estruturais [...] é seu próprio *modus operandis* [...]” (SOUZA, 2020, p. 2476).

Através da pesquisa empírica detectamos as vulnerabilidades e riscos sociais vivenciadas pelos participantes do Grupo C, o contexto pandêmico causou (e ainda causa) significativas mudanças para estes, suas famílias e as comunidades. Também observamos a partir das respostas registros de dor e sofrimento, bem como demais vulnerabilidades e dificuldades que persistem, pois ainda convivemos com a contaminação e as sequelas do COVID-19.

Através do questionário perguntamos o que teria mudado na vida das famílias ou as dificuldades que enfrentaram diante da pandemia do COVID-19 e, as manifestações versaram sobre as questões que constam na tabela 10. As respostas obtidas nos questionários foram agregadas demonstramos os 10 (dez) maiores percentuais.

Tabela 10: Dificuldades/mudanças vivenciadas pelas Famílias no contexto pandêmico

Aspectos mencionados pelas famílias	Percentual
Isolamento social	29%
Falecimento amigo e/ou familiares/luto	12%
Restrição/suspensão convívio familiar e/ou comunitário	10%
Diminuição/inexistência de renda	09%
Medo	08%
Aumento dos preços	06%
Sintomas após contaminação da Covid e/ou sequelas	06%
A inexistência ou fragilização vínculos/convivência familiar e comunitária	05%
Não poder sair de casa	04%
Tudo	04%

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023

Complementamos transcrevendo alguns registros que expressam os sentimentos/vivências das famílias:

Quadro 26: Registros das famílias em relação às vivências diante da pandemia do SARS COVID - 19

Grupo	Registro	Vivência
C - 38	Mudou muita coisa com o fechamento das escolas eu não sabia ajuda nas tarefas e também dificuldade para ir no comércio	Dificuldades diante do fechamento de serviços públicos e comércio
C - 35	Contaminação afetou a minha memória, o isolamento foi difícil, muita solidão, ter que evitar amigos e parentes (preconceito também), afetou a renda, fechamento das escolas (crianças entediadas)	Saúde mental/fechamento de serviços públicos/diminuição de renda

	mudança na rotina	
C - 32	Tirou a gente da roda de chimarrão	Isolamento social
C - 66	Medo, medo pela comunidade e pela família	Saúde mental
C - 74	Luto pela família e amigos afetou a gente para sair não tinha os grupos	Luto
C - 77	Afetou minha memória	Sequelas da contaminação pelo vírus
C - 12	foi um período difícil, perdi minha cunhada, o isolamento social ficar longe dos familiares e não poder me despedir da minha cunhada	Luto/isolamento social
C - 99	Quase nem saímos de casa as coisas mudaram tudo	Isolamento social
C - 90	Perdi minha mãe	Luto
C - 87	Fragilidade na saúde, mudou minha maneira de ver a vida	Sequelas da contaminação pelo vírus
C - 85	Mudou muito perdi minha mãe foi muito difícil foram 15 dias isolados e minha mãe sofreu muito minha família todos sofreram	Luto/isolamento social
C - 34	Sou autônomo fiquei sem renda	Impacto socioeconômico diante da redução ou inexistência de renda

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023

Considerando que nosso escopo de análise centra-se na PPAS e, que nos reportamos às famílias que já encontravam-se em situações de vulnerabilidade e risco social, ocorreu o agravamento destas questões potencializadas diante do grave cenário da pandemia.

A questão referente ao isolamento social obteve o maior percentual seguido da vivência do luto. Nesse sentido reiteramos que estas questões merecem ser consideradas pois impactaram diretamente às famílias, sobretudo àquelas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza (BRASIL, 2020b).

- As normas sanitárias voltadas à prevenção e controle da disseminação do vírus recomendando a permanência prolongada em ambiente doméstico, a suspensão das atividades escolares, esportivas e de lazer.

- As dificuldades de acesso à renda, devido ao desemprego, a suspensão do trabalho autônomo, informal ou sazonal, a insegurança alimentar;
- A indisponibilidade/restrições de atendimento em relação a determinados serviços públicos;
- A precariedade/insalubridade das habitações e da localização destas em territórios degradados; as populações que vivem em situação de rua;
- O não acesso ou acesso precário em relação aos itens de higiene e limpeza e equipamentos de proteção individual;
- A restrição do convívio social e da convivência familiar e comunitária;
- As tensões, stress, violência intrafamiliar;
- A sobrecarga dos cuidadores em relação ao isolamento domiciliar, à hospitalização e/ou cuidados dos membros da família devido à contaminação ou sequelas desta;
- A (con)vivência com os de medo, ansiedade, angústia e solidão se intensificaram afetando ou agravando questões de saúde mental;

Na pesquisa que realizamos, agregamos estas questões com o recorte territorial, composto por municípios de pequeno porte, com estrutura restrita e ou básica em relação à oferta dos serviços públicos, baseados economicamente na agropecuária e agricultura. Com inexistência e/ou fragilidade de determinados serviços na área de saúde. Citamos que dos 15 municípios participantes da pesquisa, somente 01 possui Centro de Atenção Psicossocial – (CAPS), fragilidades no trabalho intersetorial.

Logo estas questões alcançam outros níveis de complexidade, portanto os atendimentos, encaminhamentos e estratégias de ação devem ser concretizados mediante o aporte de recursos dos entes federativos e o fortalecimento e aprimoramento das PPs na perspectiva do trabalho intersetorial.

Neste sentido, ao procedermos à leitura e reflexão sobre as questões mencionadas pelas famílias identificamos a necessidade e importância, no mínimo e essencialmente, da atuação conjunta e integrada no âmbito de 04 (quatro) políticas públicas: Assistência Social, Educação, Saúde e Trabalho/Renda na oferta e execução de serviços, programas e benefícios que venham ao encontro destas demandas, intervindo:

[...] qualitativamente nesses contextos, com suportes e apoios que possam contribuir para a proteção e prevenir situações de risco social, seus agravamentos e reincidências. Assim, é importante adotar estratégias de identificação destas situações e oferecer suportes e apoios para amenizar seus impactos nas condições de vida, saúde, sobrevivência e relacionamentos da família, com provisões como acesso a alimentos, benefícios, renda,

acompanhamento pelos serviços [...] encaminhamentos, dentre outras (BRASIL, 2020b, p. 20).

Ressaltamos quanto ao direito de acesso ao trabalho e renda individual e familiar, que deve ser assegurado pelos entes federativos através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, escolaridade, capacitação profissional/técnica, associativismo e cooperativismo. Voltadas à inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nas áreas urbanas e rurais, considerando as especificidades, diversidades e potencialidades do território em suas multidimensões e escalas.

Sem a pretensão de aprofundarmos esta discussão, consideramos importante e em caráter sugestivo recomendarmos com base nos estudos realizados, nas demandas apresentadas pelas famílias e das especificidades e particularidades dos territórios: a manutenção e aumento do aporte financeiro dos entes federativos em prol de serviços, programas e benefícios voltados às famílias, sendo imprescindível o acesso ao trabalho e renda, assistência social e saúde.

Especialmente àquelas que vivem em situação de vulnerabilidade/risco social e que estas “[...] sintam-se vinculadas aos serviços e tenham suas demandas [...] identificadas e atendidas. Para que isso ocorra, deve-se preservar seu acompanhamento regular, pelas equipes [...] (BRASIL, 2020b, p. 21).

A gestão, oferta e execução de serviços especializados, programas e projetos voltados ao trabalho particularizado e/ou coletivo no que diz respeito ao atendimento das demandas referentes à saúde mental e, as demais doenças e sequelas em decorrência da contaminação pelo vírus. Especificamente à saúde mental entendemos que estas ações poderiam ser realizadas em conjunto assistência social e educação, embora com papéis e atribuições específicas, estas poderão intersetorialmente contribuir de forma significativa.

Identificar no território às famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social e realizar acompanhamento familiar intersetorial, a partir das demandas apresentadas pois:

[...] a complexidade dos problemas enfrentados pela população revela a incapacidade de políticas [...] fragmentadas e isoladas, darem respostas às demandas complexas, multifacetadas e multidimensionais. Por isso, torna-se importante contar com o aporte de diferentes acúmulos setoriais [...] para subsidiar a discussão e elaboração de propostas e intervenções coletivas a fim de [...] promover atenção integral aos cidadãos usuários das políticas [...] (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 132).

Descrevemos esta subseção, direcionados para o objetivo de identificar os impactos da pandemia SARS COVID-19 para a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais, ampliando esta discussão a partir dos dados coletados junto às famílias, as quais registraram as dificuldades enfrentadas (e que ainda enfrentam) no contexto pandêmico.

Cientes de que as reflexões e análises apresentadas estão circunscritas a um determinado contexto histórico, aos limites do espaço-tempo, aos recursos disponíveis para a realização da pesquisa e a escolha de determinados instrumentos teórico- metodológicos que nortearam a coleta e análise de dados. Isto nos reporta a imensidão do conhecimento e a necessidade imprescindível de realizarmos novos estudos e pesquisas sobre esta temática, a qual conforme cita Vasconcelos e Dourado (2022) impôs um tempo em que isolou-se socialmente e rompeu-se com as relações cotidianas.

Esperamos que as considerações aqui tecidas possam contribuir para o fortalecimento, aprimoramento e efetividade dos processos de gestão e execução dos serviços no âmbito das políticas públicas com foco na proteção social.

Adiante na subseção 4.3 apresentamos discussões inerentes às categorias empíricas que emergiram no processo de realização da pesquisa.

4.3 Intersetorialidade, ruralidade e identidade: categorias empíricas que emergiram a partir do processo de coleta e análise dos dados

Nesta subseção discorreremos sobre as categorias empíricas intersectorialidade, ruralidade e identidade as quais emergiram a partir da coleta e análise dos dados. Apreendemos e defendemos que as categorias mencionadas devem ser consideradas no ciclo das políticas públicas, enquanto diretrizes para os processos de gestão e execução.

Pontuamos que em nossa formação acadêmica e atuação profissional, uma das questões sob as quais refletíamos refere-se ao atendimento às famílias que residem nas áreas rurais, como se dá a mobilidade destas no território, como acessam os serviços públicos, como se concretizam as ofertas e execução destes serviços em territórios de difícil acesso (considerando os meios disponíveis (ou não) e as condições destes)?

Ainda qual a cobertura da rede prestadora de serviços públicos em lugares com espalhamento ou dispersão populacional? Conseguimos enquanto políticas públicas garantir proteção social a estas famílias ou estas encontram-se desprotegidas? Pois partimos do pressuposto que:

A relação entre proteção/desproteção social envolve dimensões coletivas e relacionais que partem de condições objetivas e coletivas do lugar onde se vive somadas aos recursos e relações em que se conta [...] o que exige adequada incorporação das características do assentamento populacional nos territórios e interfere no modo de distribuição e acessibilidade ao cidadão nas atenções da política [...] Trata-se de uma acessibilidade que pode atingir várias escalas de distribuição [...] cujo conhecimento é fundamental para estabelecer estratégias (BRASIL, 2015, p. 15)

No decorrer desta pesquisa junto aos municípios de pequeno porte, alguns com vasta extensão territorial rural e percentual significativo de famílias residentes na área rural, nos deparamos com a indisponibilidade de transporte público urbano e rural, diante desta realidade os questionamentos tornaram-se ainda mais pulsantes.

A partir dos dados coletados e da análise destes, os processos de gestão, planejamento, oferta e execução dos serviços socioassistenciais na área rural foram sinalizados pelos Grupos A e B enquanto desafio, dificuldade e fragilidade para a PPAS. Este aspecto, referente à dificuldade de acesso aos serviços públicos também foi pontuado pelo Grupo C.

Neste cenário, elegemos a ruralidade enquanto uma das categorias empíricas considerando o recorte territorial adotado e a caracterização sócio demográfica dos municípios de pequeno porte contemplados.

Quando se discute esta categoria, para além do porte populacional é necessário abranger outros elementos tais como: a heterogeneidade rural, densidade demográfica, a localização geográfica, o clima, o bioma, o perfil da população que reside nas áreas rurais, as atividades econômicas desenvolvidas e as possíveis de desenvolvimento, estes elementos são caracterizados enquanto disparadores de análise (BRASIL, 2015)

Cabe aqui pontuarmos que não concebemos uma visão dicotômica, de oposição entre o rural e o urbano, mas sim dialética compreendo que existe uma conexão entre estes. Nem tão pouco, promulgamos uma visão estereotipada sobre os territórios rurais pautada em um olhar de esvaziamento, atraso e inevitável pobreza (OLIVEIRA, 2018) que “[...] não dialoga com a multiplicidade e diversidade de expressões sociais produzidas no território rural” (KUMMER, 2021, p. 1)

Cientes de que trata-se de uma categoria dinâmica, polissêmica e complexa e, que os apontamentos contidos nesta subseção não tem a pretensão de realizar um levantamento teórico-conceitual sobre a concepção de ruralidade, mas mencionar elementos que a constituem, que vão desde “[...] a existência de uma sociabilidade, de gente, de tradições, de cultura inserida em um território, um modo de vida” (KUMMER, 2021, p. 12), até a presença de aspectos agrários/agropecuários.

Para Kummer (2021) o rural contempla as dinâmicas e sentidos de ocupação e desocupação, que suscitam categorizações atreladas aos movimentos sociais do campo, de seus diversos atores muitas vezes segregados e inviabilizados, de arranjos econômicos e sociais presentes na perspectiva de escalas (local e internacional). Além das dinâmicas das relações sociais e produtivas que se estabelecem nesses contextos.

Nesta pesquisa no que tange a ruralidade corroboramos com as discussões de Kummer (2021) e, agregamos a base conceitual de Araújo (2015) quando esta refere que o rural se constitui como espaço de moradia, de vida econômica, social, política, natural e cultural.

[...] a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural [...] os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (ARAÚJO, 2015, p. 43).

Se atrelarmos à categoria ruralidade, território e equidade entre o rural e o urbano no que se refere à proteção social, consideramos que a equidade deve ser considerada e pleiteada enquanto um direito de todos no sentido do acesso aos serviços públicos/serviços socioassistenciais ofertados pela PPAS. Sendo que estes serviços devem estar articulados com as demais políticas públicas, na perspectiva da completude da proteção social.

Isto significa reconhecer e requerer que:

[...] a organização dos serviços por territórios torne-se possível, a partir de uma boa gestão, construída sob a perspectiva do alcance da universalidade de cobertura das políticas [...] a partir das particularidades e especificidades, bem como do compromisso do poder público com a oferta adequada e acessível dos serviços (BRASIL, 2009, p. 13).

Nessa direção destacamos que é fundamental a realização ou atualização e, aprimoramento do diagnóstico socioterritorial, para que possam para além de identificar o perfil e as demandas das famílias que vivem nas áreas rurais, conhecer e compreender como se dá o acesso destas aos serviços públicos.

E, diante do “não acesso” quais as estratégias de ação e implantação devem ser deliberadas e efetivadas, para a garantia dos direitos e proteção social. Entendendo que o nulo

ou frágil acesso as políticas públicas, pode agravar situações de violação de direitos e, o não rompimento dos ciclos inter geracionais de pobreza.

Isto requer amplo debate entre a gestão federal, estadual e municipal da PPAS e demais políticas públicas, do controle social, das organizações sociais e demais políticas públicas, com a participação da rede não governamental que oferta serviços no âmbito de cada política. Das universidades públicas e privada, dos institutos de fomento e desenvolvimento de pesquisas, demais órgãos e instâncias que atuam nos territórios na oferta de programas, projetos e serviços frente a diversidade de demandas das famílias que vivem nas áreas rurais.

No sentido de ampliar, reforçar, retomar nosso olhar para as áreas rurais e as famílias residentes nessas áreas. Considerando que as estratégias e ações vão desde a construção e/ou ampliação/reforma de espaços já existentes nestas áreas para o atendimento das famílias nas localidades onde residem, na disponibilidade de transporte público compatível com as especificidades e particularidades dos territórios que viabilize o acesso aos serviços públicos localizados na área urbana. Na implantação de equipes volantes no âmbito da PPAS e, com base no território e no diagnóstico socioterritorial constituir e/ou ampliar as unidades públicas estatais e/ou não governamentais para a oferta de serviços socioassistenciais.

Ainda, salientamos quanto à valorização do modo de vida das comunidades rurais, a identificação das potencialidades locais e regionais, articulação com lideranças locais, acolhida e escuta das famílias em relação a suas demandas e possíveis alternativas de encaminhamento e enfrentamento destas. E, que os serviços públicos ofertados possam adaptar-se as demandas das famílias e não o oposto, sendo imprescindível o aporte financeiro dos entes federativos, para que sejam disponibilizados recursos humanos, materiais e estruturais para concretizar estas ações.

Araújo (2015) enfatiza esta discussão ao defender que:

[...] é preciso criar as condições políticas de promoção de alianças territoriais capazes de fortalecer as redes e tecidos sociais de coesão dos territórios rurais, com a participação de um diversificado conjunto de atores sociais. Trata-se de apoiar a constituição de um campo político que dispute a construção de um novo padrão civilizatório para os territórios rurais (ARAÚJO, 2015, p. 52 – grifos nossos).

Esse olhar diferenciado justifica-se pelo fato de que, essas famílias podem encontrar-se “invisíveis” e/ou excluídas socialmente “[...] o que aumenta seu grau de vulnerabilidade, muitas vezes aliado a questões de renda, desigualdades locais, preconceitos, falta de acesso aos serviços básicos [...] dispersão territorial, dificuldades de comunicação (BRASIL, 2022, p. 80).

Pensar a categoria ruralidade é, conforme nos ensina Araújo (2015) trazer elementos que nos auxiliem a pensar as dinâmicas sociais no meio rural, considerando para além da lógica produtiva, a diversidade, a pluralidade e a mobilidade entre o rural e o urbano. Ainda esta pesquisadora, nos apresenta elementos fundamentais para pensarmos a ruralidade e o território rural, em suas múltiplas dimensões, considerando suas potencialidades.

Além de propiciar reflexões, que vêm ao encontro dos questionamos que mencionamos no início da subseção 4.3: O rural é contemplado pelas políticas públicas? Se sim, como ele é atendido? Qual “rural” é atendido pelas políticas públicas? Qual ruralidade as políticas públicas estão contemplando, construindo/promovendo? Quais os desafios vivenciados e a serem enfrentados, para que as políticas públicas contemplem a ruralidade contemporânea? (ARAÚJO, 2015).

Ao abordarmos a categoria ruralidade pretendemos debater e refletir se há uma aproximação das políticas públicas às especificidades, particularidades e demandas do meio rural e, defender que esta categoria deve ser contemplada no “desenho” destas políticas. Desde a formulação, deve estar presente a preocupação com as especificidades da área rural, uma vez que as “[...] interfaces que as políticas públicas [...] mantêm com o meio rural, determinam suas potencialidades e limitações para contemplar em suas ações a diversidade do rural contemporâneo e a multiplicidade de grupos sociais que o compõem (ARAÚJO, 2015, p. 50)

Cientes de que vivemos em um país com vasto território geográfico, com diversidades e especificidades em relação a suas áreas rurais e que as políticas públicas gestadas a nível federal e estadual seguem uma padronização, uma homogeneização- atreladas muitas vezes à limites orçamentários e recursos humanos, materiais e estruturais - e, que nesta direção coloca-se “[...] a necessidade de seguir protocolos de escolhas e metas já definidas nacionalmente[...] (RIZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 98).

E, que poderíamos escalar para o campo da improbabilidade contemplar toda a diversidade e complexidade do território multidimensional brasileiro. No entanto, reiteramos quanto à necessidade de localmente e regionalmente incorporarmos, para além dos discursos, de forma efetiva a ruralidade às políticas públicas, reconhecendo que há especificidades, por exemplo:

Para o trabalhador rural do tipo boia-fria, sua vida se dá entre os dois espaços, mas, em geral, os horários de funcionamento dos serviços públicos da cidade não são compatíveis com seus horários de trabalho. No seu vaie

vem do campo para a cidade, sai quando ainda está tudo fechado e volta quando tudo já fechou (SPOSATI, 2013, p. 12).

Caso não se leve em conta as características cotidianas de trabalho dos que vivem em um dado território, não se vai saber que essa parcela de moradores não encontra, nos serviços públicos, a oferta de horário de funcionamento compatível com suas necessidades. O horário de trabalho dos moradores é uma condição fundamental que deve ser levada em conta na organização dos trabalhos do estado. Caso se preste atenção, pode se verificar a presença de pleitos para serviços públicos que atendam 24 horas. Caso só pense em serviços sociais que funcionem em horários concorrenciais aos horários de trabalho, muitos não terão condições efetivas de frequentá-los (SPOSATI, 2013, p. 12).

É, também sobre isto que estamos falando e que requer um amplo debate entre os entes federativos (municipal, estadual e federal) incluindo gestores municipais, legisladores, institutos de ensino superior, institutos de pesquisa e fomento, movimentos sociais, organizações da sociedade civil (ARAÚJO, 2015) e, a adoção de estratégias de ação intersetorial e coletiva, inserindo ou fortalecendo a categoria ruralidade no âmbito das políticas públicas.

Ao entrelaçarmos o território, políticas públicas e intersetorialidade reiteramos nesta pesquisa a categoria empírica intersetorialidade e agregamos a esta discussão elementos teóricos-conceituais referentes ao trabalho em rede.

Quando nos reportamos à categoria intersetorialidade partimos do entendimento que esta, situa-se enquanto uma das diretrizes para gestão e execução das políticas públicas e possui um viés/caráter estratégico quando compreendemos e defendemos que “[...] a operacionalização isolada das redes de proteção social as torna insuficientes e parcelares nos territórios, com pouca efetividade de proteção territorial [...] que garanta o acesso, acolhida nos serviços” (DINIZ, 2012, p. 13).

Tanto quanto o conceito de ruralidade, o conceito de intersetorialidade no âmbito das políticas públicas é polissêmico e contempla diversas abordagens. A partir das leituras e estudos que realizamos, bem como de nossa vivência profissional na área de políticas públicas, este pode ser concebido enquanto estratégia e/ou diretriz organizativa de gestão, possibilidade de enfrentamento da questão social nos territórios. Como complementariedade entre os setores/áreas de conhecimentos e saberes, como prática de trabalho, princípio e/ou diretriz do trabalho em redes (NASCIMENTO, 2018).

Também concebida sobre a perspectiva de aglutinar, potencializar e propiciar a relação entre diferentes setores de políticas e, de atendimento aos cidadãos em sua integralidade (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017).

Um elemento que perpassa nossa análise refere-se à complexa realidade social que vivenciamos nos territórios, a qual demanda diversas formas de enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais manifestos e latentes que se expressam nas desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais. Compreendendo que as expressões das desigualdades sociais estão vinculadas a causas estruturais que as produzem, as relações antagônicas entre capital e trabalho, concentração de renda e propriedade e ao modo de produção capitalista (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017).

Esta conjuntura envolve também relações desiguais de gênero, raça/etnia e formação local e regional que perpassam a vida dos sujeitos na luta pelo acesso aos bens e serviços. “Donde decorre a intermediação do Estado, consubstanciado nas políticas [...] de caráter público e universal” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 115).

Estes elementos de análise somam-se a premissa que, embora nosso País tenha “[...] historicamente, sua estrutura administrativa e aparelho governamental organizado sob a lógica setorial que se expressa pela especialização do conhecimento e a divisão de competências/funções (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 119) que diz respeito ao formato da organização administrativa, pública e estatal, ressaltamos a importância da gestão, articulação e atuação intersetorial, superando práticas fragmentadas, isoladas e desconexas.

Cada política pública possui seu arcabouço legal e parâmetros de execução setorial, conhecimentos teóricos e intervenções e atribuições específicas, no entanto a “[...] legislação infraconstitucional trouxe em seus conteúdos, sob diferentes termos [...] a necessária articulação intersetorial como diretriz organizativa da gestão das políticas” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 119).

Importante pontuar que as práticas específicas e setoriais no âmbito de cada política pública são importantes e devem ser consideradas e respeitadas no que tange aos aspectos legais e parâmetros de execução. No entanto o que queremos reiterar considerando também o viés da interdisciplinaridade é: que as questões que se apresentam são complexas, interdependentes e multicausais logo, somente ações setorializadas, desarticuladas, desconexas “[...] são insuficientes para suprir tudo que as famílias necessitam e que correspondem aos direitos garantidos pela Constituição Federal (1988)” (BRASIL, 2022, p. 84), ou que deveriam ser garantidos.

Nosso propósito é enfatizar que há uma dimensão territorial na discussão sobre a intersetorialidade no âmbito das políticas públicas cuja oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios concretiza-se nos territórios (e que estes são multidimensionais). Voltam-se (ou deveriam voltar-se) ao atendimento das demandas diversas

e específicas dos sujeitos que são sujeitos de direitos aos quais buscamos a garantia e efetivação da proteção social, ratificamos o direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas.

Os sujeitos sociais, ou utilizando a terminologia cidadãos/ãs não são fragmentos ou objetos particularizados de cada uma das políticas (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017). Eles “não são da saúde, da educação, da assistência social, da habitação”, são sujeitos plenos de direito que vivem em um determinado território e, que a estes sujeitos devemos garantir o acesso aos bens e serviços públicos de qualidade, atuando na perspectiva de totalidade, reconhecendo que:

[...] as dimensões da vida não podem ser circunscritas no âmbito de uma única política e, nessa direção a articulação intersetorial poderia criar possibilidades para a definição de estratégias conjuntas para o enfrentamento de problemas concretos e complexos que extrapolam os limites das competências de cada um dos setores. Contudo o simples reconhecimento dessa relação não implica necessariamente em uma articulação setorial capaz de dar conta da complexidade social, mas é condição essencial (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 121).

A citação acima nos remete a uma análise “nua e crua” da categoria intersetorialidade no sentido que não podemos concebê-la em uma perspectiva messiânica, genérica ou mágica, pautada em considerações e entendimentos tais como: única e exclusivamente mediante a atuação intersetorial todas as demandas serão atendidas e todas as vulnerabilidades e riscos sociais serão superados e prevenidos. Ou sendo uma diretriz normativa e operacional esta presente em nos processos de gestão e execução ou, que todos os gestores (municipais, estaduais e federais), coordenadores, técnicos e ou executores de políticas públicas buscam atuar no sentido da efetividade e fortalecimento da articulação intersetorial em escalas.

Ou, que a intersetorialidade constituiu-se para todos (gestores e executores de políticas públicas) um valor ético-político no sentido de que busca-se uma atuação conjunta em prol da garantia efetivação e de direitos e de proteção social. Ou afirmando que há disponibilidade e adequação - conforme demandas reais dos territórios - de recursos humanos, financeiros, materiais, estruturais para que a intersetorialidade se concretize em todos os entes federativos e em todo o ciclo de políticas públicas.

Ou ainda, que todos os envolvidos (gestores e executores de políticas públicas) nos processos de gestão e execução entendem a importância da intersetorialidade e envidam esforços e enfrentamentos pra que esta se concretize nas práticas cotidianas nos territórios *locus* de vivência e sobrevivência dos sujeitos sociais. E que, compartilham e produzem

conhecimentos, saberes, experiências, estratégias de ação, atuando de forma cooperada, integrada e articulada, mobilizando recursos e potencialidades locais considerando as fragilidades, mas também as potencialidades dos territórios.

Tumelero (2018) ao tecer considerações sobre esta temática menciona outros aspectos para análise, ao discorrer sobre o aparato governamental que muitas vezes torna-se um empecilho para a intersetorialidade. A pesquisadora refere que este aparato constitui-se em um todo fatiado por conhecimentos, saberes, corporações, hierarquias, interesses político-partidários, sendo que os processos percorrem várias áreas e setores, no entanto as decisões são tomadas no topo.

E uma vez tomadas estas decisões, vêm em efeito “cascata” para os demais níveis, na condição de determinações a serem implantadas e cumpridas localmente/regionalmente e, que muitas vezes “[...] não tem nada a ver com a necessidade das pessoas ou dos grupos populacionais, nas suas necessidades/particularidades sociais territoriais que precisam integradamente condições de desenvolvimento social, de condições ambientais e de infraestrutura” (TUMELERO, 2018, p. 2017)

Com base nas abordagens realizadas, entendemos que para além do alinhamento teórico-conceitual, técnico-operativo e ético-político que envolve a categoria intersetorialidade, cabe identificarmos e refletirmos sobre as fragilidades identificadas nestes processos e que dificulta, fragiliza as práticas articuladas e conjuntas no âmbito das políticas públicas localmente, regionalmente e, nas demais escalas.

Pactuamos com o posicionamento e defendemos que as experiências intersetoriais na gestão das políticas públicas “[...] não resolvem os problemas estruturais de natureza econômica da sociedade, mas possibilitam evidenciar projetos políticos inclusivos e situados num campo de defesa de direitos (TUMELERO, 2018, p. 228).

Imprescindível elencarmos os desafios que se impõem para os processos de gestão e execução no âmbito das PPs e também as estratégias de ação a serem adotadas, ou seja quais os dilemas da gestão intersetorial e as saídas possíveis (TUMELERO, 2018) sendo o ponto focal nesta pesquisa o território multidimensional, as especificidades e diversidades dos municípios de pequeno porte.

Cabe aqui salientar que não devemos nos esquecer da dimensão política e do poder que permeiam a categoria intersetorialidade conforme nos alerta Rizzotti, Cordeiro e Pastor (2017), quando as pesquisadoras pontuam que:

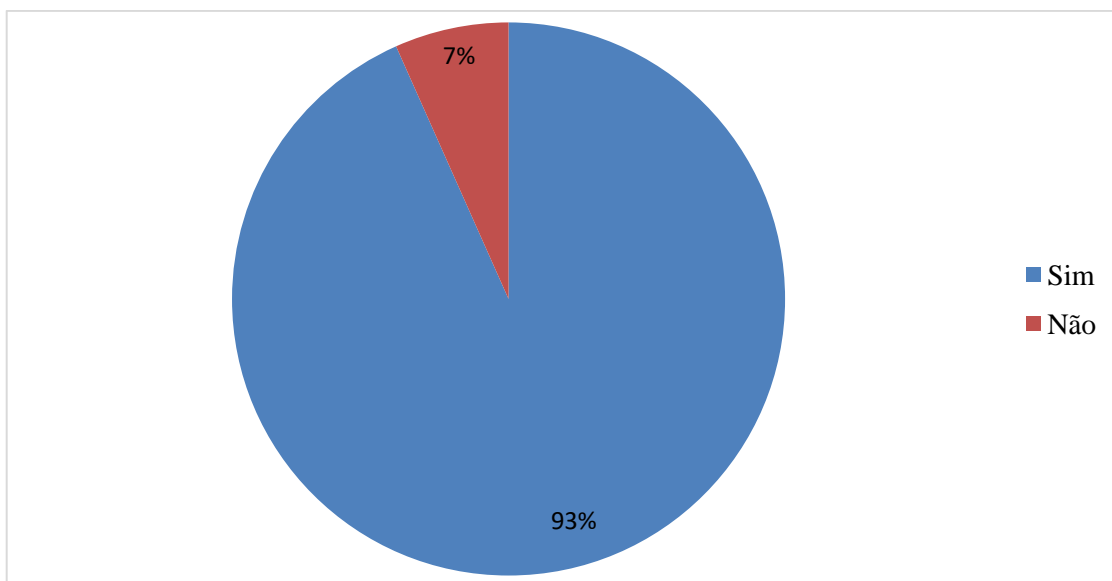
[...] a intersectorialidade não depende somente da “boa vontade” e do perfil dos trabalhadores que estão na execução das políticas, especialmente no âmbito dos territórios e, da definição de fluxos e procedimentos técnicos processuais. Sua incorporação deve ser assumida no âmbito da gestão [...] implica intencionalidades, conflitos de interesses, resistências, diferentes percepções e linguagens, disputas de projetos [...] Para além de uma estratégia técnica [...] possui uma dimensão política, podendo atender interesses antagônicos, ou seja, ser utilizada em uma perspectiva de democratização de direitos ou de racionalização de custos, na direção de um Estado mínimo (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 124).

Em síntese apreendemos a partir dos estudos realizados, da formação acadêmica e da vivência profissional da pesquisadora que a intersectorialidade no âmbito das PPs compreende as dimensões da gestão e execução, na perspectiva da complementariedade das ações específicas e setoriais, na integralidade no atendimento da população sem desconsiderar a singularidade. E que prescinde de marcos legais e recursos para sua constituição, fortalecimento e aprimoramento considerando que a realidade social é dinâmica e contraditória. Sempre iremos nos deparar com transformações e novas conjunturas econômicas, sociais, políticas, históricas, naturais, culturais, que impactarão nos territórios e nas relações sociais.

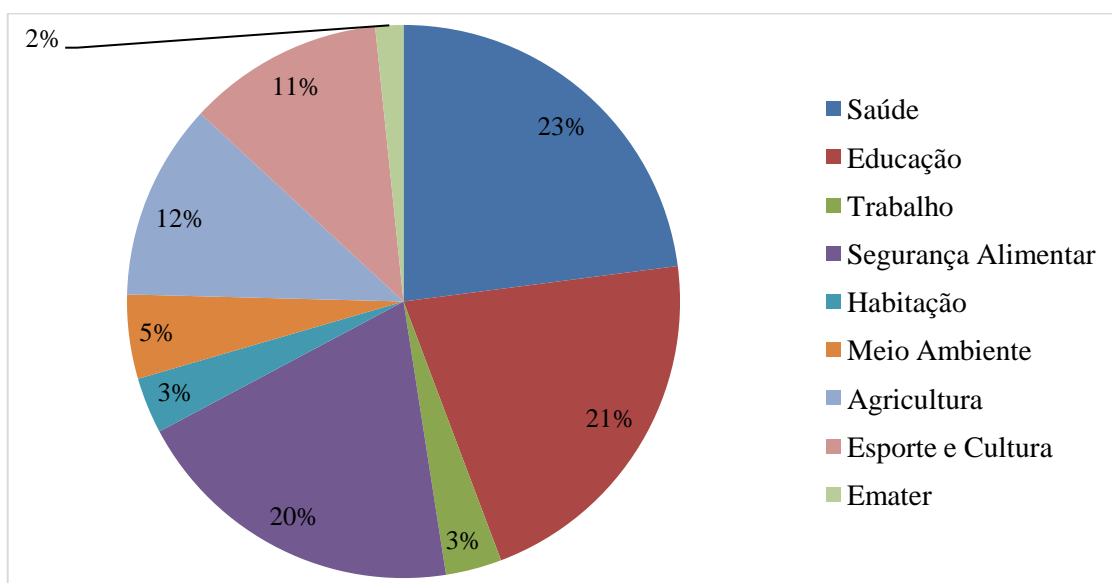
Porém, entendemos que a categoria intersectorialidade deveria perpassar todo o ciclo das PPs, desde a sua formulação até a avaliação, considerando a mobilização, a importância, necessidade e direito da participação da sociedade civil (aqui englobando as organizações não governamentais e os usuários (sujeitos) e suas organizações e movimentos representativos) nos processos.

[...] a participação da sociedade[...] não diz respeito a “cooperação” na produção de serviços [...] em um processo de desresponsabilização do Estado. Trata-se da participação dos usuários nas discussões e decisões do ponto de vista do controle social [...] considerando a qualidade e efetividade dos serviços ofertados pelas políticas (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 124).

Exposto isto, suscitou-nos na pesquisa em tela identificar a oferta e execução dos serviços socioassistenciais na perspectiva da articulação intersectorial com as demais políticas públicas. Assim, constamos no questionário aplicado ao Grupo B, se no entendimento destes s havia articulação intersectorial e, as respostas podemos observar no gráfico a seguir:

Figura 14: Há articulação intersetorial da PPAS com as demais políticas públicas nos territórios

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Figura 15: Quais Políticas Públicas atuam de forma articulada nos territórios

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora. Org. Paim, E. da S, 2023.

Na PPAS, a dimensão intersetorial se faz presente no marco conceitual, legal e operativo, na perspectiva da integralidade do atendimento, da garantia de direitos e do rompimento com ações parciais, incompletas e descontínuas. Os serviços, programas, projetos e benefícios são executados e ofertados através das unidades estatais públicas e da rede socioassistencial não governamental, bem como através da articulação intersetorial e do encaminhamento de demandas pertencem ao escopo da referida política, às demais políticas públicas, sistema de garantia de direitos e sistema de justiça.

Responder às demandas apresentadas pelos cidadãos é atribuição das políticas públicas, como a assistência social, que se concretiza por meio das provisões [...] Estas, embora alcancem diferentes dimensões das necessidades humanas [...] são insuficientes para suprir tudo que as famílias necessitam [...] embora assistência social tenha um escopo de atuação na oferta da proteção social, não é capaz de responder a todas as suas demandas. Deve atuar em conjunto com as demais políticas públicas (BRASIL, 2022, p. 84).

Em relação ao disposto na citação acima, discordamos em relação ao descritivo que a política da assistência “não é capaz de responder a todas as suas demandas”, não se trata de uma questão de capacidade e sim de atribuição e/ou responsabilidades específicas no âmbito de cada política pública. Aqui reiteramos o disposto na Resolução 40 de 16 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social, que coloca enquanto meta a efetivação da intersetorialidade das políticas públicas e, o direito à proteção social por meio da intersetorialidade:

Efetivar a intersetorialidade das políticas públicas com o objetivo de assegurar o acesso dos usuários da assistência social a serviços nas áreas de saúde, educação, esporte lazer, agricultura, pesca e extrativismo, habitação, segurança pública, trabalho e renda, inclusive a políticas voltadas para as questões de gênero, raça/etnia, geracionais, regionais, para pessoas com deficiência, dependentes de substâncias psicoativas, portadores de patologias crônicas e pessoas em situação de rua (BRASIL, 2006, p. 7).

Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2006, p. 9).

Considerando as respostas constantes nos gráficos 14 e 15, foi mencionado por 93% dos participantes do Grupo B que há articulação da PPAS com as demais políticas públicas, com maior percentual em relação às políticas de saúde, educação e segurança alimentar. Um indicador, que nos preocupou refere-se ao baixo percentual de articulação com a política do trabalho, apenas 3%. Se identificamos que estes territórios são considerados de baixo desempenho em relação à dimensão trabalho e renda, que o desemprego/falta de oportunidades de emprego foi citado pelos 03 grupos participantes da pesquisa enquanto vulnerabilidade e risco social.

O indicador acima no mínimo nos causa estranhamento e gera questionamentos: a política do trabalho e geração de renda existe de forma concreta e efetiva nos territórios, ou não? Ou esta é inexistente ou frágil e não atende as reais demandas dos sujeitos nos territórios com suas especificidades locais e regionais? Ou estes territórios são marcados por iniciativas e/ou projetos sazonais e descontínuos em relação ao trabalho e geração de renda? Como vem sendo desenvolvida e ofertada (ou não) a política pública do trabalho, emprego e geração de renda pelos entes federativos?

E, embora os participantes tenham mencionado que há articulação entre as PPs, identificamos a partir de registros nos questionários fragilidades tais como:

Não há compreensão [...] a rede socioassistencial reporta a obrigação somente para os assistentes sociais, esse tema deveria ser tratado com toda a rede [...] mostrando que é de responsabilidade do município (Grupo B – 07).

Dificuldades da articulação com a rede governamental e não governamental [...] (Grupo B – 06).

Até é conversado na reunião de rede, mas a responsabilidade é reportada para a política de assistência social, todo o início para a realização das ações é transferida para os assistentes sociais, sendo que é um trabalho conjunto de toda a rede. É alegado que todos tem muito trabalho, que o tempo é escasso (Grupo B – 07).

Observa-se que na concretude do trabalho intersetorial a PPAS fica “[...] com a responsabilidade de dinamizar e movimentar ações integrativas e intersetoriais o que dimensiona aos trabalhadores que as demais políticas públicas não se corresponsabilizam, ou não têm interesse no diálogo e nas intervenções conjuntas inerentes ao trabalho social territorial (DINIZ, 2012, p. 12).

Caberiam novos estudos e pesquisas para avaliar como se dá esta articulação intersetorial, quais as fragilidades e potencialidades identificadas e as possibilidades de fortalecimento e aprimoramento destas nos territórios lócus da pesquisa em tela.

Contemplando através desta pesquisa outra concepção, qual seria, território protetivo o qual relaciona-se à “[...] leitura do território como aspecto que se insere de forma fundamental na luta por direitos e igualdade social [...] além de reconhecer a heterogeneidade e as diferentes dinâmicas territoriais [...]” (BRASIL, 2022, p. 87). Aqui pontuamos que, nem sempre os territórios são protetivos ou constituem-se em *lócus* de proteção, muitas vezes geram e/ou potencializam a exclusão, marginalização e segregação.

Em continuidade, outra dimensão da intersetorialidade é que esta pode ser apreendida como trabalho em/com redes. O que nos remete ao desenvolvimento/realização de ações conjuntas, principalmente em escalas locais que visam atender - no que se refere às PPS - as famílias diante de situações de vulnerabilidade, riscos sociais e violações de direitos. Estas redes devem trabalhar não apenas diante da situação instalada, da violação ocorrida, do vínculo familiar e/ou comunitário rompido, mas na lógica da prevenção e pro atividade, mediante conexões e “[...] relações horizontais, construindo ações complementares e integradas” (TUMELERO, 2018, p. 219). Construir relações intersetoriais e o trabalho em rede:

[...] exige a superação da perspectiva abstrata da direção intersetorial, de modo a caminhar para suas condições objetivas e reais. A perspectiva setorial, com base no real, exige que se conheça, por exemplo, a abrangência de cada escola, creche e serviços de saúde, no território. É preciso um investimento em articulação das dinâmicas e das abrangências dos serviços para que se possa desenvolver um processo de relações que desencadeie: uma pactuação a partir do conhecimento das demandas [...] um estímulo à possibilidade de gestão participativa (SPOSATI, 2013, p. 15-16).

Instigantes discussões teórico-conceituais e operativas permeiam esta temática, no entanto considerando o objetivo geral desta pesquisa, não faremos uma discussão aprofundada sobre o trabalho em/com redes, mas conexões entre estas e as PPs. A finalidade é apontá-lo enquanto uma das dimensões da intersetorialidade e que se faz presente nas formas de gestão, estratégias e metodologias de ação.

Bem como no escopo de atuação de determinados serviços ofertados/executados através PPs nos territórios com base em uma leitura socioterritorial e, não somente de discussão, pactuação e encaminhamento de “casos” as políticas setoriais, sistema de justiça e sistema de garantia de direitos.

Braga (2010) cita que o conceito de rede não é atual que teria vindo da química, na passagem do século XVIII para o XIX a partir do momento que houve uma revolução nos meios de transporte e comunicação, intercâmbio entre os lugares e integração global do setor financeiro. No século XIX este conceito passou a ser utilizado com mais frequência, sendo que se intensificou.

Para o autor a rede implica fluxos, conectividade, como se fosse um:

[...] conjunto de nós interconectados [...] as redes não estão relacionadas somente a fluxos e conexões. Para que haja fluxos, são necessários fixos, afinal, os fluxos possuem origem e destino. Nesta dinâmica, os fixos são

constantemente refuncionalizados. Tais termos são complementares e interdependentes [...] A rede, ao promover relações, intercâmbios, alterando ou podendo alterar determinada situação, também muda. Toda rede é mutável (BRAGA, 2020, p. 28).

Sob outra perspectiva e que também contribui para as análises, refere-se ao fato de que ao citarmos a obra *Por uma Geografia do Poder*, Claude Raffestin (1993) aborda as redes e o poder, referindo-se as redes de circulação e comunicação, sendo estas complementares e móveis no quadro espaço-temporal. Permeia esta discussão com a categoria poder e controle e define que a rede aparece:

[...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo se moldar para melhor reter. A rede é móvel, inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo. A rede [...] faz e desfaz [...] tanto libera quanto aprisiona. É porquê de ela ser o instrumento por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Complementa esta discussão pontuando que as redes surgem de uma:

[...] leitura ideológica em vários níveis: enquanto são traçadas, enquanto são construídas ou se, preferirmos consumidas. Desenho, construção e utilização de uma rede dependem dos meios à disposição [...] dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos, assim como dos objetivos dos atores que geram e controlam os pontos da rede [...] é conveniente decifrar as redes por meio de sua história e do território no qual estão instaladas (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Na pesquisa que apresentamos, propomos novos estudos para aprofundarmos os conhecimentos do trabalho em redes nos valendo de concepções sobre o viés da interdisciplinaridade considerando também a categoria poder, não na perspectiva do controle, da centralização e da submissão de uns sob a dominação de outros, mas o conceito de rede enquanto instrumento/diretriz de gestão e suporte para a execução, com corresponsabilidade setorial e intersetorial em um trabalho articulado.

Uma vez que a rede pode constituir-se em espaço de compartilhamento, de compreensão da complexa realidade vivenciada pelos sujeitos sem “retirar” do Estado aquilo que lhe é dever e responsabilidade, de pactuação entre os diversos atores sociais setores diferentes e específicos em sua natureza, mas identificados em seu propósito comum em favor da ampliação da qualidade dos serviços prestados. O convite é olharmos para o trabalho em rede como um:

[...] trabalho horizontal, ou seja, que constitui se em um processo que estimula a descentralização do poder. O processo decisório envolve os múltiplos participantes e está pautado em negociação. A comunicação deve ser intensa e chegar formalmente a todos, o que pressupõe discussão, participação, disponibilidade de escuta e de partilha de conhecimento (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR apud LONDRINA 2016b, 2017, p. 133).

A propósito desta discussão gostaríamos de agregar mais um elemento que ao nosso entendimento contribuiria para o aprimoramento e fortalecimento do trabalho em rede, na perspectiva da complementariedade, defesa e garantia de direitos e proteção social. Este elemento refere-se ao conceito ou a categoria rede de poder socioterritorial, para além da dimensão trabalho em rede constituído no âmbito das políticas públicas.

Esta perspectiva nos permite dialogar que o trabalho em rede, poderia para além da complementariedade das políticas públicas no atendimento as demandas presentes em um determinado território, ser ampliado e fortalecido na perspectiva de redes de poder socioterritorial, nas quais buscamos amparo teórico-conceitual nos pesquisadores Dallabrida e Becker (2003, p. 74), que definem o termo rede como relações de “[...] os grupos sociais, situados historicamente num determinado território, estabelecem, para atingirem objetivos comuns, com vistas ao desenvolvimento”.

Para estes pesquisadores as relações de poder se efetivam pela participação e atuação dos diversos atores/agentes nos territórios, como sujeitos do processo, porque o território:

[...] é o resultado de uma construção social e política, no qual os atores individuais e políticos trocam recursos de poder e articulam interesses, formando uma estrutura de oportunidades distintas, na qual a proximidade territorial pode ser uma potencialidade e um elemento estratégico relevante para a elaboração e implementação de políticas públicas [...] as redes de poder [...] referindo-se a todas as formas de ação articulada (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 74).

Diante da complexidade e do desafio que o tema intersectorialidade e trabalho em rede contemplam, buscamos aproximações conceituais sem a pretensão de esgotar a temática, mas defender, dentro de uma abordagem territorial atrelada ao campo das PPs com foco na PPAS, a possibilidade de construirmos e fortalecermos as práticas de gestão e execução.

Cientes que as lutas, desafios, demandas, fragilidades e necessidades que vivenciamos /enfrentamos localmente e regionalmente devem ser escaladas, direcionadas para instâncias e estruturas de poder macrorregional, estadual e federal (estatal, controle social, órgãos de controle, sistema de justiça, sistema de garantia de direitos). Visando ofertar nos territórios

uma rede de proteção social integrada com atuação contínua das políticas públicas, órgãos públicos, instâncias de ensino superior, de pesquisa e fomento e segmentos da sociedade civil (BRASIL, 2022).

Em relação às categorias empíricas, abordamos inicialmente a ruralidade e a intersectorialidade, com base nos achados da pesquisa elencamos a categoria identidade que revelou-se uma importante diretriz de análise com foco nas PPs. É fundamental para o entendimento das relações que se estabelecem entre as famílias e os serviços públicos, expressão concreta das PPs nos territórios. Importante refletirmos se e como a categoria identidade presente no território é contemplada/considerada (ou não) no ciclo de políticas públicas.

Esta categoria tem relação direta e está imbricada na abordagem territorial, uma vez que ao partimos da concepção do território multidimensional é indissociável contemplarmos os sujeitos que vivem, sobrevivem e estabelecem relações sociais, sujeitos de direitos aos quais são destinados e ofertados (ou deveriam ser) os serviços públicos localizados nos territórios.

Pois como menciona Diniz (2012) os territórios são espaços socialmente ocupados pelo morar, (sobre) viver, festejar, socializar, lutar, resistir, produzir e reproduzir a vida. Ou ainda para Peráfan e Oliveira (2013) “[...] sempre teremos diversos motivos para lembrar de onde viemos e essa trajetória estará carregada da história, costumes e valores daqueles nossos lugares e daquela nossa gente” (PERÁFAN; OLIVEIRA, 2013, p. 7).

Primeiramente salientamos que existem diversas concepções e estudos no que se refere à categoria identidade - pautada num campo de conhecimentos interdisciplinares - sendo esta interligada/conectada ao e território e vice-versa. E, que não pretendemos apresentar um estudo detalhado sobre a identidade, mas nos aproximar de elementos conceituais que nos auxiliem nas análises desta categoria na interface com o território, na condição de um dos balizadores das políticas públicas.

Destacamos e indicamos os estudos sobre identidade realizados pelo teórico cultural e sociólogo Stuart Hall. Citamos a obra “A identidade cultural na pós-modernidade” (2006) na qual o sociólogo refere que a identidade trata-se de um conceito demasiadamente complexo que está “[...] profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2006, p. 71).

Mendes e Almeida (2007) ao abordarem a problemática da identidade e sua relação com o território mencionam que as relações de pertencimento que envolvem o território inevitavelmente remetem à discussão da identidade. Ao analisarem esta questão a partir dos estudos realizados, evidencia que a identidade seria um processo em movimento, assegurando que a identidade dos sujeitos/grupos sociais guarda uma dimensão territorial. Pois estes só conseguiriam visualizar-se no lugar em que vivem, no qual os elementos da história coletiva e individual se fazem presentes (MENDES; ALMEIDA, 2007).

[...] como fonte de significado e experiência de um povo [...] toda e qualquer identidade é construída, é necessário estar sempre interrogando o como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece, pois é necessário reconhecer que esta construção social inevitavelmente se dá em um contexto marcado por relações de poder (CASTELLS apud MENDES e ALMEIDA, 2007, p. 9)

Aspectos que pudemos identificar através de registros nos questionários aplicados às famílias, demonstrando os laços/vínculos comunitários estabelecidos, a sensação de pertencimento ao lugar e sentimentos que vem a tona ao descrever o território. E, nesse sentido, poderíamos contemplar no ciclo de PPs este aspecto caracterizando-o enquanto um potencial ativo dos municípios de pequeno porte. Partindo do pressuposto que a proximidade entre os sujeitos com foco no fortalecimento dos vínculos, poderia contribuir para o fomento e fortalecimento da participação social.

O que esse lugar tem de bom a amizade [...] conheço todo mundo (Grupo 3 – 75)
 Aqui tem futebol para mulheres, crianças na praça brincando, amizade e convivência da comunidade (Grupo 3 – 36)
 O povo é simples, unido, sossegado (Grupo 3 – 49)
 A comunidade é gente boa (Grupo 3 – 86)
 Aqui eu nasci e criei os meus filhos (Grupo 3 – 71)
 O que é bom a convivência com os vizinhos, família e amigos (Grupo 3 – 12)

Saquet (2019) reporta que:

[...] um dos indicadores mais recomendados, para balizar a projeção do futuro, é a identificação e compreensão, dos distintos níveis de vínculos existentes em cada processo, entre identidade, cultura, sinergia, rede organizativa e território [...] os vínculos significam justamente os diferentes gradientes de enraizamento, proximidade, confiança, pertencimento [...] cooperação [...] todos os elementos e processos centrais na caracterização territorial do desenvolvimento e ao mesmo tempo revelam potentes culturas

e políticas a serem trabalhadas cooperadas, participativas [...] (SAQUET, 2019, p. 27).

Ao retomamos as concepções de Saquet (2007) este pesquisador concebe que o território é produto e condição social, dinâmico, processual, multiescalar, multitemporal, e relacional e, contempla às dimensões econômica, política, social, cultural e natural. O pesquisador elabora a abordagem territorial reconhecendo os sujeitos, os lugares, ligados/unidos pelas relações referindo-se a complexidade das tramas na vida cotidiana.

Complementamos esta discussão, com os estudos de Raffestin (1993) para o qual o território também se caracteriza enquanto um elo de relações sociais entre os indivíduos, tornando-se assim um gerador de identidades. Sendo o território, delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais (VASCONCELOS; DOURADO, 2022, p. 7).

Saquet (2007) ao tratar da identidade territorial, refere que esta se expressa na sensação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial identitária. E a esta abordagem podemos pensar conforme o pesquisador nos ensina que, a “[...] identidade é (i)material, histórica, relacional e multiescalar e tem um caráter político (de organização política) enquanto possibilidade de transformação social e de conquista de melhores condições de vida” (SAQUET, 2007, p. 154).

A identidade construída coletivamente pelos sujeitos locais, interagidos entre si e com o *milieu* e significa uma forma para, politicamente, potencializar ações e recursos para o desenvolvimento local [...] mecanismos que podem impulsioná-lo. Território, identidade e territorialidade são compreendidos para além a caracterização e explicação de uma dada situação territorial. Têm um caráter político-administrativo muito forte [...] (SAQUET, 2007, p. 152).

Juntamente a identidade podemos agregar a territorialidade, considerando a articulação existente entre estas. O território tem características objetivas (diríamos materiais) e subjetivas contemplando os aspectos simbólicos, afetivos, relacionais e identitários de onde se vive. A territorialidade é balizada pelas relações sociais expressas no território e, por meio das territorialidades tramam/tecem as identidades territoriais (SOUSA, 2008).

Saquet (2019) conceitua que as territorialidades são as relações sociais que acontecem em cada família, entre as famílias, os indivíduos, a comunidade, entre os diferentes lugares, as classes e grupos sociais e, que é preciso conhecermos estas singularidades para construirmos análises e práticas qualificadas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Se reconhecemos neste estudo uma concepção de território multidimensional enquanto categoria analítica, prática e normativa e, se propomos uma abordagem territorial que contemple as dimensões do território. Bem como a gestão e execução de políticas públicas que executem e ofertem serviços sob a lógica da garantia e defesa de direitos, de acesso aos serviços públicos com foco na proteção social, imprescindível e valor ético-político respeitarmos e valorizarmos as identidades.

Se lutamos pela garantia de efetiva e concreta proteção social e por uma sociedade democrática e justa não somente na dimensão redistributiva da riqueza produzida socialmente, devem reconhecer as identidades e diversidades culturais (IVO, 2012) presentes nos territórios.

Reconhecemos os sujeitos e suas condições objetivas, seus avizinhamentos, sua história, representações, crenças, valores, os laços familiares e comunitários que se estabelecem ou a fragilidade e rompimento destes, o ambiente que identifica como seu, que o reconhece e particulariza. Isto se refere à afirmação da cidadania e do significado de sua existência, de sua heterogeneidade como expressão de sua identidade singular, de sua trajetória de vida no território influenciando e sendo influenciados por este (SPOSATI, 2013).

Ao finalizarmos esta subseção, reiteramos que no âmbito da PPAS (parâmetros normativos, legais e técnicos) destaca-se que o conceito de território abrange as “[...] relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade [...] onde se expressam o sentimento de pertença e identidade [...] (BRASIL, 2009, p. 13).

O que está intrinsecamente ligado às dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas e naturais dos territórios posto isto, ratificamos que a categoria identidade é pertinente e fundamental nas abordagens territoriais em interface com as políticas públicas.

Salientamos que esta pesquisa está inserida em uma conjuntura sócio histórica, marcada por determinantes de espaço-tempo, possui limites, mas acena possibilidades para a realização de novos estudos e pesquisas que ampliem, aprimorem, fortaleçam os debates aqui propostos.

Gostaríamos de registrar algumas indagações que para esta pesquisadora ainda ressoam e, que poderão suscitar e direcionar novos processos: Qual(is) a(s) identidade(s) das famílias atendidas/acompanhadas pelas PPs em municípios de pequeno porte? Como poderíamos propiciar, fortalecer a articulação entre a ruralidade, intersetorialidade e identidade no âmbito das políticas públicas nesses territórios? Como estas 03 (categorias)

podem ser gestadas em prol da defesa e garantia de direitos e concreta/efetiva proteção social nos municípios de pequeno porte?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar uma desproteção social é uma expressão da questão social que materializa desigualdades nas condições de vida e viver dos humanos. Acesso às atenções de proteção social, sobretudo como política pública, coletiva e estatal, em uma sociedade, é marca ética de respeito à dignidade da condição humana, sua antítese é a discriminação social e o preconceito. Proteção social além de significar o acesso como direitos cidadãos a apoios, significa ter reconhecimento social no mundo da justiça social (SPOSATI, 2020, p. 10).

A presente pesquisa versou sobre a categoria território multidimensional com ênfase na Política Pública de Assistência Social (PPAS) e sua intersecção com a gestão e a execução dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica, através do diagnóstico socioterritorial, articulação setorial e intersetorial. No decorrer do percurso teórico-prático buscamos alcançar o objetivo geral, qual seria identificar as concepções de território que permeavam a gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais voltados à Proteção Social, em Municípios de Pequeno Porte I.

Consideramos que escrever e viver esta pesquisa foi um momento ímpar em nossa vida pessoal, profissional e estudantil (considerando que estes processos estão intrinsecamente conectados), pois permitiu-nos romper e/ampiar concepções sobre o território e olhar para esta categoria sob o prisma dos municípios de pequeno porte e, assim como menciona Hall (2006) em um mundo de fronteiras dissolvidas, as velhas certezas têm sido postas em questão.

Tendo enquanto fio condutor os objetivos propostos neste estudo e as questões problemáticas que nos instigaram, sendo estas: a partir do território realiza-se a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios na lógica da proteção social e garantia de direitos? A partir da gestão territorial é possível, aprimorar a oferta dos serviços socioassistenciais em prol da prevenção e superação das vulnerabilidades e riscos sociais, vivenciados pelas famílias acompanhadas pela Política Pública de Assistência Social? Demos início ao nosso processo de aproximação ao tema.

Utilizamos o termo aproximação, porque o conhecimento é sempre aproximativo e não definitivo da realidade, há e sempre haverá infinitas possibilidades de explorarmos a mesma temática sobre muitos prismas, perspectivas e olhares.

Procuramos descrever e trabalhar a categoria território multidimensional buscando o princípio da totalidade, historicidade e da dialética, porém com o devido cuidado e

preocupação em não “cairmos na tentação” de nos ampararmos em uma visão messiânica e generalista.

Qual seria, conceber que com base única e exclusivamente no território podemos construir, proporcionar a transformação e emancipação da sociedade da dominação, injustiça, pobreza, discriminação e, superar todas as vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados pelos sujeitos sociais. Ou que, tão somente através da gestão, oferta e execução das PPs nos territórios todas as situações de vulnerabilidades e riscos sociais seriam(serão) eliminadas.

O que buscamos ao longo desse estudo foi apresentar a concepção da categoria analítica e prática – território multidimensional – compreendendo e defendendo a importância do conhecimento e alinhamento deste conceito. Bem como da sua contemplação no âmbito das políticas públicas, em todo o ciclo inerente a estas, enquanto estratégia de gestão para os entes federativos nas instâncias executivas, jurídicas, legislativas em prol da defesa e garantia de direitos e proteção social.

Podendo contribuir para a ruptura de processos de gestão e execução no âmbito das políticas públicas, fragmentados, descontínuos, descolados da realidade e das demandas reais dos sujeitos as particularidades, fragilidades, potencialidades e especificidades dos territórios. Nossa luta, pautada em valores ético-políticos é centrada em processos decisórios, corresponsáveis e práticas democráticas e emancipatórias, na gestão, oferta e execução de políticas públicas mais efetivas, inclusivas, articuladas, globais, igualitárias, equitativas e justas.

Ao olharmos para o território enquanto síntese de dimensões sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais e natural, esta categoria deixa de ser exclusivamente areal/geográfica. Superando também a visão de território atrelado apenas a localização das unidades públicas estatais onde se ofertam e executam políticas públicas, mediatizadas através dos serviços, programas, projetos e benefícios, reduzindo-o a uma instância administrativa de gestão. Desconsiderando suas especificidades, fragilidades e muitas vezes deixando de perceber, identificar e defender suas potencialidades.

Diante do exposto, não podemos prescindir da presença da historicidade territorialidade, ruralidade, das estruturas de poder a partir de escalas, das instâncias de controle social e dos atores sociais, os quais estabelecem relações nos territórios. Isso se torna fundamental e imprescindível para todo o ciclo de PPs.

E, aqui reiteramos de forma crucial e vital que os entes federativos devem “olhar” e disponibilizar recursos (humanos, materiais, financeiros, estruturais) para os municípios considerando para além do porte populacional. Tomando por base diagnósticos

socioterritoriais, estudos e pesquisas através de parcerias com instâncias de ensino e pesquisa, institutos/órgãos de pesquisa e fomento e, com demais organizações governamentais e não governamentais, considerando os dados de bancos oficiais dos entes federativos.

E, no diálogo contínuo com gestores e executores das PPs, com os sujeitos/atores sociais que demandam e utilizam os serviços públicos, associações de moradores e lideranças locais.

A pesquisa em tela oportunizou-se conhecermos e apreendermos sob o viés histórico, a concepção de território na perspectiva da interdisciplinaridade e como este conceito está presente no âmbito das PPs. Por vezes na condição de eixo condutor, basilar, diretriz e/ou apenas enquanto normativa, sem de fato concretizar-se na gestão e execução dos serviços públicos, caracterizando-se enquanto instrumento político-administrativo que define o “lugar” onde são (ou devem) ser disponibilizadas as unidades estatais.

Enfatizamos o caráter múltiplo do território e a importância de se transitar entre sua condição enquanto categoria de análise, categoria da prática e categoria normativa (HAESBAERT, 2018). Salientamos quanto ao reconhecimento da importância estratégica do território na dinâmica transformadora da sociedade (HAESBAERT, 2005).

[...] não apenas como categoria de análise, ferramenta intelectual acionada para compreender a realidade [...] mas também como instrumento político, dispositivo estratégico tanto na afirmação hegemônica de inúmeras políticas públicas quanto na resistência de vários grupos sociais subalternos em suas lutas por território (HAESBAERT, 2018, p. 267).

E, sim ele é espaço de poder, de correlação de forças, de disputas de produção e reprodução do capital, de segregação, de exclusão, de vulnerabilidades e riscos sociais, do abandono, do “esgoto a céu aberto”, da indisponibilidade do transporte público, dos interesses e disputas econômicas e políticas, de violações de direitos, de “[...] jogos de poder e conflitos, polarizando grupos de defesa de interesses públicos de largo alcance social e portadores do discurso mercantil [...]” (TUMELERO, 2018, p. 2017).

Mas também é o espaço da luta, da resistência, das potencialidades, das reivindicações em relação ao atendimento das demandas dos sujeitos, dos movimentos sociais, do controle social, das “riquezas naturais”, dos laços/vínculos de afetividade e convivência comunitária, das relações de pertencimento. E é para este contraditório, que também direcionamos nossas análises e acreditamos em possíveis práticas emancipatórias e transformadoras, sob a lógica da defesa e garantia de direitos, da proteção social, da sustentabilidade e da participação popular.

No âmbito da PPAS a categoria território é concebida enquanto eixo basilar e está presente no arcabouço legal e nos parâmetros de gestão, oferta e execução dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios, logo traz em sua vertente dimensões normativas e teóricas. Sob a prerrogativa de que estas devem estar presentes nos procedimentos, instrumentais, metodologias, processos e fluxos cotidianos, mediante a articulação e o trabalho intersetorial, no atendimento integral às famílias e complementar considerando a complexidade das demandas apresentadas e as vulnerabilidades e riscos presentes nos territórios.

A partir da pesquisa realizada, da tabulação e análise dos dados evidenciamos que as concepções de território presente para os grupos (A e B) mais recorrentes contemplam as dimensões: social, político-administrativa e areal, concluindo que a categoria território não é concebida em uma perspectiva multidimensional. O território, com base nos dados coletados, também é concebido na perspectiva da disponibilização e oferta dos serviços públicos e mais especificamente tratando-se da política de assistência social, o foco é os territórios vulneráveis.

Importante pontuar que os participantes do Grupo B demonstraram um entendimento quanto à importância desta categoria para além da oferta dos serviços e da superação ou prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. Em perspectiva ampliada trouxeram outros elementos de análise e reflexão voltados ao planejamento, às questões sociais, o desenvolvimento humano e social, potencialidades locais e a importância em conhecer os sujeitos que vivem e se relacionam nos territórios.

Há uma concordância entre as concepções e os entendimentos acerca do território nas respostas dos questionários dos Grupos A e B no que tange à centralidade deste enquanto eixo basilar das políticas públicas, especificamente da política de assistência social. E o entendimento quanto à importância desta categoria para gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios, para a garantia da proteção social, da superação e/ou diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais.

No entanto, se considerarmos os Municípios participantes da pesquisa podemos citar que “[...] ainda são rarefeitas as proposições sistemáticas de apropriação das informações, indicadores, de construção coletiva de diagnósticos e de fluxos entre as redes descentralizadas e instaladas no território” (RIZZOTTI; CORDEIRO; PASTOR, 2017, p. 95), ou seja, ainda há um caminho a ser trilhado, para que o território enquanto categoria multidimensional seja de fato contemplado nas dimensões analítica e prática.

Os dados coletados e análises também evidenciaram as vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios e as fragilidades destes, referindo-se às questões atreladas ao desemprego e falta de oportunidades de emprego, baixa escolaridade, pobreza, insegurança alimentar. Também dificuldades em relação à disponibilidade e acesso a determinados serviços de nível secundário e terciário no âmbito da política de saúde e educação de nível superior, indisponibilidade de transporte público.

Presença de situações de violação de direitos (principalmente a grupos mais vulneráveis, atrelados também a questão de gênero), dificuldade que as famílias vivenciam para acessar os serviços públicos, disponibilizados quase que integralmente nas áreas urbanas, escassez e/ou carência em relação a serviços, programas e projetos no âmbito da política de cultura e/ou esporte - lazer.

Salientamos a importância e a necessidade de políticas públicas considerando as especificidades e diversidades dos municípios de pequeno porte sob a égide da equidade e da conexão entre o rural-urbano, contemplando entre outras dimensões: a ruralidade, identidade e intersetorialidade.

Também o fortalecimento das instâncias de controle social (Conselhos de Direitos), das organizações e movimentos sociais e o fortalecimento de vínculos territoriais entre os sujeitos, do acesso destes aos serviços públicos, do respeito as suas identidades e singularidades.

Valorizando as potencialidades locais e fomentando a participação popular no ciclo de políticas públicas e nas instâncias de controle social. Práticas “[...] voltadas para o fortalecimento dos vetores de poder dos atores sociais locais, articulando capital humano (dimensão de conhecimento) e capital social (dimensão organizativa e cooperativa)” (BROSE apud TAVARES, 2006, p. 35).

[...] A consciência de classe e lugar, portanto, é vital para a identificação e compreensão dos sujeitos, bem como para a participação social, para reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias. Os habitantes precisam se sentir vivos, importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes [...] ao Estado, ao rio, enfim, ao território e lugar de vida cotidiana (SAQUET, 2019, p. 34).

Ratificamos também quanto ao desenvolvimento/fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura, trabalho e geração de renda, turismo, transporte público, acessibilidade

(não somente do ponto de vista estrutural) às unidades públicas estatais e aos serviços públicos.

Reiteramos quanto ao desenvolvimento/execução de políticas públicas voltadas ao fomento e fortalecimento do cooperativismo e associativismo, da cultura, ampliação do nível de escolaridade, capacitação técnica e qualificação profissional para o mundo do trabalho e, políticas com foco na juventude.

Bem como, oferta e execução de serviços no âmbito das políticas públicas na área de saúde mental, prevenção e atendimento intersetorial das situações de violação de direitos presentes. Tendo enquanto base estudos, pesquisas e de diagnósticos socioterritoriais que revelem os aspectos multidimensionais da violência nos territórios, para além de indicadores quantitativos.

Além de serviços/programas/projetos voltadas à assessoria, consultoria e capacitação técnica para os agricultores com foco na agricultura familiar e na agroecologia, acompanhadas de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Isto requer o fortalecimento/aprimoramento da atuação articulada e intersetorial entre as políticas públicas, na perspectiva da integralidade e da complementaridade da oferta e execução dos serviços.

Aqui reiteramos quanto à parceria das instituições de ensino superior com os municípios de pequeno porte, em relação a necessidade e co-responsabilidade destas quanto ao desenvolvimento territorial a partir de projetos de pesquisa e extensão, mediante suporte teórico, técnico e metodológico no âmbito da gestão e execução de políticas públicas.

Também quanto à necessidade/urgência da constituição da área de Vigilância Socioassistencial (VISA) no Estado do Paraná, no âmbito Política Pública de Assistência Social em atendimento ao disposto na LOAS (Lei 12.435/11) e NOB SUAS (2012). E progressiva constituição da VISA em escala municipal, mediante co-responsabilidade e co-financiamento municipal, estadual e federal que viabilize capacitações técnicas e formações continuadas, bem como a disponibilidade de recursos físicos, humanos, materiais e estruturais para a implantação desta área.

Fortalecendo os processos de gestão e execução e, mediando o acesso e garantia dos direitos sociais. Nesse sentido “[...] os processos de produção, análise utilização de informações ganham relevância [...] qualificam a intervenção dos agentes públicos, possibilitando processos e resultados mais condizentes com as necessidades da população em geral e, em particular, dos segmentos sociais mais vulneráveis. A perspectiva da Vigilância Socioassistencial, com seu olhar coletivizador dos riscos e vulnerabilidades e

a respectiva identificação das respostas e ausências do poder público, revela as necessidades de proteção nos territórios e contribuem para a compreensão dos processos geradores de desproteções (BRASIL, 2013, p. 13-14)

Reiteramos quanto à elaboração e/ou atualização do diagnóstico socioterritorial no âmbito da PPAS nos municípios e, recomendamos sua construção em uma perspectiva interdisciplinar, intersetorial, participativa, dialógica e coletiva.

Nesse processo importante contarmos com um espaço efetivo de diálogo e cooperação, compartilhamento e complementariedade de saberes disciplinares e interdisciplinares, partindo do conhecimento e reflexão acerca do território na perspectiva de categoria multidimensional: analítica e prática, além de normativa. Imprimindo sentido a este instrumental (diagnóstico) a partir das características, especificidades e diversidades dos municípios de pequeno porte.

O diagnóstico socioterritorial pode contribuir junto à gestão das políticas públicas enquanto gerador de processos coletivos de produção do conhecimento sobre as particularidades dos territórios onde estão os equipamentos públicos para atendimento da população. A construção do diagnóstico deve envolver e articular várias políticas ao mesmo tempo e isso pode se configurar como uma estratégia de incorporação do próprio diagnóstico como ferramenta de trabalho e com envolvimento das diversas políticas, seus agentes públicos e gestores, durante o processo de construção do diagnóstico potencializa o próprio uso posterior do mesmo por aqueles que participaram dessa construção (VIUDES e FERREIRA, 2017, p. 6).

No entanto, as estratégias de ação identificadas e as propostas recomendadas no âmbito das Políticas Públicas não se concretizam ou materializam no cotidiano da gestão e execução dos serviços de forma imediata, sem “atravessar” ou contar com o campo das mediações. Neste campo devem estar presentes e acessíveis os recursos humanos, financeiros, físicos, estruturais, constituindo-se enquanto dever e corresponsabilidade dos entes federativos, em atendimento ao disposto na Constituição Federal no que tange à defesa e garantia intransigente dos direitos sociais e da proteção social.

Esperamos que tenhamos construído esta pesquisa descritiva e qualitativa sobre a categoria território multidimensional, para além da exposição de seções e que tenhamos reafirmado nosso compromisso teórico-metodológico e ético - político com os sujeitos de direitos aos quais se destinam os serviços públicos.

Almejamos que de alguma forma esta abordagem territorial possa contribuir para o fortalecimento e aprimoramento das Políticas Públicas englobando os processos de gestão, execução e oferta destas, nos Municípios de Pequeno Porte I.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida A. Concepções de espaço geográfico e território. In: **Sociedade e Território**, v. 22, n. 1, p. 46-64, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 30 mai. 2022.

ABREU, Tania Marta Moreira de.; CURY, Mauro José F. Território: uma perspectiva interdisciplinar. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, may. 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccscs/2017/02/territorio-brasil.html>. Acesso em: 17 set. 2022.

ANDRADE, Priscila Maia de.; MATIAS, Maria Lópes. Notas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito da Política de Assistência Social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2009.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de.; SERRA, Elpídio. Território e desenvolvimento na perspectiva dos geógrafos da escola de Turim – Itália. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 573-588, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50771/24795>. Acesso em: 01 set. 2022.

ANDRADE, Marcela Coelho. Políticas públicas na constituição federal de 1988: alguns comentários sobre os desafios e avanços. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 29, p. 303-319, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/download/17574/19302>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ANTUNES, Thiago Costa S. Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma. **Espaço & Geografia**, n. 1, v. 24, p. 149-168, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/download/40284/31325>. Acesso em: 01 jul. 2022.

ARAGÃO, Elisabeth M; BARROS, Maria E. B. De; OLIVEIRA, Sonia P. de. Falando de metodologia de pesquisa. **Periódicos eletrônicos em Psicologia P@PSIC**. n. 2, v. 5, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200003. Acesso em: 30 jul. 2023.

ARAÚJO, Tania B. Um novo olhar sobre o rural brasileiro e seus desafios. In: MIRANDA, Carlos.; GUIMARÃES, Ivanilson.(Orgs.). **Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública**. Série Fórum DRS, v. 25. Brasília: IICA, 2015. p. 41-53. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/11327/BVE20087961p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BARCELLOS, Sérgio B. A juventude rural e as políticas públicas: identidade e reivindicação por direitos sociais. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. (Orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais, conjunturas e políticas públicas**. (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/d4vc5x595k5mJZfnMNNPKTs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BIANCHETTI, Lucídio.; JANTSCH, Ari Paulo. Universidade e Interdisciplinariedade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.7, p. 25, 1993. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep>. Acesso em: 24 set. 2021.

BICHIR, Renata M. Novos instrumentos de coordenação federativa: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. v. 1, n. 1, p. 49-78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/28463>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Geografias**. v. 6, p. 23-36, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13293>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRANDÃO, Vera. Caminhos do Saber. *In: Interdisciplinariedade. Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI)*, n. especial, v. 1, p. 1-77, 2015. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/2015-11-09-JAPIASSU-REVISTA-ESPECIAL.pdf>. Acesso em 19 set. 2022.

BRASIL. Lei 8742 – 07 dez. 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, 08 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS NOB SUAS**. 1. ed. Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução nº 40 - 16 fev. 2006 Conselho Nacional de Assistência Social. **Publica as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-40-de-16-de-fevereiro-de-2006/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Lei 12.345/2011 - 06 jul. 2011. **Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília, 07 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB - RH Anotada e Comentada**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**, v. 1. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política da Assistência Social**. Centro de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS 10 Diversidades no SUAS: realidade, respostas, perspectivas**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as**. Brasília, 2015.

BRASIL. Portaria n. 100 – 14 jul. 2020. **Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica – PSB e de Proteção Social Especial – PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19**. Brasília, 16 jul. 2020b, p. 12.

BRASIL. Portaria n. 337 – 24 mar. 2020. **Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 25 mar. 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20337-20-mcidadania.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nota Técnica caracterização da taxa de desemprego de longo prazo brasileira**. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nt-caracterizacao-da-taxa-de-desemprego-de-longo-prazo-brasileira.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.358 – 01 jun. 2022. **Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022**. Brasília, 02 jun. 2022a, p.1.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **A Proteção Social Básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS): aprendizados e desafios durante a Pandemia de Covid-19**. Brasília, 2022.

BRASIL. **Rede SUAS Lista de municípios brasileiros e informações adicionais**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/lista-de-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. **Equipe Volante**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/equipe-volante>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

BOVO, Marcos Clair.; MACIEL, Fred Maciel (Orgs). **Os fios que tecem a teia: Interdisciplinariedade, Dialógos e Pesquisas**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2020.

BUENO, Paulo Henrique de. O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, IV, 2009, Maranhão, Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf 2009. Acesso em: 10 jun. 2022.

BUENO, Paulo Henrique de C.; ANDRADE, Carlos Sait P. de. Território e políticas públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 71, p. 404-419, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/45896/26825/208531>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CADSUAS – SISTEMA DE CADASTRO DO SUAS. **Rede Socioassistencial**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html;jsessionid=ADC98626C463A2447686CFBB0DF9009B>. Acesso 30 mar. 2022.

CECAD – CONSULTA, SELEÇÃO E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADÚNICO. **Relatório Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) referência 07/22**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso 08 set. 2022.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **A ineficiência da desigualdade**. Síntese (LC/SES. 37/4) Santiago, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43569-ineficiencia-desigualdade-sintese>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2017.

COSTA, Fábio Rodrigues da.; ROCHA, Márcio Mendes. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 91-104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Rx4P9rK7n8CDB4q5Xz4cFPd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque (Org.). Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, v. 7, n. 1, p. 1-38, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/80437/44421>. Acesso e: 30 ago. 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Abordagem territorial do desenvolvimento**: fundamentos epistêmico – teórico – metodológicos. Campo Mourão, 15 mai. 2023. Apresentação Slide Share, color. Aula Inaugural do Programa de Pós Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus Campo Mourão PR.

DALLABRIDA, Valdir Roque.; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico metodológica. **Desenvolvimento em Questão**. ano 1, n. 2, p. 73-97, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para repensar, ler e transformar o território. *In*: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2008.

DIAS, Reinaldo.; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas, princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2015.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. **Territórios, Sociabilidades e Territorialidades: O tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, São Paulo, 2012.

DOMINGUES, Ivan. Disciplinariedade, multi, inter e transdisciplinariedade – onde estamos? **Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares**, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/ieat/2012/03/disciplinariedade-multi-inter-e-transdisciplinariedade-%E2%80%93-onde-estamos/>. Acesso em: 01 set. 2021.

FARAH, Marta Ferreira S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tYDC3xqzZK33gpY3vfZ7jpG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

FARIA, Rivaldo Mauro. Território e saúde na geografia de Milton Santos: teoria e método para o planejamento territorial do sistema único de saúde no Brasil. **Ra'e Ga O espaço Geográfico em análise**, v.38, p. 291 – 320, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/43912>. Acesso em 22 set. 2022.

FAZENDA, Ivani Catarina A. (Org.). **O que é interdisciplinariedade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FEITOSA, Luciana da C.; ARANHA, Pablo Ruiz. A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 20, p. 1-25, 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6120>. Acesso em: 30 set. 2022.

FELDMANN, Rayssa Madalena *et al.* Consumo de drogas em tempo de pandemia: reflexões sobre impacto na saúde mental. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 19, p. 01-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/85907>. Acesso em: 30 mai. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mansano. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. *In*: FILHO, Eraldo da Silva R. (Org). **Estado, Políticas Públicas e Território**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, Pedro Henrique.; CORREIA, Jane Suellen. Pequenas cidades, grandes problemas urbanos: a realidade de São Sebastião da Amoreira (PR). **Vértices**. v. 20, n. 1, p. 54-66. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625765748018/html/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FRAGA, Nilson Cesar et al. Campos da riqueza e da pobreza: a região centro-sul paranaense, um território de conflitos e contradições. **Observatório Geográfico da América Latina**. 2015. Disponível em:

<https://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/06.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FRANÇA, Karla C. B. de. Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7, v. 3. p. 325-339, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/urbe/a/tSFn9zLhSqFHpzP7djVhgHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FREITAS, André Vieira. Estado, território, ambiente e políticas públicas: o ordenamento territorial e sua interface ambiental. In: FILHO, Eraldo da Silva R. (Org). **Estado, Políticas Públicas e Território**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Formação**, v. 21, n. 21, p. 3-20, 2014. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2661>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. A pluralidade do território na geografia brasileira: um panorama contemporâneo. **Caderno Prudentino de Geografia**. v. 2, n. 38, p. 5-23, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5498/4097>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Revista Colombiana de Geografia**, v. 26, n.1, p. 221-242, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-215X2017000100015&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 28 jun. 2022.

GADELHA, Sergio Ricardo de B. Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil. **ENAP Escola Nacional de Administração Pública**. p. 5-22, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3186>. Acesso em: 10 out. 2023.

GENNARI, Luciana Alem.; LENCIONNI, Sandra (Orgs.). **Políticas Públicas e territórios: onze estudos latino-americanos**. 1a ed. -Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Politicasy_publicas_territorio.pdf. Acesso 01 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, Sueli. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 3, p. 389-403, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/fH5YHnfhdPHPBPP7HS3Z9Fh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GOULART, Luciana Nunes. Construção de um modelo de análise de redes políticas públicas em contexto de federalismo e de presidencialismo de coalisão. **Cad. EBAPE. BR**, v. 18, n. 1, p. 91-103, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/WDXqbp4Gc4xm6yCf4KMFQmg/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUMIERO, Rafael Gonçalves *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão institucional do patrimônio territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 168-185, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247271>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

HAESBAERT, Rogério e RAMOS, Tatiana T. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, ano 6, n. 12, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13478>. Acesso em: 10 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, X, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 145-151, 2018. Disponível em: <https://www.univale.br/wp-content/uploads/2020/06/TEXT0-Territ%C3%B3rios-numa-perspectiva-latino-americana-ROGERIO-HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografafares/2120>. Acesso em: 30 mai. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n.5, p. 07- 41, 2009.

HOUAISS, Aurélio. **Aurélio Eletrônico**. Versão 3.0. Lexikon Informática. Rio de Janeiro, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de População em 01/07/2021 publicadas no DOU (Diário Oficial da União)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça cidades e Estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota sobre o Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=36803>. Acesso em: 06 mai. 2023.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos - relação de projetos**. Brasília: INCRA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso: 01 dez. 2022.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos Municipais**. Curitiba: IPARDES, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 20 abr. 2023.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí: 1. a fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_territorio_vale_do_ivai_2007.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: 1. a fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_territorio_parana_centro_2007.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Percepção dos trabalhadores do SUAS do Paraná durante a pandemia de COVID -19**. Curitiba: IPARDES, 2020.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Nota metodológica da revisão do IPDM**. Curitiba: IPARDES, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>. Acesso em: 30 de abr. 2023.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Municípios do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Municipios-do-Parana>. Acesso . Acesso em: 30 abr. 2023.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil dos Municípios**. Curitiba: IPARDES, 2023 Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-dos-municipios-0>. Acesso em: 30 abr. 2023.

IVO, Anete. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, v.25, n. 65, p. 187-2010, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/g9Wq4vqJyjjwZr5rmBKDPNC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JAPIASSU, Hilton. A questão da Interdisciplinaridade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR* – Promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre em Julho de 1994. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

KOGA, Dirce.; NAKANO Kazuo. Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras. *In: A Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social*. São Paulo: Abong. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/207>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KOGA, Dirce Haruo.; NAKANO, Anderson Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Serviço Social & Sociedade**, v.27, n.85, p. 98-108, 2006.

KOGA, Dirce. Políticas Públicas e territórios de (sobre)vivência: luta, luto e resistência. *In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, ambiente virtual*. Maranhão: UFMA, 2021. Disponível em: <https://colemarx.educacao.ufrj.br/x-jornada-internacional-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KUMMER, Rodrigo. Ruralidade e Teoria Social: representação social como possibilidade de análise. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. v. 15, p. 01-30, 2021. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/309/362>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LIMA, Luciana Leite.; ASCENZI, Luciano D'. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIMA, Rosa Maria C. (Org.). **Território e Políticas Sociais**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

LINDO, Paula Vanessa F. **Geografia e Política de Assistência Social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LIZARELLI, Paulo Henrique et al. Caracterização de sistemas de produção orgânicos no Território Vale do Ivaí, no Paraná. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 61-87, 2012. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/14541/8318>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LOTTA, Gabriela.; FAVORETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6PNRfxxr9CBqBMBHK58b6Hx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 02 ago. 2022.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Heloisa Helena T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MATTEO, Miguel *et al.* O Brasil em perspectiva territorial: regionalizações como estratégia do desenvolvimento emergente. *In:* POCHMANN, Marcio (Org). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. v. 3. Brasília: IPEA, 2013.

MENDES, Geisa F.; Maria Geralda de. Identidade, lugar e território nas representações do Sertão da Ressaca -, Bahia. *Geonordeste*, n. 1, p. 01-24, 2007. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/5856/4863>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MIRANDA, Elflay. **Política descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina: uma análise sistêmica do período 2003-2010**. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucite, 2014.

MOPS SUAS – MAPA DE OPORTUNIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS. Informações Demográficas. Brasília: MOPS SUAS, 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MORAES, Denise Rosana da S. *et al*; A interdisciplinariedade na sociedade midiaticizada: uma dicotomia imperativo-problema nos estudos sobre cultura. **INTERthesis**, v. 14, n. 2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n2p1>. Acesso em; 09 set. 2021.

NAJOMANOVICH, Denise. **Mirar con nuevos ojos paradigmas em la ciência y pensamiento complejo**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do.; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: Conceito estratégico na Assistência Social. **Serv. Soc. Rev. Londrina**, v.16, n. 1, 2013, p. 66-88. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07062016082301-atualiz.vigilancia.recife.13.a.17.06.2016.8.pd>. Acesso em: 22 jun. 2022.

NASCIMENTO, Sueli do. Política Social, território e intersetorialidade: a interação como debate. **Revista EDUC**. v. 5, n. 1, p. 84-101, 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190218161523.pdf. Acesso em: 01 de jul. 2023.

NEVES, Lucia Maria W.; PRONKO, Marcela A.; MENDONÇA, Sonia Regina de.; Capital Cultural. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capcul.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

OLIVEIRA, Luciana Carvalho de. *et al.* O plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) – território noroeste paulista (SP): planejamento e gestão. **Soc. & Nat.**, v. 29, n. 1, p. 25-37, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/236934>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, Patricia Matias de. Redefinição do conceito de rural e sua implicação para a construção de políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 5, n. 3, p. 306-319, 2018. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-redefinicoes-do-conceito-de-rural-e-suas-implicacoes-para-a-construcao-de-politicas-publicas-para-o-desenvolvimento-rural-brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PARANÁ. Decreto n. 4319 – 23 mar. 2020. **Declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19**. Curitiba, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=233068&indice=1>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PARANÁ. Estado quer pavimentar 100% dos municípios com menos de 20 mil habitantes até 2025. Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-quer-pavimentar-100-dos-municipios-com-menos-de-20-mil-habitantes-ate-2025>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PARANÁ. Lei n. 25.352 - 01 jan. 2023. **Dispõe sobre a Organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências**. Curitiba, 01 jan. 2023. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/pl497.2022lei21.352_ass.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

PARANÁ. Lei n. 19.848 - 03 mai. 2019. **Dispõe sobre a Organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências**. Curitiba, 20 de mai. 2019. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/1._lei_19848.2019_-_reforma_administrativa_-_adm._direta.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

PAUL, Patrick. pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma? In: JR, Arlindo P.; NETO, Antonio J. S. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. p. 229-259. São Paulo: Manole, 2011. Disponível em: https://pgdra.unir.br/uploads/85796698/arquivos/Capitulo07_Pensamento_Complexo_Interdisciplinaridade_1654727102.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

PERÁFAN, Mireya E. V.; OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**: Coleção Política e Gestão Cultural. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

PEREIRA, Mara Dantas *et al.* A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, n. 7, v. 9, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, v. 100, p. 155-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvPzdLqdxxbCVNTQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

PIZZIO, Alex e SILVA, Marcia Michelle C. Território vulnerável e desenvolvimento humano. **Desenvolvimento em Questão**, n.35, p. 177-2006, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/download/4067/4900>. Acesso em: 10 nov. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAEDER, Sávio. Ciclo de políticas públicas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. VII, n. 13, p. 121-146, 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/856>. Acesso em: 27 set. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Marília P. Métodos quantitativos de pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações**, v. 8, n. 1, p. 55-65, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132102/000901271.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 ago. 2022.

RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Revista de Serviço Social e Sociedade**, n. 106, p. 335-364, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WbkvGn5LVd8hgbb3H9yjnM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para a interdisciplinariedade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 01, p. 1-22, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/25542616/Os_desafios_contempor%C3%A2neos_da_produ%C3%A7%C3%A3o_do_conhecimento_o_apelo_para_interdisciplinariedade. Acesso em: 24 set. 2021.

RMA - REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO. Registro Mensal de Atendimento do CRAS RMA. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/adm/visualiza_preenchimento_cras.php. Acesso em 08/09/2022.

RIZZOTTI, Maria Luiza A.; CORDEIRO, Sandra Maria A.; PASTOR, Márcia. (Org.). **Gestão de Políticas Sociais: território usado, intersetorialidade e participação**. Londrina: Eduel, 2017.

ROJAS, Luisa Iñíguez. Territorios y políticas: ¿Qué permanece y qué muda en Cuba?. In: GENNARI, Luciana Alem e LENCIONNI, Sandra (Orgs.). **Políticas Públicas e territórios: onze estudos latino-americanos**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Politicas_publicas_territorio.pdf. Acesso 01 jun. 2022. Livro digital PDF.

ROMBOLA, Vanessa M. **CREAS e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: tramas do cotidiano no Vale do Ivaí**. Tese Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, São Paulo, 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 1. ed. Brasília: CAPES/UAB, 2009.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio *et al.* **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1977.

SANTOS, Milton. *et al.*; **Território, Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **GEographia**, v. 8, n. 15, p. 71-85, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio Saquet.; ILVA, Sueli S. da. MILTON SANTOS: concepções de espaço, geografia e território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 18, 2008, p. 24-42. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, n. especial EGAL, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3039/2907/>. Acesso em: 08 set. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas do desenvolvimento. **IGEPEC**, v.23, n.1, p. 23-39, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22719>. Acesso em: 08 set. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de estudos urbanos regionais**, n. 3, v. 20, p. 479-505, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXyWt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Regiões Turísticas do Paraná. Curitiba, SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/regioes-turisticas-parana/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Gilda O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v.1, n.2, p.24-36, 1995. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Sonia Aparecida da; PROENÇA, Wander de L. **As transformações histórico-espaciais do Vale do Ivaí: o Município de Jardim Alegre (1940-2010)**. Curitiba: Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Paraná/PDE, v. I, 2012.

SILVA, Elisiane da (Org.). **Milton Santos O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SILVA, Paula Fonseca do.; FERREIRA, Silvia Aline S. Passos e descompassos: o território vivido e a gestão da Política de Assistência Social a partir do diagnóstico socioterritorial. *In*: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS – Promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina em Outubro de 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180188/102_00514.pdf?sequence=1&iAllowed=y. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Laura Fabiana da. Possibilidades do uso da abordagem territorial de desenvolvimento na política de educação profissional e tecnológica. *In*: LIMA, Rosa Maria C. (Org.). **Território e Políticas Sociais**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SILVEIRA, Jucimeri Izolda (Org.). **SUAS em números: projeto e realidade social no contexto de pandemia**. 1ª ed. Curitiba: NDH-PUCPR, 2022.

SOUSA, Adriano Amaro de. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 30, p. 119-132, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/7436/5494/27109>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2022.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de. **Gestão da vigilância social**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. Friedrich Ratzel (1844-1904). *In*: hulot, le baron e rabot, m. Charles (orgs). La géographie – bulletin de la société de géographie. Revue mensuelle, tome x, 2º semestre, paris: masson et cie, éditeurs, pp. 103-108, 1904. 430. Revista de Geografia (UFPE), v. 32, n. 3, p. 266-277, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/229194/23584>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Maria Isabele D.; SILVA, Maria do Rosário de F. Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social. **Revista Emancipação** (UEPG), v. v. 19 (2), p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10954>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 25, p. 2469-2477, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/t5Vg5zLj9q38BzjDRVCxbsL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In: Conceção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Território e Gestão de Políticas Sociais. *Serviço Social Rev. Londrina*, v. 16, n. 1, p. 5-18, 2013. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/105206W43ac8A78E4c81.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

SPOSATI, Aldaíza. (Org.). Nota Técnica: SUAS e proteção social na pandemia COVID-19. **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Assistência Social – NEPSAS**. São Carlos: Pedro & João Editores. Disponível em: <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

TAVARES, Márcio Miguel. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no Estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Paraná UFPR, Curitiba, 2006.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A interdisciplinariedade na contemporaneidade – qual o sentido? *In: FAZENDA, Ivani Catarina A. (Org.). O que é interdisciplinariedade?* São Paulo: Cortez, 2008.

THEIS, Ivo Marcos.; GALVÃO, Antonio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 55-69, 2012. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101>. Acesso em: 10 abr. 2022.

TUMELERO, Silvana Marta. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Revista Guaju**. v.4, n.2, p. 211-230, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/62201/37266>. Acesso em: 30 jun. 2023.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar Epistemologia e metodologia operativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, Daniel Arthur L. de.; DOURADO, Auceia Matos. Algumas considerações espaço-territoriais durante a pandemia de COVID-19. **Inter – Legere Revista da Pós Graduação em Ciências Social da UFRN**, v. 5, n. 34, p. 01-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/27789>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIEIRA, Alexandre B.; ROMA, Cláudia M.; MIYAZAKI, Vitor K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia Universidade Estadual Paulista UNESP**. n. 29, p. 133-155, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/7415/5473/0>. Acesso em 06 mai. 2023.

VILLWOCK, Fernando. H. Municípios que compõem a Regional de Ivaiporã - SEJUF. Campo Mourão, 2023. 1 mapa, color., 15 x 16.5 cm.

VIUDES, Paula Fonseca do N.; FERREIRA, Silvia Aline S. Passos e descompassos: o território vivido e a gestão da Política de Assistência Social a partir do diagnóstico socioterritorial. *In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS – Promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina em Outubro de 2017*. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180188/102_00514.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mai. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário Gupo A aplicado aos/às Secretários/as da Política Municipal de Assistência Social

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD

Campus Campo Mourão

Mestranda: Elesandra da Silva Paim

Orientadora: Professora Pós Doutora Áurea Andrade Viana de Andrade

Linha de Pesquisa: Formação Humana, políticas públicas e formação do espaço

Pesquisa de Mestrado: Gestão Territorial: fragilidades e potencialidades no âmbito da política pública de Assistência Social em Municípios de pequeno porte I

MUNICÍPIO:

1 PERFIL

1.1. Escolaridade

- Nível Médio
- Nível Superior
- Pós-Graduação Especialização
- Pós-Graduação Mestrado
- Pós-Graduação Doutorado

1.2 Cargo atualmente exercido: _____

1.3 Qual sua faixa etária

- de 18 a 24 anos
- de 25 a 34 anos
- de 35 a 45 anos
- de 46 a 54 anos
- de 55 a 63 anos
- acima de 63 anos

1.4 Tempo de atuação na função de Secretária/o Municipal de Assistência Social:

- até 01 ano
- de 01 a 03 anos
- de 03 a 05 anos
- acima de 05 anos

1.5 Possuía experiência anterior de atuação na PMAS:

- sim, qual? _____
 não, atuava em qual área? _____

2 SOBRE O TERRITÓRIO

2.1 Qual seu conceito sobre o território ou qual seu entendimento sobre o território?

2.2 No seu entendimento é a partir do território que se realiza a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios?

- sim
 Por quê? _____
 não
 Por quê? _____

2.2.1 No seu entendimento a partir do território mediante a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais/programas/projetos e benefícios é possível contribuir para a garantia da proteção social, da superação/diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais?

- sim
 Por quê? _____
 não
 Por quê? _____

2.3 Das atribuições/responsabilidades abaixo citadas, qual/is você exerce atualmente enquanto Gestor/a da PMAS?

- Organiza a gestão do ponto de vista operacional, administrativo e técnico-político, criando os meios para efetivar a política de assistência social.
 Contrata e mantém o quadro de servidores necessário à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais.
 Distribuí por serviços, por base territorial, comparando-os com o tamanho da população usuária, por nível de proteção social (básica e especial de média e alta complexidade).
 Mantém e alimenta o Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS (CADSUAS), de modo a viabilizar o diagnóstico, planejamento e avaliação das condições da área de gestão do trabalho para a realização dos serviços socioassistenciais, bem como seu controle social.
 Oferece condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente.
 Oferta/viabiliza capacitações para os servidores buscando contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços, programas, projetos e benefícios, observando as características locais, os perfis profissionais, a territorialidade e o nível de escolaridade dos trabalhadores.
 Gerencia os sistemas de informação no que se refere à política da assistência social (sistemas federais e estaduais)
 outras: _____

2.4 Você enquanto Gestor/a possui autonomia no exercício de suas funções/atribuições na Gestão da

PMAS?

- sim
- não
- parcialmente

Quais as dificuldades vivenciadas?

- interferência política do poder legislativo ou executivo.
- interferência de áreas meio, por exemplo: jurídico, contabilidade, setor de licitação ou compras, recursos humanos.
- interferência de organizações da sociedade civil que pertencem à rede socioassistencial não governamental.
- indisponibilidade de recursos públicos para o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos, benefícios.
- déficit de RH no quadro de servidores da política municipal de assistência social.
- fragilidade da realização do trabalho intersetorial junto às políticas públicas setoriais.
- a política de assistência social não é vista/considerada enquanto política pública e, sim oferta/execução de ações assistencialistas, filantrópicas e/ou de caridade.
- outros _____

3 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

3.1 A função de vigilância socioassistencial é atualmente executada no Município?

- sim

Quais os resultados positivos observados a partir da realização desta? _____

- não

Quais as dificuldades que impedem a realização?

- déficit de recursos humanos
- falta de conhecimento teórico sobre a vigilância socioassistencial
- falta de conhecimento técnico para a implantação
- dificuldade para acessar os sistemas de informação
- dificuldade para analisar os indicadores sociais
- indisponibilidade de recursos financeiros
- inexistência de diagnóstico socioterritorial
- outros _____

3.2 Quais os riscos sociais e vulnerabilidades presentes no território?

- violação de direitos contra crianças e adolescentes
- violação de direitos contra idosos
- violação de direitos contra mulheres
- famílias em situação de pobreza
- moradias em situação precária
- desemprego
- pessoas em situação de rua
- refugiados
- baixa escolaridade
- violência urbana
- vasta extensão territorial rural dificultando o acesso dos serviços públicos às famílias ou/das famílias aos serviços públicos

- inexistência de serviços, programas e projetos de políticas públicas. Qual/is _____
- dificuldade de acesso das famílias aos serviços, programas e projetos de políticas públicas. Qual/is _____

- inexistência de espaços comunitários e acessíveis de lazer, cultura, esportes.
- insegurança alimentar
- evasão escolar
- fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários
- outros: _____

3.3 Quais as potencialidades presentes no território?

- espaços públicos e acessíveis de cultura, esporte e lazer
- oferta de serviços, programas e projetos de políticas públicas efetivos, qualitativos e que atendem as demandas da população
- associações comunitárias e projetos de economia solidária
- trabalho intersetorial articulado/fortalecido entre as políticas públicas
- desenvolvimento territorial rural
- desenvolvimento território urbana
- preservação dos recursos naturais
- vínculos familiares e/ou comunitários fortalecidos
- segurança alimentar
- segurança pública
- outros: _____

3.4 Quais os impactos negativos causados ou agravados no território pela pandemia SARS COVID-19?

- aumento do desemprego
- insegurança alimentar
- aumento das situações de violação de direitos
- aumento da demanda de atendimento nas unidades públicas da política de assistência social
- aumento da demanda de atendimento nas unidades públicas das demais políticas públicas
- aumento ou agravamento de situações relacionadas à saúde mental
- fragilização dos vínculos familiares e comunitários
- fragilização de vínculos com as famílias/usuários atendidos pela política pública de assistência social
- aumento do número de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza
- outros: _____

3.5 Quais as estratégias/ações diferenciadas adotadas pela gestão da política de assistência social em relação à oferta e execução dos serviços no contexto da pandemia?

- utilização das ferramentas/mídias digitais para manter os vínculos com as famílias atendidas
- reorganização/adequação (ex: horário, local, fluxos e protocolos de atendimentos, acesso) dos serviços socioassistenciais, programas e projetos em função das medidas de segurança/recomendação sanitária
- reorganização das equipes técnicas das unidades públicas da PMAS, para a realização dos atendimentos/acompanhamento das famílias

- () identificação e caracterização das unidades públicas da PSB e PSE de Média Complexidade no território: com descrição da localização, estrutura física, quantidade de profissionais atuando nas unidades e daqueles que foram eventualmente afastados; serviços ofertados e tipos de atendimento, quantitativo, perfil do público atendido e principais demandas;
- () mapeamento de espaços disponíveis e adequados nos territórios que poderiam ser otimizados para a descentralização do atendimento das Unidades de PSB e PSE de Média Complexidade: incluindo espaços da rede socioassistencial e de outras políticas públicas,
- () mapeamento no território das populações em situação de vulnerabilidade e risco social mais afetadas pela pandemia: considerando, inclusive, aquelas que integrem grupos de risco à infecção pelo novo Coronavírus e aquelas mais impactadas pela pandemia
- () Mapeamento da rede de serviços públicos governamentais e não governamentais disponíveis no território e sua localização: com informações sobre funcionamento durante a pandemia, contatos e formas de encaminhamento e acesso da população
- () elaboração de Plano(s) de Contingência
- () Definição de canais de comunicação e adaptações em fluxos de articulação e encaminhamentos entre os serviços socioassistenciais, com maior agilidade e uso de tecnologias remotas;
- () Definição, em articulação com a gestão local do Programa Bolsa Família (PFB) e a coordenação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na localidade, de arranjos e adaptações necessárias aos atendimentos relacionados;
- () contratação temporária em caráter emergencial de novos trabalhadores;
- () realização de ações articuladas entre o órgão gestor da Assistência Social, da Saúde, de outras políticas públicas, o gestor do Cadastro Único, atores do Sistema de Justiça, outros órgãos de defesa de direitos e sociedade civil, para orientar e possibilitar a integração das ações no cotidiano nos territórios.
- () estabelecimento estratégias articuladas para apoiar a proteção de públicos definidos como prioritários no território;
- () estabelecimento de protocolos e fluxos de atuação nos territórios com os atores da rede socioassistencial e intersetorial que atuam na perspectiva da promoção, garantia e defesa de direitos
- () Apoiar ações intersetoriais em territórios mais vulneráveis, como comunidades e assentamentos, para acesso a recursos que possam contribuir para a proteção destas populações em acordo com as recomendações sanitárias;

APÊNDICE B – Questionário Grupo B aplicado aos/as Técnicos/as da equipe de Referência/Coordenadores (as) dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD

Campus Campo Mourão

Mestranda: Elesandra da Silva Paim

Orientadora: Professora Pós Doutora Aurea Andrade Viana de Andrade

Linha de Pesquisa: Formação Humana, políticas públicas e formação do espaço

Pesquisa de Mestrado: Gestão Territorial: fragilidades e potencialidades no âmbito da política pública de Assistência Social em Municípios de pequeno porte I

MUNICÍPIO:

1.PERFIL

1.Escolaridade

- Nível Médio
- Nível Superior
- Pós Graduação – Especialização
- Pós Graduação – Mestrado
- Pós Graduação – Doutorado

1.2.Cargo atualmente exercido: _____

1.3. Qual sua faixa etária

- de 18 a 24 anos
- de 25 a 34 anos
- de 35 a 45 anos
- de 46 a 54 anos
- de 55 a 63 anos
- acima de 63 anos

2.SOBRE O TERRITÓRIO

2.1 Qual seu conceito sobre o território ou qual seu entendimento sobre o território?

2.2 No seu entendimento é a partir do território que se realiza a gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios?

- sim
- Por quê? _____
- não

Por quê ? _____

2.3 No seu entendimento a partir do território, através da gestão, execução e oferta dos serviços socioassistenciais/programas/projetos e benefícios é possível contribuir para a superação/diminuição dos riscos sociais e vulnerabilidades e, contribuir com desenvolvimento social e humano?

sim

Por quê? _____

não

Por quê ? _____

3 GESTÃO TERRITORIAL

3.1 Para a implantação do CRAS foi construído um diagnóstico socioterritorial?

não

sim

não sei informar

Está atualizado

sim

não

não se aplica

3.2 A função de Gestão Territorial (GT) é realizada ?

sim

Quais os impactos positivos a partir da realização?

 não

Quais as dificuldades que impedem a realização?

déficit de recursos humanos

falta de conhecimento teórico sobre a função de GT

falta de conhecimento técnico para a implantação

não realização de busca ativa nos territórios

indisponibilidade de transporte para o deslocamento da equipe

dificuldade para analisar os indicadores sociais

inexistência de rede socioassistencial (governamental ou não governamental) de proteção social básica no território

inexistência de articulação entre o CRAS e a rede socioassistencial de proteção social básica existente no territórios

inexistência de articulação intersetorial entre a política pública de assistência social com as demais políticas públicas

município possui vasta extensão territorial rural

indisponibilidade de recursos financeiros

outros _____

3.3 A função de gestão territorial compreende: a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência dos CRAS.

O CRAS realiza:

Busca ativa

- sim
- não quais as dificuldades existentes? _____
- Parcialmente

Articulação com a rede socioassistencial (governamental ou não governamental) de proteção social básica

- sim
- não quais as dificuldades existentes? _____
- Parcialmente

Articulação com demais políticas públicas

- sim
- não quais as dificuldades existentes? _____
- parcialmente

Se a resposta da pergunta anterior foi sim, qual/is política/as?

- saúde
- educação
- trabalhos
- segurança alimentar
- habitação
- meio ambiente
- agricultura
- esporte e cultura
- Outra:

3.4 São realizadas ações comunitárias? (ex: palestras, campanhas e eventos)

- sim
- não quais as dificuldades existentes? _____

Se a resposta da pergunta anterior foi sim, qual/is política/as?

- palestras
- campanhas
- eventos comunitários
- outro

4 RISCOS SOCIAIS E VULNERABILIDADES NO TERRITÓRIO

4.1 Quais os riscos sociais e vulnerabilidades presentes no território?

- violação de direitos contra crianças e adolescentes

- violação de direitos contra idosos
- violação de direitos contra mulheres
- famílias em situação de pobreza
- moradias em situação precária
- desemprego
- pessoas em situação de rua
- refugiados
- baixa escolaridade
- violência urbana
- vasta extensão territorial rural dificultando o acesso dos serviços públicos às famílias ou/das famílias aos serviços públicos
- inexistência de serviços, programas e projetos de políticas públicas. Qual/is _____
- dificuldade de acesso das famílias aos serviços, programas e projetos de políticas públicas. Qual/is _____
- inexistência de espaços comunitários e acessíveis de lazer, cultura, esportes.
- insegurança alimentar
- evasão escolar
- fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários
- outros: _____

4.2 Quais as potencialidades presentes no território?

- espaços públicos e acessíveis de cultura, esporte e lazer
- oferta de serviços, programas e projetos de políticas públicas efetivos, qualitativos e que atendem as demandas da população
- associações comunitárias e projetos de economia solidária
- trabalho intersetorial articulado/fortalecido entre as políticas públicas
- desenvolvimento territorial rural
- desenvolvimento território urbana
- preservação dos recursos naturais
- vínculos familiares e/ou comunitários fortalecidos
- segurança alimentar
- segurança pública
- outros: _____

4.4 Quais os impactos negativos causados ou agravados no território pela pandemia SARS COVID-19?

- aumento do desemprego
- insegurança alimentar
- aumento das situações de violação de direitos
- aumento da demanda de atendimento nas unidades públicas da política de assistência social
- aumento da demanda de atendimento nas unidades públicas das demais políticas públicas
- aumento ou agravamento de situações relacionadas à saúde mental
- fragilização dos vínculos familiares e comunitários
- fragilização de vínculos com as famílias/usuários atendidos pela política pública de assistência social
- aumento do número de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza
- outros: _____

4.5 Quais as estratégias/ações diferenciadas adotadas em relação à oferta e execução dos serviços no contexto da pandemia?

- () Atendimento e apoio às populações em situação de maior vulnerabilidade e risco social
- () Orientações e informações aos usuários sobre: a pandemia, os riscos envolvidos e medidas de prevenção e diminuição de riscos que precisavam ser adotadas nesse momento
- () Acesso à renda e outros auxílios: acesso a benefícios eventuais; inclusão no Cadastro Único e outros procedimentos, orientações e encaminhamentos relacionados a programas sociais, transferência de renda e benefícios,
- () Atendimento à população e encaminhamentos à rede socioassistencial, de Saúde, das demais políticas, Sistema de Justiça, dentre outros, conforme demandas identificadas;
- () identificação das famílias/indivíduos que poderiam estar em situação de maior vulnerabilidade e risco social e sua priorização na atenção no âmbito dos serviços socioassistenciais.
- () priorização de inclusão no atendimento e acompanhamento de novas famílias e indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e risco social no território, identificadas por meio de encaminhamentos, demanda espontânea ou até mesmo ações de busca ativa.
- () atendimento e acompanhamento remoto (telefone, aplicativos de mensagens ou vídeo chamada
- () adoção novos processos de trabalho e fluxos de informações
- () ações articuladas intersetorialmente e realizadas no território, com caráter informativo e preventivo,
- () repasse de informações a população sobre as ofertas do SUAS disponíveis no território (governamentais e não governamentais):
- () Apoio ações intersetoriais em territórios mais vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos, para acesso a recursos que possam contribuir para a proteção destas populações em acordo com as recomendações sanitárias;

APÊNDICE C – Questionário Grupo C aplicado às famílias acompanhadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD

Campus Campo Mourão

Mestranda: Elesandra da Silva Paim

Orientadora: Professora Pós Doutora Aurea Andrade Viana de Andrade

Linha de Pesquisa: Formação Humana, políticas públicas e formação do espaço

Pesquisa de Mestrado: Gestão Territorial: fragilidades e potencialidades no âmbito da política pública de Assistência Social em Municípios de pequeno porte I

MUNICÍPIO:

1 PERFIL

1.1 Escolaridade

- Fundamental
- Nível Médio
- Nível Superior área de Formação _____
- Pós-Graduação () Especialização
- Mestrado
- Doutorado

1.2 Qual sua faixa etária

- de 18 a 24 anos
- de 25 a 34 anos
- de 35 a 45 anos
- de 46 a 54 anos
- de 55 a 63 anos
- acima de 63 anos

1.3. Qual o serviço, programa, projeto ou benefício você está sendo atendido no CRAS atualmente/no momento?

- atendimento particularizado
- acompanhamento familiar
- oficinas com famílias
- ações com a comunidades
- encaminhamentos para outras políticas públicas, serviços da comunidade, projetos
- serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
- serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas
- benefícios eventuais
- outros

2. TERRITÓRIO

Do lugar que você vive (pode ser o bairro/cidade), o que você conhece?

O que esse lugar possui de bom, bonito, positivo, alegre, que você gosta, que faz bem pra você, sua família, pra comunidade?

O que esse lugar possui de dificuldades, fragilidades, problemas pra você, sua família, pra comunidade?

O que poderia ser melhorado neste lugar/ ou o que falta ?

No seu bairro ou no seu município, você participa de atividades/ações culturais, de lazer ou esporte?

sim qual?

não, por quê?

Você acha que tem desenvolvimento/crescimento neste lugar (aqui pode ser no seu município ou na região)?

sim

não

parcialmente

Tem possibilidades de crescimento/desenvolvimento? sim não

Você tem informações/orientações sobre as políticas públicas (ex: saúde, educação, assistência social, habitação entre outras) quando você precisa de algum serviço, benefício, programa ou projeto, ofertados por essas políticas?

sim

não

parcialmente

O que/como poderia melhorar?

Quando você utiliza os serviços públicos (exemplificar), como você é atendido? Se sente acolhido, você é ouvido, você pode participar na avaliando/dando opinião sobre o serviço ofertado?

Você tem alguma dificuldade para acessar/conseguir um serviço público?

sim Qual dificuldade?

não

Você participa de algum conselho (ex: do idoso, da criança e adolescente, da educação, da saúde, segurança pública, assistência social), associação de bairros, cooperativas, movimentos sociais?

sim Qual?

não Por quê?

Em sua opinião as políticas públicas trabalham juntas/parceria para ofertar os serviços públicos?

sim

não O que poderia ser melhorado em sua opinião? _____

Com a pandemia do COVID o que mudou na sua vida? Quais as dificuldades que você encontrou?

Na pandemia do COVID você conseguiu acessar os serviços públicos?

sim

não

parcialmente

Se não ou parcialmente, por quê?